



Juventudes: outros olhares sobre a diversidade



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Secretaria-Geral da
Presidência da República

Secretaria Nacional
de Juventude

Ministério
da Educação

Lançada pelo Ministério da Educação e pela UNESCO em 2004, a *Coleção Educação para Todos* é um espaço para divulgação de textos, documentos, relatórios de pesquisas e eventos, estudos de pesquisadores, acadêmicos e educadores nacionais e internacionais, que tem por finalidade aprofundar o debate em torno da busca da educação para todos.

A partir desse debate espera-se promover a interlocução, a informação e a formação de gestores, educadores e demais pessoas interessadas no campo da educação continuada, assim como reafirmar o ideal de incluir socialmente um grande número de jovens e adultos excluídos dos processos de aprendizagem formal, no Brasil e no mundo.

Para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), órgão, no âmbito do Ministério da Educação, responsável pela Coleção, a educação não pode separar-se, nos debates, de questões como desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável; direitos humanos; gênero e diversidade de orientação sexual; escola e proteção a crianças e adolescentes; saúde e prevenção; diversidade étnico-racial; políticas afirmativas para afrodescendentes e populações indígenas; educação para as populações do campo; educação de jovens e adultos; qualificação profissional e mundo do trabalho; democracia, tolerância e paz mundial.

Fruto de uma parceria entre a Secad/MEC e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SGPr), o presente livro visa a agregar valor ao debate público e aos espaços de formulação de políticas públicas – governamentais e não-governamentais – voltadas para a juventude brasileira. É também parte de um primeiro movimento para tornar públicas as análises dos dados da pesquisa *Juventude, juventudes: o que une e o*



Juventudes: outros olhares sobre a diversidade

Organização:
Miriam Abramovay
Eliane Ribeiro Andrade
Luiz Carlos Gil Esteves

1ª Edição



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Secretaria-Geral da
Presidência da República

Secretaria Nacional
de Juventude

Ministério
da Educação

Brasília, abril de 2007

Edições MEC/Unesco

**Ministério
da Educação**

**SECAD – Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade**

Esplanada dos Ministérios, Bl. L, sala 700
Brasília, DF, CEP: 70097-900
Tel: (55 61) 2104-8432
Fax: (55 61) 2104-8476



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

**Organização das Nações Unidas para
a Educação, a Ciência e a Cultura**

Representação no Brasil
SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/Unesco,
9º andar Brasília, DF, CEP: 70070-914
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org.br
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br



Juventudes: outros olhares sobre a diversidade

Organização:
Miriam Abramovay
Eliane Ribeiro Andrade
Luiz Carlos Gil Esteves

1ª Edição



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

**Secretaria-Geral da
Presidência da República**

**Secretaria Nacional
de Juventude**

**Ministério
da Educação**

Brasília, abril de 2007

© 2007. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)

Conselho Editorial da Coleção Educação para Todos

Adama Ouane
Alberto Melo
Célio da Cunha
Dalila Shepard
Osmar Fávero
Ricardo Henriques

Organização: Miriam Abramovay, Eliane Ribeiro Andrade, Luiz Carlos Gil Esteves

Colaboração

Mary Garcia Castro, Alexandre da Silva Aguiar, Miguel Farah Neto,
Leonardo de Castro Pinheiro

Coordenação Editorial

Coordenadora: Maria Adelaide Santana Chamusca
Assistente Editorial: Carolina Looty de Paiva Dias

Diagramação: Supernova Design

Revisão: Alessandro Mendes - 1375/99 DRT-DF

Tiragem: 5.000 exemplares

1ª Edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Juventudes: outros olhares sobre a diversidade / organização, Miriam Abramovay, Eliane Ribeiro Andrade, Luiz Carlos Gil Esteves. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

342 p. : il – (Coleção Educação para todos; 27)

ISBN 978-85-98171-71-5

1 Jovens Brasileiros, Educação. 2. Políticas Públicas, Jovens Brasileiros. 3. Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 4. Série.

CDU 301.185.2-053.7

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da Unesco e do Ministério da Educação, nem comprometem a Organização e o Ministério. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da Unesco e do Ministério da Educação a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

Apresentação

Na última década, em um mundo que experimenta mudanças cada vez mais profundas e aceleradas, tem sido recorrente indagar sobre qual lugar social está reservado aos jovens. Novos cenários globais e locais conduzem à necessidade de um olhar muito apurado sobre esse amplo universo, profundamente diversificado, formado por mulheres e homens jovens. Com suas trajetórias circunscritas a processos sociais extremamente ricos e complexos, que se alteram conforme os espaços, tempos e contextos em que estão inseridos, diferentes segmentos juvenis explicitam demandas e constroem inéditas identidades e outros caminhos para sua emancipação.

Seguramente, entender a dinâmica geracional e intergeracional é fundamental para se perceber as demais relações de exclusão e inclusão vigentes em nossa sociedade. Só o diálogo profundo e constante entre gerações, conjugando inovações e tradições, pode inverter a lógica do individualismo depredador que tão bem caracteriza a sociedade de consumo e do espetáculo.

Assim, nos tempos atuais, colocar os jovens no foco do conhecimento científico é estratégico e essencial para que se possa apostar em sociedades mais justas no acesso ao bem-estar e à participação cidadã, por meio de maior equidade e igualdade de oportunidades. Desse modo, possibilitam-se maiores níveis de inclusão social dos jovens e instruem-se práticas de integração dessa população nas redes de promoção social (educação, trabalho, cultura, comunicação etc.). Sem dúvida, garantir direitos e ampliar oportunidades constitui a chave mestra para imprimir sustentabilidade à democracia em nosso país.

Com esse olhar, o Governo Federal entende que estudos e pesquisas podem e devem ajudar a legitimar os(as) jovens como sujeitos de direitos universais e específicos. Nessa perspectiva, em um esforço conjunto, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SGPr) apresentam mais uma publicação que busca agregar valor ao debate público e aos espaços de formulação de

políticas públicas – governamentais e não-governamentais – voltadas para a juventude brasileira.

Reconhecendo que muito há para se conhecer sobre os jovens brasileiros, o livro apresenta artigos de pesquisadores com larga e rica experiência de trabalho na área, convidados a contribuir para uma reflexão crítica sobre a base de dados da pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, recentemente publicada pela Unesco. Como se sabe, são poucos os trabalhos de abrangência nacional que abarcam as áreas rurais e urbanas e incluem a faixa etária de 25 a 29 anos, o que torna o presente estudo praticamente inédito.

O estudo é resultado de um extenso *survey* com uma amostra significativa da população de 15 a 29 anos (cerca de dez mil jovens), expandida para o total da população da referida faixa etária (34 milhões de jovens), estratificada pelas nove regiões metropolitanas, por municípios com mais de cem mil habitantes (fora das regiões metropolitanas), por municípios entre cinquenta e cem mil habitantes e por municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes. A amostra permitiu, ainda, uma análise a partir da faixa etária, da condição do município (urbano e metropolitano, urbano não-metropolitano e rural), do grau de instrução, da classe socioeconômica e da cor/raça auto-atribuída.

Em um contexto de crescente importância de análises e pesquisas que expõem com rigor as condições de vida dos jovens, suas dificuldades, demandas e percepções, o presente livro pode contribuir para a construção de novas práticas e políticas públicas. Sem dúvida, o exame dessa expressiva gama de dados pode aportar novos elementos ao debate sobre juventude, tanto na esfera acadêmica quanto, sobretudo, no âmbito das alianças e disputas sociais.

Compartilhar achados e descobertas, mostrando a grande diversidade que se inscreve nos sentidos do *ser jovem*, é uma forma de contribuir para se rever muito do que se diz sobre os jovens, colaborando para a quebra de mitos, discriminações, estigmas e preconceitos que se inscrevem na idéia de juventude. Assim, em consonância com o conjunto de conceitos e de políticas que a Secad e a SNJ vêm apresentando à sociedade, os artigos aqui reunidos tratam de temas diferenciados, mas sempre optando por uma abordagem histórico-social e cultural, dando significativa vocalização para as necessidades, demandas e desejos daqueles que estão socialmente mais vulneráveis.

Enfim, é com imensa alegria que integramos o livro *Juventude em Foco: outros Olhares sobre a Diversidade* ao rol das exitosas publicações da coleção *Educação para Todos*. Pela qualidade e atualidade do tema, pela capacidade dos pesquisadores e, principalmente, pela evidente contribuição que os artigos trazem, compondo um quadro profundo e abrangente, este livro deverá suscitar discussão qualificada e contribuir para o estabelecimento de novas práticas que subsidiem a construção de políticas públicas de Estado para a juventude brasileira.

Ricardo Henriques

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Ministério da Educação

Regina Novaes

Secretária Nacional de Juventude – Adjunta
Presidente do Conselho Nacional de Juventude

A sorte de um final tranqüilo

Melina Guterres

Quero a sorte de um final tranqüilo
Onde tudo possa acontecer
Onde não haja medo
Nem perda de tempo...

Quero sorte de um final tranqüilo
Que nem final de filme de cinema
E que amor cure uma vida inteira

Quero a sorte de um final tranqüilo
Com o saber de fruta proibida
Quero uma vida de aventuras
E nenhuma escolhidas

Quero a surpresa, a indignação
Quero a revolta e a pacificação
Quero o novo e inalterável
Quero alterável e o inexplicável
Quero os meus problemas todos na gaveta
Quero viver muito e não me arrepender
Quero um espelho pra me compreender
Quero dançar chula...

Quero reboição, agitação
Carinho e compreensão
Quero o silêncio e a solidão
Estar despercebido numa multidão

Quero esquecer tudo
Apagar o futuro
Quero um carro, um camelo
Quero uma casa, um novo conceito
Quero amizade e paixão
Quero ver tudo e não saber de nada

Quero um copo, um prato cheio
Quero o louco e o desprezo
Quero o certo e o duvidoso
Quero gostar de tudo e de só um pouco
Quero ser louco, quero ser poeta
Quero criar um novo... acorde
Quero escrever todos meus poemas
Quero que meus projetos dêem certo
Quero plantar qualquer coisa
Quero a caneta e o corretivo
Quero escrever um bom livro
Quero paz, mas não a estagnação
Quero alteração, visão
Quero rever tudo, mudar junto
Quero ver em mim crescer um novo país

Eu quero apenas uma garantia que tudo vai dar certo!
E ter a sorte de um final tranqüilo.

Sumário

Introdução	13
Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas Luiz Carlos Gil Esteves e Miriam Abramovay.....	19
Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação Eliane Ribeiro Andrade e Miguel Farah Neto.....	55
Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações Mary Garcia Castro e Augusto Vasconcelos.....	79
Lazer e Tempo Livre dos(as) Jovens Brasileiros(as): escolaridade e gênero em perspectiva Carlos Henrique dos S. Martins e Patrícia Lânes Araújo de Souza.....	117
Juventudes Brasileiras, Religiões e Religiosidade: uma primeira aproximação Alexandre Brasil Fonseca e Regina Novaes.....	147
Juventude: percepções e exposição à violência Daniel Cara e Maitê Gauto.....	171
Juventudes e Inclusão Digital: reflexões sobre acesso e uso do computador e da internet pelos jovens Ana Maria Alexandre Leite e Maria Fernanda Rezende Nunes.....	197

Construções sobre Sexualidade na Juventude	
Lorena Bernadete da Silva e Miriam Abramovay.....	227
 Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira	
Alessandro Lutfy Ponce de Leon.....	269
 Sobre Autores e Autoras.....	321

Introdução

Este livro faz parte do primeiro movimento para tornar públicas as análises dos dados da pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, realizada pela Unesco, no ano de 2004, trabalho que inaugurou, no Brasil, a incorporação da faixa etária de 25 a 29 anos nos estudos sobre a juventude.

Se, por um lado, concorda-se que as divisões entre as idades são absolutamente arbitrárias, por outro, observar de forma atenta tais divisões nos ajuda a perceber como são exercidas as disputas que se manifestam, em última instância, por meio das repartições etárias de poderes, como nos ensina Pierre Bourdieu (1983). Nesse sentido, considerar a faixa etária torna-se essencial para a consolidação e ampliação de conquistas – especialmente no campo das políticas públicas – potencialmente capazes de expandir o leque de direitos da população jovem, a qual, deve-se frisar, só há bem pouco tempo vem ganhando visibilidade no Brasil.

Um outro aspecto importante da pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* diz respeito à incorporação dos jovens do campo, estrato populacional ainda pouco visível em estudos e pesquisas realizados na área. Por esse caminho, lançando mão da maior multiplicidade de informações possível, procurou-se avançar na construção de um saber mais abrangente sobre nossos jovens, o qual permitisse, no limite de suas possibilidades, dar conta, entre outros aspectos, de seus diferentes contextos e configurações, bem como de sua pluralidade.

Vale ainda destacar que os artigos aqui agrupados buscam, em sua maioria, interpretar os dados disponibilizados a partir da exploração de nuances diferenciadas dos chamados “temas clássicos” – tais como, por exemplo, a educação, o trabalho, a sexualidade e a participação juvenis –, desvelando matizes capazes de imprimir-lhes novos tons. Desse modo, pode-se dizer que o principal objetivo que guiou sua elaboração foi a procura por outros elementos, além daqueles que já serviram de cenário para estudos e pesquisas de grande porte, cujos resultados, façamos justiça, trouxeram inegáveis e significativas contribuições para o avanço do conhecimento na área da juventude, como é o caso dos trabalhos realizados

pela Unesco, pelo Instituto da Cidadania, pelo Ibase/Polis, entre uma extensa série de outros organismos.

Nesse sentido, agradecemos especial e fraternamente ao grupo de pesquisadores-autores aqui reunidos, os quais, atendendo ao nosso chamado, não mediram esforços para a viabilização deste projeto, dispondo-se a emprestar o seu olhar qualificado sobre os dados da pesquisa e, a partir deles, construir, de maneira criteriosa, os seus respectivos artigos. Assim, desde já destacamos que todo e qualquer mérito que este trabalho, por ventura, faça jus deve-se, integralmente, à participação de tais estudiosos e a suas valiosas reflexões.

As principais medidas adotadas para a elaboração dos artigos, de modo geral, obedeceram aos seguintes passos: inicialmente, as tabelas foram organizadas por temas, sendo posteriormente enviadas aos autores convidados, os quais gozaram de plena liberdade para escolher o mote de análise que mais lhes motivou na elaboração de suas respectivas reflexões. Por esse caminho, os nove trabalhos aqui publicados refletem as diversidades – saudáveis e inevitáveis – características tanto de seu tema-raiz, qual seja, as juventudes brasileiras, quanto do estilo e método de abordagem de seus diferentes autores, o que imprime a cada um deles sabor especial, porque não-padronizado, como poderá ser percebido pela sua leitura.

O artigo que abre esta coletânea é o de Luiz Carlos Gil Esteves e Miriam Abramovay, intitulado *Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas*. Traz sua contribuição ao contrapor os diversos modos como as juventudes são vistas socialmente – modos estes considerados fundamentalmente depreciativos, porque produto de uma sociedade *adulocrata* – com as também múltiplas formas com que elas mesmas se reconhecem, as quais, segundo os dados da pesquisa, sinalizam, entre outros aspectos positivos, que os jovens se encontram impregnados de otimismo tanto com o seu presente quanto com o seu futuro. Argumentando que vivenciar a condição juvenil não é tão somente ser/estar na moda, os autores reivindicam um espaço para a juventude nas sociedades contemporâneas que, para além da esfera meramente estética, implique, também, sua participação numa dimensão ética.

O segundo artigo é de autoria de Eliane Ribeiro Andrade e Miguel Farah Neto. Nele, os autores abordam o processo de exclusão que ainda afeta as diversas juventudes no âmbito do sistema educacional, a despeito da tão decantada democratização do acesso, atingida na década de 1990. Com base na análise das relações entre escolaridade e faixa etária, desvelam importantes diferenciações

juvenis, especialmente quando essas são cotejadas com atributos relativos à situação socioeconômica das famílias, sexo, cor, local de moradia, clivagens intergeracionais, entre outras. Argumentam ainda que, se, por um lado, foram atingidos altos índices de alunos matriculados nas redes de ensino, por outro, não se conseguiu garantir a sua permanência e nem dar conta das necessidades de aprendizagem dos mesmos, gerando uma enorme demanda de estratégias voltadas para além dos quinze anos. Concluem reconhecendo que o aumento da matrícula escolar se converteu em um objetivo em si mesmo, independentemente do que a escola oferece, razão pela qual o direito ao acesso deve estar intimamente vinculado ao direito à aprendizagem.

O trabalho de Mary Garcia Castro e Augusto Vasconcelos joga luz nas diferentes formas de participação com que os jovens vêm buscando se afirmar na contemporaneidade. Dessa maneira, a análise de alguns dos indicadores da pesquisa a respeito do tema é precedida por breves reflexões a propósito da teoria sobre democracia. Na conclusão do artigo, os autores se voltam para uma reflexão mais sistematizada sobre a participação juvenil, na perspectiva de contribuir para o seu aprofundamento em estudos futuros.

O quarto artigo, de autoria de Carlos Henrique dos Santos Martins e Patrícia Lânes Araújo de Souza, trata das opções de lazer e de ocupação – ou não – do tempo livre dos jovens nas perspectivas de escolaridade e gênero. Considerando a centralidade da cultura na formação das identidades e estilos de jovens, os autores reconhecem ser no âmbito do lazer e do tempo livre que as práticas culturais se apresentam em sua pluralidade e riqueza. Com base nos dados, analisam, então, de que forma os condicionantes grau de escolaridade e sexo restringem e estimulam diferentes preferências, gostos e práticas culturais dos jovens brasileiros, chamando atenção para o fato de que a esfera das escolhas, muitas vezes, está diretamente condicionada a condições materiais, e que também os gostos são produtos de um campo de possibilidades limitado – imposto ao jovem a partir de seu universo sociocultural –, não se restringindo, portanto, a fatores de natureza puramente individual.

Alexandre Brasil Fonseca e Regina Novaes assinam o quinto texto, intitulado *Juventudes Brasileiras, Religiões e Religiosidade: uma primeira aproximação*. Nele, os autores centram sua análise naquelas que se constituem as principais características e especificidades dos jovens brasileiros em relação à sua filiação religiosa. Para tanto, e a partir dos dados da pesquisa, abordam os seguintes aspectos: características sociodemográficas, valores e lazer. Além de tais referên-

cias, lançam também mão de uma série de depoimentos de jovens, recolhidos no decorrer do ano de 2006, com o objetivo de destacar algumas das repercussões resultantes das buscas e pertencimentos religiosos na vida social dos/as jovens brasileiros(as).

O sexto artigo, de autoria de Daniel Cara e Maitê Gauto, tem como mote central os dados relativos ao explosivo e controverso binômio juventude e violência. Por esse caminho, contrariando as interpretações que concebem juventude e violência a partir de uma visão preconceituosa dos comportamentos juvenis, considerando-os de risco e/ou desviantes, o texto, intitulado *Juventude: percepções e exposição à violência*, analisa a forma como os jovens percebem e são expostos a esse fenômeno social, cujos efeitos vêm, a cada dia mais, influenciando determinantemente as suas vidas. A exposição argumentativa do trabalho reside, essencialmente, na tentativa de compreender como os diferentes setores da juventude vivenciam a violência (tanto na condição de agressores quanto na de vítimas), avaliando em que medida os indicadores faixa etária, gênero, cor/raça, município de moradia, classe social e territorialidade definem suas percepções e experiências quanto ao fenômeno.

O trabalho de Ana Maria Alexandre Leite e Maria Fernanda Rezende Nunes, sétimo desta compilação, reflete a análise das autoras sobre o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação pelos jovens brasileiros. Com base no olhar cuidadoso ao entrecruzamento de uma série de variáveis que interferem e condicionam a vida dos jovens – tais como o local de moradia, a classe social, o sexo, a cor/raça, o fato de estar estudando, trabalhando, entre uma série de outras situações –, eleger, como objetos centrais de sua análise, o acesso dos jovens ao computador e à internet, bem como os usos e as funções desses instrumentos em suas vidas. Por essa linha, aborda, inicialmente, os conceitos e significados atribuídos ao tema da inclusão e da exclusão na constituição do universo dos jovens. Num segundo momento, discute as possíveis decorrências da inclusão e da exclusão digital na constituição das identidades desses atores e, por fim, estabelece um diálogo com os achados da pesquisa, relacionando-os, em particular, às questões referentes ao acesso, proficiência, frequência e finalidades de uso dessas novas tecnologias.

Lorena Bernadete da Silva e Miriam Abramovay assinam o penúltimo artigo deste livro, intitulado *Construções sobre Sexualidade na Juventude*. Nele, as autoras lembram que a adolescência e a juventude vêm ocupando, tanto na área da educação quanto na da saúde, lugar de absoluto destaque no contexto das grandes inquietações que assolam a comunidade mundial nos últimos anos, cen-

tralidade esta adquirida por conta de uma série de fatores potencialmente indesejáveis, tais como, entre outros, a gravidez na adolescência, a AIDS, as doenças sexualmente transmissíveis (DST) e o aborto. Diante disso, com base nos dados disponibilizados, as autoras abordam os diferentes significados de saúde sexual e reprodutiva verificados entre os jovens brasileiros, bem como seus respectivos comportamentos e atitudes em relação a ela.

O nono e último texto, assinado por Alessandro Lutfy Ponce de Leon, realiza uma reflexão bastante abrangente dos dados disponibilizados a propósito do trabalho e da renda da juventude brasileira. Para tanto, utiliza-se de praticamente todos os entrecruzamentos disponíveis (renda, sexo, escolaridade, cor/raça, faixa etária etc.). Sua extensa análise expressa as desigualdades, vulnerabilidades e potencialidades vivenciadas pelos jovens, sujeitos estes que, se por um lado, muitas vezes, são considerados como um problema social, por outro, também se apresentam como peças-chave para o desenvolvimento do país. Chamando atenção para a grande heterogeneidade das *juventudes* abarcada no segmento entre os 15 e os 29 anos, recomenda uma intervenção pública, tanto na área da educação (formal e não-formal) quanto na de geração de renda e desenvolvimento, efetiva e específica, mas, ao mesmo tempo, plural, do mesmo modo como também é plural e diversificado o segmento para o qual ela deve se destinar.

Finalizando, cabe desejar que a leitura dos trabalhos reunidos neste livro represente, para os seus leitores, o mesmo que representou para nós, organizadores, quando por ocasião do primeiro contato que tivemos com os mesmos por meio de sua leitura. Ou seja, a descoberta de uma série de aspectos relacionados aos nossos jovens que, apesar de sua proximidade física com a nossa própria vida – uma vez que todos nós ou estamos vivendo ou já vivenciamos a condição juvenil –, ainda permanecem longe de nossa percepção mais imediata, concorrendo, assim, para encurtar distâncias, criar atalhos, construir pontes sobre espaços (hiatos) que jamais deveriam ter sido abertos.

Miriam Abramovay
Eliane Ribeiro Andrade
Luiz Carlos Gil Esteves

Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas

Luiz Carlos Gil Esteves*
Miriam Abramovay**

[...] Primeiro é preciso transformar a vida,

Para cantá-la em seguida.

[...] É preciso arrancar alegria ao futuro.

Nesta vida morrer não é difícil.

O difícil é a vida e seu ofício.

(Vladimir Maiakóvski)

Um traço que vem caracterizando algumas das mais significativas reflexões acerca dos aspectos que configuram a realidade brasileira contemporânea relaciona-se, sem dúvida, à percepção de que estaríamos atravessando um período de nossa história bastante difícil e conturbado, marcado pelo contínuo recrudescimento de uma crise generalizada, cujos reflexos se fazem sentir em todas as instâncias da vida social (BOCAYUVA e VEIGA, 1999).

* Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

** Doutoranda da Universidade René Descartes-Sorbonne – Paris V – França. Atualmente é Secretária Executiva do Observatório Ibero-americano de Violências nas Escolas.

No que diz respeito àquelas que se constituiriam as principais consequências de tal situação, elas poderiam ser traduzidas e agrupadas, de modo geral, com base nos seguintes pressupostos: descrença no presente, desesperança no futuro e, em decorrência desse quadro, surgimento e permanência de um sentimento nostálgico de revalorização do tempo passado, compondo um cenário cujo elemento mais constante seria, explícita ou implicitamente, o pessimismo.

Entretanto, ao nos debruçarmos diante de algumas das informações oriundas da pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006), fomos surpreendidos por uma série de dados que, na contramão desse sentimento pessimista, apontavam para outras direções. Isso porque, inquiridos sobre diversos aspectos que vêm caracterizando a sua existência (quais os principais traços da juventude, seu nível de satisfação com a vida, entre outros), nossos jovens entrevistados ofereceram respostas em cuja base se assenta uma percepção predominantemente positiva.

Dessa forma, se devido à conjugação de novos e/ou à persistência de antigos fatores estruturais adversos, tomamos como verdadeira a premissa de que a sociedade brasileira passa por momentos delicados em sua história recente. Tal situação parece, no entanto, não abalar as percepções juvenis em relação à sua auto-imagem nem tampouco minar o seu sentimento de satisfação com a vida. Assim, na medida em que os jovens expressam sua percepção de um presente que, de alguma forma, acena para eles com maiores possibilidades, sinalizam, ao mesmo tempo, sua própria expectativa de um futuro com mais e melhores oportunidades, cujo resultado pode ser traduzido na elevada proporção de jovens que se consideram satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida que levam, conforme será aqui discutido.

Para efeito de organização e tratamento das informações, bem como uma melhor sistematização das reflexões realizadas, os conteúdos deste artigo foram agrupados em dois blocos temáticos distintos, quais sejam:

- o primeiro, contendo uma breve discussão sobre os diferentes olhares lançados pela sociedade sobre a juventude;
- e o segundo, no qual, com base em dados do estudo, aborda-se, inicialmente, a visão que os jovens fazem de si mesmos, isto é, sobre sua própria condição juvenil, e, posteriormente, realiza-se uma análise a propósito dos níveis de satisfação e de insatisfação das juventudes com a vida que levam.

Por último, ressaltamos que, na medida em que as reflexões aqui contidas têm como ponto de partida a percepção juvenil sobre diferentes aspectos de sua

própria realidade, elas serão mais bem entendidas se consideradas, no limite de suas possibilidades, como mais um instrumento a serviço das juventudes na busca por maiores espaços de expressão e afirmação de suas identidades. Na contramão, portanto, das perspectivas dominantes que historicamente vêm relegando nossos jovens a um papel menor e secundário no campo das práticas cotidianas, cujos resultados mais evidentes se manifestam, dentre uma série de outros sintomas, na escassez e/ou inadequabilidade de iniciativas e propostas, na esfera das políticas públicas, formuladas para esse segmento.

O jovem pelos outros

Ainda que pensar o conceito de juventude implique, obrigatoriamente, na tomada de um caminho permeado por muitas tensões – as quais se deixam traduzir, entre outros aspectos, pela extensa multiplicidade de significados atribuídos ao tema –, percebe-se que um ponto de partida recorrente em diversos trabalhos, aí incluída a pesquisa que originou este artigo, é o seu tratamento com base em postulados demográficos, respaldado por aportes da psicologia. Assim, visando a facilitar a realização de comparações internacionais, regionais, temporais, socioeconômicas etc., em muitos casos, parte-se de uma definição predominantemente etária, abrangendo o ciclo que vai dos 15 aos 29 anos¹, cuja principal característica é a sua transitoriedade, razão pela qual está fadada a ser perdida com o passar dos anos (UNESCO, 2004).

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.

Nesse sentido, e lançando mão da revisão feita por José Machado Pais (1997), as representações mais correntes do que se compreende por ser jovem podem, de

¹ É comum o uso da faixa de 15 a 24 anos na definição de juventude. No entanto, tal procedimento nem sempre é adotado. Por exemplo: na pesquisa espanhola, *Informe Juventud en España*, o intervalo é de 15 a 29 anos; já na *Encuesta Nacional de Juventud 2000*, realizado pelo Instituto Mexicano de La Juventud, o intervalo pesquisado é o de 12 a 29 anos. No debate contemporâneo sobre juventude, não são raros aqueles que defendem a extensão dessa faixa etária para além dos 24 anos, uma vez que a construção da autonomia – característica fundamental dessa etapa da existência – avança crescentemente sobre os anos a partir desse ciclo etário.

acordo com a sociologia da juventude, ser traduzidas e agrupadas em duas grandes linhas, quais sejam:

- Uma que considera a juventude como grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estarem vivenciando certa fase da vida, isso é, pertencerem a um dado grupo etário. Nessa linha, a prioridade é conferida à análise daqueles aspectos tidos como mais uniformes e constantes dessa etapa da existência.
- Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo *juventudes*, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria.

Ainda segundo o autor (*ibidem*), embora tais visões impliquem diferentes estratégias de abordagem, elas não se anulam. Isso porque, dependendo do enfoque, a juventude pode se apresentar tanto como um grupo aparentemente homogêneo quanto heterogêneo. No primeiro caso, por exemplo, quando a comparamos com outras gerações; na segunda hipótese, quando é analisada como um conjunto social detentor de atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros.

Margullis e Urresti (1996) atentam que o conceito de juventude, do mesmo modo que toda categoria socialmente construída acerca de fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica. Entretanto, reduzi-lo a essa dimensão empobrece o seu significado, desmaterializando-o. Desse modo, o seu tratamento deve, obrigatoriamente, considerar as determinações materiais, históricas e políticas inerentes a toda e qualquer produção social².

Ao abordar a juventude numa perspectiva histórica, Ribeiro (2004) situa no século XVIII, mais especificamente no período em torno da Revolução Francesa, a emergência e a afirmação da maneira pela qual ela vem sendo compreendida e

² Tal concepção é reforçada por Minayo et al (1999), que, em estudo no qual analisam os resultados de uma pesquisa realizada com jovens do Rio de Janeiro, adverte: "Para se entenderem os processos sociais em que os jovens se envolvem, é necessário recorrer à forma como expressam seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças. As condições econômicas, políticas e sociais determinam características peculiares para se entenderem não só os comportamentos individuais, mas, especialmente, os processos sociais em que os jovens estão envolvidos. A história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão de seus valores [...]" (p. 12).

valorada no mundo contemporâneo. Destaca o autor que, até então, a sociedade perseguia padrões estéticos muito mais identificados com a velhice, dos quais as perucas brancas empoadas, utilizadas como símbolo de distinção social pela nobreza, constituem exemplos lapidares.

Com a vitória e conseqüente afirmação do modo de produção capitalista sobre o absolutismo monárquico, demandando mudanças radicais nas formas até então vigentes de organização social, econômica e política, tudo o que passou a ser identificado com o Antigo Regime (mentira, preconceito, servidão) cede espaço para a idéia do novo (liberdade, democracia, vida). É nesse contexto de enaltecimento da novidade, em que também se difunde uma noção de felicidade diretamente associada à de transformação, que a juventude passa a representar um valor importante. Não é de se estranhar, portanto, a associação comumente realizada entre juventude e revolução, na medida em que, como bem argumenta o autor, “fazer a revolução tenha sido, durante boa parte do século XX, uma das grandes vocações dos jovens” (*idem, ibidem*).

Prossegue Ribeiro (2004), assinalando que desde a metade do século XX a juventude é, então, disputada por duas importantes forças, ainda que “mais ou menos antagônicas”, quais sejam, por um lado, a noção de revolução, de não-acomodação, e, por outro, a publicidade, cristalizando um determinado ideal social que, passados mais de duzentos anos, “talvez jamais termine”, visto que :

A idéia de liberdade pessoal, em nossa sociedade, está cada vez mais marcada por valores que associamos à mocidade. O corpo bem cuidado, a saúde, a liberdade até mesmo de desfazer relacionamentos, a possibilidade de sucessivos recomeços afetivos e profissionais: tudo isso tem a ver com uma conversão do humano em jovem. (p. 27).

Ao centrar o foco no caso brasileiro, Maria Rita Kehl (2004) constata que o prestígio da juventude é recente. Para tanto, lança mão de escritos do grande dramaturgo Nelson Rodrigues, que, em crônica sobre sua infância, contatava que o país, nos anos 1920, “era uma paisagem de velhos [onde] os moços não tinham função nem destino. A época não suportava a mocidade”. Naqueles anos, homens e mulheres eram muito mais valorizados ao ingressarem na fase produtiva/reprodutiva de sua existência do que “quando ainda habitavam o limbo entre a infância e a vida adulta chamado de juventude ou, como se tornou hábito depois da década de 1950, de adolescência” (p. 90). Por esse motivo, não mediam esforços para parecerem mais velhos, assumindo posturas e adotando hábitos geralmente associados

às pessoas maduras – bigodes, roupas escuras e com um quê de solenidade, aspecto grave etc. – como forma de inspirarem respeito e seriedade.

Entretanto, o acirramento das condições de existência produzidas pela sociedade capitalista – tais como a elevação progressiva do tempo de formação escolar, o aumento desmedido da competição no mercado de trabalho e a conseqüente escassez de empregos – vem contribuindo, de modo decisivo, para um prolongamento progressivamente abrangente, entre os jovens adultos, da condição de adolescentes. Tornando-os, como conseqüência, cada vez mais dependentes do seu respectivo núcleo familiar, ao mesmo tempo em que também lhes imputa a pecha de incapazes de decidir sobre o seu próprio destino.

Ao descrever o salto por meio do qual, apesar das condições adversas antes referidas, foi possível a essa parcela da população passar a ocupar, nos últimos anos, lugar de centralidade e destaque no mercado, tornando-se parâmetro de consumo estético para toda a sociedade, Kehl (2004) acrescenta:

Como, na economia capitalista, do boi se aproveita até o berro, essa longa crise, que alia o tédio, a insatisfação sexual sob alta pressão hormonal, a dependência em relação à família e a falta de funções no espaço público, acabou por produzir o que as pesquisas de marketing definem como uma nova fatia de mercado. A partir daí – viva o jovem! Passou a ser considerado cidadão porque virou consumidor em potencial. [...] Ser jovem virou *slogan*, virou cli-chê publicitário, virou imperativo categórico – condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa. (p. 91-92).

Prossegue a autora, sublinhando que tal processo acabou por revelar um estrato de consumidores extremamente poderoso, uma vez que libertos

[...] dos freios morais e religiosos que regulavam a relação do corpo com os prazeres e desligados de qualquer discurso tradicional que pudesse fornecer critérios quanto ao valor e à consistência, digamos, existencial de uma enxurrada de mercadorias tornadas, da noite para o dia, essenciais para a nossa felicidade. (*idem, ibidem*)

Margulis e Urresti (1996a) aprofundam esse raciocínio, postulando que, em nossos dias, os signos atribuídos à juventude tendem a se constituir numa estética, cujo espectro engloba, dentre diversos outros aspectos, artefatos e costumes rela-

cionados ao corpo, à indumentária e ao comportamento. A reificação desse ideal estético – que nas sociedades de consumo se apresenta como paradigma de tudo o que é desejável – viabiliza a comercialização de vários dos atributos associados à juventude na forma de mercadorias, intervindo no mercado do desejo como veículo de distinção e de legitimidade³.

Com base nesses postulados, pode-se dizer que os jovens vivem, na contemporaneidade, numa época de profundas transformações, aí incluídas as de cunho econômico e moral, que afetam, de modo indelével, sua transição para a vida adulta. Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória – cujo principal traço é suscitar nas juventudes, mas não apenas entre elas, aspirações que, muitas vezes, desaguardam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria –, transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis.

Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais e que, de certa forma, são globalizados. Portanto, não há uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si. Até porque, e conforme bem acrescentam Margulis e Urresti (1996b), vivencia-se a condição juvenil de diferentes maneiras, em função das diferenças sociais e de parâmetros concretos, como o dinheiro, a educação, o trabalho, o lugar de moradia, o tempo livre etc. Logo, a definição da categoria juventude em hipótese alguma pode ser a mesma para todos aqueles que nela estão enquadrados.

Nos últimos anos, quer pela necessidade de uma maior permanência no sistema educacional, quer pela dificuldade de os jovens ingressarem no mercado de trabalho – e, com isso, adquirirem autonomia e independência econômica face às suas famílias para, inclusive, constituírem novas famílias –, a condição juvenil vem sendo crescentemente prolongada. Exemplo disso é o Brasil, onde, por conta de uma série de injunções, tal condição foi recentemente estendida da idade de 25 para 29 anos (UNESCO, 2004).

³ A respeito da maneira como os objetos de consumo forjam identidades no meio social, Jurandir Freire Costa (2004) assinala que “a aparência do sujeito afluente é determinada pela maneira como se veste; pela qualidade dos objetos de adorno pessoal; pelo tipo de automóvel, de artigos eletroeletrônicos e de objetos de decoração doméstica que possui; pelos restaurantes que frequenta e tipos de esporte que pratica; pelos lugares onde desfruta o lazer; pelas viagens que faz etc. Os objetos de consumo *agregam* valor social aos seus portadores. Eles são o crachá que identifica o *turista vencedor* em qualquer lugar, situação ou momento.” (p. 80).

As diferentes juventudes não são, tão somente, *estados de espírito*. São, isso sim, uma realidade palpável que tem sexo, idade, fases, anseios etc., entronizada em um período de tempo cuja duração não é permanente, mas transitória e passível de modificações. Por essa linha, pode ser entendida como um “rito de passagem” entre o ser criança e o tornar-se adulto (BRASLAVSKY, 1986)⁴, quando, segundo bem define Bourdieu (1983), vivencia-se uma “irresponsabilidade provisória”.

Ainda que as diferenças sejam marcantes, existem, no entanto, algumas características que parecem comuns a todos os grupamentos juvenis, estendendo-se a todos independentemente de suas condições objetivas de existência. Dentre elas, destacam-se, entre uma série de outras: a procura pelo novo; a busca de respostas para situações e contextos antes desconhecidos; o jogo com o sonho e a esperança; a incerteza diante dos desafios que lhes são colocados ou inspirados pelo mundo adulto etc.

A despeito do imaginário social construído em torno da valorização de ideais estéticos associados às populações mais jovens, a sociedade, até hoje, tem uma enorme dificuldade em conceber o jovem como sujeito de identidade própria, oscilando entre considerá-lo adulto para algumas exigências e infantilizá-lo em outras tantas circunstâncias. Por conta disso, Esteves (2005) assinalam que a ótica por meio da qual as juventudes são percebidas é bastante difusa, apresentando aspectos, algumas vezes, em franca oposição entre si.

Ao fazerem uma síntese daquelas características que se constituiriam as mais correntes, destacam que, de maneira geral, os jovens são vistos socialmente:

- De maneira dualista e maniqueísta. Se, de uma parte, são considerados como *o futuro das nações*, os responsáveis pelo advir, de outra são acusados de pensar e agir de modo irresponsável no presente. Dessa forma, ainda que a eles seja conferida a esperança e imputada a responsabilidade por um mundo melhor, ao mesmo tempo são obrigados a conviver com o medo e a desconfiança que a sociedade neles deposita, situação que se agrava ainda mais na medida em que também são concebidos como aqueles que, via de regra, não produzem, dependendo economicamente das populações mais velhas.
- De forma adultocrata, por meio, entre outros mecanismos, do estabelecimento de relações tensas e assimétricas entre jovens e adultos. Na medida em que as populações mais jovens são consideradas potencialmente capazes de contestar, transgredir e reverter a ordem estabelecida – ordem essa

⁴ A referida autora conceitua a juventude como um período que vai desde a adolescência até a independência da família, traduzida pela aquisição de autonomia econômica, condição fundamental para a definição do ser adulto.

obviamente imposta pelo mundo adulto –, os mais velhos, no tratamento com as juventudes, na maioria das vezes lançam mão de estratégias e posturas essencialmente conservadoras, rígidas, denunciando o quão limitada é a sua aproximação com o universo juvenil⁵.

- Imputados de culpa. A juventude é constantemente associada à ameaça social, à criminalidade, à delinquência, como se o ser jovem implicasse, de forma potencializada e direta, no desvio e na transgressão criminosos, cujos desdobramentos seriam capazes de colocar em risco tanto a sua própria integridade física e moral quanto a de toda a sociedade. É nesse sentido que se verifica o grande efeito que tem, no imaginário social, a divulgação sistemática de estatísticas e informações dando conta do avanço das taxas de criminalidade e violência entre a populações mais jovens.

Gonçalves (2005), a exemplo de outros autores, também reconhece que o interesse social por assuntos relacionados à juventude é cíclico, estando geralmente associado a situações-limite caracterizadas por crises e conflitos. Logo, seja no campo social, seja no âmbito acadêmico, a marca que caracteriza o foco nessa coorte (SINGER, 2005) é, recorrentemente, negativa:

O interesse pela juventude desponta de tempos em tempos, mas parece contaminado sempre por esses motores. As crises e os excessos, os conflitos e as explosões que a eles se seguem acompanham a história da preocupação social e acadêmica com a juventude. Os anos de 1920 presenciaram a explosão desse interesse na razão direta da comoção gerada pela turbulência social em Chicago; naquela época, toda uma geração de jovens italianos, judeus, irlandeses e afro-americanos tornou-se objeto de estudos da sociologia, em busca de uma resposta às indagações acerca de possíveis ‘implicações entre juventude, violência, criminalidade e desorganização social urbana’ (ZALUAR, 1997). Premidas nos anos de 1920 pelas lutas das gangues, nos anos de 1950 pela explosão demográfica nas urbes e mais recentemente pelos elevados índices de disseminação das doenças sexualmente transmissíveis, as ciências humanas privilegiaram o exame da juventude sob a ótica do negativismo. (p. 1-2).

⁵ Sobre essa distribuição desigual de poder entre a juventude e outras gerações e/ou instâncias da vida social, Paul Singer (2005) acrescenta: “a juventude parece, pois, condenada à submissão ou ao desespero. Submissão não apenas aos pais e avós, aos patrões e governantes, mas também ao mundo deles. Nesse mundo, ensina-se nas escolas e nas igrejas (com raras e honrosas exceções) que é natural que os jovens obedeçam aos mais velhos, não só porque esses têm poder, mas porque têm experiência, sabedoria, ao passo que aqueles são impetuosos, impacientes, inexperientes e, coitados, muito ignorantes.” (p. 29).

Também José Machado Pais (1997) acrescenta que, embora a segmentação de certos cursos de vida em fases seja produto de um processo de construção social bastante complexo⁶, “determinadas fases da vida apenas são reconhecidas, enquanto tal, em determinados períodos históricos, isto é, em períodos nos quais essas fases da vida são socialmente vistas como geradoras de problemas sociais” (p. 29).

No que diz respeito à juventude, de maneira mais específica, a construção social em torno dela é, via de regra, carregada de significados negativos, prevalecendo o rótulo de *geradora de problemas*, cujos desdobramentos e conseqüências se fazem sentir tanto em seu cotidiano quanto na sua relação com as diversas instituições sociais de que participa, tais como a família, a escola etc.

Por seu turno, tal estado de coisas concorre para explicar a existência e prevalência de uma visão eminentemente repressiva sobre os jovens, cujas conseqüências podem redundar naquilo que Ernesto Rodriguez (2004) classifica como “populismo punitivo”, ou seja, na adoção de medidas que, visando a acalmar os ânimos aguerri-dos da opinião pública, revelam-se, no confronto com a realidade, inócuas quanto à eficácia de seus efeitos. Como exemplo, pode-se mencionar, dentre outras manifestações, a forma acirrada e recorrente com que vêm sendo estabelecidas e conduzidas, por múltiplos segmentos da sociedade, ao longo dos últimos anos, as discussões em torno da redução da idade penal, cujas propostas de rebaixamento variam, junto ao Poder Legislativo, desde os 16 até os 12 anos de idade⁷.

Também nesse sentido transparece outra flagrante contradição no modo como os jovens são tratados socialmente. Isso porque, ao mesmo tempo em que, em nível global, cada vez mais se postula a ampliação da faixa etária que abarca a juventude, prolongando-a para etapas até então compreendidas pela vida adulta, no campo repressivo-penal, na contramão dessa corrente, o que se percebe é uma forte

⁶ Quanto a esse aspecto, sublinha o autor, “geralmente, são os indivíduos que, no dia-a-dia, tomam consciência de determinadas características específicas a um período da sua vida. Se essas características afetam um considerável universo de indivíduos pertencentes a uma geração, elas são culturalmente incorporadas em determinados modos de vida” (PAIS, 1997).

⁷ Sobre esse aspecto, vale destacar que, de acordo com os dados de pesquisa nacional (ABRAMO e BRANCO, 2005), também a grande maioria dos jovens ouvidos sobre o assunto – ou seja, os principais alvos de tal sanha punitiva – se mostraram favoráveis à redução da idade penal. Assim, do total de 75% que se posicionaram a favor, 36% pensam que ela deveria ser reduzida para 16 anos, 24%, para 14 ou 15 anos e 11% aprovam seu rebaixamento para a faixa entre 10 e 13 anos. Diante desse quadro, não há como se discordar que “[...] persiste no Brasil uma visão negativa da criança, do adolescente e do jovem, que se manifesta de diversas maneiras e em vários contextos sociais e culturais: nos meios de comunicação, entre os políticos, junto à população em geral e até entre os próprios adolescentes e jovens. Essa percepção associa-se a uma consciência arraigada junto a uma parcela da população brasileira de que somente o direito penal e a punição exemplar são capazes de fornecer resposta adequada à prevenção e à solução dos desvios sociais. Dentro dessa linha de pensamento, a violência e a criminalidade são questões do âmbito individual, de um comportamento individual, não problemas sociais.” (ABRAMOVAY, 2006).

tendência de recuo etário, antecipando responsabilidades e sansões associadas, até então, às camadas populacionais de maior idade.

A centralização do foco punitivo sobre a juventude, no sentido de se proceder a uma espécie de *assepsia social*, não se apresenta como um movimento dissociado da produção científica. Ao contrário, e de acordo com Gonçalves (2005), tal focalização também se deve às ciências, cujo resultado contribui para expandir ainda mais o espectro da culpabilização juvenil.

Ressalta a autora o caráter atemporal e dinâmico de tal espectro, capaz que é de se adequar, conforme a época, aos problemas de seu respectivo tempo:

Os excessos juvenis, tomados como impulso da desordem urbana, colocaram em movimento esforços de disciplinarização. Associadas aos comportamentos disfuncionais, as pulsões da juventude tornaram-se foco da assepsia social que queria o controle e a correção dos vícios, e nesse percurso as ciências reforçaram ao longo dos anos a percepção de que boa parte das mazelas sociais poderia ser creditada na conta da juventude e de seus anseios de diferenciação. Firmou-se no imaginário social a associação entre a juventude e as grandes questões de cada tempo: no século XXI, quando grassam as preocupações com o individualismo exacerbado e a criminalidade crescente, o jovem emerge como individualista e responsável, em grande parte, pela criminalidade urbana. (p. 2).

Ainda que longe de esgotá-las, até aqui detivemo-nos na exposição e análise de algumas visões socialmente construídas sobre a juventude, cuja principal característica é, como sublinhado, a de se apresentar, no geral, de forma tensa e contraditória, desenhando um quadro mormente carregado pelas tintas do negativismo.

Diante disso, uma questão emerge como um possível contraponto nessa discussão: em face desse cenário pouco animador, como será, então, que os próprios jovens se percebem? Ou, em termos mais específicos, quais são as principais características que, no entender das juventudes, melhor definiriam o *ser jovem* na contemporaneidade? É justamente sobre esse assunto que o próximo item procura tratar.

O jovem por si mesmo

A pergunta anteriormente formulada obriga a um outro tipo de reflexão acerca do conceito de juventude. Isso porque, quando nos detemos na construção dessa

categoria a partir da ótica dos jovens, damos centralidade não a visões *exteriores, estrangeiras*, mas sim aos próprios atores nela inseridos, sujeitos históricos concretos, pois situados em um tempo e um espaço determinados. Assim, com base numa postura reversa àquelas aqui caracterizadas como as mais recorrentes, busca-se uma compreensão, ainda que sempre provisória e parcial, o máximo polifônica possível, uma vez que fruto da conjugação de diversas vozes, inclusive a da juventude.

Conforme atestam os percentuais da Tabela 1, ao declararem o que melhor define o jovem nos dias de hoje, no que pese algumas características apresentarem uma incidência de marcação maior do que outras, nota-se que os respondentes não se limitaram a uma única escolha, pulverizando suas respostas entre vários dos itens propostos. Assim, na medida em que demonstram sua pluralidade de idéias, também reforçam o postulado de Waiselfisz (2004), que assinala que “vivendo, ou não, a mesma história, cultura ou tradição, a verdade é que não há um único tipo de jovem” (p. 1).

Ao mesmo tempo, ainda que se reconheça a enorme diversidade existente entre os jovens – traduzida, como vimos, pelas diferenças de gênero, faixa etária, classe social, raça/cor, local de moradia, condição econômica, entre diversas outras –, com base nos cruzamentos de dados realizados, percebe-se a existência de vários aspectos comuns às juventudes como um todo. Isto porque, em várias situações, observou-se uma constância bastante acentuada na marcação dos itens propostos, quando esses foram desagregados em função das variáveis adotadas, mantendo níveis praticamente estáveis não importando o sexo, a escolaridade, a classe social etc. dos respondentes, conforme veremos em algumas situações. Por conta disso, é que também “não se apela para uma visão fragmentada por tipo de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens” (UNESCO, 2004).

Como fica bastante evidente nessa tabela, a maior parte dos entrevistados (26,9%) indicam que a identidade visual – traduzida pela moda e pela aparência – representa a principal característica da condição juvenil. Vale dizer que, como já destacado, esse item se apresenta como o mais incidente entre os jovens mesmo quando efetuados vários cruzamentos. Assim, a porcentagem permanece praticamente inalterada quando os números são desagregados seja por sexo, faixa etária, situação socioeconômica, condição do município ou por cor/raça auto-atribuída. Apresenta, apenas, uma ligeira oscilação quando decomposta em termos de região do Brasil, circunstância em que o Centro-Oeste aparece com o índice de opção mais baixo (23,8%) e o Sul alcança o nível de marcação mais alto (30,5%).

O indicador relativo à consciência, à responsabilidade e ao compromisso da juventude é o que se apresenta com o segundo maior percentual de escolha entre os respondentes (14,6%). Também nesse caso, quando se procede ao cruzamento de dados, o percentual permanece praticamente inalterado na maioria das situações, apresentando, apenas, uma pequena variação em função da escolaridade dos entrevistados. Por esse caminho, atinge o percentual mínimo de 9,9% entre os jovens com Ensino Superior e o máximo de 16,2% entre aqueles que declararam ter seu nível de escolaridade entre a 5ª e a 8ª séries do Ensino Fundamental.

Torna-se também importante assinalar o número total de jovens pesquisados que se dividiram entre opções relacionadas à vulnerabilidade social, ou seja, 17,7%. Assim, enquanto que para 9,6% deles a insegurança pessoal e social é o que melhor caracteriza o jovem na contemporaneidade, 8,1% acreditam ser a falta de perspectivas o fenômeno que mais bem define a condição juvenil.

Sobre esse último aspecto, ou seja, a falta de perspectivas, cabe, no entanto, realizar algumas considerações. Apesar da similaridade e constância verificadas em grande parte das respostas, não importando a variável de cruzamento, quando enfocamos as percepções desses jovens acerca da falta de perspectivas de futuro – que, no total geral, foi o quinto item mais assinalado – testemunhamos alguns significativos contrastes. Isso porque, ao passo que abarcou 10% das respostas dos jovens residentes em áreas urbanas metropolitanas, junto àqueles das áreas urbanas não-metropolitanas tal índice cai para 8,6%, sendo que representa apenas 5,5% da opção dos respondentes situados em áreas rurais. Vale ainda destacar que essa opção foi a terceira resposta mais assinalada pelos moradores das áreas metropolitanas; enquanto isso, alcançou a quinta colocação entre os respondentes de áreas não-metropolitanas e somente a sétima entre os moradores de áreas rurais, traçando um cenário que demonstra, de forma bastante evidente, que quanto mais urbanizado o local de moradia, maior a desesperança no futuro por parte de seus jovens habitantes.

No que se refere ao grau de instrução, observam-se também algumas importantes diferenças. Assim, para 14,8% dos jovens com Ensino Superior e para 11,1% dos que completaram o Ensino Médio, esse é o item que melhor define a juventude. Entretanto, tal percepção é compartilhada por 6,4% dos que estudaram até a 8ª série do Ensino Fundamental e por apenas 3,9% daqueles que cursaram até a 4ª série. As diferenças nos índices listados ganham contornos mais reveladores quando analisadas dentro do conjunto de características definidoras da condição juvenil indicado pelos jovens respondentes. Ou seja, enquanto a falta de perspectivas é a segunda opção mais assinalada pelos de nível superior, para os que cursaram o Ensi-

no Médio essa opção aparece em terceira lugar. Merece destaque, no entanto, o fato de esta opção ocupar somente o sétimo lugar entre os que estudaram até a 8ª série do Ensino Fundamental e a oitava colocação entre os que estudaram até 4ª série. Tal situação sugere que o número maior de anos passados nos bancos escolares, ao contrário do que se poderia supor, ao invés de ampliar os horizontes das juventudes, mitigando as incertezas quanto ao seu futuro profissional – em função da possibilidade de elevação do nível de escolaridade cada vez alto demandado pelas sociedades contemporâneas, por exemplo –, parece concorrer para o encolhimento de suas esperanças, fato esse que, por sua vez, conjugado a outros indicadores, contribui para colocar ainda mais em xeque o papel social que vem sendo desempenhado pelas instituições escolares em nossos dias.

Ainda sobre essa falta de perspectivas, o quadro de disparidades também se repete quando desagregados os números tanto por região do país quanto por condição socioeconômica. No primeiro caso, tem o maior índice de escolha na região Norte (9,9%) e o menor na Sul (5,5%); note-se que na região Sudeste⁸ tal índice (o segundo mais elevado do quadro geral, ou seja, 9,7%) representa o terceiro item mais votado. Quanto à condição de classe, quanto mais bem situados na pirâmide social, menores parecem ser as expectativas dos jovens. Assim, para aqueles das classes A/B, o item comparece com a terceira maior votação, atingindo 11,2%; para os da classe C, fica em 10,1%; e para os jovens das classes D/E desce para 6,3%, situando-se na 7ª colocação.

⁸ Apenas como ilustração, na análise de outros dados não abordados neste artigo, percebeu-se uma tendência maior ao pessimismo e ao desencanto especificamente entre os jovens da região Sudeste, o que também foi detectado em outro estudo recentemente realizado entre adolescentes cariocas (BERTA, 2006), quando esses se mostraram bastante descrentes quanto ao seu futuro.

Tabela 1 – Distribuição da população jovem segundo o que melhor define o jovem nos dias de hoje – Brasil, 2004

O que melhor define o jovem nos dias de hoje	%
A moda e a aparência	26,9
A força e a agilidade	4,6
A linguagem, a música	9,8
A consciência, a responsabilidade e o compromisso	14,6
A insegurança pessoal e social	9,6
A falta de perspectivas	8,1
Ser questionador/transgressor/ousado	5
Ser instável emocionalmente	2,8
Ser criativo/empreendedor	7,1
Ser egoísta	6,1
Ser consumista/comprar	0
Depende do ambiente em que convive	0
Ser respeitado	0
Ser inteligente	0
Ser alegre/feliz	0
Ser mal educado	0
Ser agressivo	0
Ser violento	0
Ser irresponsável	0
Ser dependente de drogas	0
Nenhuma destas	0,2
Não sabe/não opinou	4,9
Total	100

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: pensando nas características de uma determinada faixa de idade, qual ou quais destas, na sua opinião, você acha que melhor define o jovem dos dias de hoje?

Nota explicativa: os respondentes podiam indicar até três características, por ordem decrescente de importância. As frequências aqui sistematizadas referem-se às indicações do primeiro lugar.

A grande expressividade na indicação do item relativo à moda e à aparência como a característica que melhor definiria a condição juvenil entre os entrevistados obriga a que se proceda a uma breve análise acerca dessa circunstância, a fim de se buscar uma melhor compreensão tanto do contexto maior em que ela se opera quanto dos efeitos de alguns de seus desdobramentos junto às juventudes.

De modo geral, parece que a escolha feita por mais de 1/4 do total de entrevistados vai ao encontro dos pressupostos de diversos autores, quando esses – sejam os considerados especialistas no assunto, sejam os de outras áreas das ciências sociais – ratificam a importância fundamental da moda, do vestir e da aparência, no sentido de tais elementos propiciarem um melhor reconhecimento e distinção de um determinado contexto histórico-social. Dessa forma, não é raro se afirmar que é à moda – mais especificamente, à sua observação e associação – que se deve o primeiro *insight* de percepção e entendimento de uma dada realidade.

Não é por outra razão que, nos últimos tempos, para muito além dos campos tradicionalmente afetos a essa área (artes plásticas, cinema, teatro, televisão, entre uma série de outros), assiste-se a um crescente movimento, por parte de diferentes esferas do conhecimento, no sentido da incorporação progressiva de postulados relacionados à moda no entendimento e interpretação de múltiplos aspectos da realidade, muitos dos quais considerados, até então, como fora de seu foco imediato de abrangência.

Lurie (1997) ilustra bem esse recrudescimento do interesse pela moda, mais especificamente pelo poder comunicacional da indumentária despertado em várias áreas do conhecimento, quando afirma que há milhares de anos os seres humanos vêm se comunicando por intermédio da “linguagem das roupas”. Desse modo, antes mesmo de um contato mais próximo, os seres humanos são capazes tanto de relatar como de omitir ou falsear, uns para os outros, importantes aspectos de sua condição biológica e sociocultural (sexo, idade, classe social, trabalho, origem, personalidade, estado de espírito etc.) simplesmente por meio das roupas que envergam. Destaca ainda que, da mesma forma como toda e qualquer língua escrita e falada, o idioma das roupas está sempre em transformação, uma vez que está inscrito no bojo dos processos sociais, processos esses que guardam, como sua principal característica, o fato de se encontrarem em constante transformação, mesmo quando travestidos de um sentimento de nostalgia.

Ampliando um pouco mais a abrangência desse diálogo, afirmação do mesmo teor é feita pelo filósofo italiano Gramsci (1989), quando ele, ao ressaltar a importância da alimentação, do modo de reprodução, da moradia e do vestuário na definição do conceito de *homem*, adverte que nos aspectos antes referidos “residem elementos da vida social, nos quais, da maneira mais evidente e ampla (isso é, com extensão de massa), manifesta-se o conjunto das relações sociais” (p. 42). Nessa direção, atenta ainda para a importância de, qualquer que seja a análise, sempre se considerar a dimensão cultural, uma vez que “não o pensamento, mas o que real-

mente se pensa, une e diferencia os homens”, razão pela qual considera o conjunto das relações sociais como a verdadeira natureza humana, vez que aquelas trazem inerente a noção de devenir, de transformação, presente em todas as ações do homem (p. 43)⁹.

Moda e cultura encontram-se, portanto, intimamente relacionadas num plano mais abrangente, traduzindo-se e ressignificando-se mutuamente, de acordo com o contexto em que se entrecruzam. Assim, ainda que ambas coexistam num mundo de gêneros onde os homens têm papel predominante,

[...] o sujeito masculino, assim como o sujeito feminino, não tem *status* visual separado da roupa e/ou do adorno¹⁰. [...] Roupas e outros tipos de ornamentações fazem com que o corpo humano se torne culturalmente visual [...], a roupa desenha o corpo de modo que ele possa ser visto culturalmente, e o articula de uma forma significativa. (SILVERMAN apud STEELE, 1997).

Steele (1997) acrescenta que “a moda jamais foi somente algo sobre partes do corpo, mas sobre identidade” (p. 196). Isso porque quando a percepção sobre nós mesmos se transforma, nosso modo de vestir, de nos apresentarmos socialmente também muda, tornando visível essa transformação.

Por essa linha, Lurie (1997) destaca que praticamente desde os primórdios de sua invenção a roupa vem sendo utilizada para diferenciar o jovem do velho. Entretanto, e da mesma forma que Lipovetsky (1989), vai situar entre os anos 1950 e 1960 o impulso de uma cultura jovem, cuja glorificação total teria se dado no período compreendido pelo final da década de 60 e início da de 70.

Nesse contexto de surgimento e afirmação da cultura juvenil, lugar de absoluto destaque foi ocupado pela moda, que, adquirindo o *status* de um de seus principais porta-vozes, segundo Lipovetsky (1987), “acelerou a difusão dos valores hedonistas [e] contribuiu para dar uma nova fisionomia à reivindicação individualista” (p. 120). Prossegue o autor, ressaltando que “a agressividade das formas, as colagens e justaposições de estilos, o desalinho só puderam impor-se [...] trazidos por uma cultura

⁹ Sobre a ampliação do olhar necessária a uma melhor compreensão dos processos que se operam no mundo concreto, Kosik (1976) acrescenta: “não é possível compreender imediatamente a estrutura da coisa ou a coisa em si mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas sim mediante uma determinada atividade. Não é possível penetrar na *coisa em si* e responder à pergunta – o que é a *coisa em si*? – sem a análise da atividade mediante a qual ela é compreendida [...]” (p. 22).

¹⁰ A propósito do reconhecimento acadêmico sobre a importância do adorno para a humanidade, bem como da tensão existente em seu potencial de destruição e transformação, em face do prazer que proporciona, Steele (1997) escreve: “o discurso acadêmico sobre a moda tem, na verdade, cada vez mais sugerido que o adorno é intrinsecamente humano, freqüentemente prazeroso e potencialmente subversivo” (p. 194).

na qual predominam a ironia, o jogo, a emoção-choque, a liberdade das maneiras” (*idem, ibidem*).

Se com a afirmação do modelo jovem um novo princípio de “imitação social” se impôs, como tal modelo estaria, então, repercutindo junto àquela parcela da população que vem justamente se constituindo a sua fonte direta de inspiração, ou seja, a própria juventude? Com o intuito de tentar responder, de forma breve, a essa indagação, lançaremos mão, prioritariamente, dos postulados de Margulis e Urresti, em artigo no qual os autores discorrem, pela dimensão sociológica, a propósito da relação existente entre a moda e a juventude (1996b).

Segundo esses autores, por ser efêmera, a moda tem de se submeter a uma constante mudança, cujo resultado é a construção de identidades frágeis. Nesse contexto, a suscetibilidade à moda é maior entre os jovens, por conta da dependência que têm de sua aparência física, ou seja, da vestimenta, do corpo e do penteado, além de predileções musicais e de seus códigos verbais. A ênfase nesses aspectos é inversamente proporcional ao que eles ainda não alcançaram no meio social, tais como o desempenho profissional, científico, artístico e econômico, o emprego, a constituição de família, enfim, todos os aspectos mais diretamente relacionados à vida adulta que, como vimos, são-lhes impostos por uma sociedade adultocrata.

Nas sociedades de consumo, a moda – por intermédio de um de seus maiores aliados: a publicidade – é hábil em ressaltar o lado positivo dos valores associados à juventude. Dessa maneira, apresenta-a, predominantemente, como uma categoria traduzida pelo prazer, pela estética, pela audácia, pela liberdade, pela capacidade de criação etc., quase nunca enunciando os aspectos negativos relacionados ao ser jovem, muitos dos quais decorrentes da própria forma como a sociedade os trata, tais como os pesares, as incertezas, a solidão, o desencontro, as limitações etc. Assim, “idealizam-se e reificam-se aspectos corporais que o passar dos anos modifica, construindo publicitariamente um imaginário sobre a juventude somente composto de saúde e felicidade” (MARGULIS e URRESTI, 1996b).

Considerando a função simbólica do consumo – ou seja, o seu papel no sentido de identificar, distinguir e dar prestígio, colocando o portador/usuário de certos objetos, linguagens etc. numa determinada categorial social –, pode-se dizer que os jovens que orientam seu consumo em função da moda buscam pertencimento, reconhecimento e legitimidade. Procuram ser aceitos, fazer parte de certos grupos, afirmando sua identidade social. Querem adequar sua maneira de vestir, de falar e de se expressar, suas preferências musicais e sua linguagem corporal às exigências do meio social em que têm vontade de se incluir.

A moda opera no limite entre a legitimidade e a exclusão. Por conta disso, requer o manejo de bens e habilidades, num contexto em que possuir apenas recursos econômicos não é o bastante. Para estar na moda, deve-se dispor de uma série de condições *aceitáveis*, a fim de que a mensagem que se almeja transmitir seja veiculada de forma eficaz¹¹. Obviamente, tal adequação implica num custo, que não apenas o de capital. Desse modo, o jovem, entre outras coisas, tem que abrir mão de algumas características de sua identidade pessoal, em função de se adequar a uma exterioridade cujo principal traço é estar em constante e acelerado processo de mudança.

Talvez por esse motivo, por essa conjugação complexa de fatores que definiriam o estar na moda pela ótica juvenil, é que, também de acordo com os dados contidos na Tabela 1, os jovens de modo algum se percebiam como consumistas, ou seja, propensos a comprar de forma desenfreada. Por essa linha, muito além do *consumo quantitativo*, parece prevalecer entre eles uma lógica mais ancorada no que consideramos *consumo específico*. Logo, o que parece importar-lhes não é propriamente o número, a quantidade, mas sim a aquisição, a posse e/ou ostentação de determinados objetos que façam sentido para as múltiplas condições juvenis, mostrando-se capazes de distingui-los e situá-los, ainda que tais objetos impliquem, muitas vezes, no dispêndio de quantias vultosas.

Estar na moda envolve, portanto, responder ao apetite de legitimidade. O jovem se oferece ao olhar do outro a quem ele escolhe como referente, ao mesmo tempo em que também lhe confere poder, esperando, dessa forma, ser reconhecido, aceito e apreciado.

O quadro se torna ainda mais complexo quando se considera, como vimos, que a juventude *está na moda* – razão pela qual também as pessoas mais idosas se vêem obrigadas a parecer mais jovens –, o que faz dela tanto sujeito quanto predicado, categoria consumidora de moda e, ao mesmo tempo, o objeto da moda, pondo em marcha e alimentado um processo moto-contínuo, com características fortemente autofágicas.

O resultado de tal processo se mostra, entre outros sintomas, na perpetuação do mito construído em torno dessa noção idealizada de juventude, num movimento que, ao invés de materializá-la a partir de sua complexidade – aí incluídas as suas

¹¹ Sobre esse aspecto, acrescenta Lipovetsky: “a significação imaginária jovem acarretou uma desafeição pelo vestuário de luxo, assimilado ao mesmo tempo ao mundo velho. O chique bom gosto, classe e distinto da Alta Costura viu-se desacreditado por valores que colocaram na dianteira o rompimento das convenções, a audácia e os olhares rápidos, valorizando mais a idéia do que a realização, mais o choque emocional do que o virtuosismo, a juventude do que a respeitabilidade social. Operou-se uma inversão importante nos modelos de comportamento. [...] Aparentar menos idade agora importa muito mais do que exibir uma posição social.” (1987).

contradições –, acaba por afastá-la do chamado mundo concreto (KOSIK, 1976), concorrendo, assim, para a manutenção da série de conflitos que são experimentados pelos jovens na contemporaneidade.

O lado bom e o lado mau de ser jovem

Como já pontuado, ao se fazer a análise do quadro desenhado pela Tabela 1, percebe-se, de modo geral, uma prevalência de respostas consideradas positivas sobre aquelas de natureza neutra ou negativa, indicando que, para os respondentes, vivenciar a condição juvenil não implica, única e exclusivamente, atravessar um período difícil, ainda que passageiro, cuja melhor saída seria a entrada num mundo caracterizado pela hegemonia dos adultos. Ao contrário, as percepções dos jovens indicam que eles gostam de estar nessa condição, não se furtando, portanto, de usufruir de algumas das prerrogativas inerentes a ela.

Por esse caminho, é bastante revelador notar que o número de jovens que assinalaram as opções nas quais a juventude é identificada pela violência e pela agressividade, pelo consumo de drogas e pela falta de educação e de responsabilidade é estatisticamente inexpressivo, com porcentagem nula de marcação. Ao mesmo tempo, observa-se que, no que pese uma parte dos jovens ter sinalizado com a falta de perspectivas, a instabilidade emocional e a insegurança como características definidoras da condição juvenil, na percepção da maioria deles, além de sua identidade visual e cultural, o que define a juventude mais frequentemente é a sua consciência, responsabilidade e compromisso, a sua criatividade e a sua forma de expressão.

Tal sinalização se mostra instigante, na medida em que, como já referido, aponta um quadro que contraria a maior parte das análises realizadas sobre as juventudes. Isso porque, conforme pontua Waiselfisz (1998):

[...] o balanço da bibliografia sobre juventudes demonstra que predominam as análises que enfocam o lado problema dos jovens, suas atitudes *desviantes*, manifestas em rebeldias, revoltas e delinquências. Observa-se também uma certa polarização nos estudos com concentração em jovens que se encontram excluídos do processo de integração social.

Outras tendem a generalizar, para toda a sociedade, uma cultura juvenil que está assentada em valores e comportamentos mais típicos de jovens de classes médias. A inclusão e a exclusão diferem nas formas de abordagem (p. 158-159)

A visão predominantemente positiva que os jovens têm de si mesmos parece coadunar com a percepção de também estarem satisfeitos com sua própria existência. Conforme o disposto na Tabela 2, quando inquiridos a demonstrar o nível de satisfação em relação à sua vida nos dias de hoje, os entrevistados responderam que estão ou muito satisfeitos (6%) ou satisfeitos (69%), perfazendo um expressivo total de 75%, o que significa dizer 3/4 da juventude brasileira.

Vale, no entanto, ressaltar que, apesar da magnitude desse índice de satisfação, em hipótese alguma se pode esquecer que cerca de 1/4 da juventude se considera insatisfeita (22%) ou muito insatisfeita (2%) com sua vida. Isso significa dizer, em números ampliados, que aproximadamente 12 milhões de jovens brasileiros estão descontentes com o seu dia-a-dia, situação que, comprometendo de forma negativa o presente, caso não se reverta ou se amenize, pode se manter ou mesmo se agravar no futuro, perpetuando um quadro de contornos preocupantes, porque inaceitáveis para uma parcela tão expressiva da população.

Tabela 2 – Distribuição da população jovem segundo satisfação quanto à vida que leva hoje, Brasil, 2004

Grau de satisfação	%
Muito satisfeito	6%
Satisfeito	69%
Insatisfeito	22%
Muito insatisfeito	2%
Não sabe/não respondeu	0%
Total	100%

Fonte: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, Unesco, 2004.

Ao serem desagregados os dados do conjunto que se declara muito satisfeito e satisfeito, percebem-se algumas variações no nível de satisfação da juventude, o que, obviamente, têm reflexos naquele relativo ao de sua insatisfação.

No que diz respeito à faixa etária, são os mais novos que se mostram mais satisfeitos com sua existência. Assim, tal nível atinge o pico de 85% na faixa de 15 a 17 anos, decaindo em seguida para 77% entre os de 18 a 20 anos; 72% na faixa de 21 a 23 anos; 71% de 24 a 26 anos, até atingir o seu mais baixo percentual no segmento de 27 a 29 anos, ou seja, 69%, delineando um estado de coisas cujo desenho

em escala descendente indica que quanto maior a proximidade dos jovens com a considerada vida adulta, maior o seu desencanto com a sua própria vida¹².

Os dados da pesquisa também mostraram que essa percepção mais satisfatória da vida é um fenômeno diretamente relacionado ao lugar ocupado pelos respondentes na pirâmide social. Desse modo, constatou-se uma significativa elevação dos níveis de satisfação de acordo com o posicionamento dos jovens tanto nas classes mais altas quanto nos estratos de menor renda familiar.

Quanto à condição de classe, aferida segundo o critério econômico Brasil, 83% dos jovens das classes A/B se declaram satisfeitos (73%) ou muito satisfeitos (10%); já entre os jovens das classes D/E, tal número geral cai para 73%, com as porcentagens de 67% e 6%, respectivamente. Em relação à renda familiar, medida em salários mínimos, verifica-se que a satisfação também decresce na proporção em que cai o rendimento de suas respectivas famílias. Entre os jovens com renda maior do que 10 salários mínimos, 80% estão satisfeitos (73%) ou muito satisfeitos (7%); quanto àqueles com renda de 1 a 2 salários mínimos, 65% estão satisfeitos e 5% muito satisfeitos, perfazendo um total de 70%, ou seja, 10 pontos abaixo dos de maior renda. Note-se que esse é o mesmo percentual de diferença (10%) verificado entre as percepções dos jovens das classes mais altas (A/B) em relação aos das mais baixas (D/E).

Com base nos resultados de outros estudos no campo da juventude brasileira, pode-se afirmar que essa percepção predominantemente positiva da vida por parte dos jovens é recorrente, repetindo-se, praticamente, nos mesmos patamares quando os números são desagregados. Dados oriundos de pesquisa nacional, realizada no segundo semestre de 2003, com jovens de 15 a 24 anos, demonstram que uma parcela praticamente idêntica àquela apontada no presente estudo (74%) indicava que, na sua opinião, existiriam mais coisas boas do que ruins em ser jovem; outros 14% consideravam haver tanto coisas boas quanto más, ao passo que o menor percentual (11%) apontava apenas coisas ruins (ABRAMO e BRANCO, 2005). Mesmo quando desagregados os dados (sexo, idade, renda familiar, escolaridade etc.), tal positividade se mantinha entre mais de 2/3 dos entrevistados, atingindo os mais altos percentuais entre os homens adolescentes (82%), os jovens com Ensino Superior (81%), os da zona rural (80%) e os de maior renda (79%) (ABRAMO, 2005).

¹² Vale destacar que o índice crescente de insatisfação na medida em que a idade dos entrevistados avança, além de recorrente em outros estudos realizados em nível nacional (ABRAMO e BRANCO, 2005), pôde também ser verificado, ainda que em patamares mais baixos, em pesquisas internacionais (Injuve, 2006), indicando que esse não parece, portanto, constituir-se um fenômeno local.

Esse forte traço do perfil juvenil atestando sua satisfação com a vida não parece estar restrito ao Brasil. Pesquisa realizada recentemente na Espanha (INJUVE, 2006) também aponta a satisfação da juventude daquele país. A diferença, entretanto, encontra-se nos níveis atingidos. Enquanto que, como já vimos no estudo que nos serve de base, em 2004, 75% dos jovens brasileiros se declaram satisfeitos e muito satisfeitos com sua situação, naquele país europeu, tal índice, em 2006, chega a abarcar 88% da juventude¹³. Essa disparidade certamente pode ser explicada em função da extensa série de diferenças verificadas entre os dois países. Dentre elas, tem lugar de absoluto destaque o fato de que, embora ambas façam parte de uma mesma ordem econômica neoliberal globalizada, são nações que se situam em diferentes esferas desse contexto. Assim, e segundo os postulados de diversos analistas das sociedades contemporâneas, tais como Boaventura Sousa Santos (1997), Pierre Bourdieu (1998), Milton Santos (2001); Marilena Chauí (1999), François Chesnais (1998) e Otavio Ianni (2001), entre uma extensa série de outros, ao passo que o país europeu ocupa posição privilegiada entre aqueles situados no nível central, ostentando índices de qualidade de vida bastante superiores aos da maioria das nações do mundo, o Brasil se encontra, circunstancialmente, relegado a um lugar periférico, palco de acirradas contradições, dentre as quais a desigualdade e a exclusão social comparecem como marcas históricas e persistentes.

Por essa linha de reflexão, e de volta com os dados do estudo *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, entende-se o porquê de os níveis de satisfação juvenil que mais se assemelham ao espanhol serem justamente os expressos nas percepções dos jovens das classes A/B (83%) – isso é, as mais elevadas da sociedade brasileira – ou daqueles com renda familiar superior a 10 (dez) salários mínimos, cujo percentual de 88% chega a empatar com o espanhol¹⁴.

O Gráfico 1 explicita as principais razões apontadas pelos jovens entrevistados para se sentirem satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida que levam. Como pode ser visualizado, a família foi, de longe, o item mais mencionado pelos respondentes, sendo a responsável por 43% do total das indicações. A seguir, com 17

¹³ Ainda segundo dados da pesquisa em pauta, tal porcentagem reflete, na Espanha, uma tendência de ascensão, visto que, em 2005, o nível de satisfação aferido entre os jovens daquele país estava situado em 84% (Injuve, 2006).

¹⁴ Um outro indício dessa situação foi recentemente aferido na Cidade do Rio de Janeiro (INTRATOR e CLÉ-BICAR, 2006). Com base no cruzamento de uma série de indicadores (saúde, educação, lazer, renda, condições de moradia número de templos religiosos etc.) fornecidos por pesquisadores especializados no tema felicidade, o jornal O Globo constatou que o Bairro da Lagoa – justamente um dos mais caros de todo o Estado do RJ, ocupado predominantemente pela alta classe média carioca – foi escolhido como o bairro mais feliz da cidade, por comportar o maior número de indicadores positivos.

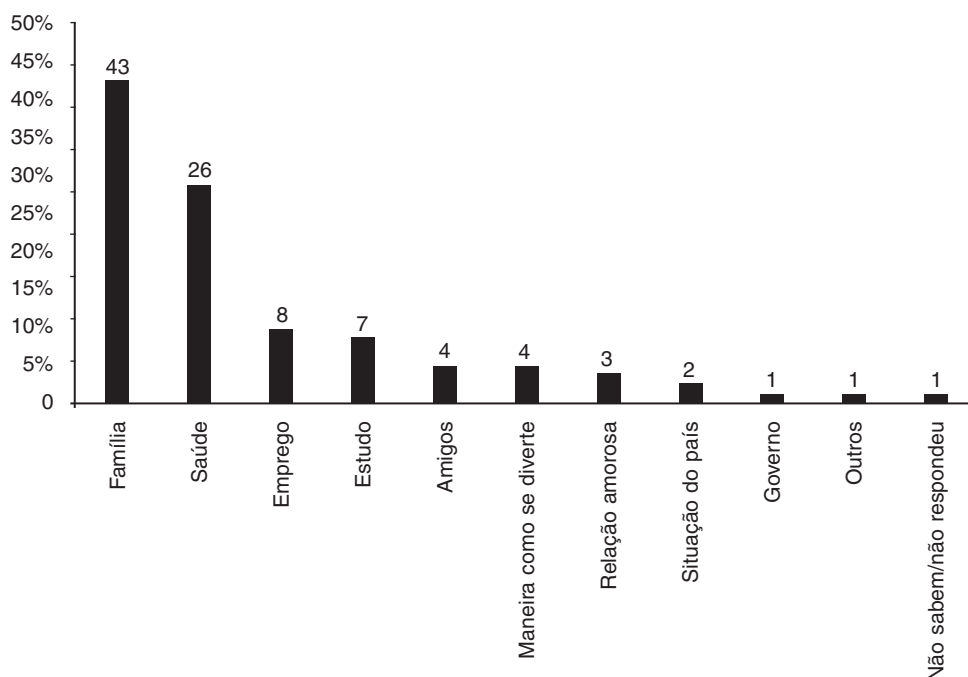
pontos percentuais abaixo da primeira indicação, está a saúde, perfazendo 26% das escolhas. Na terceira e na quarta posições, bem abaixo das anteriores, encontram-se, praticamente nos mesmos patamares, o emprego (8%) e o estudo (7%).

Os amigos e a maneira como se divertem apresentam o mesmo – e baixo – percentual de satisfação, ou seja, 4%. Uma possível explicação para esse quadro duplo talvez possa ser encontrada por meio dos resultados de pesquisa recentemente realizada, com jovens cariocas, na cidade do Rio de Janeiro (MOTTA e BERTA, 2006). No que diz respeito às pessoas com quem convivem, os jovens se ressentem, segundo o estudo, da duplicidade de sua conduta. Como exemplos, 56% dos entrevistados alegam possuir parentes ou amigos que, embora bebam ou fumem, digam que tais hábitos são prejudiciais à sua própria saúde; outros 55% também afirmam conhecer pessoas que, embora se posicionem contra a pirataria, não hesitam em consumir produtos piratas¹⁵. Quanto à forma pouco satisfatória como se divertem, uma possível explicação pode ser atribuída ao fato de que muitos dos jovens pesquisados no estudo carioca reclamam da falta de liberdade para se divertir, não por conta de uma educação rigorosa, mas pelo medo dos seus pais de que sofram algum tipo de violência.

Um outro dado denunciado pelo gráfico seguinte se refere ao desencanto recorrentemente expresso pelos jovens quanto ao modo como vem sendo conduzido o destino político-administrativo do Brasil, uma vez que, como fica evidente, a situação do país e o seu governo foram os itens com os menores índices de escolha entre os entrevistados (2% e 1%, respectivamente). Tal estado de coisas pode ser entendido, por sua vez, como um dos possíveis reflexos de sua indignação a propósito da escassez de ações voltadas para as juventudes, escassez que se traduz, entre uma série de outros fatores, pela ausência de uma política pública especificamente direcionada para esse estrato da população (UNESCO, 2004).

¹⁵ Quanto às situações relatadas, vale ponderar que, ao passo em que as mesmas atestam o quanto os jovens observam o comportamento alheio, também denunciam o seu enorme potencial em reproduzir com outros a forma crítica e, muitas vezes, moralista com que certamente são *enquadrados* pelo mundo adulto. Prova disso foi o alto percentual de marcação obtido, nesse mesmo estudo carioca, pelo item moral quando os jovens foram perguntados sobre aquilo que, no seu entender, seria mais importante para o conjunto da sociedade. Dessa maneira, fazemos nossas as palavras de Paulo Freire, quando o educador nos ensina que “numa sociedade desigual a cabeça do oprimido tende a hospedar a cabeça do opressor” (apud FREI BETTO, 2006).

Gráfico 1 – Distribuição da população jovem segundo razões para estar satisfeita ou muito satisfeita com a vida que leva hoje, Brasil, 2004



Fonte: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, Unesco 2004

De acordo com Barreira (1999):

O discurso sobre família como célula central da sociedade – *celula-mater* –, átomo em torno do qual se agrupam as relações sociais dos grupos humanos, é bem anterior às reflexões sociológicas e fez derramar suor e tinta por parte de teólogos, filósofos, literatos e outros pensadores, das épocas clássicas até nossa contemporaneidade, passando evidentemente pelas reflexões do homem comum em sua vida cotidiana. O discurso sobre família é, pois, sobredeterminado: quando pensamos sobre tal temática, o fazemos dentro de um campo de significados já estabelecidos (p. 51).

Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que, como toda construção social, o conceito de família tem se modificado substancialmente ao longo dos anos. Considerado como indicativo da primeira sociedade organizada do mundo, servindo de base para a constituição de uma série de outras sociedades, vinha sendo tradicionalmente utilizado no sentido de sinalizar, na maioria dos casos, o agrupamento de duas pessoas de sexos opostos, amparadas por um contrato civil e/ou religioso, com intenção de procriar, preferencialmente em um domicílio diferente do paterno.

Tal noção, no entanto, passou – e inevitavelmente continua a passar – por diversas e profundas transformações, sobretudo a partir da década de 1960. Assim, segundo a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006), o novo conceito de família, ainda que reconhecidamente transitório, está atualmente associado

[...] aos grupos formados não só pelo casamento civil ou religioso, mas também pela união estável de homem e mulher ou por comunidade dirigida somente por um homem ou por uma mulher (mãe solteira, no caso). Antes, uma união que não fosse formada pelo casamento formal era considerada “família ilegítima”. Da mesma maneira, “filho ilegítimo” é uma expressão que não cabe mais em nossa sociedade.

Abramovay (2001) assinalam que, embora também venha se modificando no decorrer dos anos, a relação dos jovens com suas famílias continua apresentando uma forte ambigüidade. Isso porque, embora aqueles critiquem severamente o ambiente familiar do qual fazem parte e a relação que estabelecem com seus pais, entre diversas outras situações vivenciadas nesse grupo, continuam atribuindo a ele a sua mais forte e constante referência de vida. Desse modo, não causa espanto quando os próprios jovens, ao definirem o que mais gostam, indiquem as próprias famílias como o centro absoluto de sua preferência...

Segundo Gonçalves (2005), em face da fraqueza das instituições, tem cabido às famílias, como também àqueles que estão mais próximos dos jovens, desempenhar, em primeira instância, o papel de promotores da regulação de suas respectivas condutas. Citando o sociólogo alemão Norbert Elias, a autora ressalta que os laços de parentesco tendem a se estreitar na medida em que o Estado deixa de cumprir com as atribuições que lhe são designadas pela contemporaneidade, situação característica de estágios *mais primitivos* do desenvolvimento social. Nesses casos, o que se observa

é uma inversão dos papéis, com a família, ou seja, o espaço privado assumindo funções que deveriam ser desempenhadas pelo poder público.

Tal câmbio de atribuições constituiria, portanto, uma possível explicação do porquê o jovem brasileiro estaria atribuindo à sua família “expectativas que nas sociedades centrais são compartilhadas por outras instâncias sociais; a retração do público reforça o privado e faz com que repousem no sujeito e no núcleo familiar as forças de agregação social” (GONÇALVES, 2005). Dessa forma,

[...] na ausência do público como fonte de suporte para a vida social até mesmo no que diz respeito ao controle da criminalidade, o jovem ressentido da ausência do Estado. Diante de um poder público que não tem feito muita coisa, refluem sobre a família todas as expectativas de suporte e apoio (*idem, ibidem*).

Quando os números do gráfico anterior são decompostos por sexo, algumas diferenças importantes transparecem. Assim, percebe-se que as mulheres representam 49% dos jovens que elegeram a família como o principal motivo de estarem satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida, contra 38% dos homens. No caso dos que escolheram a saúde e o emprego, a maioria é masculina: 28% e 11%, respectivamente.

Quanto ao emprego, em especial, vale destacar que apenas 5% das mulheres o elegeram como sendo a principal causa de sua satisfação, sinalizando que, para elas, o mundo do trabalho ainda não oferece o mesmo nível de atrativos e/ou compensações que são proporcionados aos homens. Dentre as principais causas dessa situação, com base nas discrepâncias históricas observadas em nossa sociedade, pode-se inferir que elas se devem, prioritariamente, entre uma série de outros fatores, tanto ao acúmulo das tarefas profissionais e afazeres domésticos, resultando na chamada dupla jornada de trabalho, tão conhecida pelo universo feminino, quanto à flagrante diferença verificada nos salários pagos às mulheres em relação àqueles recebidos pelos homens.

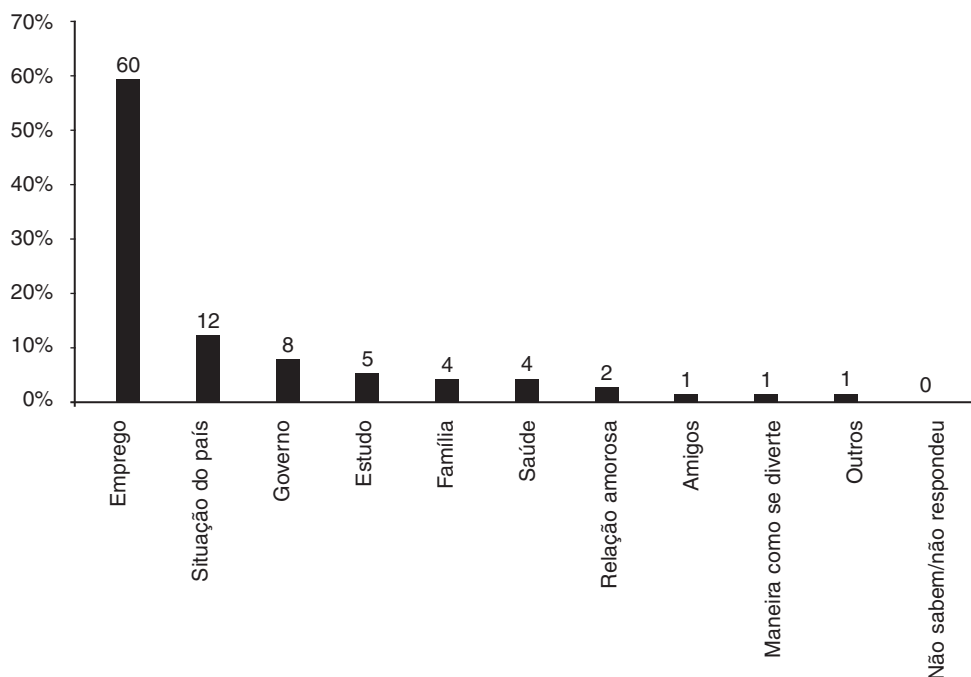
Também o baixo índice de satisfação quanto aos estudos, igualmente manifesto entre os respondentes de ambos os sexos (7%), constitui um dado bastante preocupante. Isso porque vem demonstrar a cristalização do estado, tantas vezes denunciado, de inadequação da escola brasileira aos nossos jovens – que, juntamente com as crianças e adolescentes, são os seus principais sujeitos –, compondo um painel perverso de longas raízes históricas e que, pelo que vem sendo sinalizado, ainda está longe de ser debelado.

O nível de satisfação dos jovens remete à análise de um dado inverso, qual seja, o de seu nível de insatisfação ou de muita insatisfação para com a vida. Nesse sentido, ao serem agrupados os indicadores de tal situação, o quadro anterior se modifica de forma substancial, conforme pode ser comprovado no Gráfico 2, a seguir.

Como fica patente, o emprego é a maior fonte de insatisfação da juventude com a sua vida, atingindo o elevado percentual de 60% das marcações. A seguir, e bem abaixo da primeira opção, aparece a situação do país, agrupando 12%, seguida pelo governo, com 8%, indicadores que, somados, totalizam um percentual de 20% das escolhas. Essa circunstância vem reforçar a linha de análise anteriormente desenvolvida, que em função desses itens terem obtido os mais baixos índices de satisfação juvenil, tal desencanto foi sido atribuído ao modo como vêm sendo conduzidos os rumos político-administrativos do país, cuja escassez/ausência de ações voltadas para as juventudes é uma das conseqüências – ou causas – mais evidentes.

Ainda de acordo com o gráfico seguinte, a família – que é apontada como o principal motivo por 43% dos jovens brasileiros se encontrarem satisfeitos ou muito satisfeitos com suas próprias vidas – ocupa, nesse caso, o quinto lugar em seu nível de insatisfação, repetindo os mesmos percentuais conferidos à saúde, também posicionada na quinta colocação, acumulando, cada uma, 4% das escolhas.

Gráfico 2 – Distribuição da população jovem segundo razões para estar insatisfeita ou muito insatisfeita com a vida que leva hoje, Brasil, 2004



Fonte: Pesquisa Juventude, *Juventudes: o que une e o que separa*, Unesco 2004

De acordo com Abramovay (2001), em tempos de incerteza como os que atravessamos, quando o desemprego e a instabilidade das situações profissionais assombram incessantemente a maior parte da sociedade, entrar e/ou se manter no mercado de trabalho certamente constituem algumas das principais preocupações das juventudes contemporâneas. E não é para menos: embora a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2005 pelo IBGE (SPITZ, 2006), aponte um crescimento da renda nacional, indica, também, uma taxa de desemprego alta no país, situada em torno de 9,3%. Por sua vez, um outro estudo divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (SANDRINI, 2006) mostra que 45,5% do total de desempregados brasileiros têm entre 16 e 24 anos. Nesse contexto, os jovens representam apenas 1/4 da população economicamente ativa.

Apesar desse quadro, a satisfação manifesta pelas juventudes não possui, aparentemente, uma relação tão direta com o fato de o jovem estar trabalhando no momento. Isso porque, embora um pouco mais de metade dos jovens entrevistados (56%) afirmassem trabalhar quando da realização do estudo, conforme aponta a Tabela 3, ao serem cruzados os dados dessa situação com a satisfação com a vida que levam, percebe-se que entre os trabalhadores tanto os níveis de satisfação quanto os de insatisfação são muito parecidos, situando-se em torno de 53%, apresentando apenas uma ligeira elevação no grupo de satisfeitos que trabalham (58%).

Tabela 3 – Como os jovens se sentem em relação à vida que levam hoje, a partir de sua situação de trabalho, Brasil, 2004

	Trabalhando	Não trabalha atualmente, mas já trabalhou	Não trabalha atualmente e nunca trabalhou	Total
Muito satisfeito	53%	23%	24%	100%
Satisfeito	58%	24%	18%	100%
Insatisfeito	53%	35%	12%	100%
Muito insatisfeito	54%	37%	9%	100%

Fonte: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, Unesco, 2004.

Entretanto, o nível de satisfação parece guardar alguma relação com o fato de o jovem se sentir ou não seguro em seu emprego. Dos respondentes que se pronunciaram muito satisfeitos com suas vidas, 61% têm certeza que estarão empregados até o final do ano. Entre os muito insatisfeitos, apenas 31% têm a mesma certeza. Por outro lado, entre os jovens que se disseram muito satisfeitos, apenas 5% assumem que certamente não estarão empregados no final do ano, contra 13% dos que se declaram muito insatisfeitos. Desse modo, ainda que freqüentemente se atribua à juventude um forte traço de instabilidade, a segurança em algumas instâncias de sua vida parece ser uma de suas necessidades mais prementes.

Finalmente...

Como visto no decorrer de nossa discussão, muito embora as juventudes ocupem lugar central e destacado na sociedade contemporânea, constituindo um importante parâmetro para praticamente todos os estratos etários e sociais – por

meio, entre outros mecanismos, da venda de seus atributos sob a forma de mercadorias –, com base nas discussões realizadas, fica patente que tal centralidade se materializa, de modo objetivo, muito mais num âmbito estético do que, propriamente, ético.

Isso porque, ainda que tanto o vigor e a plasticidade de sua forma física, suas roupas, bem como todas as demais características pautadas, do modo mais específico, na representação do que os jovens aparentam ser, afigurem-se como socialmente desejáveis – corroborando nossa crença na enorme influência exercida por eles, numa dimensão estética, sobre o conjunto da sociedade –, no campo da ética, aqui traduzido como o conjunto de regras, maneiras de pensar ou princípios que orientam, ou tomam para si, a autoridade de orientar as ações de um determinado grupo social (SINGER, 1994), ou, nas palavras de Frei Betto (2006), “[...] os usos e costumes adotados numa sociedade para se evitar a barbárie de a vontade de um violar os direitos de todo”, a autoridade das juventudes revela-se bastante limitada, para não dizer inexistente...

Desse modo, pode-se dizer que os jovens encontram-se premiados por um mundo adulto que, ao mesmo tempo em que os coloca como alvo máximo de seus desejos estéticos ou – lançando mão de um termo empregado de modo muito corrente na contemporaneidade para definir algo que é muito desejado e potencialmente adquirível por meio da compra – verdadeiros *sonhos de consumo*, na outra mão, relega-os a um plano eminentemente secundário, limitando-os à condição de *modelos mudos*.

Assim, calando-lhes a palavra por meio dos mecanismos de exclusão anteriormente discriminados – compreendidos, entre outros, pela visão dual e maniqueísta tanto de seu presente quanto de seu futuro; pela imposição de uma ordem adultocrata, na qual os espaços de contestação e expressão juvenis são raros, e pela culpabilização por mazelas quase sempre associadas a episódios violentos, que, apresentadas como inerentes à juventude, ficam despidas de um significado social –, reforça-se uma prática que trafega na contramão da noção de ética aqui referida. Isso porque – e justamente em função de sua natureza excludente – não contempla a síntese dos chamados interesses coletivos, aí compreendidos os juvenis, síntese também imprescindível para a constituição do que até então se conhece como democracia.

Não se pretende negar aqui que passamos todos por tempos difíceis. E não apenas nós, brasileiros, mas praticamente todo o planeta, alguns em maior, outros em menor grau, dependendo do lugar onde se está ou se é compelido a estar. E, desse contexto, obviamente não ficam de fora os jovens, em torno de quem não dá

para continuar a se construir um mito pela simples razão de serem jovens (RIBEIRO, 2004), sob o risco de, desmaterializando-os, perpetuar sua exclusão de ações das quais eles próprios são ou serão objeto, embora não condição de não-sujeitos.

Com base na percepção de nossas juventudes sobre suas vidas podemos dizer que elas nos apontam com o otimismo, com a certeza de que pouco ou nada se perdeu, que ainda há muito espaço por onde começar/recomeçar a construção de um outro mundo. Um mundo melhor, porque possível. E possível porque é também mediado pela ótica e pela participação juvenil tanto numa dimensão estética quanto ética.

Referências

- ABRAMO, H. W. *Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo*. In: ABRAMO, H. W. ; BRANCO, P. P. M. (Org.) *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMO, H. W. ; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMOVAY, M. et al. *Escolas de Paz*. Brasília: Unesco/Governo do Estado do Rio de Janeiro/Unirio, 2001.
- _____. Juventude e Infração Penal. *Correio Braziliense*, Brasília, 6 de julho de 2006. Disponível em <<http://www.joveneslac.org/portal/000/opiniones/juventude-infacao-penal.doc>>.
- ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. G. (Coord.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006
- BARREIRA, C. et al. *Ligado na Galera – juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: Unesco, 1999.
- BERTA, R. Juventude Desiludida: pesquisa do Ibope mostra que adolescentes cariocas estão pessimistas com o futuro. *O Globo*, 16 de setembro de 2006, p. 17.
- BETTO, F. *Ética, Mera Questão Estética?*. Caracas: [s.n], 25 de julho de 2006. Disponível em <<http://www.alia2.net/article142382.html>>.
- BOCAYUVA, P. C. C. ; VEIGA, S. M. Características do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. In: *Afinal, que País é Este?*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BRASLAVSKY, C. La Juventud en Argentina: entre herencia del pasado y la construcción del futuro. *Revista de La Cepal*, nº 29, Santiago de Chile: [s.n], 1986.

CHAUÍ, M. Ideologia Neoliberal e Universidade. In: *Os sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, J. F. Perspectivas da Juventude na Sociedade de Mercado. In: NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ESTEVES, L. C. G. et al. *Estar no Papel: cartas dos jovens do Ensino Médio*. Brasília: Unesco, INEP/MEC, 2005.

GONÇALVES, H. S. *Juventude Brasileira, entre a Tradição e a Modernidade*. In: *Tempo Social*. São Paulo: [s.n], v. 17, n. 2, 2005. Disponível em <http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103>. (Acesso em: 21 out. 2006)

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE. *Mudanças no Código*. Disponível no site <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/familia/codigo.html>>. (Acesso em: out. de 2006).

INJUVE. Sondeo de Opinión y Situación de la Gente Joven (2ª encuesta de 2006): *Percepción Generacional, Valores y Actitudes, Calidad de Vida y Felicidad*. España: Injuve, 2006. Disponível em: <<http://www.injuve.mtas.es/injuve/contenidos.item.action?id=1206388916&menuId=1112484564>>. Acesso em: out. de 2006.

INTRATOR, S. e CLÉBICAR, T. Existe Felicidade no Rio. *Revista O Globo*. Rio de Janeiro: [s.n], nº 110, 03/09/2006.

KEHL, M. R. A Juventude Como Sintoma de Cultura. In: NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIPOVETSKY, G. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LURIE, A. *A linguagem das Roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MARGULIS, M. ; URRESTI, M. La Juventud es Más que una Palabra. In: MARGULIS, M. (Ed.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996a.

_____. Moda e Juventud. In: MARGULIS, M. (Ed.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996b.

MINAYO, M. C. S. et al. *Fala Galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOTTA, C. ; BERTA, R. Entre a Teoria e a Prática, um Abismo. *O Globo*. Rio de Janeiro: Editoria Rio, 16 de setembro de 2006, p. 18.

PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

RIBEIRO, R. J. Política e Juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RODRIGUES, E. *Existe el Riesgo de Caer en un Populismo Punitivo*. Entrevista dada em 22 de maio de 2004. Disponível em <<http://www.chicosdelacalle.org/news04b/expertof.html>>. (Acesso em: 21 out. 2006).

SANDRINI, J. Desemprego entre os Jovens Atinge 32%. *Folha de São Paulo*. 15/09/2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/cbn/capital_140906.shtml>.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, P. A Juventude como Corte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W. ; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

SINGER, P. *Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

SOUSA SANTOS, B. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1997.

SPITZ, C. Ocupação sobe 2,9% em 2005, mas Desemprego Aumenta, diz IBGE. *Folha Online*. (Acesso 15 set. 2006). Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u111028.shtml>>.

STEELE, V. *Fetichismo: moda, sexo & poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

UNESCO. *Políticas de/para/com Juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.

WASELFISZ, J. J. *Juventude, Violência e Cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003*. Brasília: Unesco, 2004.

Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação

Eliane Ribeiro Andrade*
Miguel Farah Neto**

A instituição escolar é uma fonte de decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela.

(BOURDIEU, 1999)

Pensar em processo de juventude e em condição social juvenil significa, necessariamente, pensar em um conjunto de processos de diferenciação. No Brasil, a situação dos jovens perante o sistema de ensino é um deles. A escolaridade, relacionada com a faixa etária, opera importantes diferenciações juvenis, especialmente se cotejada com a situação de vida das famílias dos jovens – determinada, principalmente, pelo *status* socioeconômico –, com sexo, cor, local de moradia, clivagens intergeracionais etc. Sem dúvida, não é possível se pensar em juventude como uma categoria independente do contexto no qual ela toma sentido

* Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

** Mestre em Educação. Pesquisador vinculado à Escola de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Pesquisador qualificado da FIO-TEC/FIOCRUZ.

(CHAMPAGNE, 1996). Assim, o processo de escolarização constitui hoje, sem dúvida, um espaço importante de sentido, que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros. Ao mesmo tempo, é um espaço fundamental de reflexão e luta por direitos.

Segundo o relatório de monitoramento global da *Educação para Todos*, da Unesco (2005), a taxa de alfabetização na população com idade entre 15 e 24 anos é um indicador importante de progressos em direção à educação para todos, já que a alfabetização de jovens reflete a capacidade do sistema educacional para desenvolver habilidades básicas de leitura e escrita. Em geral, as taxas de alfabetização tendem a ser mais altas entre os jovens do que entre os adultos, devido ao recente acesso à Educação Básica. As mais recentes estimativas disponíveis indicam que há cerca de 137 milhões de jovens analfabetos no mundo (17% de todos os analfabetos), sendo que 85 milhões deles (63%) são do sexo feminino. Além das desigualdades de gênero, cabe destacar as disparidades entre jovens das zonas urbana e rural, como também das diferentes regiões do planeta. O relatório aponta, ainda, a taxa de sobrevivência escolar até a quinta série como um dos indicadores mais importantes para se entender esse movimento.

Embora se possa afirmar que, hoje, o acesso e a permanência dos jovens na escola no Brasil se apresentam mais democratizados, por conta da universalização do acesso ao Ensino Fundamental na faixa etária de 7 a 14 anos, que vem ocorrendo desde os anos 1990, os processos vivenciados pela maioria dos jovens brasileiros e suas estratégias de escolarização ainda expressam as enormes desigualdades a que está submetida essa faixa da população. As trajetórias escolares irregulares, marcadas pelo abandono precoce, as idas e vindas, as saídas e os retornos, podem ser assumidas como importantes sinais de que diferentes grupos de jovens vivem e percorrem o sistema de ensino. Tal processo é o indicador mais visível da diversidade do acesso, da permanência e do arco de oportunidades. O que parece estar dado, como direito, instituído e instituinte – o direito à educação para todos¹ –, não reflete, necessariamente, a realidade vivenciada por parcela significativa dos jovens brasileiros.

¹ “Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que ‘toda pessoa tem direito à educação’. No entanto, apesar dos esforços realizados por países do mundo inteiro para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades: mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres – são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento; mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso e às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais” (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, JOMTIEN, 1990).

Os dados apresentados pela pesquisa *Juventudes Brasileiras*, realizada pela Unesco e aqui focalizada, anunciam, de forma contundente, tal realidade: a quase totalidade dos jovens entre 15 e 29 anos frequenta ou já frequentou a escola, sendo de apenas 0,7% o percentual dos que afirmaram nunca ter estudado. Entretanto, somente 38% estão estudando e 61,3% já estudaram, mas não estudam atualmente. A maior parte dos jovens acredita que terá condições de voltar a estudar (69,5%), enquanto 27,1% não crêem nessa possibilidade. Sem dúvida, o sistema educacional brasileiro está diante de um dos seus maiores desafios: como garantir a permanência dos seus alunos? Como garantir o ensino básico para todos?

Tratar o campo educacional a partir das desigualdades sociais², considerando que o sistema escolar, historicamente, não foi estruturado para atender às diversidades, pode ajudar na compreensão dos processos escolares vividos por esse expressivo grupo marcado por trajetórias acidentadas. Dubet (2001) alerta para o fato de que, com a universalização do acesso, ou seja, quando a escola de massa se empenha em oferecer condições iguais de oportunidades de ingresso, a seleção não é mais feita no acesso à escola, mas no seu interior, na trajetória educacional, ganhando destaque novas práticas: o desempenho individual, a competição, o chamado fracasso escolar. Resgatando os paradigmas que marcaram as análises sobre a escola e o desempenho escolar nas últimas décadas, o autor assinala, ainda, que, por muito tempo, se lutou pela oferta igual, na crença de que, conseqüentemente, se pudesse produzir igualdade.

Hoje, percebemos que não só ela não é realmente igual, mas que sua igualdade pode também produzir efeitos não igualitários somados aos efeitos que ela deseja reduzir. Deslizamos, assim, sem nos darmos conta, para uma filosofia política menos centrada na igualdade que na equidade. (DUBET, 2001)

As contribuições também chamam atenção para o que Dubet (2001) denomina de experiência social das desigualdades. Ele acentua a aguda contradição nas sociedades modernas entre a igualdade e as múltiplas desigualdades, o que assume natureza violenta e ameaçadora, destacando a auto-responsabilização dos sujeitos pelo seu fracasso, de modo a se considerarem responsáveis pela sua própria in-

² "As desigualdades sociais não se estruturam fora do jogo entre as diferenças *identitárias* e culturais, pois o simbólico é constitutivo do social. No caso brasileiro, o processo de negação de dignidade humana aos ex-escravos – e que se reproduziu para os seus descendentes, além da imensa legião de outros não-incorporados rurais e urbanos – contribuiu para pavimentar todo um conjunto de práticas, autodefinições e representações sociais, legitimando, no plano simbólico – isto é, dos valores e das representações sociais –, o processo de exclusão das instituições centrais das sociedades. No Brasil, a combinação de indicadores de renda, educação e ocupação com variáveis de cor e gênero aumenta a desigualdade, como se vê, por exemplo, na relação entre anos de estudo e níveis de rendimento. Se uma mulher precisa em média estudar de 8 a 11 anos para alcançar rendimento igual ao de um homem com 1 a 3 anos de estudo, no caso das mulheres não-brancas, elas devem estudar de 8 a 11 anos para alcançar o salário médio das brancas com 4 a 7 anos de estudo". (VAITSMAN, 2002).

felicidade, deixando-se invadir pela “consciência infeliz”, visto que, nas sociedades modernas, as lutas coletivas tendem a ser diluídas em provas pessoais.

As desigualdades na escola podem se expressar de várias formas: frequentemente, quando os jovens percebem estar perdendo esse “jogo escolar” – porque, efetivamente, não são iguais –, surgem algumas estratégias – como a própria retirada do jogo –, reconhecidas como evasão, abandono, repetência. Outra dimensão, para a qual Dubet (2001) chama a atenção, é a negociação de um conformismo escolar – notas médias, baseadas na chamada “boa vontade”. Nada muda, mas as aparências se mantêm. Talvez seja essa a trajetória mais recorrente dos alunos jovens com vida escolar irregular: o aluno repete muitas vezes, retorna, abandona, muda de escola e, finalmente, muda do diurno para o noturno (LEÃO, 1998, MARQUES, 1997), acabando por ser um aluno “permanente” da Educação de Jovens e Adultos, o que significa, ao mesmo tempo, punição e desvalorização.

Muitas tensões fazem parte dessas trajetórias educacionais e Dubet (2001), mais uma vez, chama a atenção para o fato de o jovem pobre percorrer uma série de provas individuais para permanecer no sistema escolar. Para ele, essas provas são sempre um “jogo de cartas marcadas”. A reivindicação de reconhecimento na escola é um espaço das identidades para que se possa sobreviver nesse jogo. O reconhecimento de identidades é o único modo de conciliação possível frente às desigualdades, principalmente se pensarmos que a interação que surge nas escolas também acumula capital social, já que ali se constroem relações sociais, redes de amigos e contatos³.

Bourdieu (1999) alerta para os sinais de “resignação sem ilusão” mascarada em “indiferença impertinente”, quando os jovens tentam garantir a visibilidade na escola, como acontece quando levam o *walkman* para a sala de aula ou usam roupas com mensagens estampadas, tentando demonstrar que a vida verdadeira estaria fora dali. Para o autor, o processo dos “marginalizados por dentro” é extremamente perverso, porque não bastou conquistarem o acesso ao ensino para serem beneficiados por ele: “o processo de eliminação foi adiado e diluído no tempo e isso faz com que a instituição seja habitada em longo prazo por excluídos potenciais” (p. 482). Ressalta, ainda, que é preciso ter um olhar bastante atento e crítico para a chamada “democratização escolar”, já que, por vezes, os alunos pobres podem ser duplamente estigmatizados, na medida em que, ao fracassarem, são culpabilizados, já que tiveram, na aparência, “suas chances”. Dessa forma, “a instituição escolar é uma fonte de decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela” (BOURDIEU, 1999).

³ MADEIRA e MONTEIRO (1998) destacam que os jovens, independentemente de sua condição socioeconômica, almejam uma escola em que realmente aprendam e que também seja um espaço de sociabilidade, no qual encontrem amigos, namorem e conversem.

Juventudes e trajetórias irregulares

Os dados da pesquisa *Juventudes Brasileiras*⁴ revelam características de trajetórias irregulares nos caminhos trilhados pelos jovens no universo escolar. Mostram, por exemplo, que, quanto ao grau de instrução, 22,9% cursam ou cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental, 34% cursam ou cursaram da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental, 35,8%, o Ensino Médio e 7,2%, o Ensino Superior. Somando os percentuais de jovens que cursam ou cursaram até a 4ª série com os dos que cursam ou cursaram da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental, chega-se a um total de 56,9% que ainda não atingiram o Ensino Médio, etapa essencial da Educação Básica.

Outro dado impactante é o altíssimo número de jovens que não estão estudando, principalmente ao se considerar os resultados apresentados no parágrafo anterior. Entre 15 e 17 anos são 17%; entre 18 e 20 anos são 58% e entre 21 a 23 anos são 73,7%. Reparar tal desigualdade exigiria uma ação de enorme vulto no campo da Educação de Jovens e Adultos.

Tabela 1 – Distribuição dos jovens segundo situação atual em relação ao estudo, por faixa etária, Brasil, 2004.

Situação atual em relação ao estudo	Faixa etária					Total
	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29	
Está estudando	8.682.696 83%	4.381.666 41,8%	2.537.162 25,7%	1.557.603 17,7%	1.036.791 12,6%	18.195.918 38%
Já estudou, mas não estuda	1.777.809 17%	6.083.274 58%	7.268.130 73,7%	7.100.824 80,8%	7.076.854 86%	29.306.891 61,3%
Nunca estudou	4.772 0%	19.137 0,2%	57.371 0,6%	129.066 1,5%	119.516 1,5%	329.862 0,7%
Total	10.465.277 100%	10.484.077 100%	9.862.663 100%	8.787.493 100%	8.233.161 100%	47.832.671 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: "Atualmente, você: ..."

Cabe ainda destacar que a maioria dos jovens (82,3%) estuda ou estudou somente em escola pública e que 8,9%, embora já tenham estudado em escola particular, estudaram a maior parte da vida em escola pública, o que demonstra ser a escola pública o equipamento social de maior abertura para essa população.

⁴ A análise inicial dos dados contou com a valiosa participação do pesquisador Leonardo Pinheiro, da OEI.

Entre os dados apresentados, um dos mais dramáticos refere-se à idade na qual os jovens interrompem seus estudos: 40,9% pararam de estudar entre 16 e 18 anos, 30,3%, entre 19 e 24 anos e 22%, entre 11 e 15 anos, conforme tabela e gráfico abaixo.

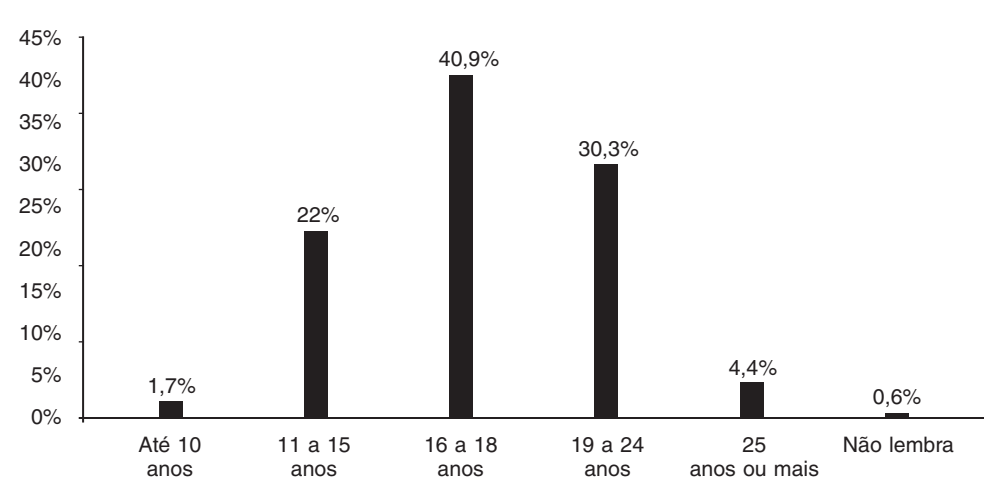
Tabela 2 – Distribuição dos jovens segundo faixa etária em que parou de estudar, Brasil, 2004.

Faixa etária em que parou de estudar	Nº	%
Até 10 anos	506.669	1,7
11 a 15 anos	6.451.761	22
16 a 18 anos	11.989.380	40,9
19 a 24 anos	8.882.689	30,3
25 anos ou mais	1.290.099	4,4
Não lembra	186.293	0,6
Total	29.306.891	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Pensando na última vez que você frequentou a escola, qual era a sua faixa etária quando você parou de estudar?”

Gráfico 1 – Faixa etária em que parou de estudar



FONTE – Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Se forem agregados os jovens entre 16 e 24 anos, idade considerada fundamental para a formação educacional escolar, tem-se 71,2% de jovens declarando que

pararam de estudar nessa privilegiada faixa etária, o que constitui um índice alarmante quando se pensa, por exemplo, em políticas públicas que possam dar conta dessa massa de pessoas com escolaridade precária. Certamente, faz-se referência ao campo da Educação de Jovens e Adultos, responsável pelo atendimento a toda essa demanda em potencial. Um outro dado que chama atenção é a variação entre urbano e rural: nas faixas etárias até quinze anos, a área rural apresenta maiores índices de saída precoce da escola, o que pode ser explicado pelas tarefas exigidas pelo trabalho familiar no campo. A partir de dezesseis anos, a zona urbana apresentará índices maiores, o que pode estar diretamente relacionado com a busca ou entrada no mundo do trabalho, exigindo, nas grandes cidades, um tempo maior disponível para o trabalho (grandes deslocamentos, trabalho braçal etc.).

Tabela 3 – Distribuição dos jovens segundo faixa etária em que parou de estudar, por situação do município, Brasil, 2004.

Faixa etária em que parou de estudar	Situação do município			Total
	Urbano metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	
Até 10 anos	109.906	147.987	248.776	506.669
	1,2%	1,3%	2,8%	1,7%
11 a 15 anos	1.481.337	2.449.176	2.521.248	6.451.761
	16,8%	21%	28,4%	22%
16 a 18 anos	3.837.142	4.650.240	3.501.999	11.989.381
	43,6%	40%	39,5%	40,9%
19 a 24 anos	2.924.447	3.714.475	2.243.767	8.882.689
	33,2%	31,9%	25,3%	30,3%
25 anos ou mais	396.616	572.945	320.538	1.290.099
	4,5%	4,9%	3,6%	4,4%
Não lembra	52.564	105.024	28.705	186.293
	0,6%	0,9%	0,3%	0,6%
Total	8.802.012	11.639.847	8.865.033	29.306.892
	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Pensando na última vez que você freqüentou a escola, qual era a sua faixa etária quando você parou de estudar?”

Ao se considerar o último nível de ensino atingido, são percebidas nítidas diferenças entre aqueles que só possuem o Ensino Fundamental e os que possuem o Ensino Médio e o Ensino Superior. Quanto maior a escolaridade, maior é a probabilidade de que o jovem ainda esteja estudando.

Entre os jovens que não estão estudando atualmente, 61,6% pararam de estudar uma vez, enquanto 20,1% pararam duas vezes e 16,7%, três ou mais vezes. No que tange à idade na qual os jovens pararam de estudar no Brasil, os dados revelam que 40,9% deles o fizeram entre 16 e 18 anos, 30,3%, entre 19 e 24 anos e 22%, entre 11 e 15 anos.

Tendo o foco na classe socioeconômica, observa-se que entre os jovens pertencentes às classes A e B a proporção dos que estudam (55,6%) é superior a daqueles que pararam de estudar (44,4%). O quadro se inverte quando se trata dos jovens pertencentes à classe C, e de maneira ainda mais acentuada se o foco são os das classes D e E. Quanto aos da classe C, 39,9% estudam e 60% já estudaram, mas não estudam atualmente; no caso dos englobados nas classes D e E, 33,1% estudam, enquanto 65,8% não estudam mais, como se constata a seguir:

Tabela 4 – Distribuição dos jovens segundo situação atual em relação ao estudo, por classe socioeconômica, Brasil, 2004.

Situação atual em relação ao estudo	Classe socioeconômica			Total
	Classes A/B	Classe C	Classes D/E	
Está estudando	3.344.325	6.024.785	8.826.809	18.195.918
	55,6%	39,9%	33,1%	38%
Já estudou, mas não estuda	2.670.738	9.073.316	17.562.837	29.306.891
	44,4%	60%	65,8%	61,3%
Nunca estudou	0	14.347	315.515	329.862
	0%	0,1%	1,2%	0,7%
Total	6.015.063	15.112.448	26.705.161	47.832.671
	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Atualmente, você:”

Observando-se o grau de instrução dos jovens por região, nota-se que é nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que se encontra uma proporção maior de jo-

vens que cursaram ou cursam o Ensino Médio (39,9%, 42,3% e 37,2%, respectivamente) e o Ensino Superior (10,4%, 9,2% e 8,8%, respectivamente). Nas regiões Norte e Nordeste, a porcentagem dos que cursam ou cursaram o Ensino Médio cai para 30,1% e 25,8%, respectivamente, e dos que cursaram ou cursam o Ensino Superior, para 3,1% e 3,6%. No Sul, 14,6% cursam ou cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental, no Sudeste, 14,9%, no Centro-Oeste, 17,4% e nas regiões Norte e Nordeste, 30,7% e 37,7%, respectivamente.

Tabela 5 – Distribuição dos jovens segundo grau de instrução, por grande Região, Brasil, 2004.

Grau de instrução	Grande Região					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Até a 4ª do Ensino Fundamental	1.171.032 30,7%	5.248.081 37,7%	2.972.598 14,9%	965.444 14,6%	607.075 17,4%	10.964.230 22,9%
5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	1.376.075 36,1%	4.573.172 32,9%	6.737.296 33,7%	2.327.198 35,1%	1.271.241 36,5%	16.284.982 34%
Ensino Médio	1.146.463 30,1%	3.588.339 25,8%	8.452.129 42,3%	2.642.485 39,9%	1.295.011 37,2%	17.124.427 35,8%
Ensino Superior	119.407 3,1%	506.441 3,6%	1.839.409 9,2%	687.998 10,4%	305.776 8,8%	3.459.031 7,2%
Total	3.812.977 100%	13.916.033 100%	20.001.432 100%	6.623.125 100%	3.479.103 100%	47.832.670 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “E qual a última série que você completou?”

É nos municípios urbanos metropolitanos que se encontra um maior grau de escolarização entre os jovens. Neles, 42,5% dos jovens concluíram ou cursam o Ensino Médio e 10,8%, o Ensino Superior. Nos municípios urbanos não-metropolitanos, 37,9% cursam ou já concluíram o Ensino Médio e 7,7%, o Ensino Superior. Nos municípios rurais, a porcentagem de jovens cursando ou que já cursaram o Ensino Médio é de 25,9% e a dos que cursam ou já cursaram o Ensino Superior é de 3%. Nesses municípios, a maior parte dos jovens concluiu ou ainda cursa da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (34%), ou até a 4ª série do Ensino Fundamental (37,1%).

Tabela 6 – Distribuição dos jovens segundo grau de instrução, por situação do município, Brasil, 2004.

Grau de instrução	Situação do município			Total
	Urbano metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	
Até a 4ª do Ensino Fundamental	1.873.175 12,9%	3.895.467 20,2%	5.195.588 37,1%	10.964.230 22,9%
5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	4.907.528 33,8%	6.622.008 34,3%	4.755.446 34%	16.284.982 34%
Ensino Médio	6.173.832 42,5%	7.319.423 37,9%	3.631.171 25,9%	17.124.427 35,8%
Ensino Superior	1.562.572 10,8%	1.480.239 7,7%	416.221 3%	3.459.031 7,2%
Total	14.517.107 100%	19.317.137 100%	13.998.426 100%	47.832.670 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “E qual a última série que você completou?”

Os jovens das classes mais altas têm uma educação mais prolongada, o que os capacita a ingressar no mercado de trabalho com maiores oportunidades. Numa outra situação, os jovens das classes mais populares são forçados a ingressar precocemente no mercado, diante de circunstâncias que os impedem de continuar os estudos, como a necessidade de incrementar a renda familiar e a impossibilidade de os pais continuarem investindo na sua educação, dentre tantas outras. Entre os jovens pertencentes às classes A e B, 51,7% concluíram ou ainda cursam o Ensino Médio e 31,1%, o Ensino Superior. Já com relação àqueles pertencentes às classes D e E, 24,4% cursam ou cursaram até o Ensino Médio e apenas 1,2%, o Ensino Superior, enquanto 39% cursaram ou cursam da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental e 35,4% cursam ou cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental.

Tabela 7 – Distribuição dos jovens segundo grau de instrução, por classe socioeconômica, Brasil, 2004.

Grau de instrução	Classe socioeconômica			Total
	Classes A/B	Classe C	Classes D/E	
Até a 4ª do Ensino Fundamental	152.876 2,5%	1.366.688 9%	9.444.667 35,4%	10.964.230 22,9%
5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	883.840 14,7%	4.992.940 33%	10.408.202 39%	16.284.982 34%
Ensino Médio	3.110.323 51,7%	7.486.752 49,5%	6.527.351 24,4%	17.124.427 35,8%
Ensino Superior	1.868.024 31,1%	1.266.068 8,4%	324.940 1,2%	3.459.031 7,2%
Total	6.015.063 100%	15.112.448 100%	26.705.160 100%	47.832.670 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004

Solicitou-se ao jovem: “E qual a última série que você completou?”

Considerando-se a raça, 39,9% dos brancos cursaram ou cursam o Ensino Médio e 12,5%, o Ensino Superior. Entre os negros, 38,9% cursaram ou cursam da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental, 34,1%, o Ensino Médio e 4,8%, o Ensino Superior. Para os pardos/morenos, o número é similar, com 35,1% de jovens tendo cursado ou cursando da 5ª à 8ª série, 33,6%, o Ensino Médio e 4,4%, o Ensino Superior.

Já entre os jovens que não estão estudando atualmente, 61,6% pararam de estudar uma vez, enquanto 20,1% pararam duas vezes e 16,7%, três ou mais vezes.

Tabela 8 – Distribuição dos jovens segundo número de vezes em que parou de estudar para os jovens que não estudam atualmente, Brasil, 2004.

Número de vezes em que parou de estudar	Nº	%
1 vez	18.043.629	61,6
2 vezes	5.882.456	20,1
3 ou mais vezes	4.898.289	16,7
Não sabe/não opinou	463.394	1,6
Total	29.306.891	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Quantas vezes você já parou de estudar?”

Considerando-se somente a população que declara possuir a Educação Fundamental completa/incompleta e que não estuda atualmente, os dados demonstram que a maior parte (52,3%) abandonou os estudos apenas uma única vez. Entretanto, 24,1% abandonaram os estudos duas vezes e 22,7%, três ou mais vezes.

Tabela 9 – Distribuição dos jovens com Ensino Fundamental completo/incompleto segundo número de vezes em que parou de estudar para os jovens que não estudam atualmente, Brasil, 2004.

Número de vezes em que parou de estudar	Nº	%
1 vez	9.562.643	52,3
2 vezes	4.406.033	24,1
3 ou mais vezes	4.148.094	22,7
Não sabe/não opinou	162.398	0,9
Total	18.279.169	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Quantas vezes você já parou de estudar?”

Já com relação aos jovens que declaram possuir o Ensino Médio completo/incompleto e que não estudam atualmente, verifica-se que grande parte (76,9%) abandonou os estudos uma vez, 13,5%, duas vezes e 6,5%, três vezes ou mais.

Tabela 10 – Distribuição dos jovens com Ensino Médio completo/incompleto segundo número de vezes em que parou de estudar para os jovens que não estudam atualmente, Brasil, 2004.

Número de vezes em que parou de estudar	Nº	%
1 vez	7.534.967	76,9
2 vezes	1.323.485	13,5
3 ou mais vezes	635.475	6,5
Nenhuma	19.123	0,2
Não sabe/não opinou	281.870	2,9
Total	9.794.919	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Quantas vezes você já parou de estudar?”

Entre as principais razões que motivaram os jovens a deixar os estudos, pode-se chamar a atenção para a oportunidade de emprego, causa de 27,2% das ocorrências, a dificuldade financeira (14,1%), a gravidez (11,2%) e a conclusão do Ensino Médio (10,5%).

Entre os jovens que declaram possuir a instrução fundamental completa e incompleta e que abandonaram a escola, tem-se a seguinte situação: 32,5% a abandonaram por alguma oportunidade de trabalho, 14,6%, por motivo de gravidez (própria ou da parceira), 7,7%, por mudança de cidade, 9,6%, por dificuldades financeiras, 7,3%, por dificuldades no aprendizado e 5,2%, por não gostarem ou não terem interesse nos estudos.

Entre os homens, a principal razão para deixar os estudos foi a oportunidade de emprego (42,2%), enquanto entre as mulheres foi a gravidez (21,2%)⁵. A oportunidade de emprego foi, para as mulheres, a terceira principal razão (12,8%), e tanto para os homens quanto para as mulheres a segunda razão foi a dificuldade financeira (14,4% e 13,9%, respectivamente). Quando questionados a respeito da satisfação em relação ao atual grau de escolaridade, mais de 50% dos jovens afirmam não estar satisfeitos com a escolaridade que possuem.

⁵ Certamente, a incidência da gravidez na adolescência, assumindo proporções cada vez mais preocupantes, é um fator que marca individualmente a trajetória feminina na vida escolar, sobretudo nas regiões onde as desigualdades socioculturais têm caráter mais agudo, caso do Nordeste, como se verá mais adiante.

Tabela 11 – Distribuição dos jovens segundo principal razão que motivou a deixar de freqüentar a escola, Brasil, 2004.

Principal razão que motivou a deixar de freqüentar a escola	Nº	%
Oportunidade de emprego	7.961.050	27,2
Dificuldade financeira	4.133.467	14,1
Gravidez	3.273.138	11,2
Concluiu o Ensino Médio	3.076.984	10,5
Mudança de faixa etária	1.677.356	5,7
Dificuldade de aprender/reforço escolar	1.581.842	5,4
Por não gostar de estudar/não ter interesse	1.127.828	3,8
Doença	745.519	2,5
Reprovação	544.677	1,9
Falta de vagas	453.945	1,5
Casamento	363.301	1,2
Concluiu o Ensino Superior	301.042	1
Problemas familiares	277.133	0,9
Distância	253.360	0,9
Concluiu o Ensino Fundamental	28.680	0,1
Já concluiu os estudos	4.779	0
Outros motivos	3.115.725	10,6
Não sabe/não opinou	387.064	1,3
Total	29.306.891	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Ainda pensando na última vez que você freqüentou a escola, qual foi a principal razão para você deixar de freqüentar a escola?”

Entre os jovens que declararam possuir a instrução fundamental completa e incompleta e que abandonaram a escola, os principais motivos para o abandono foram: 32,5% por alguma oportunidade de trabalho, 14,6% por gravidez (própria ou da parceira), 7,7% por mudança de cidade, 9,6% por dificuldades financeiras, 7,3% por dificuldades no aprendizado e 5,2% por não gostarem ou não terem interesse nos estudos.

Já com relação aos jovens que declararam possuir o Ensino Médio completo ou incompleto, verifica-se que as principais razões de abandono da escola se associam às seguintes situações: 31,4% por terminar o Ensino Médio e não continuar a estudar, 20,5% por sofrer dificuldades financeiras, 18,5% por obter oportunidades de trabalho e 5,6% por gravidez (própria ou da parceira).

Entre os homens, a principal razão que os motivou a deixar os estudos foi a oportunidade de emprego (42,2%), enquanto entre as mulheres foi a gravidez (21,2%). A oportunidade de emprego foi para as mulheres a terceira principal razão (12,8%), e, tanto para os homens, quanto para as mulheres, a segunda razão foi a dificuldade financeira (14,4% e 13,9%, respectivamente).

Tabela 12 – Distribuição dos jovens segundo principal razão que motivou a deixar de freqüentar a escola, por sexo, Brasil, 2004.

Principal razão que motivou a deixar de freqüentar a escola	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Oportunidade de emprego	6.040.184 42,2%	1.920.866 12,8%	7.961.050 27,2%
Mudança de faixa etária	683.314 4,8%	994.042 6,6%	1.677.356 5,7%
Doença	262.855 1,8%	482.665 3,2%	745.520 2,5%
Gravidez	90.790 0,6%	3.182.348 21,2%	3.273.138 11,2%
Dificuldade de aprender/reforço escolar	764.732 5,3%	817.110 5,4%	1.581.842 5,4%
Reprovação	315.342 2,2%	229.336 1,5%	544.678 1,9%
Falta de vagas	234.138 1,6%	219.807 1,5%	453.945 1,5%
Dificuldade financeira	2.054.809 14,4%	2.078.657 13,9%	4.133.466 14,1%
Já concluiu os estudos	4.779 0%	0 0%	4.779 0%
Por não gostar de estudar/não ter interesse	516.170 3,6%	611.658 4,1%	1.127.828 3,8%
Problemas familiares	42.991 0,3%	234.142 1,6%	277.133 0,9%
Casamento	23.921 0,2%	339.380 2,3%	363.301 1,2%
Distância	95.596 0,7%	157.764 1,1%	253.360 0,9%
Concluiu o Ensino Fundamental	9.555 0,1%	19.125 0,1%	28.680 0,1%

Continuação da Tabela 12 – Distribuição dos jovens...

Principal razão que motivou a deixar de freqüentar a escola	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Concluiu o Ensino Médio	1.347.366 9,4%	1.729.618 11,5%	3.076.984 10,5%
Concluiu o Ensino Superior	105.114 0,7%	195.928 1,3%	301.042 1%
Outros motivos	1.543.481 10,8%	1.572.244 10,5%	3.115.725 10,6%
Não sabe/não opinou	176.802 1,2%	210.262 1,4%	387.064 1,3%
Total	14.311.939 100%	14.994.952 100%	29.306.891 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Ainda pensando na última vez que você freqüentou a escola, qual foi a principal razão para você deixar de freqüentar a escola?”

Em todas as faixas etárias, a oportunidade de emprego aparece como sendo a principal razão para que os jovens deixem de estudar. As principais razões que levaram os jovens entre 15 e 17 anos a deixar a escola foram a oportunidade de emprego (15,3%), a gravidez (14,2%), a dificuldade de aprender (9,7%) e a mudança de cidade (9,9%). Entre os jovens de 18 a 20 anos, a segunda principal razão foi a conclusão do Ensino Médio (15,8%) e, a partir dos 21 anos, a segunda principal razão foi a dificuldade financeira (15,1% entre 21 e 23 anos, 14,7% entre 24 e 26 anos e 14,8% entre 27 e 29 anos), seguida pela gravidez (11,3% entre 21 e 24 anos, 11,4% entre 24 e 26 anos e 10,3% entre 27 e 29 anos).

Tabela 13 – Distribuição dos jovens segundo principal razão que motivou a deixar de freqüentar a escola, por faixa etária, Brasil, 2004.

Principal razão que motivou a deixar de freqüentar a escola	Faixa etária					Total
	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29	
Oportunidade de emprego	272.422 15,3%	1.213.805 20%	2.002.079 27,5%	2.169.467 30,6%	2.303.276 32,5%	7.961.050 27,2%
Mudança de faixa etária	176.843 9,9%	348.872 5,7%	396.608 5,5%	382.358 5,4%	372.675 5,3%	1.677.356 5,7%
Doença	81.261 4,6%	119.441 2%	143.397 2%	219.810 3,1%	181.609 2,6%	745.520 2,5%
Gravidez	253.280 14,2%	659.462 10,8%	821.845 11,3%	812.273 11,4%	726.278 10,3%	3.273.138 11,2%
Dificuldade de aprender/reforço escolar	172.061 9,7%	377.581 6,2%	305.862 4,2%	253.237 3,6%	473.101 6,7%	1.581.842 5,4%
Reprovação	62.122 3,5%	172.013 2,8%	128.991 1,8%	90.785 1,3%	90.766 1,3%	544.678 1,9%
Falta de vagas	86.022 4,8%	124.234 2%	76.443 1,1%	90.789 1,3%	76.458 1,1%	453.945 1,5%
Dificuldade financeira	114.697 6,5%	831.461 13,7%	1.094.300 15,1%	1.046.498 14,7%	1.046.510 14,8%	4.133.466 14,1%
Já concluiu os estudos	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4.779 0,1%	4.779 0%
Por não gostar de estudar/não ter interesse	105.125 5,9%	277.169 4,6%	267.647 3,7%	277.208 3,9%	200.680 2,8%	1.127.828 3,8%
Problemas familiares	23.884 1,3%	38.227 0,6%	62.124 0,9%	71.666 1%	81.232 1,1%	277.133 0,9%
Casamento	19.125 1,1%	47.802 0,8%	71.708 1%	124.284 1,8%	100.382 1,4%	363.301 1,2%
Distância	28.682 1,6%	28.693 0,5%	62.153 0,9%	52.582 0,7%	81.249 1,1%	253.360 0,9%
Concluiu o Ensino Fundamental	4.776 0,3%	4.784 0,1%	9.557 0,1%	9.563 0,1%	0 0%	28.680 0,1%
Concluiu o Ensino Médio	85.997 4,8%	960.401 15,8%	955.673 13,1%	592.384 8,3%	482.529 6,8%	3.076.984 10,5%
Concluiu o Ensino Superior	0 0%	0 0%	47.769 0,7%	119.470 1,7%	133.804 1,9%	301.042 1%
Outros motivos	267.609 15,1%	817.195 13,4%	702.508 9,7%	688.099 9,7%	640.315 9%	3.115.725 10,6%

Principal razão que motivou a deixar de freqüentar a escola	Faixa etária					Total
	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29	
Não sabe/não opinou	23.902 1,3%	62.132 1%	119.466 1,6%	100.353 1,4%	81.212 1,1%	387.064 1,3%
Total	1.777.808 100%	6.083.272 100%	7.268.130 100%	7.100.826 100%	7.076.855 100%	29.306.891 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Ainda pensando na última vez que você freqüentou a escola, qual foi a principal razão para você deixar de freqüentar a escola?”

Em todas as regiões do Brasil, a principal razão que motivou os jovens a deixarem os estudos foi a oportunidade de emprego, variando de 23,3% na região Norte a 30,7% na região Sul. A segunda razão nas regiões Norte e Centro-Oeste foi a conclusão do Ensino Médio, com 15,9% e 14,7%, respectivamente. Na região Nordeste foi a gravidez (12,9%) e, nas regiões Sul e Sudeste, a dificuldade financeira, com 14,8% e 17,3%, respectivamente. A terceira principal razão nas regiões Norte e Centro-Oeste foi a gravidez (14% e 13,8%, respectivamente), nas regiões Sul e Sudeste, a conclusão do Ensino Médio (9,4% e 10,8%, respectivamente) e na região Nordeste, a dificuldade financeira, com 10,3%.

Embora a trajetória escolar dos jovens tenha o quadro bastante acidentado, a maior parte deles acredita que terá condições de voltar a estudar (69,5%), enquanto 27,1% acreditam que não.

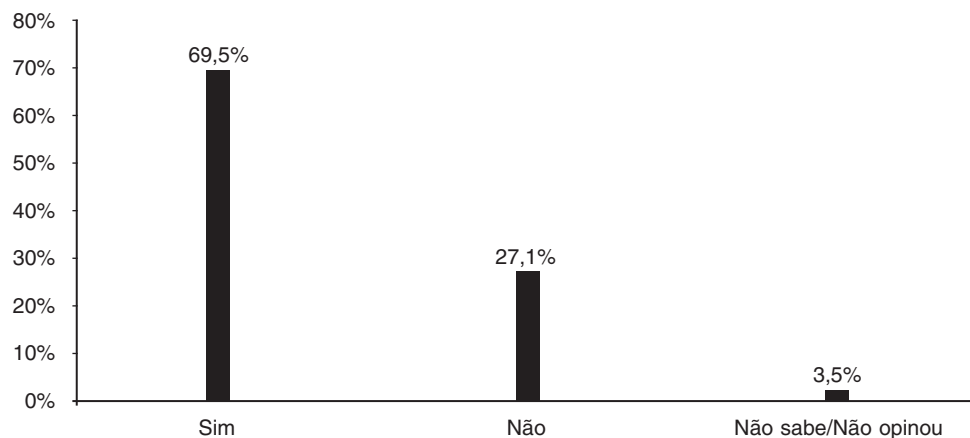
Tabela 14 – Distribuição dos jovens segundo percepção quanto à possibilidade de regresso ao estudo para os jovens que não estudam atualmente, Brasil, 2004.

Percepção quanto à possibilidade de regresso ao estudo	Nº	%
Sim	20.360.934	69,5
Não	7.932.933	27,1
Não sabe/não opinou	1.013.024	3,5
Total	29.306.891	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “E você acha que terá condições de voltar a estudar?”

GRÁFICO 4.12 – Percepção quanto à possibilidade de regresso ao estudo para os jovens que não estudam atualmente



FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Tabela 15 – Distribuição dos jovens segundo percepção quanto à possibilidade de regresso ao estudo para os jovens analfabetos/analfabetos funcionais que não estudam atualmente, Brasil, 2004.

Percepção quanto à possibilidade de regresso ao estudo	Nº	%
Sim	152.951	71,1
Não	47.816	22,2
Não sabe/não opinou	14.321	6,7
Total	215.088	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “E você acha que terá condições de voltar a estudar?”

Considerando-se somente aqueles jovens que se declaram analfabetos/analfabetos funcionais e que por algum motivo não estudam atualmente, verifica-se que a maioria (71,1%) enxerga a possibilidade de voltar a estudar, em contraposição a 22,2%, que não vislumbram essa possibilidade.

Tabela 16 – Distribuição dos jovens segundo percepção quanto à possibilidade de regresso ao estudo para os jovens com Ensino Fundamental completo/incompleto que não estudam atualmente, Brasil, 2004.

Percepção quanto à possibilidade de regresso ao estudo	Nº	%
Sim	12.223.951	66,9
Não	5.539.150	30,3
Não sabe/não opinou	516.068	2,8
Total	18.279.169	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “E você acha que terá condições de voltar a estudar?”

Para aqueles jovens que declaram possuir o Ensino Fundamental completo ou incompleto, a possibilidade de regresso ao estudo também é apontada pela maioria (66,9%). Ao mesmo tempo, um percentual também expressivo (30,3%) afirma que não vê a possibilidade de regresso ao estudo.

Tabela 17 – Distribuição dos jovens segundo percepção quanto à possibilidade de regresso ao estudo para os jovens com Ensino Médio completo/incompleto que não estudam atualmente, Brasil, 2004.

Percepção quanto à possibilidade de regresso ao estudo	Nº	%
Sim	7.229.080	73,8
Não	2.121.428	21,7
Não sabe/não opinou	444.411	4,5
Total	9.794.919	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “E você acha que terá condições de voltar a estudar?”

O quadro oferecido pela pesquisa Juventude Brasileira denuncia um conjunto de barreiras que têm dificultado o acesso e a permanência dos jovens na escola, incluindo a necessidade imperiosa pelo trabalho, a mudança de local de moradia, problemas com a escola etc. Além disso, e em estrita relação com o problema da

qualidade do ensino, está a questão da segmentação socioeconômica das escolas. As escolas, cada vez mais, se dirigem a públicos específicos, segundo sua classe social, limitando a interação entre diferentes. Nesse sentido, a acumulação de capital social passa a operar em círculos cada vez mais restritos, favorecendo o isolamento dos jovens e a segregação ainda maior dos mesmos. A escola, como é pensada, ainda de forma profundamente tradicional, não responde às necessidades dessas populações.

Algumas análises destacam que a conquista de uma escolaridade básica para todos, além do direito ao acesso, depende prioritariamente de se garantir a qualidade dessa educação, ou seja, a permanência associada à ampliação dos conhecimentos socioculturais e científicos desses grupos. Entretanto, é necessário que se entenda que a qualidade deve estar relacionada às condições de permanência na escola, ou seja, que quantidade, qualidade e educação são complementares e não se substituem mutuamente. Para tanto, os sistemas educacionais que não respeitam clara e decididamente os direitos humanos não podem ser considerados de boa qualidade, já que a qualidade é pré-requisito fundamental para se atingir a equidade. Nesse sentido, é urgente procurar respostas não apenas nos condicionantes sociais que agem independente da vontade dos sujeitos, mas também nas razões indicadas pelos sujeitos, que podem traduzir valores e percepções sobre um cenário do sistema de ensino e dos processos educativos.

O direito como fim

Nesse espaço, é possível perceber diversas juventudes procurando construir estratégias de escolarização e de vida, o que torna fundamental que se entenda e repense a educação por meio, prioritariamente, do conhecimento de seus sujeitos, especialmente aqueles a quem o sistema educacional trata de forma bastante precarizada.

A busca incansável pela escola demonstra que os jovens estão cientes dos valores que regem a complexa sociedade em que vivem. Se, por um lado, a escolaridade não garante hoje a inserção no mercado de trabalho, especialmente em níveis sociais mais valorizados, por outro, ela impõe situações mais fortes de exclusão para quem não consegue o mínimo, como o Ensino Fundamental. Como já demonstrado em inúmeras pesquisas, é fator de estigmatização e discriminação social ser identificado como aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os direitos de cidadão, por ter um acesso limitado aos bens culturais das sociedades letradas.

Vale lembrar, contudo, que hoje são vividas as consequências positivas e negativas de políticas estabelecidas na década de 1990. A política educacional optou

por concentrar esforços na universalização do Ensino Fundamental, o que permitiu que, hoje, 96,4% das crianças e dos adolescentes entre 7 e 14 anos estejam matriculados nas escolas públicas de ensino regular, municipais e estaduais, o que é positivo. Nessa perspectiva, em futuro próximo, não haveria um contingente expressivo de jovens com baixa escolaridade, já que essas gerações deveriam ter concluído o Ensino Fundamental em *idade própria*. Entretanto, tal premissa não tem se cumprido. Se, por um lado, o país conseguiu atingir altos índices de alunos matriculados nas redes de ensino, por outro não conseguiu garantir a permanência e dar conta das necessidades de aprendizagem dos mesmos, gerando uma enorme demanda de estratégias voltadas para além dos quinze anos.

Que características deveria possuir tal atendimento? Qual seria a escola adequada? Sem dúvida, diante da realidade atual, torna-se premente que qualquer instituição educativa seja aberta à valorização dos interesses, conhecimentos e expectativas dos jovens favoreça sua auto-estima e consubstancie o respeito aos seus direitos em práticas e não somente na enunciação de programas e conteúdos; se proponha a motivar, mobilizar e desenvolver conhecimentos que partam da vida dos jovens e demonstre interesse por eles como cidadãos e não somente como objetos de aprendizagem. Deve ser uma instituição flexível, com novos modelos de avaliação e sistemas de convivência que levem em conta a diversidade da condição de *ser jovem*; que atenda às dimensões do desenvolvimento humano e que os jovens possam aprender o saber sistematizado que faz parte da herança da humanidade. Enfim, deve ser uma instituição capaz de acompanhar e facilitar um projeto de inclusão, o que torna essencial ter os sujeitos no centro dos processos educacionais.

Portanto, ler os diversos significados do processo de escolarização para o público dessa área deve ir além das definições políticas e econômicas mais amplas, para que sejam captadas e entendidas outras lógicas que permeiam a vida dos sujeitos sociais, considerando, principalmente, que os jovens que procuram uma sala de aula para retornar aos estudos partem de um imenso esforço próprio, absolutamente solitário. A história desses jovens é uma história de excluídos de direitos político-econômico-sociais, uma vez que, aqui, não se está fazendo referência a todos os jovens, mas a alguns *muitos* que circulam nas escolas públicas do país. Sem dúvida, esse quadro localiza a herança de segregação que a história impôs a essa população.

É importante ressaltar que, quando esses jovens retornam à escola, oferecem uma nova chance de serem vistos pelo sistema educacional, fato expresso, inclusive, nos diversos dados apresentados pela pesquisa. Apostam, de novo, na possibilidade de mudança e, para tanto, é preciso ter boas razões para isso. Como levá-los a acre-

ditar em um investimento educacional que garanta um mínimo de legitimidade e respeitabilidade? Como fortalecer o estímulo a um retorno que possibilitaria uma outra trajetória, com condições indispensáveis para a edificação de um novo projeto? O que seria uma educação, hoje, compreendida como direito de todos?

As fronteiras permanecem, apesar do fluxo de jovens que as atravessam. Será que esses jovens não seriam portadores de novas trajetórias educacionais e de vida, se postos diante de oportunidades diferentes? Será que, ao se promover um ambiente letrado e uma cultura letrada, não se estaria contribuindo para melhorar a qualidade de vida? É bom lembrar que a qualidade da educação está profundamente relacionada com a qualidade dos sistemas escolar, político e social.

Sendo assim, é prioritário reconhecer que aumentar a matrícula escolar se converteu em um objetivo em si mesmo, independentemente do que a escola oferece, ou seja, que se democratizou o acesso à escola, mas não necessariamente à educação, ao conhecimento e à aprendizagem. O direito ao acesso deve estar intimamente vinculado com o direito à aprendizagem.

Por fim, vale lembrar que a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, reafirmou o caráter indivisível e independente dos Direitos Humanos, anunciando que os direitos econômicos, sociais e culturais (Desc), que incluem a educação, devem ser considerados com o mesmo nível de importância que os direitos civis e políticos, sendo, portanto, de responsabilidade de todas as instâncias governamentais. Em outras palavras, aqueles que detêm o poder econômico e político, em todos os níveis, devem respeitar e proteger esses direitos.

Ainda há tempo de se mudar esse quadro. Afinal, o direito à educação não é apenas um direito à aprendizagem por um período da vida, por uma geração ou faixa etária, mas sim, e sobretudo, o direito à aprendizagem ao longo de toda a vida.

Referências

- ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. (Coord.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.
- BOURDIEU, P. et al. (Coord.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P. A Juventude é Apenas uma Palavra. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- CHAMPAGNE, P. et al. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DUBET, F. As Desigualdades Multiplicadas. In: *Revista Brasileira de Educação*. [S.l.: s.n.], 2001, n. 17, p. 5-19.
- LEÃO, G. M. P. Políticas de Juventude e Educação de Jovens e Adultos: tecendo diálogos a partir dos sujeitos. In: SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. G. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MADEIRA, F.; RODRIGUES, E. M. Recado dos Jovens: mais qualificação. In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNPD, 1998.
- MARQUES, M. O. da S. Escola Noturna e Jovens. In: *Revista Brasileira de Educação*. [S.l.: s.n.], 1997, n. 5/6, p. 65.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITOS HUMANOS, 1993, Viena.
- UNESCO. *Educação para Todos: o imperativo da qualidade, relatório de monitoramento global de Educação para Todos*. São Paulo: Moderna, 2005.
- UNICEF. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Brasília: Unicef, 1991.
- VAITSMAN, J. Desigualdades Sociais e duas Formas de Particularismo na Sociedade Brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: [s.n.], 2002, v. 18.
- Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700005&lng=en&nrm=iso>. (Acesso em: 23 out. 2006)

Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações

Mary Garcia Castro*
Augusto Vasconcelos**

O debate sobre participação é particularmente contaminado no Brasil de hoje, considerando a conjuntura política, as denúncias de corrupção e o mau uso da coisa pública, assim como as notícias e a tendência ao escândalo sobre tais fatos, tão a gosto de uma sociedade de espetáculo.

É quando se misturam angústias, desencantos, preocupações com as formas de fazer política, com oportunismos políticos, questionando-se a ética na política, mas também ressignificando o debate muitas vezes pela negação da democracia, do direito conquistado por uma cidadania ativa, pela participação (TURNER, 1994).

Tal ambiência tem repercussões singulares na juventude militante e na juventude em geral, população que tende a viver intensamente o que acredita, combinando formas de ser com construção de projetos, questionando hábitos de instrumentalidade na política, a separação de meios e fins.

De fato, o tema participação política, quando referido às juventudes, mescla o racional/instrumental com o racional/emocional, questionando fronteiras for-

* PhD em Sociologia; professora da Universidade Católica de Salvador; Bolsista Produtividade FAPESB e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Juventudes (NPEJI/CNPq) UCSAL.

** Advogado; membro do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); mestrando UCSAL – Políticas Sociais e Cidadania.

mais e pedindo perspectiva dialética que decole de condições, da materialidade de vida e de culturas juvenis, em que pese a simplificação desses termos, já que, em particular em países estruturados por desigualdades de classes sociais e de múltiplos sistemas modelados por subalternidades, como os de gênero, raça e geração, entre outros, há que mais qualificar a relação entre universais do ser jovem e a produção da juventude pelo mercado, pelos meios de comunicação e pelo Estado. Há que também ter presente que estes são tempos pautados por individualismos narcíseos, inseguranças, medos e orientações por consumo, e levar em consideração os condicionantes estruturais, condições de vida que diferenciam jovens entre si. Tais referências não são abordadas neste artigo, mas se constituem em premissas à tese nuclear deste, o questionamento sobre o apoliticismo como marca de uma geração, no caso, os jovens.

De fato, as análises sobre participação e juventudes tendem a considerações ligeiras e pouco embasadas em pesquisas que avancem além de opiniões e percepções dos jovens sobre aspectos da política participativa. Omite-se a contextualização destes tempos sem considerar análises político-culturais embasadas no pensamento crítico, sem associar crises de participação aos desafios culturais, como o *ethos* de eterno presente e o *desinvestimento* em projetos de mudanças, a chamada recusa das utopias em prol de políticas de identidade que, se tem o mérito de multiplicar referências, direitos, como das mulheres e dos jovens, pode também resvalar em guetos, na renúncia de questionar estados da nação, do mundo.

Para Fredric Jameson, a utopia é representada não pelo desejo e prazer privados, mas pela realização coletiva do desejo, a imaginação da comunidade (DENNING 2005).

Assim, é comum se enfatizar que os jovens estariam buscando outras formas de participação, recusando as propostas de libertação por projetos que interpelem o Estado, porque estariam mais motivados por políticas de identidades, como as de reconhecimento dos direitos das mulheres, dos negros, dos homossexuais, pela ecologia, por uma estética e arte libertária, por exemplo, e que tais frentes seriam antagônicas à forma partido.

Esse é um debate complexo e que escorrega também em simplificações funcionalistas, omitindo, ao destacar a importância das políticas de reconhecimento de direitos, como as de gênero, raça, estética e arte, fora dos cânones de mercado e da ecologia, assim como na crítica necessária a vieses economicistas da esquerda, tanto o lugar do Estado e do mercado na reprodução de subalternidades, limitan-

do-se ao reconhecimento de expressões identitárias. Não se discute também que há várias orientações político-ideológicas na apreensão de culturas de identidades, e não necessariamente todas são incompatíveis com formatação clássica de organizações de esquerda, como os partidos e sindicatos – reconhecidos por autores como Hobsbawn (1995) como movimentos sociais clássicos. A relação entre perspectivas é de fato complexa, mas não impossível, e para que as agências clássicas dos embates políticos de classe estejam mais afins à contemporaneidade, se fazem necessárias reordenações de seus parâmetros, combinando, por exemplo, ênfase redistributiva com lutas por reconhecimento de culturas identitárias (FRASER e GORDON, 1994).

Neste texto a seguir, considerando dados da pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (ABRAMOVAY, CASTRO, 2006), analisam-se alguns indicadores sobre a extensão e formatação da participação dos jovens. Tal análise é precedida de reflexões breves sobre teoria democrática. Nas seções finais volta-se ao debate ensaio, ou seja, mais reflexivo, sobre o tema, na perspectiva de colaborar para pesquisas futuras.

Breves considerações sobre teorias quanto à democracia e participação

O nascimento da democracia de massas vem precedido pela conquista de direitos. No dizer de Nobre (2004), o estabelecimento de direitos e a criação de uma cultura política democrática estão na base da construção do Estado de Bem-estar Social.

Todavia, em determinado momento histórico, ao atribuir ao Estado a obrigação pela implementação de políticas, o cidadão foi tornado cliente do Estado e passou a ser objeto de uma ação paternalística em que se substitui a participação desse na vida pública pela decisão técnica da burocracia estatal, em que o único momento de intervenção do cidadão é o voto.

No caso do Brasil, os movimentos sociais passaram a atuar, principalmente a partir dos anos 80 e 90, para que o Estado abrisse sua agenda política. A conquista de novos espaços de participação e deliberação teve como contrapartida a tradução das reivindicações em formas concretas de institucionalização. Surgem novos tipos de direitos, que apontam para um novo modelo de cidadania em que a promoção da igualdade ocorra em conjunto com a promoção de um cidadão/cidadã que não seja mero cliente do Estado, mas que encontre novas formas de participação nas deci-

sões. Em uma breve sistematização, Nobre (2004) apresenta cinco modelos teóricos da democracia como ponto de referência.

O primeiro modelo apresentado é o competitivo elitista, em que a democracia passa a ser um arranjo institucional capaz de produzir decisões necessárias à reprodução social e econômica, em que os únicos participantes integrais são os membros das elites políticas. No segundo modelo, conhecido como pluralista, o poder é definido como a capacidade de impor objetivos em face da oposição de outrem. Nesse modelo a democracia passa a ser tida como estímulo e como garantia da competição entre grupos de interesses. O terceiro modelo, que pode ser chamado de *legal*, é influenciado pelo liberalismo e se trata de uma radical defesa das liberdades negativas como valor supremo. A defesa de um Estado-mínimo tem valor fundamental para esse modelo de democracia. O quarto modelo, o participativo, entende que tão importante quanto superar as desigualdades materiais é superar os déficits de formação política de opinião e de vontade, o que significa ampliar a participação popular nos processos decisórios. O quinto modelo seria representado pelos democratas deliberativos. A concepção de democracia deliberativa está baseada em torno de um ideal de justificativa política, em que a legitimidade dos processos democráticos decorre de procedimentos imparciais de deliberação.

Baquero (2003) afirma que a crise da democracia formal e seu processo histórico podem ser identificados como resultado de quatro fatores, a saber: I) uma insatisfação crescente com os políticos; II) a perda da capacidade de governança por parte dos Estados, em virtude do processo de globalização e da mudança da esfera pública para o mercado; III) o fato de que as bases sociais da participação democrática e o pluralismo político em culturas caracterizadas por associações fortes estão ameaçadas por seu perceptível declínio. Os cidadãos intensificam as relações com o mundo eletrônico, isolando-se uns dos outros em um consumo privado. Vale ressaltar que essa observação do autor é bastante discutível, tendo em vista as crescentes articulações da sociedade através do ciberespaço, inclusive com a possibilidade, em virtude das ferramentas disponibilizadas pela internet, de se comunicar em um alcance global cada vez maior. (Por outro lado, torna-se discutível a eficácia desses instrumentos sem uma ação presencial mais efetiva num contexto de uma sociedade cada vez mais desigual; e IV) o fato de vivermos em um período de democracia organizacional que afasta a sociedade civil como ente de controle e fiscalização tanto das instituições estatais quanto das organizações privadas. Os cidadãos, dessa forma, perdem poder tanto como empregados como consumidores. A democracia organizacional encoraja o controle hierárquico, não promovendo valores democráticos de consulta sobre os interesses das pessoas afetadas por suas decisões.

Para Habermas (1997) o uso público das liberdades comunicativas é um gerador potencial de poder, sendo que “os direitos de participação política remetem à institucionalização jurídica de uma formação pública da opinião e da vontade, a qual culmina em resoluções sobre leis e políticas” (HABERMAS, 1997). Dessa forma, o procedimento democrático deve fundamentar a legitimidade das decisões a serem tomadas, utilizando os diversos discursos existentes na sociedade como espécie de filtro para canalizar as principais contribuições e temas do interesse de uma coletividade.

As referências anteriores bem ilustram a imbricação dos temas democracia e participação, mas também chamam atenção para a complexidade dessa, considerando que há mais a se discutir sobre dinâmicas participativas, o que vai além das expressões de participação de jovens, o que consideramos na seção seguinte.

A idéia de participação está diretamente relacionada à possibilidade de constituição de um capital político que permita a uma sociedade evoluir no manejo de seus instrumentos democráticos, bem como propiciar que os diversos interesses conflitantes sejam trazidos à tona para a arena pública. Daí a nossa chamada anterior por pesquisas sobre dinâmica participativa quando se haveria que discutir participação como processo, tipo de socialização e exercício de democracia

A associação esperada entre democracia e participação encontra referência explícita na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que, em seu Artigo 1º, parágrafo único, explicita: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta constituição”.

Esse princípio da soberania popular exige, por sua vez, a transmissão da competência legislativa para a totalidade dos cidadãos, que são os únicos capazes de gerar, a partir de seu meio, o poder comunicativo das convicções comuns (HABERMAS, 1997). Por outro lado, com o aumento da complexidade de relações existentes na sociedade, bem como com o crescimento demográfico, torna-se impossível a realização de amplas consultas formais para averiguar a formação dessas convicções comuns. Daí a razão de, ao debater participação, compreendermos que o processo de eleições para os cargos representativos, ainda que com suas limitações de natureza política, devam ser objeto de preocupação e estudo, inclusive para detectar a percepção do povo e, no caso desse trabalho, a percepção dos jovens.

Todavia, além de analisarmos a percepção dos jovens em relação à democracia representativa e a suas instituições, insiste-se na importância de discutir

processos políticos quanto à participação direta, por meio da auto-organização e do associativismo juvenil, questionando implicitamente, portanto, o debate sobre participação desvinculado da análise sobre investimentos em formação político-cultural de juventudes.

Citado por Habermas (1997), Fröbel postula que para o alcance da autodeterminação dos cidadãos numa sociedade marcada por uma multiplicidade de opiniões são necessárias a formação do povo, um alto nível de educação para todos e liberdade para manifestações teóricas da opinião e para propaganda. Acrescenta que os partidos políticos na busca pela maioria dos votos exercem importância fundamental como os meios de propaganda, influenciando o processo de formação pública da opinião e da vontade:

Eles [os partidos políticos] representam o núcleo organizatório de um público de cidadãos que discute, servindo-se de diferentes canais, que decide com maioria e que assume o lugar do soberano [...]. (HABERMAS, 1997).

Alem do lugar importante dos partidos em termos de constituição de um capital cultural e social-político, i.e., formação para cidadania ativa que, por sua vez, pode se orientar por tendência conservadora ou progressista (TURNER, 1994) e dos limites estruturais para ampliação da participação política dos jovens, independentemente do tipo de agência, considerando sua exclusão na participação da riqueza nacional, questão de classe, outro debate importante em torno da teoria democrática do Estado que tem repercussões no tema nuclear deste artigo – participação dos jovens – é o controle social das políticas públicas.

O papel principal, inclusive das organizações da sociedade, deveria ser o de fiscalizar e monitorar a ação estatal, evitando a sua substituição, que por mais bem intencionada que seja, reforça a tese liberal de quanto menor o Estado, melhor. As experiências de controle social não têm sido homogêneas no Brasil; no entanto, acabam dando maiores resultados nos entes federativos dirigidos por governos de orientação popular e democrática, reforçando a tese de que sem um Estado democrático que assuma um projeto com participação popular fica muito mais difícil o exercício do controle social em detrimento dos interesses do mercado (SOARES, 2004).

Em última instância, a organização do Estado de Direito deve servir para auto-organização política autônoma dos que o integram enquanto membros *li-*

vres e iguais na sociedade. Cabe às instituições do Estado de Direito garantir um exercício efetivo dessa autonomia política de cidadãos socialmente autônomos para que o poder comunicativo de uma vontade formada racionalmente possa encontrar expressão em programas legais, circular em toda sociedade por meio da aplicação racional, da implementação administrativa de programas legais e desenvolver sua força de integração social, por meio da estabilização de expectativas e da realização de fins coletivos. Portanto, no plano do dever ser, o Estado de Direito institucionaliza o uso público das liberdades comunicativas e regula a transformação desse poder comunicativo em ação de governo (HABERMAS, 1997).

Do ponto de vista da teoria da cultura política, Estado e sociedade são entidades separadas que se integram por meio de instituições intermediárias formais e informais via processo de socialização política (BAQUERO, 2003). Daí a importância de se analisar e pesquisar percepções relacionadas ao tema participação, em especial no caso de jovens, para identificarmos posicionamentos dos cidadãos diante dessas instituições, bem como seu grau de legitimidade no sistema político. Para o bom funcionamento das instituições políticas é necessária a confiança dos cidadãos, bem como o incremento de sua capacidade de fiscalização. Em sociedades marcadas pela desconfiança prevalecem interesses clientelistas, patrimonialistas e personalistas. Ou seja, na ausência de perspectiva de que as instituições sejam confiáveis, entram em cena o famigerado *toma lá dá cá* e a troca de interesses mais imediatos em detrimento de projetos de longo alcance pautados em ideais coletivistas.

O processo de construção democrática contemporânea no Brasil não é linear, mas contraditório e fragmentado (DAGNINO, 2002), vinculando-se a uma multiplicidade de fatores. A década de 90 foi palco do surgimento de uma série de reivindicações voltadas à participação da sociedade no sentido de interferir nos rumos do Estado.

Na Constituição Federal de 1988 há diversas referências à participação da sociedade. Ao afirmar, em seu Art. 3º, que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes ou diretamente, a Constituição elevou a participação direta da sociedade nas decisões públicas a elemento fundamental da República. Uma série de dispositivos constitucionais valoriza a participação da sociedade por meio de conselhos gestores e de deliberação ou consulta sobre políticas públicas. Dentre os dispositivos constitucionais que elencam a participação poderíamos citar:

- a) o direito à informação (Art. 5º, XXXIII);

- b) o mandado de injunção (Art. 5º, LXXI);
- c) a ação popular (Art. 5º, LXXIII);
- d) o *habeas data* (Art. 5º, LXXII);
- e) a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação (Art. 10);
- f) a publicidade dos atos da Administração pública (Art. 37);
- g) o direito do cidadão denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o tribunal de contas (Art. 74, § 2º);
- h) o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com participação da sociedade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados na seguridade social (Art. 194, VII), reafirmado com relação à saúde (Art. 198, III) e à assistência social (Art. 204, II);
- i) a gestão democrática do ensino público (Art. 206, VI);
- j) a colaboração da comunidade na proteção do patrimônio cultural (Art. 216, §1º).

Ou seja, pode-se verificar que existe uma gradação dos vários instrumentos de participação, que vão desde o simples direito à informação, passando pelos instrumentos de controle, até a atuação direta do cidadão em órgãos integrantes da Administração Pública (DIPIETRO, 2000). O conhecimento, a recorrência popular, a distância entre a norma e a prática, bem como as percepções, como as dos jovens sobre tais construtos, são matéria de pesquisa a ser construída, fugindo ao escopo das referências empíricas deste artigo. Note-se que, além do mais, há na legislação ordinária a previsão de vários conselhos, como o Conselho Nacional de Educação, de Direitos Humanos, de Saúde e de Juventude, que pedem também mais referências por pesquisas.

O tema juventudes e participação, além de referências como as antes esboçadas sobre teorias democráticas, hoje, em particular no Brasil, pede mais destaque aos jovens como foco de políticas, o que foge também ao nosso objetivo, de mais perfilar a extensão da participação, restrita a alguns indicadores. De fato, com enfoques diferenciados, se discute na literatura qual o lugar do jovem na construção das políticas de Estado ao longo das últimas décadas na América Latina (ver debates sobre esses enfoques em UNESCO, 2004; RODRIGUEZ, 2000 e

ABAD, 2004, entre outros), como por exemplo: ênfase nos jovens vitimizados por situações vulnerabilizantes; por enfoque de controle, visando à contenção da mobilização social, e mais recentemente, considerando os jovens enquanto sujeitos de direitos. No entanto, essas abordagens relacionadas ao lugar do jovem em políticas não necessariamente lhe colocam no centro das estratégias de construção do Estado Nacional.

O direito constitucional à participação no Brasil, sem dúvida alguma, ainda precisa de uma série de ajustes para sua plena efetivação. No entanto, as iniciativas relacionadas à ampliação da participação popular no trato da coisa pública no Brasil deu passos significativos, inclusive porque a Constituição Federal de 1988 ajudou a impulsioná-la, adotando-a como preceito normativo importante para conformação da República.

A formação de políticas públicas em uma perspectiva de/para/com os jovens (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 e UNESCO, 2004) pode colaborar nesse sentido, à medida que com tal perspectiva se advoga tanto a importância do Estado, do reconhecimento de que há várias juventudes, quanto a idéia de que há que ter os jovens como agentes quer da elaboração, quer do acompanhamento e controle das políticas públicas direcionadas para os jovens, o que pede investimentos para formação participativa e no poder elaborar/controlar políticas, além de conjugar a importância de políticas universais que considerem singularidades nessa geração.

Há uma evolução histórica da temática juventude não apenas no âmbito da academia, que fez multiplicar o interesse pela matéria, mas também no âmbito do poder público (ver RODRIGUEZ, 2000; ABAD, 2004; CASTRO e ABRAMOVAY, 2003; NOVAES e VANUCCHI, 2004; CARRANO, 2006; e SPOSITO e CARRANO, 2003, entre outros). No Brasil contemporâneo é significativa a construção do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude no âmbito do Governo Federal, em 2005, além de diversas instâncias governamentais no âmbito dos Estados e municípios, constituindo o embrião e, ao mesmo tempo, um laboratório para a implantação de uma Política Nacional de Juventude. A menção a tal processo é aqui simplificada a algumas referências, mas basta para enfatizar que se vem engendrando no Brasil, via o processo de institucionalização de uma maquinaria voltada para políticas de juventudes, aberturas de socialização para a participação política juvenil que devem ser acompanhadas de pesquisas, conformando singular laboratório ao tema.

Jovens e participação no Brasil – panorâmica 2004¹

Considerando pesquisa domiciliar realizada com jovens entre 15 e 29 anos em diferentes áreas do Brasil, desenvolvida pela Unesco em 2004², a seguir se perfila em termos de grandes números uma panorâmica sobre participação dos jovens brasileiros, segundo alguns indicadores. Os dados são apresentados expandidos para 47.832.670 jovens – a pesquisa em pauta é aqui referida como a pesquisa.

A pesquisa apurou que 27,3% dos jovens brasileiros declararam que participam ou já participaram de alguma organização associativa, o que representa, em termos absolutos, aproximadamente 13 milhões de jovens, distribuídos por ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, sindicatos, agremiações esportivas, grupos de dança, de música e congêneres. Verifica-se que sobre os tipos de associação a qual pertencem ou pertenceram, 81,1% indicaram as de caráter religioso, 23,6% as do tipo organizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% as de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e 3,3% as de caráter partidário.

¹ Esta seção se baseia em dados da pesquisa ABRAMOVAY; CASTRO, 2006 (ver nota 4).

² “A Unesco, com a colaboração do Ibope, procedeu a uma ampla pesquisa em várias regiões do Brasil. A pesquisa abarcou 10.010 jovens entre 15 e 29 anos, no período de 01 a 12 de julho do ano de 2004. Recorreu-se a amostra estratificada com alocação proporcional à população de cada estrato, sendo que dentro de cada estrato foram selecionadas amostras probabilísticas de conglomerados em três estágios, a saber:

(1) No primeiro estágio foram selecionados probabilisticamente os municípios que formaram a amostra pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), sendo a população de cada município tomada como base para tal seleção; (2) No segundo estágio, dentro dos municípios selecionados no primeiro estágio, foram selecionados probabilisticamente os setores censitários, em que as entrevistas foram realizadas, também pelo mesmo método (PPT); (3) E no terceiro estágio as pessoas a serem entrevistadas foram selecionadas dentro dos setores censitários utilizando quotas proporcionais segundo as seguintes variáveis: Sexo (masculino e feminino); Grupo de Idade (15 a 17, 18 a 20, 21 a 23, 24 a 26 e 27 a 29); e Instrução (até a 4ª série do Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior).

Tal procedimento teve como objetivo tentar garantir a representatividade e reduzir a margem de erro máxima estimada em um ponto percentual com um intervalo de confiança estimado de 95%.

No que se refere aos estratos, o desenho da amostra foi estratificado da seguinte forma: Estrato 1 – composto pelos municípios que integram as nove Regiões Metropolitanas (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília); Estrato 2 – composto pelos municípios que não integram as nove Regiões Metropolitanas, que possuem mais de 100 mil habitantes e densidade demográfica maior ou igual a 80 hab/km²; Estrato 3 – composto pelos municípios que não integram as nove Regiões Metropolitanas, que possuem entre 50 mil e 100 mil habitantes (independente da densidade demográfica), pelos municípios que possuem menos de 50 mil habitantes e densidade demográfica maior ou igual a 80 hab/km² e, finalmente, pelos municípios que possuem mais de 100 mil habitantes e densidade demográfica menor ou igual a 80 hab/km²; e Estrato 4 – composto pelos municípios que não se enquadram nos três estratos anteriores, isto é, municípios que não integram as Regiões Metropolitanas e que possuem população com menos de 50 mil habitantes e densidade demográfica menor a 80 hab/km².” (In cap. Metodologia de ABRAMOVAY, CASTRO, 2006).

Tabela 1 – Distribuição dos jovens segundo declaração de participação em associação, Brasil, 2004.

Participação em alguma associação	Nº	%
Sim, participa	13.044.736	27,3
Não participa	34.721.035	72,6
Não opinou	66.899	0,1
Total	47.832.670	100

FONTE: Pesquisa *Juventude: Juventudes, o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política etc?”.

Note-se que pesquisa realizada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis³ já apontava que a participação em grupos é uma experiência vivida por 28,1% dos(as) jovens entrevistados(as). No entanto, há uma divergência nos números da Pesquisa com os da pesquisa do Ibase/Pólis no que tange à faixa etária. Enquanto, na primeira, a faixa etária que mais indicou participação em associação foi a compreendida entre os 21 e 23 anos (28%), já na pesquisa a faixa compreendida entre os 15 e 17 anos foi a que mais indicou participação em grupos (32,7%). Na pesquisa Ibase/Pólis há uma crescente diminuição dos percentuais à medida em que cresce a idade, chegando a apenas 25,6% entre os jovens de 21 a 24 anos. Já a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira do Projeto Juventude*⁴ aponta que 21% dos jovens entre 15 a 17 anos participam das atividades de algum grupo de jovens no seu bairro ou em qualquer parte da cidade, sendo esse o corte que mais participa, decaindo os percentuais até atingir 11% entre os jovens de 21 a 24 anos, portanto. Tal quadro difere da nossa fonte, a pesquisa, que não detecta uma discrepância tão grande no nível de participação de acordo com o fator idade (ver Tabela 2).

³ Trata-se da pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, que foi realizada entre julho de 2004 e novembro de 2005. A pesquisa seguiu duas abordagens metodológicas: I) um levantamento estatístico, por meio da aplicação de questionário em amostra do universo (8 mil jovens); e II) um estudo qualitativo, baseado na metodologia *choice work dialogue methodology* (grupos de diálogo em que 913 jovens debateram sobre o tema em sete regiões metropolitanas – Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo – e no Distrito Federal).

⁴ Realizada em um universo de 3501 jovens entre 15 e 24 anos, distribuídos em 198 municípios de 25 Estados, entre os dias 22 de novembro e 8 de dezembro de 2003.

Tabela 2 – Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação por faixa etária, Brasil, 2004.

Participação em Associação	Faixa etária					Total
	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29	
Sim, participa	2.852.760	2.852.607	2.761.978	2.422.492	2.154.899	13.044.736
	27,3%	27,2%	28%	27,6%	26,2%	27,3%
Não participa	7.588.625	7.607.583	7.091.124	6.360.225	6.073.478	34.721.035
	72,5%	72,6%	71,9%	72,4%	73,8%	72,6%
Não opinou	23.892	23.886	9.560	4.776	4.784	66.898
	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	10.465.277	10.484.076	9.862.662	8.787.493	8.233.161	47.832.669
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política etc?”.

No entanto, mesmo considerando um número bastante razoável para associação juvenil – inclusive porque não podemos reduzir o nível de participação aos jovens organizados, pois caso contrário deixaríamos outra parcela que apesar de não-associados e fora do dia-a-dia das organizações, esporadicamente interagem e interferem nos rumos da sociedade, a exemplo dos milhares de jovens espalhados por todo o Brasil que vão às ruas nas passeatas estudantis nos momentos de maior efervescência política e que não são contabilizados como organizados, ainda é pequeno o número de jovens que estão em agências formais de participação.

Controlando-se a variável sexo, verifica-se uma ligeira dianteira da participação feminina em associações (29,8%) – ver Tabela 3 –, o que pode estar relacionado ao tipo predominante de associações em que participam os jovens, como as de caráter religioso (ver Tabela 4).

Tabela 3 – Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação, por sexo, Brasil, 2004.

Participação em associação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sim, participa	5.848.750	7.195.986	13.044.736
	24,7%	29,8%	27,3%
Não participa	17.819.435	16.901.601	34.721.036
	75,2%	70%	72,6%
Não opinou	28.665	38.234	66.899
	0,1%	0,2%	0,1%
Total	23.696.850	24.135.821	47.832.671
	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude: Juventudes, o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política etc?”.

No que tange às associações de caráter partidário, ressalte-se uma considerável diferença da participação masculina em relação à feminina, segundo indica-se na Tabela 4. Essa tabela aponta para a mais alta participação das mulheres nas associações de tipo religioso e corporativo. Note-se que, quando se discrimina o tipo de associação, há expressivas diferenças quanto ao nível de participação.

A maioria dos jovens pesquisados, 81,1%, declararam que participam ou já participaram de uma associação de tipo religiosa. Já 23,6% fazem ou fizeram parte de associações do tipo organizacional-esportiva, ecológica, cultural, artística e/ou assistencial. É também expressivo, em nível de proporções, o contingente que declara participação, presente ou passada, em associações de tipo corporativo – trabalhista e/ou estudantil. Em proporção mais distante, são 3,3% os que indicaram organizações partidárias.

Tabela 4 – Distribuição dos jovens segundo composição da participação em associação, da participação em geral e da população total por sexo, Brasil, 2004.

Tipo de associação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Partidário	258.067	176.823	434.890
	59,3%	40,7%	100%
Organizacional	1.605.616	1.476.421	3.082.037
	52,1%	47,9%	100%
Religioso	4.482.088	6.096.887	10.578.975
	42,4%	57,6%	100%
Corporativo	1.137.203	1.299.605	2.436.808
	46,7%	53,3%	100%
Participação (todas as associações)	5.848.750	7.195.986	13.044.736
	44,8%	55,2%	100%
População jovem total	23.696.849	24.135.822	47.832.671
	49,5%	50,5%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política etc?” E qual ou quais os tipos de associação que você participa ou já participou?”

Se homens e mulheres jovens apresentam níveis de participação próximos, já ao se controlar idade e grau de instrução tem-se que com a maior probabilidade os mais velhos e aqueles com mais alto nível de escolaridade tendem a mais participar (ver Tabela 5). Essa tendência é confirmada pela pesquisa Ibase/Pólis, em que o nível de participação em associações varia de 24,4% para os que não completaram o Ensino Médio e 30,5% para os que estão no Ensino Superior. Além do possível efeito informação e exposição/exercício da crítica social, a associação entre escolaridade e participação possivelmente represente o efeito gregário-formativo da convivência com os pares, sugerindo a importância da escola e da universidade como espaços para o encontro de experiências e o diálogo coletivo.

A relação entre participação juvenil e escolaridade remete a reflexões de Turner (in VIEIRA, 2001) sobre cidadania cultural e à importância da educação para o seu exercício:

Segundo Turner (1994), a cidadania era originalmente limitada ao âmbito da política e da economia. No século XX, Marchall expandiu-a para a esfera social e agora Turner enfatiza a dimensão cultural. Cidadania, para ele, consiste naquelas práticas sociais que capacitam um cidadão competente a participar plenamente da cultura nacional. Instituições educacionais, nesse sentido, são cruciais, pois constituem um aspecto essencial na socialização da criança. (VIEIRA, 2001)

Tabela 5 – Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação, por grau de instrução, Brasil, 2004.

Participação em associação	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Sim, participa	1.897.321	4.176.399	5.595.041	1.375.975	13.044.736
	17,3%	25,6%	32,7%	39,8%	27,3%
Não participa	9.043.008	12.084.697	11.519.828	2.073.502	34.721.035
	82,5%	74,2%	67,3%	59,9%	72,6%
Não opinou	23.901	23.886	9.557	9.555	66.899
	0,2%	0,1%	0,1%	0,3%	0,1%
Total	10.964.230	16.284.982	17.124.426	3.459.032	47.832.670
	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política etc?”.

Já no que tange à estratificação social, não são verificadas grandes variações, apesar da maior participação de jovens das classes A e B (32,1%) em relação aos que se enquadram em outros estratos (ver Tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação por classe socioeconômica, Brasil, 2004.

Participação em associação	Classe socioeconômica – critério Brasil*			Total
	Classes A/B	Classe C	Classes D/E	
Sim, participa	1.930.095	4.529.285	6.585.356	13.044.736
	32,1%	30%	24,7%	27,3%
Não participa	4.075.405	10.564.057	20.081.574	34.721.036
	67,8%	69,9%	75,2%	72,6%
Não opinou	9.563	19.106	38.231	66.900
	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	6.015.063	15.112.448	26.705.161	47.832.672
	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política etc?”.

* Para o indicador classe recorre-se ao Critério Brasil, com ênfase em rendimento familiar, padrão de consumo domiciliar e escolaridade dos pais. Ver Metodologia in Abramovay; Castro, 2006.

A variável cor/raça auto-atribuída, como é indicado na Tabela 7, também não remete a diferenças significativas quanto à participação dos jovens.

Tabela 7 – Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação por cor/raça auto-atribuída, Brasil, 2004.

Participação em associação	Cor/raça				Total
	Branco	Negro	Pardo/moreno	Outros	
Sim, participa	4.472.382	1.509.994	6.852.136	162.448	12.996.960
	27,9%	27,7%	26,8%	24,8%	27,2%
Não participa	11.534.933	3.932.534	18.689.700	492.157	34.649.324
	71,9%	72,3%	73,1%	75,2%	72,6%
Não opinou	28.668	0	38.231	0	66.899
	0,2%	0%	0,1%	0%	0,1%
Total	16.035.983	5.442.528	25.580.067	654.605	47.713.183
	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política etc?”.

Note-se que ao se controlar o lugar de residência, considerando a grande região – Tabela 8 – e o tipo de município – Tabela 9 –, também não se percebem variações significativas no nível de participação na população entre 15 a 29 anos. Mas na grande região Sul, é um pouco mais alto o nível de participação dos jovens em associações (30,5%) que em outras regiões.

Tabela 8 – Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação por grande Região, Brasil, 2004.

Participação em associação	Região					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Sim, participa	1.032.002 27,1%	3.612.523 26%	5.485.213 27,4%	2.021.351 30,5%	893.648 25,7%	13.044.737 27,3%
Não participa	2.780.976 72,9%	10.279.617 73,9%	14.482.771 72,4%	4.592.217 69,3%	2.585.454 74,3%	34.721.035 72,6%
Não opinou	0 0%	23.893 0,2%	33.449 0,2%	9.557 0,1%	0 0%	66.899 0,1%
Total	3.812.978 100%	13.916.033 100%	20.001.433 100%	6.623.125 100%	3.479.102 100%	47.832.671 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política etc?”.

Tabela 9 – Distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação por condição do município, Brasil, 2004.

Participação em associação	Condição do município			Total
	Urbano metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	
Sim, participa	3.856.256	5.605.151	3.583.329	13.044.736
	26,6%	29%	25,6%	27,3%
Não participa	10.636.958	13.688.116	10.395.961	34.721.035
	73,3%	70,9%	74,3%	72,6%
Não opinou	23.893	23.870	19.137	66.900
	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	14.517.107	19.317.137	13.998.427	47.832.671
	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política etc?”.

Se a análise sobre participação não se limita a mensurar somente níveis de participação em associações, mas avança em indagar, como se faz na pesquisa, sobre aproximações e formas variadas de socialização com mobilizações públicas, ampliam-se os contingentes de possíveis ativistas. Segundo a Tabela 10, mais da metade dos jovens (50,1%) declaram que já participaram ou têm interesse de participar de um comício político, contrastando com 49,2% que disseram que não participam, nem têm interesse em participar.

Tabela 10 – Distribuição dos jovens segundo declaração de participação e interesse em participar de comícios de partidos políticos, Brasil, 2004.

Participação em comícios de partidos políticos	Nº	%
Participa	8.832.128	18,5
Participou, mas não participa mais	7.201.189	15,1
Não participou, mas pretende participar	7.893.992	16,5
Não participou e nem pretende participar	23.522.997	49,2
Não opinou	382.365	0,8
Total	47.832.671	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: dentre as seguintes atividades que eu vou citar, gostaria que você me dissesse em quais tem interesse em participar.

A maioria dos entrevistados respondeu que acredita que a participação política desta geração é melhor que a de seus pais (Tabela 11), o que sugere que os jovens não necessariamente associam participação ao nível de engajamento organizado em instituições político partidárias, que, como já analisado, segundo dados da pesquisa, seriam relativamente baixos. Deve-se ponderar sobre uma possível associação entre a geração de seus pais e o período da ditadura militar no país, em que estavam tolhidas as liberdades democráticas, o que torna possível que a pergunta feita tenha sido interpretada no sentido de que no regime democrático estão dadas melhores condições para participação do que naquele período anterior.

Tabela 11 – Distribuição dos jovens segundo sua opinião sobre a participação política de sua geração em comparação com a geração de seus pais, Brasil, 2004.

Participar da vida política	Nº	%
Está melhor	26.383.132	55,2
Está pior	17.210.664	36
Está igual	2.246.073	4,7
Não sabe/não opinou	1.992.802	4,2
Total	47.832.671	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Comparado à geração dos seus pais com a geração do jovem dos dias de hoje, você acredita que participar da vida política está melhor ou está pior em relação à geração dos seus pais”?

A pesquisa avançou na perfilhação de participação, ao indagar sobre percepções quanto à política, apresentando um elenco de posições para que os jovens se pronunciassem quanto à concordância ou não e intenções de participação nas eleições municipais de outubro de 2004, o que se analisa a seguir.

Embora 63% dos jovens entrevistados para a pesquisa tenham considerado que “o jovem de hoje não se preocupa com a política”, tem-se que cerca de 72% da população jovem afirmaram ter algum interesse nas eleições municipais de outubro de 2004 (ver Tabela 12).

Tabela 12 – Distribuição dos jovens segundo declaração de interesse nas eleições municipais de 2004, Brasil, 2004.

Pergunta	Nº	%
Muito interesse	11.244.375	23,5
Interesse médio	9.829.083	20,5
Pouco interesse	13.074.233	27,3
Nenhum interesse	13.455.652	28,1
Não sabe/não opinou	229.329	0,5
Total	47.832.671	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Neste ano, teremos eleições para Prefeito e Vereadores. Gostaria de saber qual o seu interesse pelas eleições que ocorrerão em outubro deste ano. Você diria que tem:”.

Ou seja, há que se cuidar do horizonte de referência quando se discute participação, pois tais dados podem sugerir uma maior força do local, ou das referências próximas.

A ampliação do alistamento eleitoral dos jovens entre 16 e 18 anos em período mais recente, no entanto, alerta contra inferências sobre o não-interesse dos jovens na política eleitoral. Segundo dados da Justiça Eleitoral, entre 2002 a 2006, o numero de jovens que tiraram titulo de eleitor com 16 e 17 anos cresceu 39,3% (in FERNANDES, COTES e LEAL 2006). Contudo, há que cuidar sobre a diversidade de sentidos de tal alistamento, considerando que na busca por emprego a apresentação do titulo de eleitor é pedida por vários possíveis empregadores.

Outro dado da pesquisa a se enfatizar é que 62,5% dos jovens concordaram com a frase que lhes foi apresentada sobre democracia, a saber: “a democracia ainda

é o regime político preferencial”. Mas também outra declaração, antítese dessa, recebeu expressiva aceitação, o que sugere que há que se estar mais atento para a pluralidade de tendências políticas ou possibilidades de alinhamento entre os jovens. Para 30,1% dos jovens, “em algumas circunstâncias um regime autoritário pode ser preferível a um sistema democrático”.

Mas tal ajuizamento não permite, sem outras análises em relação a ambiências dos jovens que assim se pronunciam, que se etiquetem tais jovens como conservadores ou *de direita*. O posicionamento crítico em relação à democracia pode estar sinalizando uma avaliação da conjuntura ou do sistema econômico e político atual, que provoca vulnerabilidades de várias ordens, injustiças sociais, desemprego e má distribuição de renda e não necessariamente uma negação da democracia enquanto regime de organização de decisões no âmbito do Estado. É possível que a alta proporção de jovens que declararam preferir, mesmo que em algumas circunstâncias, um regime autoritário esteja expressando uma crítica à percepção de democracia que lhes chega no dia-a-dia. Por outro lado, há que levar em conta que há uma forte tradição autoritária no país, que se exprime principalmente na idéia do personalismo e do patrimonialismo, bem como na baixa densidade de participação popular nas definições da coisa pública, o que pode acarretar sentimento de impotência, no âmbito de uma realidade em que os grandes feitos sempre estiveram relacionados e identificados diretamente a alguém e não em nome de concepções.

Se tais informações sugerem uma demanda reprimida por participação, já que democracia e participação têm nexos entre si, é importante, porém, notar que existe de fato uma forte descrença entre os jovens em relação às instituições políticas tradicionais. Sobre a confiança nas instituições políticas, verifica-se que 84,6% dos jovens declararam não confiar nos partidos políticos; 76,7% afirmaram não confiar no Governo; 82%, não confiar no Congresso Nacional e 79,9%, não confiar nas Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Tais informações alertam que se deveria pesquisar mais a hipótese de que os jovens não necessariamente são contrários e refratários ao exercício de uma cidadania ativa, por participação em entidades críticas e de acompanhamento do fazer políticas públicas, mas estão sim enviando uma mensagem de crítica às formas atuais de organização da política institucional no Brasil.

De fato, a complexidade do debate sobre orientações dos jovens quanto à participação política é verificada mesmo quando se tem o voto como indicador nuclear. Apesar de declarações que podem ser lidas como desencanto com a política

institucional, é bastante expressiva a proporção de jovens que em 2004 se declaravam favoráveis à assertiva de que o voto pode mudar a situação do país (68,8% segundo a Tabela 13).

Tabela 13 – Distribuição dos jovens segundo opinião sobre se o voto pode mudar a situação do país, Brasil, 2004.

Opinião	Nº	%
Concorda	32.896.340	68,8
Discorda	13.942.268	29,1
Não sabe/não opinou	994.063	2,1
Total	47.832.671	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Agora para cada frase que eu citar, gostaria de saber se você concorda ou discorda: O voto pode mudar a situação do país”.

A Tabela 14, a seguir, reforça o argumento de que falta chão para afirmar que os jovens seriam avessos à participação político-eleitoral. Aí se lê que 66,6% dos jovens pesquisados consideraram que é inaceitável não votar nas eleições.

Tabela 14 – Distribuição dos jovens segundo opinião sobre não votar nas eleições, Brasil, 2004.

Opinião	Nº	%
É aceitável	13.503.565	30,6
Não é aceitável	29.440.760	66,6
Indiferente (esp.)	955.634	2,2
Não sabe/não opinou	281.942	0,6
Total	44.181.901	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Agora para cada ação que eu citar, gostaria que você dissesse se acha aceitável ou não aceitável: Não votar nas eleições”.

Já a Tabela 15 ilustra a diversidade de posições entre jovens sobre por que não votar nas eleições municipais de 2004. A maioria (40,1%) indica que não vo-

taria por uma condição legal, ou seja, a de não ter o título regularizado. Os que expressam algum tipo de desencanto com o sistema eleitoral somam 37,3%. Desses, 11,1% afirmaram que votar “não serve para nada”.

Tabela 15 – Distribuição dos jovens segundo indicação do principal motivo para não votar nas eleições de outubro de 2004, Brasil, 2004

Indicação	Nº	%
Não serve para nada	649.852	11,1
Não gosto dos candidatos	444.352	7,6
Não creio nos partidos políticos	1.089.335	18,6
É minha maneira de protestar	281.897	4,8
Regularização do título de eleitor	2.346.085	40,1
Não ter idade	363.132	6,2
Outros	511.182	8,7
Nenhum desses	4.779	0,1
Não opinou	167.230	2,9
Total	5.857.844	100

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Qual desses motivos apontados na cartela é o principal motivo para você não votar nestas próximas eleições?”

Foram selecionadas apenas as respostas dos jovens entre 16 e 29 anos.

Entre as respostas com menos de 1% destacam-se: “por causa de um partido político” e “porque me pediram um voto”.

Jovens e participação – notas para debate e pesquisas

As pesquisas sobre percepções dos jovens sobre participação são importantes, como a que se recorre neste artigo, mas são diagnósticos em relação a alguns indicadores de participação, retratos de situações, de um estado de conhecimento, pontas de um iceberg que devem como tal ser destacadas, mas não necessariamente revelam processos históricos, sentidos sobre o mal estar com alternativas mais convencionais de participação.

De fato, no plano das percepções, os discursos dos jovens tendem a ser críticos sobre as representações institucionais e a indicar baixo nível de participação no que se considera como aparatos de mobilização mais tradicionais ou orientados para disputar o rumo do Estado, como por exemplo partidos e sindicatos.

O tema pede discussão sobre juventudes nestes tempos de barbárie neoliberal, ressaltando os limites da participação democrática quando se é excluído da participação na geração e distribuição de riquezas. Por exemplo, 40% dos 34 milhões de jovens entre 15 a 24 anos no Brasil vivem em famílias com menos de três salários mínimos por mês.

Adiantamos a tese, mais demonstrada em outros trabalhos (CASTRO e ABRAMOVAY 2003, entre outros), de que a juventude, em particular aquela de classe trabalhadora, assim como a que se compõe pelo povo negro, quando classe e raça se entrelaçam, é uma das gerações mais à margem da participação da riqueza acumulada, a que vem mais sendo vitimizada pelas desigualdades sociais e modelação capitalista neoliberal. Por exemplo, os que não estudam e não trabalham correspondem a 20,4% do total de jovens entre 15 a 24 anos, no conjunto das nove Regiões Metropolitanas no Brasil – o que significa mais de 11 milhões de jovens em 2002 e a maioria desses são afro-descendentes (WASELFISZ, 2006)

Segundo Castro e Abramovay, 2003:

Vários autores reconhecem que os jovens são agentes que se sobressaem quer como vítimas, quer como autores em delitos no campo de certas violências, além do consumo e tráfico de drogas (ver análises sobre o caso do Brasil hoje em WASELFISZ, 2002; ABRAMOVAY e RUA, 2002; CASTRO, 2002 e CRUZ NETO, 2001; entre outros), ou seja que os jovens vivem vulnerabilidades sociais reais. No entanto, como frisa Hopenhayn (1997 e 2002) há significados na forma de viver tempos globalizados que reverberam mais sobre certas gerações, como os jovens, e que por outro lado há discursos que aumentam ou que não necessariamente têm correspondência em realidades.

Juventude e formas de participação – vazios de pesquisa e generalizações sobre o apoliticismo dos jovens.

É comum na literatura sobre juventude a advertência de que são várias as culturas juvenis, as *tribos*, e o cuidado necessário contra generalizações (NOVAES e VANNUCHI, 2004, entre outros). Contudo, paradoxalmente, se viria assumindo certas profecias auto-referidas, por bases empíricas restritas. É comum se fazer generalizações a partir de microcosmos ou visões parciais ou partidas de uma realidade cada vez mais múltipla e diversificada, principalmente se de participação de jovens se trata.

Defende-se, por exemplo, que este é um tempo de distopias, ou de utopias datadas e circunscritas a fins imediatos. Ou seja, que nestes tempos perderia lugar a figura do militante do movimento estudantil, para alguns autores uma agência que teria perdido o seu papel quer de advocacia de direitos dos estudantes universitários, de representação dos interesses desse grupo, quer de sítio de lutas contra desigualdades sociais, modos de operação da modelagem político-econômica em curso, por justiça e mudanças sociais.

De fato, note-se que na atual conjuntura, segundo pesquisas na América Latina (RODRÍGUEZ, 2002; CASTRO e ABRAMOVAY 2003), em muitos países não chega a 20% o total de jovens que declaram participar de alguma organização ou movimento juvenil existente, quer seja estudantil, partidário ou mesmo de ONGs de diversas matizes – como se apresenta em seção anterior, com dados para 2004 de pesquisa da Unesco, no Brasil o patamar seria até mais elevado, já que cerca de 30% dos jovens entre 15 a 29 anos participam de algum tipo de organização associativa (in ABRAMOVAY; CASTRO, 2006).

Contudo, há divergências sobre o caráter de participação política dos jovens hoje, defendendo alguns que esta, em comparação a outras, seria uma geração menos atraída por partidos políticos, organizações sindicais e outras formas mais convencionais. Advogam vários autores que hoje predominam mais os agrupamentos juvenis, em particular no campo cultural e artístico, e.g., os grupos de *Hip Hop*, os grupos de amigos ou as mobilizações esporádicas, por eventos ou temas, sem continuidade e avessas a rotinas. Entretanto, em particular no caso de associações relacionadas ao desempenho cultural, valeria mais discutir também conteúdo e formação de tal participação. Assim, há correntes no *Hip Hop* que se destacam pela crítica social e condenação da violência e do racismo, por exemplo.

Há que se reconhecer que o campo de organizações das juventudes é complexo e amplo e que os jovens continuam de forma renovada participando inclusive de partidos e sindicatos e mobilizando ações que se formatam inclusive em passeatas, ainda que não de forma tão noticiada pela grande imprensa como em 1968 e 1984 (RIBEIRO, 2004). Mas aí estão, como também em diversos movimentos sociais, inclusive levando àqueles uma série de questões e debates existenciais que combinam micro e macro referências, como questões relacionadas a relações sociais de gênero, sexualidade, drogas e cultura, entrelaçando preocupações com políticas de juventude e com o estado do mundo, quando vêm assumindo papel singular nas manifestações críticas à globalização e a políticas repressivas. Não se pode, portanto, decretar a morte do movimento estudantil e político partidário por vontade epis-

tolar de pesquisadores que comumente se restringem a pesquisas de ONG's ou de agrupamentos específicos.

Por outro lado, um fato novo hoje é a ênfase de organizações juvenis, movimentos por maior participação dos jovens no campo da elaboração legislativa, do acompanhamento da vida política dos poderes constituídos – e.g. os movimentos contra corrupção e por engajamento em processos eleitorais – e por políticas de/para/com juventudes, ou seja, voltadas para os jovens e que tenham um enfoque de geração. A mobilização de grupos juvenis nos últimos dois anos no Brasil pela institucionalização de uma Secretaria Nacional de Juventude é significativa, como também por um Conselho Nacional de Juventude com representação ampliada de grupos de jovens e outras agências afins, bem como as diversas articulações no âmbito dos estados e municípios.

Por outro lado, se reconhece que vem crescendo certo desencanto de vários grupos juvenis em relação à política eleitoral e às formas convencionais de participação política, ou seja, mais orientada a um lugar no Estado. Contudo, faltam estudos comparando gerações e legitimação/desencanto com a política institucional hoje no Brasil.

Uma das marcas atuais no campo de debates sobre políticas e juventude é o deslocamento de políticas para juventudes, ou seja, a partir do Estado para a perspectiva de políticas de ou com juventudes, ou seja, políticas específicas para grupos jovens e políticas que sejam decididas e formatadas com a participação dos jovens, combinando-se participação de grupos da sociedade, sendo que em alguns países haveria assembleias com representação juvenil e secretarias de juventude com a participação direta de jovens.

Pesquisas sobre jovens e política sublinham crítica dos jovens às organizações político-partidárias, seu desinteresse por formas de representação institucionalizadas e necessidade de maior orientação por garantia de emprego, carreira, mobilidade individual, profissionalização e ética de consumo. Por exemplo, Zavala (2002), da equipe de Gilberto Dimenstein, referindo-se a pesquisa conduzida pelo Instituto Akatu pelo Consumo Consciente com jovens (*Os Jovens e o Consumo Sustentável – Construindo o Próprio Futuro*), destaca que 24% dos jovens brasileiros (entre 18 a 25 anos, residentes nas Regiões Metropolitanas) não “acreditam que suas ações podem melhorar o mundo ou, pelo menos, sua própria vida”. No estudo também se destaca que apenas 10% dos entrevistados possuem interesse em assuntos relacionados a política ou sociedade. Preferem *quebrar a cabeça* em questões como educação profissional (84%). Organizações sociais e políticas não são instrumentos com os quais eles contam. Parecem caminhar descolados de sua realidade em direção a objetivos individuais, segundo o coordenador da pesquisa Helio Mattar (In ZAVALA, 2002).

Sobre tais dados, Dimenstein (2002) observa que:

A tentação provocada por essa pesquisa, patrocinada pelo instituto Akatu, é chamar os jovens de alienados, despolitizados, vítimas, na sua individualidade extrema, de um narcisismo coletivo. Bobagem. Os fatos políticos da semana passada mostraram como o mundo oficial dos adultos politizados é alienante e pouco tem a falar àquela descrente faixa etária. Diante de uma geração pragmática, sem utopias coletivas, a briga entre os candidatos, movida a dossiês, baixarias, espionagens, corrupção, assemelha-se a um cansativo besteirol.

Em outras palavras, nas pesquisas sobre participação política dos jovens haveria que mais analisar o contexto brasileiro do jogo político eleitoral. Mas, por outro lado, merece cuidado a generalização sugerida pelo articulista de que a juventude seria uma geração “pragmática e sem utopias coletivas”. Não se leva em consideração que a pesquisa conduzida pela Akatu é baseada em entrevistas com 1.350 entrevistados em nove regiões metropolitanas entre 18 a 74 anos, enquanto os dados destacados são respostas daqueles entre 18 a 24 anos. Ou seja assume-se uma generalização discutível até em termos estatísticos sobre pensares da juventude.

Segundo pesquisa domiciliar realizada com 800 jovens de 15 a 24 anos de distintas classes sociais no Rio de Janeiro, em 2001 (NOVAES e MELLO, 2002: 84), os jovens tenderiam a posturas *progressivas* a favor de greves por melhores salários e manifestações pela paz. “Os jovens de classe D são os que mais apóiam as greves por melhores salários. No total, quase 70% dos jovens também apóiam a ocupação de terras improdutivas para reforma agrária”. Mas as autoras defendem que os jovens seriam avessos à participação em partidos políticos e movimentos sociais:

Contudo, como já mostraram outras pesquisas, o apoio a essas e outras formas de manifestação política [greves e ocupação de terras pela reforma agrária] não se traduz em engajamento e participação direta dos jovens em partidos políticos e movimentos sociais. A escola é onde os jovens mais participam de grêmios e campanhas, logo depois vêm os espaços das igrejas [...]. Os jovens de igrejas orientais, pentecostais e católicos praticantes são os que dizem que mais participam de grupos de sua igreja. Os movimentos ecológicos e comunitários são os que os jovens mais gostariam de participar.

Filhos de uma época caracterizada como *sem utopia*, os jovens se reencontram com fragmentos de velhas utopias. Família, trabalho, justiça social, viver a vida e ter fé – são os cinco valores mais citados por eles. (NOVAES e MELLO 2002)

Note-se que as pesquisas que defendem que estes seriam tempos de ausência de utopias e enfatizam que os jovens se orientariam mais por trabalhos em ONGs que propriamente pela participação político-partidária ou em movimentos de crítica social pouco se referem a juventudes militantes – objeto de pesquisa privilegiado antes da ditadura militar e hoje tema de poucos trabalhos. Por outro lado, muitos autores deixam de ir mais a fundo em possíveis sentidos para indicadores de crítica à política institucionalizada em partidos e órgãos de representação, interpretando como orientação individualista o que pode ser considerado, por outro olhar, como mal-estar pela não representação coletiva de muitas instituições, i.e., das necessidades e vontades de ampla parcela da população, ou seja, por sentido de frustração quanto à política e à agência política que se queria. Por exemplo, Zanetti (2001), que desenvolveu pesquisa sobre atitude revolucionária juvenil no Brasil, observa que:

Os jovens de nosso questionário têm mostrado, no geral, uma imagem coerente com a história da juventude brasileira. São participativos nas questões da sociedade e da vida em geral – 80% deles. Quando essa participação é conduzida para o campo político, temos uma drástica redução, pois 45% têm atitude e 34% têm comportamento de participação em relação à política. Isso confirma o que é de domínio público: o profundo desgaste das instituições políticas, dos políticos e de seus partidos, mas não torna a juventude apática ou indiferente. (ZANETTI, 2001)

A literatura sobre novos sujeitos não necessariamente se divorcia de referências clássicas à organicidade, mas provoca reelaborações sobre seus sentidos, em nosso juízo, caminho de pesquisa a ser privilegiado e que está faltando. Em tempos em que internacionalmente os jovens vêm se destacando na luta anti-globalização e pela paz e em que eclodem periodicamente protestos de jovens, em diversos países, contra políticas mais conservadoras – e.g. os protestos na França que envolveram migrantes e os atuais (março de 2006) contra programa de primeiro emprego para os jovens que deixa os trabalhadores à mercê de demissões por parte dos empregadores⁵ –, difunde-se a idéia de apoliticismo dos jovens.

⁵ Segundo artigo de Kerstin Gehmlich e Tom Heneghan na Folha de São Paulo, dia 18 de março de 2006: Paris (Reuters) "Multidões de estudantes, sindicalistas e partidários de esquerda foram às ruas na França, no sábado, para pressionar o governo conservador a anular uma nova lei que mina a segurança no trabalho para jovens trabalhadores."

A busca de um novo Graal? Possíveis sentidos da Cibern militância e do *Hip Hop*⁶

Novos paradigmas temáticos para as discussões e ações políticas vêm se anunciando, em particular acionados por jovens, apontando para intervenções políticas em ambientes distintos, como o ciberespaço, por meio de salas de bate papo, *e-mails*, *orkut*, *blogs*. Dessa forma, o próprio conceito de participação torna-se multifacético. O conceito de participação política, visto a partir do ciberespaço, por exemplo, adquire um novo horizonte, não menos capaz de promover a circulação de idéias que propiciem mobilizações. Foi o caso dos últimos protestos estudantis ocorridos na França, onde parte da tática de luta foi definida e teve sua efervescência por meio da internet, inclusive:

O termômetro da rejeição estudantil ao projeto governamental sobre o primeiro emprego fora previsto não mais pelas pesquisas de opinião, mas a partir da divulgação dos números sobre acessos a blogs contra e a favor da medida, bem como das estatísticas sobre comentários e *postings*. (CASTILHO, 2006)

Como analisa Castilho (2006), a cibern militância, ou, como denomina o autor, a política *on-line* inverte a estratégia de luta política na circunstância em que os cibern militantes geralmente atuam sozinhos, não elegem lideranças, e só se encontram no momento das manifestações. Face a essa trajetória, vale notar que a vitalidade político-participativa desse ciberespaço também não difere tanto da realidade social, imersa em conflitos, disputas, alianças, sentimentos, oportunismos etc.

Dentro desse mesmo espírito de transformação no modo do agir politicamente e no onde agir, grupos juvenis, por meio do movimento *hip hop*, têm se deslocado para lugares inesperados, como é o caso das frases de resistência ou dos desenhos de protestos encontrados em valas e esgotos das cidades, mixando arte, política e desafios territoriais e legais. Outro exemplo é a busca pelo ativismo político e professoral dos jovens *rappers* em suas letras que ensinam a entender a história de negros e pobres nas escolas de periferia e esquinas por onde são ouvidas (SCHUSTERMAM, 1998).

Para Schustermam, o projeto da modernidade (Séc. XVI, XVII, XVIII, XIX) está ligado ao projeto de racionalização, secularização e diferenciação da cultura

⁶ Esta seção contou com a colaboração de Shayana Busson – estagiária PIBIC, aluna de graduação em direito – UCSAL.

ocidental. A arte se distinguiu da ciência na medida em que não mais dizia respeito à formulação ou à difusão do saber, sendo seu juízo estético subjetivo e não-conceitual. A arte também se distinguiu das práticas éticas e políticas e foi consignada a um domínio desinteressado e imaginativo do jogo e da aparência. Entretanto, o *hip hop*, enquanto arte, constitui uma violação radical dessa concepção compartimentada e trivializada da arte, da política e das ciências sociais, pois concebe a união entre valores artísticos, políticos e histórico-científicos. Segundo Schusterman (1998):

O *rap* não insiste apenas na união do estético e do cognitivo, ele salienta o fato da funcionalidade prática poder fazer parte da significação e do valor artístico.

O movimento *hip hop* expressaria um novo modo da juventude se movimentar no espaço urbano, produzindo uma semiótica do poder e da hierarquização diferenciada.

Com o *hip hop* parece haver uma inversão no uso da cidade; ao invés de proteger-se, de esconder-se, de resguardar-se nos muros da casa, cria-se uma contra-ordem: exibir-se e movimentar-se nos escuros, nos becos e, se necessário, nos esgotos (DIÓGENES, 1994).

Os sentidos da recorrência a formas culturais e artísticas com conteúdo político não necessariamente se opõem às chamadas formas convencionais de participação. Também há que considerar que o movimento *hip hop* não é homogêneo e uníssono quanto a orientações ideológicas, abarcando inclusive aquelas que se somam a agendas partidárias.

Há que se cuidar também de generalizações sobre significados político-sociais das chamadas novas formas de participação, como as que recorrem a linguagens estéticas e outros meios de comunicação, evitando deslumbramentos sobre seu alcance, eficácia de protesto, intervenção no curso da política de Estado, formação de opinião pública e crítica social, assim como uma suposta *pureza* quanto a métodos e fins ou sentido de recusa ao *status quo*, do fazer política.

Fechando o texto, mas não o tema Juventudes, Cultura e Participação

Insistimos que há generalizações e simplificações para o caso brasileiro sobre a não-militância dos jovens e, em particular, quando se compara essa com aquela do período pré-ditadura militar.

Na introdução ao que na literatura brasileira de ciências sociais torna-se um marco para o debate do conhecimento sobre novos sujeitos, i.e., o livro de Eder Sader *Quando Novos Personagens Entram em Cena. Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*, publicado em 1988, Marilena Chauí assim responde à pergunta que se faz, qual seja: “Por que o sujeito novo, os movimentos sociais que em bairros, em dissidências de estruturas sindicais, em associações por causas específicas, como programas de saúde para as mulheres, agitaram o cenário brasileiro da época, inaugurando novas formas de fazer política?” Segundo Chauí:

Antes de mais nada porque criados pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado”. Em segundo lugar porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto despojado das duas marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam idéias e representações, opostas, como objetos domináveis pelo intelecto. O novo sujeito é social [...]

Em terceiro lugar porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada, que operaria como centro, vetor e telos das ações sociopolíticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora:

Referido à Igreja, ao sindicato e às esquerdas, o novo sujeito neles não encontra o velho centro, organizadores no sentido clássico e sim ‘instituições em crise’ que experimentam ‘a crise sob a forma de um descolamento com seus públicos respectivos’, precisando encontrar vias para reatar relações com eles. (In SADER, 1988)

Se de novo sujeito na classe – e quem sabe, para a classe – se trata, os seus constituintes (ver *corpus* que destacamos na citação de Chauí, acima) sugerem que também de novo conhecimento, ou de nova forma de conceber e articular conhecimentos, inclusive por prática singular, se trata – mas não novo no sentido do descarte dos clássicos, mas de ancoragem na contemporaneidade. Mais do que conceitos com significados fixos, tais constituintes sugerem que se faz necessário sensibilidade, reflexão sobre cultura política, cidadania cultural (TURNER, 1994), atenção a prá-

ticas dos movimentos sociais, identificando a partir de cada prática ressignificações conceituais, e trânsito entre práticas – teórica e de ação programática –, em âmbito de/em movimento.

Em síntese, faz-se necessário revisitar o debate sobre participação política e sujeitos (novos ou velhos ou híbridos) do fazer política, considerando: tipos de juventudes; questionando em que medida têm chão reflexões sobre o apoliticismo e orientação individualista e consumista dos jovens hoje – se tal figura não é uma simplificação da complexidade do real. Sem tomar, portanto, tais assertivas como verdades *a priori*, mas qualificando sentidos, há que diferenciar análises de agências, tipos de organizações associativas e político-partidárias, instituições formais da vida política e práticas políticas que estariam sob alvo de críticas de jovens e possivelmente também de não-jovens das análises sobre culturas juvenis, projetos de vida e vontades juvenis, inclusive de inserção em cidadania ativa de diferentes tendências.

As análises dos dados da pesquisa promovida pela Unesco (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006) sugerem o que já Carrano (2006), a partir de análises da pesquisa do Ibase sobre participação de jovens, enfatizava: “Os dados não configuram quadro de recusa participativa na esfera política, mas ausência de confiança nos canais institucionais e nas formas tradicionais de se fazer política”.

Por outro lado, há que ter a preocupação em garantir o lugar de posturas críticas. Não seria o caso apenas de propor políticas, mas colaborar para que os jovens possam exercer posturas críticas do fazer política. O debate sobre políticas com juventudes passa, nessa linha, pela formação política dos jovens no sentido de aprender a zelar pela coisa pública, a acompanhar e a cobrar a ação do Estado, exercendo sua cidadania.

Participação sugere pertença, exercício do direito de ser sujeito, cidadania por construção de democracia. Os jovens se orientam em princípio pela irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para o novo, para a renovação. Então participação de jovens é importante não somente para os jovens, mas para rejuvenescer o fazer política, renovar a coisa pública.

Claro que essas são tendências, mas não necessariamente evidências que se colam em todos os jovens. Há jovens e jovens. Jovens idealistas, orientados por causas sociais, coletivas, pela solidariedade, e há jovens oportunistas, orientados por um individualismo narcíseo, para suas carreiras e suas vidas privadas, do pequeno círculo.

Outra importância da participação política juvenil para a cultura política destes tempos é a linguagem juvenil apelando para artes, dança, música, o deboche, a crítica cultural, evitando as departamentalizações entre estética e política, como tão bem ilustra o *hip hop*, assim como para formas de comunicação que recorrem a avanços da tecnologia, como a cibermilitância.

Mas se a relação entre cultura e política importa para mais ampliar a compreensão da diversidade de formas e tipos de participação, há que cuidar contra simplificações por dicotomias, considerando a recorrência à cultura entendida como performance, expressão estética, como alternativa ao investimento na possibilidade de participação político-organizacional de corte cooperativo ou de associações de classe ou em partidos. Como haveria que mais pesquisar limites à participação artístico cultural dos jovens. Oliveira, Silva e Rodrigues (2006) enfatizam a importância dos jovens como produtores de cultura, mas reconhecem ambiências sociais, políticas, econômicas e culturais que limitam tal potencialidade:

Abordar a relação entre cultura e juventude exige perceber como os(as) jovens vivem essa *juventude*: as vulnerabilidades e potencialidades contidas em suas condições de vida e a pluralidade de expressões culturais que emergem da experiência dos grupos juvenis espalhados por todo o país. Mas também é necessário observar os impedimentos reais e as possibilidades de promover a cidadania cultural de jovens, para que a fruição e a produção cultural deixem de ser privilégios de poucas pessoas. Dessa forma, a juventude deve ser reconhecida e valorizada como produtora de cultura, mais do que como consumidora de bens culturais.

Há também um sentido singular da participação política juvenil, que é o trânsito entre o pessoal e o político. Entre valores, sentimentos e a razão de se jogar por inteiro, dar adrenalina, *movida* ao ritual. O que tende a minimizar a rotina do fazer política pela tradição, por retórica ou tecnologia normativa, isto é, sem paixão. Mas frisamos, mais uma vez, que tal orientação é uma possibilidade, uma tendência e não um determinismo próprio do ser jovem. Há que se falar em juventude evitando naturalizações do ser jovem.

Há também que ir além do conceito de participação liberal, ou seja, do exercício de deveres cívicos, como o votar. Se esse for exercido sem o horizonte de um momento em um processo, a orientação de responsabilidade social torna-se mecânica, pontual.

Participação é processo e como tal pede envolvimento em cobrança social. Pede também investimentos em conhecer a maquinaria político-partidária, político-institucional. Quem sabe o que é um PPA, como se contingencia verbas, o que é uma LDO, como se distribui o orçamento, quanto do PIB se emprega em direitos sociais. Quanto representam as verbas para as políticas sociais no orçamento da União?

Cobra-se participação do jovem, mas há muito pouco investimento em formação de um capital cultural que permita aos jovens acompanharem a parafernália do fazer política institucional formal e como mais eficientemente acompanhar o processo político.

Mas há que frisar a positividade da participação dos jovens na política tanto para a política como para os jovens, por sua possibilidade pedagógica, de socialização. Mas cuidar para não naturalizar um fato social, a juventude, que como fato social depende de períodos históricos, cultura, política e projetos coletivos que se emaranham com os pessoais. Então participar é importante, mas para que projetos políticos? Tema de outras pesquisas.

Referências

- ABAD, M. Las Políticas de Juventud en Colombia. In: LEON, O. D. (Org.). *Políticas Públicas de Juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: CIPDA, 2003.
- ABRAMO, H. W. ; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2004.
- ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. G. (Coords.) ; SOUZA, A. N. A. ; LIMA, F. DE S. ; PINHEIRO, L. DE C. *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, Brasília, 2006.
- AROCENA, F.. *La Modernidad y su Desencanto. Modernos, Pos-Modernos y Neo-Conservadores em el Discurso Sociológico*. Pocitos: Vinten Ed., 1992.
- AZEVEDO, F. P. (Org.). *Juventude, Cultura e Políticas Públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico-político do Centro de Estudos e Memória da Juventude*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.
- BOBBIO, N. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- CARRANO, P. Juventude e Participação no Brasil: interdições e possibilidades. In: *Democracia Viva*. Rio de Janeiro: Ibase, n. 30, jan./mar., 2006.
- CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTILHO, C. *Protestos Estudantis na França Servem como Laboratório da Ciber-Política*. São Paulo: Observatório da Imprensa, Código Aberto, 2006.
- CASTRO, M. ; ABRAMOVAY, M. *Por um Novo Paradigma do Fazer Políticas: políticas de/para/com juventude*. Brasília: Unesco, 2003.
- CASTRO, M. G. No Limiar de um Novo Milênio. Possibilidades e Cenários. In *Cadernos CRH*, Salvador, n. 22, jan./jun., p. 31-50, 1995.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE. *Relatório Preliminar*. Câmara dos Deputados, 2004.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DENNING, M.. *A Cultura na Era dos Três Mundos*. São Paulo: Ed Francis, 2005.

DIÓGENES, G. *Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e Movimento Hip Hop*. São Paulo: Annablume, 1998.

DI PIETRO, M. S. Z. Participação da Comunidade em Órgãos da Administração Pública. In: *Revista de Direito Sanitário*. São Paulo: LTr, v. 1. n. 1, 2000.

DIMENSTEIN, G. Vítimas da Paralisia Juvenil. *Folha Online*. <<http://www.uol.com.br/folha/dimenstein>> (Acesso em: 14 mar. 2002)

FERRAZ, T. S. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERNANDES, N. ; COTES, P. ; LEAL, A. O que Querem os Jovens?. *Revista Época*, 7 de agosto de 2006.

FERNANDES, F. *Em Busca do Socialismo*. São Paulo: Ed. Xamã, 1995.

_____. *A Contestação Necessária. Retratos Intelectuais de Inconformistas e Revolucionários*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

FRASER, N. ; GORDON, L. Civil Citizenship against Social Citizenship? In: STEENGERGEN, B. VAN. *The Condition of Citizenship*. London: Sage, 1994.

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1990.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IANNI, O. A Sociologia de Florestan Fernandes. In: Dossiê Florestan Fernandes, *Revista USP*, março/abril/maio, n. 29, p. 26-34, 1996.

IPEA. *Brasil: o estado de uma nação*. Brasília: IPEA, 2005.

JAMESON, F. O Pós-Modernismo e a Sociedade de Consumo. In: KAPLAN, A. (Org.). *O Mal-estar no Pós-Modernismo. Teorias, Práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

MAFFESOLI, M. *Elogio da Razão Sensível*. Petrópolis: Vozes 1998.

CAMARGOS, W. V. DE M. *O Mundo sob o Olhar Estudantil*. Programa de Estudos e Pesquisas Científicas das Entidades Estudantis Brasileiras – Pré Projeto-União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Projeto de Reconstrução do Centro de Estudos Honestino Guimarães (CEHOG). Goiânia, não publicado, xerox, 2001.

NOBRE, M. Participação e Deliberação na Teoria Democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S. P. ; NOBRE, M. (Orgs.) *Participação e deliberação*. São Paulo: Editora 34, 2004.

NOVAES, R. R. ; MELLO, C. C. DO A. Jovens do Rio. Circuitos, Crenças e Acessos. In: *Comunicações do ISER*, ano 21, n. 57, 2002.

NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Instituto Cidadania, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, J. R.; SILVA, L. I. C. ; RODRIGUES, S. S. Acesso, Identidade e Pertencimento: relações entre juventude e cultura. *Revista Democracia Viva*, n. 30, Especial Juventude Política, Rio de Janeiro: Ibase, jan./mar., 2006.

POERNER, A. J. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2004*. Disponível em <<http://www.undp.org.br>>. (Acesso em: 02 dez. 2005)

RIBEIRO, R. J. Política e Juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Instituto Cidadania, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

RODRIGUEZ, E. *Consolidando Alianzas Estratégicas: fortalecimiento institucional y cooperacion regional em políticas de juventud em América Latina*. Madrid: OIJ, 2000.

RUBIM, A. ; BENTZ, I ; PINTO, J. M., Ciber-Socialidade. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. In: *Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea*, Compós: Editora Unisinos, 1999, p. 9-22.

SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. DE S. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós Modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, 1994.

SPOSITO, M. ; CARRANO, P. Juventud y Políticas em Brasil. In: DÁVILA, O. (Org.) *Políticas Publicas de Juventud en América Latina: políticas nacionales*. Vina Del Mar: CODPA, 2003.

SCHUSTERMAN, R. *Vivendo a Arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. Tradução Gisela Domschke. São Paulo: Editora 34, 1998. (Coleção Trans)

TURNER, B. S. Postmodern Culture/Modern Citizens. In: STEENBERGEN, B. V. *The Condition of Citizenship*. London: Sage, 1994.

VARGAS, C. S. Las Politicas Publicas: nueva perspectiva de analisis. In: *Universitas*. n. 83. [S.l]: Pontificia Universidad Javeriana, 1992.

VIEIRA, L. *Os Argonautas da Cidadania. A Sociedade Civil na Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

WASELFISZ, J. J. (Coord.). *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003*. Brasília: Unesco, 2004.

WASELFISZ, J. J. (Coord) *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2005*, elaborado para Unesco, xerox 2006, não publicado.

ZAVALA, Rodrigo. *Folha Online*. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/folha/dimenstein>>. (Acesso em: de 14 mar. 2002)

Lazer e Tempo Livre dos(as) Jovens Brasileiros(as)¹: escolaridade e gênero em perspectiva

Carlos Henrique dos
Santos Martins*
Patrícia Lânes Araújo
de Souza**

O presente artigo tem como ponto de partida uma série de dados gerados pela pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, publicada em 2006 pela Unesco. Tal pesquisa busca ampliar as possibilidades de reflexão sobre as vidas e percepções dos jovens brasileiros, tendo sido realizada em todo país a partir de uma amostra significativa da população de 15 a 29 anos (cerca de dez mil jovens). Desse modo, foi possível ouvir a opinião de jovens mulheres e homens sobre diversos temas do universo juvenil e da sociedade de forma geral, permitindo análises a partir do gênero, da faixa etária, da região, da condição do município (urbano e metropolitano, urbano não-metropolitano e rural), do grau de instrução, da classe socioeconômica e da cor/raça auto-atribuída.

“O mundo da cultura aparece como espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais nos quais os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil” (DAYRELL, 2005). Se a dimensão cultural é significativa na vida dos jovens a ponto de ajudar a definir identidades e estilos, é no âmbito do lazer e do tempo livre que as práticas culturais irão se apresentar em suas muitas facetas. Por meio

* Mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense, pesquisador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro, professor do CEFET-RJ-UNED Nova Iguaçu.

** Mestre em Sociologia, com concentração em Antropologia (UFRJ). Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF.

¹ Não seguiremos utilizando a linguagem de gênero a fim de facilitar a escrita e a leitura. Pretendemos apenas chamar a atenção para as diferenças de gênero presentes quando falamos dos jovens de maneira genérica.

das questões apresentadas aos jovens na referida pesquisa, foi possível (re) conhecer algumas delas. O primeiro ponto a se chamar a atenção é que tais questões se relacionam a preferências ou gostos do universo juvenil e também a algumas de suas práticas concretas. Essa observação torna-se relevante na medida em que nem todos os jovens são capazes de colocar em prática aquilo que dizem gostar ou preferir fazer. A esfera das escolhas muitas vezes está condicionada a condições materiais para torná-las práticas concretas e incorporadas na vida do jovem para além do desejo. Por outro lado, os gostos também são produzidos e conformados a partir de um campo de possibilidades que se impõe ao jovem a partir de seu universo sociocultural, não estando, essa dimensão, restrita a características puramente individuais, livres de qualquer influência do meio ou das condições sociais e econômicas nas quais se insere o jovem. Mais à frente alguns desses aspectos serão analisados com mais profundidade a partir dos eixos aqui privilegiados. Outro ponto a ser destacado é que os dados sobre cultura e lazer podem ser lidos a partir dos espaços da casa e da rua. Vistos aqui não só como territórios físicos, mas como campos de ação social ou domínios culturais institucionalizados (DAMATTA, 1997).

Muito embora o lazer costume ser pensado a partir da relação com o tempo livre e como direito, é importante ressaltar que, dependendo das relações sociais em foco e das condições materiais de existência, esse pode se constituir em um privilégio para poucos. São os diferentes modos de estar no universo social e possíveis recortes analíticos – como, por exemplo, a raça, classe social e a região de moradia – que apontam os limites de acesso ao lazer. No presente artigo, aprofundaremos dois deles: as relações de gênero e o grau de instrução.

O grau de instrução como possibilitador e limitador de acessos e preferências

Em contextos sociais marcados, dentre outros aspectos, pelas diferenças e desigualdades, a juventude deve ser pensada em suas múltiplas dimensões, buscando compreender de que maneiras os jovens, na sua diversidade, vivenciam os problemas dessa fase da vida. As diferentes juventudes são marcadas pelas (im) possibilidades relacionadas às desigualdades e que parecem ser condicionantes estruturais para negar o direito à cidadania a muitos desses jovens. Entretanto, o exercício de brincar, de se divertir, de (re) inventar linguagens próprias, de formar-se e informar-se culturalmente, apresenta-se como necessidade para que todos experimentem e exercitem essa mesma cidadania como um direito. Os espaços e formas de lazer, nesse sentido, tornam-se uma dimensão privilegiada de participação juvenil.

Para além da visão da juventude como um modelo universal em que o jovem tende a se libertar do trabalho para se dedicar aos estudos e ao lazer, diversas pesquisas (Instituto Cidadania, 2005, Ibase/Pólis, 2005) apontam para a grande preocupação desse segmento com a questão do trabalho. Sendo assim, “o aumento da escolaridade, em geral, coincide com maiores chances de conseguir empregos formais, algo decisivo para os jovens, considerando que o desemprego juvenil é três vezes maior que o do conjunto da população” (CARRANO, 2006). Nesse contexto, os jovens podem não se encaixar na relação tempo livre/lazer, mas nas suas escolhas decorrentes de um tempo desocupado, do tempo do não-trabalho.

A crescente presença dos jovens nos espaços escolares e que resulta no aumento da escolaridade observado nos últimos anos torna possível depreender maior relação entre juventude, lazer e cultura. É no espaço da escola que os jovens, em geral, ampliam seus contatos e acessos aos bens culturais – tanto materiais quanto imateriais – e às práticas relacionadas ao lazer.

Observou-se que existe maior concentração de jovens nas regiões Sudeste e Nordeste, sendo que na primeira está quase a metade da população jovem do Brasil, cerca de 42%, e outros 29% na segunda região. Acompanhando o fenômeno da migração em que a população brasileira tende a se deslocar para os grandes centros, podemos observar que 70,7% dos jovens estão nos centros municipais urbanos e 29,3% estão nos municípios rurais. Isso certamente implica em escolhas e ofertas de lazer específicas, uma vez que é nos grandes centros que os equipamentos de lazer estão em maior quantidade.

Com relação à escolaridade, a maioria dos jovens está entre o 2º segmento do Ensino Fundamental (34%) e o Ensino Médio (35,8%). Há uma parcela importante que, apesar de todos os esforços governamentais no sentido de ampliar a escolarização, ainda encontra-se no 1º segmento do Ensino Fundamental (22,9%). Para esses, parece que não é suficiente o aumento do número de matrículas. É fundamental a consolidação de mecanismos que garantam a sua permanência no espaço escolar, além da redução da diferença na relação idade/série, pois vale lembrar que estamos nos referindo a jovens que têm entre 15 e 29 anos.

No caso do Ensino Superior, o *funil* do vestibular parece funcionar com muita eficiência, pois apenas 7,2% cursam ou cursaram a faculdade. Nesse caso, ainda não foi possível avaliar os efeitos de programas de ampliação ao acesso à universidade, mas podemos evidenciar a insuficiência de programas de ampliação do número de vagas para as universidades públicas. Além disso, o que pode estar em jogo na manutenção dessa diferença é a qualidade do ensino público, que faz com que, para

muitos jovens, o Ensino Superior privado apareça como única opção. Porém, sendo essa parcela da população a que está mais exposta ao desemprego, essa possibilidade torna-se cada vez mais remota.

A partir das perguntas que foram formuladas, a pesquisa introduz uma discussão importante a respeito da diferença a ser considerada entre tempo livre e lazer ou, em outras palavras, tempo desocupado e ausência de opções de lazer, ausência que pode levar os jovens a ocuparem seu tempo com atividades que, nem sempre, estão relacionadas à presença de um leque variado de opções. Desse modo, muitas escolhas podem se dar em um universo em que as escolhas são muito restritas. Ao revelar, por exemplo, que 35% dos jovens brasileiros ocupam seu tempo livre em casa assistindo televisão, a pesquisa nos possibilita refletir sobre as diferentes maneiras de ocupação do tempo e que podem se dar de forma quase compulsória.

Quando estão dentro de casa, independente do grau de instrução, a maioria prefere assistir televisão. As novelas, os filmes, os noticiários e os programas esportivos estão entre os gêneros preferidos pelos jovens pesquisados, havendo pequenas diferenças entre os graus de instrução, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Distribuição dos jovens segundo tipo de programa televisivo que preferem assistir, por grau de instrução, Brasil, 2004.

Que tipo de programa prefere assistir na televisão	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Séries/minisséries	124.204 1,1%	243.699 1,5%	530.275 3,1%	124.208 3,6%	1.022.386 2,1%
Noticiários informativos (jornais)	1.931.008 17,6%	2.331.813 14,3%	3.397.096 19,8%	1.017.678 29,4%	8.677.595 18,1%
Programas sobre crime	191.180 1,7%	315.401 1,9%	152.921 0,9%	33.445 1%	692.947 1,4%
Desenhos animados	640.469 5,8%	1.099.008 6,7%	855.207 5%	109.894 3,2%	2.704.578 5,7%
Programas humorísticos	105.143 1%	238.973 1,5%	315.332 1,8%	76.447 2,2%	735.895 1,5%
Documentários	57.365 0,5%	315.340 1,9%	735.781 4,3%	343.944 9,9%	1.452.430 3%

Que tipo de programa prefere assistir na televisão	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Esportes	1.199.615	2.078.612	2.064.293	305.806	5.648.326
	10,9%	12,8%	12,1%	8,8%	11,8%
Novelas	4.024.449	5.065.166	4.018.379	391.704	13.499.698
	36,7%	31,1%	23,5%	11,3%	28,2%
Programas de entre- vistas	138.604	229.270	315.319	128.997	812.190
	1,3%	1,4%	1,8%	3,7%	1,7%
<i>Reality show (Big Bro- ther, Casa dos Artistas)</i>	57.357	210.274	191.150	43.016	501.797
	0,5%	1,3%	1,1%	1,2%	1%
Programas de auditório	143.383	148.199	172.051	0	463.633
	1,3%	0,9%	1%	0%	1%
Filmes	2.007.347	3.110.844	3.311.134	644.997	9.074.322
	18,3%	19,1%	19,3%	18,6%	19%
Programas educativos	262.847	778.906	1.012.904	219.784	2.274.441
	2,4%	4,8%	5,9%	6,4%	4,8%
Outros	81.260	119.478	52.585	19.114	272.437
	0,7%	0,7%	0,3%	0,6%	0,6%
Total	10.964.231	16.284.983	17.124.427	3.459.034	47.832.675
	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Independente de você assistir ou não assistir TV, se você tivesse que escolher algum programa de televisão para assistir, por favor, diga-me qual destes tipos de programa descritos na cartela você escolheria para assistir?”.

Observou-se que, apesar de a novela ser o programa preferido – o que parece seguir uma trajetória da cultura brasileira televisiva –, sua escolha tende a baixar percentualmente conforme o aumento da escolaridade e, no caso do Ensino Superior, perde a liderança para os noticiários, escolhidos por 29,4% dos integrantes desse grupo. A escolha por filmes pode estar relacionada a fatores como a comodidade, a ausência de cinemas próximos aos locais de moradia e também a questões financeiras que limitam o acesso em função dos preços dos ingressos.

Os noticiários aparecem como uma importante fonte de informação e atualização a respeito dos acontecimentos do país e do mundo (vale chamar a atenção para o

não-aparecimento do hábito de ler jornais em casa durante o tempo livre). Entretanto, queremos ressaltar que podem ser espaços de manipulação de gostos e opiniões se não forem problematizados os seus conteúdos e diferentes maneiras de veicular a mesma notícia pelos diferentes canais de transmissão. Sendo assim, devem ser motivados os debates entre os jovens no interior da escola, de seus grupos e também nos diversos espaços educativos, incentivando-se também o envolvimento dos jovens na produção de mídia. Nesse contexto, vale destacar a importância que os programas educativos ocupam nas suas escolhas e que aumenta de acordo com o grau de instrução, mas, ainda assim, é a sexta atividade mais assistida por todos os pesquisados.

Os programas esportivos também têm destaque nas escolhas, que podem estar relacionadas a diversos fatores, tais como a espetacularização do esporte, a impossibilidade de ir aos estádios em função da violência crescente entre as torcidas organizadas, o preço dos ingressos e até mesmo a ausência de estádios na maioria das cidades brasileiras. A tematização do caráter educativo dos esportes deve ser levada em consideração ao tratarmos de programas esportivos voltados para as juventudes.

Dentre as escolhas por programas televisivos a surpresa fica por conta dos *reality shows*. Para além do senso comum que nos faz acreditar no interesse crescente pela vida privada e pelo vasculhamento da intimidade alheia, e do crescimento desse tipo de diversão na televisão brasileira nos últimos anos, esses programas são assistidos por apenas 1% dos jovens em todos os níveis de escolaridade.

A tabela a seguir mostra que, ainda dentro de casa, muitos jovens preferem ouvir música no rádio.

Tabela 2 – Distribuição dos jovens segundo atividade que mais gostam de fazer no tempo livre em casa, por grau de instrução, Brasil, 2004.

Qual atividade que mais gosta de fazer no tempo livre em casa	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Beber	109.929 1%	105.127 0,6%	85.973 0,5%	14.329 0,4%	315.358 0,7%
Dançar	129.037 1,2%	219.794 1,3%	205.440 1,2%	28.664 0,8%	582.935 1,2%
Assistir televisão	3.794.690 34,6%	6.140.408 37,7%	5.896.111 34,4%	898.267 26%	16.729.476 35%

Qual atividade que mais gosta de fazer no tempo livre em casa	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Usar computador	0 0%	109.888 0,7%	406.109 2,4%	248.431 7,2%	764.428 1,6%
Jogar videogames	90.772 0,8%	372.616 2,3%	329.624 1,9%	38.211 1,1%	831.223 1,7%
Dormir, descansar	1.610.771 14,7%	1.500.316 9,2%	1.739.208 10,2%	449.057 13%	5.299.352 11,1%
Fazer a limpeza da casa	1.290.573 11,8%	1.075.254 6,6%	563.816 3,3%	105.089 3%	3.034.732 6,3%
Estudar	219.887 2%	678.658 4,2%	841.017 4,9%	224.554 6,5%	1.964.116 4,1%
Ouvir música	1.557.985 14,2%	2.948.281 18,1%	3.468.578 20,3%	458.659 13,3%	8.433.503 17,6%
Ler livros	387.131 3,5%	1.017.787 6,2%	1.538.563 9%	573.336 16,6%	3.516.817 7,4%
Ler revistas	47.797 0,4%	100.361 0,6%	129.010 0,8%	23.896 0,7%	301.064 0,6%
Namorar	66.887 0,6%	95.569 0,6%	167.230 1%	62.108 1,8%	391.794 0,8%
Brincar com os filhos	195.979 1,8%	224.537 1,4%	138.580 0,8%	28.673 0,8%	587.769 1,2%
Não fazer nada	172.112 1,6%	133.811 0,8%	114.715 0,7%	0 0%	420.638 0,9%
Qualquer coisa	196.028 1,8%	100.360 0,6%	42.997 0,3%	19.101 0,6%	358.486 0,7%
Outros	1.094.651 10%	1.462.215 9%	1.457.455 8,5%	286.657 8,3%	4.300.978 9%
Total	10.964.229 100%	16.284.982 100%	17.124.426 100%	3.459.032 100%	47.832.669 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “No seu tempo livre, qual atividade que você mais gosta de fazer, quando você está na sua casa?”.

Entretanto, o grupo que possui até a 4ª série do Ensino Fundamental coloca o rádio em 3º lugar, com uma diferença mínima para a opção dormir ou descansar, que aparece em 2º lugar. Talvez, para o grupo em questão, essa escolha esteja relacionada à possibilidade de muitos trabalharem, ainda que na informalidade e/ou em condições precárias de subemprego.

No caso do grupo com o Ensino Superior, ouvir música também aparece na 3ª posição. Esse grupo, logo após a TV, prefere ler livros, o que pode estar revelando o papel da escola no incentivo à leitura e o papel da leitura na formação acadêmica dos jovens, que conseguem permanecer mais tempo na escola. Essas aproximações e pequenos distanciamentos entre os jovens de acordo com o nível de escolaridade nos possibilitam algumas reflexões. É inegável o papel dos meios de comunicação no cotidiano desses jovens e isso deve ser levado em consideração como possibilidade não só de diversão, mas também de informação por meio do noticiário e dos programas culturais, por exemplo. Aqui, queremos chamar a atenção para a importância da regionalização da programação como meio de divulgação e (re)conhecimento das culturas locais. Sabemos do papel dos jovens na preservação – ainda que transformada – da cultura e o papel que essa desempenha na elaboração das identidades não só dos jovens, como também das comunidades em geral.

Com relação ao gosto musical observou-se que a maioria dos jovens, independente das clivagens escolhidas, tem preferência por um gênero específico. Não foi possível estabelecer relação entre os gêneros comuns aos graus de instrução, mas destacaram-se algumas opções que podem parecer surpreendentes.

Tabela 3 – Distribuição dos jovens segundo gênero de música preferido, por grau de instrução*, Brasil, 2004.

Gênero de música preferido	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Axé	129.014	425.290	463.464	47.778	1.065.546
	1,6%	3,4%	3,6%	1,9%	3%
Brega	487.431	382.229	124.225	4.772	998.657
	6,1%	3%	1%	0,2%	2,8%
Dance	86.021	310.566	286.642	28.664	711.893
	1,1%	2,5%	2,2%	1,1%	2%

Gênero de música preferido	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Forró	1.247.512	1.361.884	888.773	81.212	3.579.381
	15,6%	10,8%	6,8%	3,2%	9,9%
<i>Gospel</i>	472.999	1.022.507	1.084.646	148.106	2.728.258
	5,9%	8,1%	8,4%	5,9%	7,6%
<i>Hip hop</i>	62.097	210.239	215.021	23.893	511.250
	0,8%	1,7%	1,7%	0,9%	1,4%
MPB	90.790	353.576	883.924	664.112	1.992.402
	1,1%	2,8%	6,8%	26,4%	5,5%
<i>Pop rock</i>	4.776	138.558	477.781	81.207	702.322
	0,1%	1,1%	3,7%	3,2%	1,9%
<i>Pop</i>	90.809	219.794	492.063	176.775	979.441
	1,1%	1,7%	3,8%	7%	2,7%
Pagode	563.805	1.132.374	1.203.916	95.559	2.995.654
	7%	9%	9,3%	3,8%	8,3%
Romântica	965.502	1.395.385	1.361.764	109.888	3.832.539
	12,1%	11,1%	10,5%	4,4%	10,6%
<i>Reggae</i>	320.211	296.255	234.093	100.335	950.894
	4%	2,4%	1,8%	4%	2,6%
<i>Rock</i>	243.729	1.137.140	2.025.836	434.757	3.841.462
	3%	9%	15,6%	17,3%	10,6%
<i>Rap</i>	243.737	578.112	425.186	33.441	1.280.476
	3%	4,6%	3,3%	1,3%	3,5%
Sertanejo	2.447.360	2.437.278	1.562.599	191.130	6.638.367
	30,6%	19,3%	12%	7,6%	18,4%
Samba	133.805	382.305	396.557	66.895	979.562
	1,7%	3%	3,1%	2,7%	2,7%
Outros	415.855	817.056	850.437	229.326	2.312.674
	5,2%	6,5%	6,6%	9,1%	6,4%
Total	8.005.453	12.600.548	12.976.927	2.517.850	36.100.778
	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E qual é o seu gênero de música preferido?”.

* Somente os jovens que têm algum gênero de música preferido.

A música sertaneja, embora não tenha grande penetração na região Sudeste, onde está a maioria dos jovens da pesquisa, é a preferida pelos grupos de todos os segmentos do Ensino Fundamental e ocupa a 2ª colocação para os jovens do Ensino Médio. A seguir, para os jovens da 1ª a 4ª série, aparece o forró e essa preferência vai perdendo posição conforme o aumento dos níveis de escolaridade. Isso também ocorre com a música romântica, que tem grande penetração nos gostos dos diferentes grupos juvenis. O pagode é o 4º gênero musical na escala de preferência dos segmentos de ensino, exceto para o grupo do Ensino Superior, grupo esse em que são observadas significativas alterações. Para esses jovens, a MPB (música popular brasileira) ocupa a 1ª colocação. É a preferida de 26,4%, seguida pelo rock, que é ouvido por 17,3 % dos jovens nessa faixa de escolarização.

Se o *hip hop* é apontado como expressão da cultura popular juvenil mundializada (ORTIZ, 2000; MARTINS, 2004), isso não parece estar relacionado às escolhas dos jovens pesquisados, pois a média de preferência nos quatro grupos é de apenas 1,4%, sendo que os grupos escolarizados intermediários são responsáveis por 1,7% dos gostos relacionados a essa linguagem musical que, apesar de estar voltada para a juventude, não se expressa como tal para a maioria dos pesquisados.

O fato da maioria dos jovens que está no ou possui o Ensino Superior ler deve se relacionar com a oportunidade do contato mais intenso e do acesso à literatura, da descoberta do prazer em ler e que esse prazer pode e deve estar aliado à aprendizagem e à ampliação das visões de mundo e de sociedade. É possível observar que, quanto menor é o grau de instrução, menor é o interesse pela leitura.

Para muitos jovens a escola surge como espaço facilitador do contato com as múltiplas formas de cultura e lazer. É no seu interior que estabelecem relações de proximidade com o teatro, a música, a arte, o esporte, a literatura. O hábito de ler, assim como o número de livros lidos, tende a aumentar com a progressão dos anos de permanência na escola.

Tabela 4 – Distribuição dos jovens segundo quantidade de livros lidos por prazer nos últimos 12 meses, por grau de instrução*, Brasil, 2004.

Quantos livros leu por prazer nos últimos 12 meses	Grau de Instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Nenhum livro	1.495.923	2.260.185	2.245.677	315.361	6.317.146
	23,8%	17,4%	15,1%	9,4%	16,8%
1 livro	1.046.696	1.791.952	2.173.985	353.480	5.366.113
	16,6%	13,8%	14,6%	10,5%	14,3%
2 livros	927.384	2.107.394	2.613.474	544.679	6.192.931
	14,7%	16,2%	17,5%	16,2%	16,5%
3 livros	726.399	1.677.302	2.040.243	482.528	4.926.472
	11,5%	12,9%	13,7%	14,3%	13,1%
4 livros	344.171	1.051.252	1.342.601	353.563	3.091.587
	5,5%	8,1%	9%	10,5%	8,2%
5 livros	434.942	860.133	903.025	286.692	2.484.792
	6,9%	6,6%	6,1%	8,5%	6,6%
6 livros	162.516	382.232	678.541	186.316	1.409.605
	2,6%	2,9%	4,6%	5,5%	3,8%
7 livros	38.233	152.892	291.463	90.778	573.366
	0,6%	1,2%	2%	2,7%	1,5%
8 livros	66.902	224.585	344.038	119.429	754.954
	1,1%	1,7%	2,3%	3,6%	2%
9 livros ou mais	516.163	1.748.723	1.791.798	602.005	4.658.689
	8,2%	13,5%	12%	17,9%	12,4%
Não lembra/não opinou	535.298	721.670	487.431	28.664	1.773.063
	8,5%	5,6%	3,3%	0,9%	4,7%
Total	6.294.627	12.978.320	14.912.276	3.363.495	37.548.718
	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Aproximadamente, quantos livros você leu por prazer, nos últimos 12 meses?”.

* Somente os jovens que costumam ler livros

Se a maioria dos jovens que está nos dois segmentos do Ensino Fundamental não lê (23,8% e 17,4%, respectivamente) ou lê apenas um livro por ano (16,6% e 13,8%), os jovens do Ensino Médio lêem, pelo menos, um livro (14,6%) ou dois (17,5%) no mesmo período. Esse número se altera surpreendentemente entre aqueles que estão no universo do Ensino Superior, pois a maioria (17,9%) lê nove livros ou mais a cada ano. Entretanto, nesse mesmo grupo, a média anual está entre dois e três livros (16,2% e 14,3%, respectivamente). Consideramos que, além do empenho dos profissionais de educação para o desenvolvimento do gosto pela leitura, existe a necessidade premente da elaboração de projetos editoriais, aliados a políticas de democratização do acesso aos livros, como forma de reduzir seus custos e facilitar o acesso da população às obras literárias em geral.

Com relação a outras formas de ocupar o tempo livre dentro de casa (e não especificadas pela pesquisa), essas ocupam uma posição parecida – 5º lugar – nos diferentes segmentos escolarizados. Em seguida, o que chama a atenção é que fazer a limpeza e arrumação da casa é atividade realizada com mais frequência por jovens com menor grau de instrução (11,8%). Os percentuais vão se reduzindo em relação inversa ao aumento do nível de escolaridade, chegando a 3% para os que possuem ou estão no nível superior. A relação entre tarefas domésticas e baixa escolaridade dentro da faixa etária pesquisada indica que muitos jovens desempenham responsabilidades de chefes de família, não só por já terem constituído a sua própria, mas também pelo fato de ocuparem o lugar dos pais nas tarefas domésticas. A precocidade com que eles (e, como veremos no ponto a seguir, sobretudo elas) assumem responsabilidades como lavar, passar, cozinhar e tomar conta dos irmãos menores é fundamental para compreendermos que, frequentemente, para muitos jovens, não há tempo livre, tempo de lazer, mas o tempo do trabalho não-remunerado. Para muitos desses, brincar com os filhos também foi apontada como possibilidade de ocupação do tempo livre e isso parece reforçar a sua condição de jovens adultos com diferentes moratórias sociais.

Assim como os estudos ocupam o tempo de alguns jovens, a preferência tende a aumentar em uma relação diretamente proporcional ao nível de escolaridade, o mesmo ocorre com o uso do computador. Entretanto, é importante destacar que os jovens com até a 4ª série não utilizam o computador em casa. Isso pode estar relacionado ao alto custo dos aparelhos e ao baixo poder aquisitivo dos pertencentes a esse grupo ou, ainda, à não-utilização desse instrumento de aprendizagem no espaço escolar, o que impede que muitos não dominem a linguagem da informática básica. Apesar dos programas de democratização da informática, que vão desde a inclusão digital à instalação de computadores nas escolas, ainda é grande o número de analfabetos digitais no país.

As escolhas pelos espaços de lazer fora de casa devem ser dimensionadas segundo alguns aspectos importantes para compreendermos em que contextos são realizadas. Questões como a ausência de equipamentos de cultura e lazer, o alto custo das passagens dos transportes – em muitas localidades, até mesmo a ausência desses –, a distância entre o local de moradia e os centros urbanos e a crescente violência que restringe a circulação e a ocupação do espaço público são alguns dos fatores que podem determinar essas escolhas.

Perguntados sobre o que mais gostam de fazer fora de casa, dezenove atividades diferentes foram apontadas pelos jovens. Observa-se que a ida a museus e teatros não aparece entre as atividades escolhidas, o que parece reforçar aquilo que foi dito anteriormente.

Tabela 5 – Distribuição dos jovens segundo atividade que mais gostam de fazer fora de casa, por grau de instrução, Brasil, 2004.

Qual atividade que mais gosta de fazer fora de casa	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Ir a bares	898.392	1.232.715	1.318.643	515.981	3.965.731
	8,2%	7,6%	7,7%	14,9%	8,3%
Ir a festas	889.061	1.419.346	1.672.200	286.661	4.267.268
	8,1%	8,7%	9,8%	8,3%	8,9%
Dançar	831.591	1.500.431	1.672.294	363.096	4.367.412
	7,6%	9,2%	9,8%	10,5%	9,1%
Praticar esporte	1.027.641	2.312.794	2.245.776	281.877	5.868.088
	9,4%	14,2%	13,1%	8,1%	12,3%
Viajar	114.682	148.141	262.852	76.450	602.125
	1%	0,9%	1,5%	2,2%	1,3%
Ir ao cinema	47.777	234.084	740.529	477.738	1.500.128
	0,4%	1,4%	4,3%	13,8%	3,1%
Ir a jogos de futebol	387.018	587.718	568.646	47.759	1.591.141
	3,5%	3,6%	3,3%	1,4%	3,3%
Ir ao parque	172.015	329.681	343.948	43.011	888.655
	1,6%	2%	2%	1,2%	1,9%
Fazer compras	215.069	382.209	320.076	76.451	993.805
	2%	2,3%	1,9%	2,2%	2,1%

Qual atividade que mais gosta de fazer fora de casa	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Reunião com amigos	1.921.628 17,5%	2.427.675 14,9%	2.551.625 14,9%	420.471 12,2%	7.321.399 15,3%
Ir à praia	253.181 2,3%	439.523 2,7%	511.161 3%	114.648 3,3%	1.318.513 2,8%
Ir à igreja	611.716 5,6%	955.633 5,9%	883.991 5,2%	143.336 4,1%	2.594.676 5,4%
Namorar	219.903 2%	477.888 2,9%	635.503 3,7%	133.776 3,9%	1.467.070 3,1%
Visitar parentes	258.066 2,4%	334.379 2,1%	205.449 1,2%	28.658 0,8%	826.552 1,7%
Jogar bola/futebol	162.524 1,5%	191.159 1,2%	114.696 0,7%	0 0%	468.379 1%
Ir ao shopping	38.220 0,3%	157.648 1%	272.343 1,6%	57.341 1,7%	525.552 1,1%
Não fazer nada/ não costuma sair	1.199.802 10,9%	927.088 5,7%	535.178 3,1%	38.217 1,1%	2.700.285 5,6%
Qualquer coisa	196.025 1,8%	167.266 1%	133.807 0,8%	0 0%	497.098 1%
Outros	1.519.919 13,9%	2.059.605 12,6%	2.135.709 12,5%	353.563 10,2%	6.068.796 12,7%
Total	10.964.230 100%	16.284.983 100%	17.124.426 100%	3.459.034 100%	47.832.673 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Independente de você sair ou não sair de casa para se divertir, qual atividade que você mais gosta de fazer, quando você está fora de sua casa?”.

A reunião com os amigos é a atividade preferida por quase todos os segmentos de escolaridade, exceto por aqueles do nível superior. Estes preferem ir a bares, o que, na nossa opinião, não quer dizer que não estejam reunidos com os amigos, mas tal escolha pode estar relacionada à maior autonomia econômica desses jovens. O que parece diferenciar os grupos é o local escolhido para que essas reuniões aconteçam. Esse pode ser a rua ou a esquina do bairro, a casa de algum deles, a portaria do

prédio, o bar, a praça, a escola, a igreja, o shopping (conforme percentuais apontados inicialmente neste artigo). Estar em grupos potencializa e reafirma as múltiplas identidades juvenis, além de se constituírem em espaços apropriados para as trocas simbólicas e subjetivas que são próprias desse universo.

Para os jovens com o grau de instrução compreendido entre a 5ª e a 8ª série e aqueles do Ensino Médio (o que chamamos de grupos intermediários), a escolha da prática desportiva aparece em segundo lugar. Para os do primeiro segmento do Ensino Fundamental, essa é a quarta atividade preferida, ficando em sétimo lugar para o grupo do Ensino Superior. Sabemos que, para a maioria dos jovens, o contato com as atividades físicas ocorre no espaço escolar e que grande parte dos sistemas de ensino privilegia o ensino da educação física como componente curricular exatamente nas faixas intermediárias de escolarização. Embora essa disciplina seja oferecida ao primeiro segmento de forma ainda bastante incipiente, é possível observar o empenho de algumas secretarias municipais em ampliar a sua inclusão nas diversas matrizes curriculares.

Com relação ao Ensino Superior, a desobrigação da oferta ou a condição de eletividade de educação física nas instituições universitárias fazem com que, aos poucos, os jovens percam contato com a sua prática. Destaca-se que, mesmo fora do espaço universitário, a ausência de espaços específicos e equipamentos apropriados, além da inserção no mercado do trabalho, são alguns fatores que podem contribuir para a redução dos níveis de participação em práticas desportivas lazerosas para esse grupo.

Dançar, ir a festas ou ir a bares são atividades lúdicas importantes para todos os segmentos etários, especialmente o juvenil. Espaços de encontros, de identificações e identidades de grupos específicos ou não, essas alternativas, embora percentualmente possam apresentar pequenas diferenças entre os graus de instrução, estão entre as formas mais frequentes de ocupação do tempo livre fora de casa. Se a dança e a festa são escolhas que aumentam na mesma proporção do nível de escolaridade, podem também, assim como a ida aos bares, estar relacionadas às possibilidades financeiras como um importante fator para determinar essas preferências, conforme dito anteriormente. Entretanto, sabemos que há bailes para todos os gostos e diferentes poderes aquisitivos. São promovidas festas, não só as *raves*, para centenas de jovens em que o bar e a pista de dança formam o conjunto desse contexto de lazer.

Finalmente, observamos algumas opções de lazer que valem a pena destacar. *Não fazer nada/não costumar sair* aparece diretamente relacionada aos jovens com menor grau de escolaridade e tende a uma queda significativa e progressiva de acor-

² Sobre o conceito de tempo ocioso ver Dumazedier (1987) e Russel (2002).

do com o aumento dos níveis pesquisados. Isso parece apontar para a relação direta e inversa entre tempo ocioso² e escolaridade. Os jovens com o primeiro segmento do Ensino Fundamental são, numericamente, dez vezes mais *ociosos* do que aqueles com o Ensino Superior. Essa relação deve ser pensada no contexto das diferenças socioeconômicas e nas diversas formas de ser jovem, não só no que diz respeito ao capital cultural, às moratórias sociais, mas ainda nas ausências de oportunidades de lazer em diversas cidades metropolitanas, não-metropolitanas e rurais.

As atividades religiosas estão entre as preferências de todos os jovens, independente da escolarização. Podem variar de acordo com a região ou classe social pesquisadas, mas se configuram como importantes espaços não só de associativismo como também de encontro e de formação de grupos de identidades. Apenas vale destacar que essa escolha diminui conforme aumenta o grau de instrução, mas isso não ocorre de forma significativa.

A despeito das diferenças metodológicas, algumas pesquisas³ têm apontado o *shopping center* como ponto de encontro e lazer muito citado por grande parte dos jovens quando estão fora de casa. Fatores relacionados a segurança, diversidade de opções e baixo custo são apontados como decisivos para essa escolha. Entretanto, a pesquisa indicou que os shoppings ocupam a penúltima colocação entre as dezoito opções apontadas como atividades de lazer que eles mais gostam de fazer fora de casa, havendo uma variação pouco significativa entre os níveis escolares. Ainda com relação aos locais onde preferem se reunir com os amigos, esses espaços aparecem na última posição entre as nove opções reveladas por todos os jovens. Seria esse mais um dado para discutirmos a diferença entre o que os jovens efetivamente querem e o que lhes é oferecido – ou não – como possibilidades de cultura e lazer?

Relações de gênero conformando o lazer juvenil

Pensar as representações e práticas dos jovens brasileiros a partir da perspectiva de gênero significa colocar em foco as diferenças entre homens e mulheres jovens também no que diz respeito à ocupação de seu tempo livre e ao lazer. O esforço feito é no sentido de olhar os dados de forma conjunta a partir desse recorte específico, buscando refletir sobre conclusões de estudos anteriores, como a que se segue: “desigualdades nas formas e conteúdos de ocupação do tempo livre se manifestam mais intensamente quando consideradas as variáveis *gênero* e *faixa de renda*” (BRENNER, CARRANO e DAYRELL, 2005). Se, no segundo caso, é

³ Ibase/Pólis – 2005; Iser – 2002; Unesco – 2001.

possível inferir que as questões relativas ao poder aquisitivo dos jovens são centrais na medida em que restringem as possibilidades de acesso dos mesmos, limitando inclusive seu campo de escolhas em relação às opções de lazer; no caso da primeira variável, há um campo de questões que se colocam no âmbito dos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens e ao que é considerado feminino e masculino em nossa sociedade. Os dados aqui apresentados nos permitem olhar para as novas gerações de mulheres e nos questionarmos sobre as possibilidades e limites de importantes conquistas realizadas no último século (e, sobretudo nas últimas décadas) por movimentos feministas e de mulheres. Além disso, queremos refletir até que ponto a força dos papéis atribuídos a homens e mulheres em nossa sociedade restringe a prática cotidiana e tais conquistas, principalmente no ambiente doméstico.

Parte-se aqui do pressuposto de que as relações de gênero não são naturais, ou seja, não são estabelecidas por conta da formação biológica diferenciada de homens e mulheres. A palavra gênero pretende marcar com força a distinção em relação ao sexo, este sim biológico. O que se pretende como essa distinção é deixar bem claro que os papéis de gênero são estabelecidos culturalmente, sendo, portanto, uma criação acordada entre os membros de determinada sociedade e não um destino natural. Como produto de uma cultura, tais papéis sociais são passíveis de mudanças de acordo com as lutas e transformações que ocorrem ao longo do tempo.

As atividades preferidas pelos jovens para ocupar seu tempo livre dentro e fora de casa nos dão pistas sobre a construção das relações de gênero na sociedade brasileira. Ver televisão é a atividade mais citada por grande parte dos jovens (35%) e, aparentemente, não há significativas diferenças de gênero. Tal tendência se confirma em outra questão: quando perguntados se costumam ou não assistir TV, a imensa maioria dos jovens (97,7%) responde positivamente. É interessante notar, no entanto, que é na qualidade do consumo daquilo que é transmitido por meio da televisão que as diferenças entre mulheres e homens jovens se fazem visíveis, como fica claro na tabela a seguir:

Tabela 6 – Distribuição dos jovens segundo tipo de programa televisivo que preferem assistir, por sexo, Brasil, 2004.

Que tipo de programa Prefere assistir na televisão	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Séries/minisséries	420.376 1,8%	602.009 2,5%	1.022.385 2,1%
Noticiários informativos (jornais)	4.764.108 20,1%	3.913.486 16,2%	8.677.594 18,1%
Programas sobre crime	396.673 1,7%	296.274 1,2%	692.947 1,4%
Desenhos animados	1.552.971 6,6%	1.151.608 4,8%	2.704.579 5,7%
Programas humorísticos	353.628 1,5%	382.266 1,6%	735.894 1,5%
Documentários	883.891 3,7%	568.539 2,4%	1.452.430 3%
Esportes	5.251.773 22,2%	396.552 1,6%	5.648.325 11,8%
Novelas	2.308.248 9,7%	11.191.449 46,4%	13.499.697 28,2%
Programas de entrevistas	343.970 1,5%	468.220 1,9%	812.190 1,7%
Reality show (<i>Big Brother</i> , Casa dos Artistas)	172.052 0,7%	329.744 1,4%	501.796 1%
Programas de auditório	205.544 0,9%	258.088 1,1%	463.632 1%
Filmes	6.054.524 25,5%	3.019.798 12,5%	9.074.322 19%
Programas educativos	864.827 3,6%	1.409.614 5,8%	2.274.441 4,8%
Outros	124.264 0,5%	148.174 0,6%	272.438 0,6%
Total	23.696.849 100%	24.135.821 100%	47.832.670 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Independente de você assistir ou não assistir TV, se você tivesse que escolher algum programa de televisão para assistir, por favor, diga-me qual destes tipos de programa descritos na cartela você escolheria para assistir?”.

As jovens mulheres assistem, significativamente, mais novelas (46,4%) do que os jovens homens (9,7%). Já os filmes e programas de esporte são mais populares entre os homens jovens. Há, aí, o que podemos chamar de primeiros indícios de que existem formações diferenciadas no que diz respeito ao gosto ou à preferência de jovens mulheres e homens, em que as telenovelas se ligariam ao universo feminino e os filmes e, principalmente, os programas esportivos, ao universo masculino. Mas estariam essas diferenças circunscritas ao universo do consumo cultural televisivo? Os dados abaixo revelam que não.

Tabela 7 – Distribuição dos jovens segundo atividade que mais gostam de fazer no tempo livre em casa, por sexo, Brasil, 2004.

Qual atividade que mais gosta de fazer no tempo livre em casa	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Beber	224.577 0,9%	90.781 0,4%	315.358 0,7%
Dançar	167.243 0,7%	415.692 1,7%	582.935 1,2%
Assistir televisão	8.964.597 37,8%	7.764.880 32,2%	16.729.477 35%
Usar computador	511.233 2,2%	253.196 1%	764.429 1,6%
Jogar videogames	749.997 3,2%	81.227 0,3%	831.224 1,7%
Dormir, descansar	2.566.356 10,8%	2.732.996 11,3%	5.299.352 11,1%
Fazer a limpeza da casa	692.849 2,9%	2.341.883 9,7%	3.034.732 6,3%
Estudar	927.119 3,9%	1.036.998 4,3%	1.964.117 4,1%
Ouvir música	4.501.116 19%	3.932.387 16,3%	8.433.503 17,6%
Ler livros	1.189.808 5%	2.327.009 9,6%	3.516.817 7,4%
Ler revistas	66.932 0,3%	234.131 1%	301.063 0,6%

Qual atividade que mais gosta de fazer no tempo livre em casa	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Namorar	229.338 1%	162.456 0,7%	391.794 0,8%
Brincar com os filhos	229.384 1%	358.385 1,5%	587.769 1,2%
Não fazer nada	282.036 1,2%	138.602 0,6%	420.638 0,9%
Qualquer coisa	200.767 0,8%	157.720 0,7%	358.487 0,7%
Outros	2.193.498 9,3%	2.107.480 8,7%	4.300.978 9%
Total	23.696.850 100%	24.135.823 100%	47.832.673 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “No seu tempo livre, qual atividade que você mais gosta de fazer, quando você está na sua casa?”.

A tabela acima mostra que outras preferências dos jovens no que se refere a atividades executadas em seu tempo livre dentro de casa trazem consigo diferenças. É o caso de ouvir música, atividade que aparece em segundo lugar. Os jovens do sexo masculino ouvem mais música em seu tempo livre (19%) do que as jovens (16,3%), ainda que a diferença não seja significativa. Já a leitura de livros, que está em 5º lugar na escolha dos jovens, apresenta uma distinção na preferência de mulheres e homens jovens. Enquanto 9,6% delas dizem ser essa a atividade de sua preferência, entre eles o percentual é de 5%, ou seja, quase a metade. É interessante refletir nesse ponto sobre as diferenças de gênero condicionando os hábitos de leitura. Seria essa atividade mais exercida pelas mulheres por ser considerada feminina (assim como a preferência pelas novelas) em contraposição a outras atividades (como a prática de esportes, por exemplo) que seriam mais desempenhadas pelos homens jovens por congregarem atributos relacionados a um universo masculino?

Cabem ainda outras observações sobre os dados relativos à qualidade do tempo livre dos jovens brasileiros em suas casas. Fazer a limpeza da casa aparece em sexto lugar na apuração dos dados, com 6,3% dos jovens declarando ser essa a atividade que mais gostam de fazer no tempo livre em casa (tal prática tem mais

adesão do que estudar, por exemplo, que apenas 4,1% declararam como atividade de sua preferência). Esses dados, uma vez mais, nos fazem refletir sobre os papéis de gênero, já que essa atividade é apontada como a que mais gostam de fazer por 9,7% das jovens e por 2,9% dos jovens homens. Ou seja, as jovens dizem preferir fazer a limpeza da casa numa proporção três vezes maior do que os jovens homens. A formulação da pergunta (no seu tempo livre, o que você mais gosta de fazer quando está na sua casa?) aparentemente não deixa dúvidas, ou seja, trata-se de uma escolha, de uma opção, de uma preferência individual. Não se perguntou, por exemplo, o que os jovens e as jovens mais fazem, o que poderia comportar atividades que são obrigados ou estimulados a fazer. Nesse ponto, e apesar de nada parecer mais livre de normas e despidido de coerções sociais do que gosto pessoal, individual, é preciso levar em conta o fato de nossos gostos e preferências também serem produtos das relações sociais nas quais nos inserimos e da forma como se estruturam tais relações nas diferentes sociedades e culturas. Gostar de fazer algo indica não só o que queremos, mas também para o que fomos ensinados a fazer desde muito cedo e aquilo que é valorizado pela nossa família, nossos amigos e por diferentes representantes da sociedade da qual fazemos parte.

A divisão entre os sexos parece estar *na ordem das coisas*, como se diz por vezes para falar de que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas *sexuadas*), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2003).

Como aponta o sociólogo Pierre Bordieu, nossas preferências e nossos gostos são produtos da nossa relação com a sociedade na qual vivemos e espelham as estruturas nela presentes. Ao apreciarmos mais uma atividade do que outra, estamos colocando em prática, não sem conflito, o que é valorizado para os papéis sociais que exercemos nessa sociedade. As diferenças entre as preferências de mulheres e homens jovens podem indicar também que as jovens continuam sendo mais socializadas do que eles para exercer as tarefas domésticas ou o trabalho doméstico. Dessa forma, a esfera doméstica (ou o espaço da casa) continua a ser uma esfera feminina ou, em outras palavras, *coisa de mulher*. A jovem, muitas vezes desde criança, torna-se responsável por tarefas como limpar e varrer a casa, lavar e passar roupa, fazer ou esquentar comida e/ou cuidar de seus irmãos menores, utilizando boa parte de seu tempo livre com o trabalho dentro de casa. Esse é um exemplo da socialização diferenciada entre meninas e meninos, em que eles acabam por gozar de maior liberdade, sobretudo

nos primeiros anos de vida (HEILBORN, 1995). Desse modo, mulheres e homens aprendem desde muito cedo como cada um deve ocupar seu tempo livre no ambiente doméstico e que tarefas cabem a quem.

Ao mesmo tempo, esse tipo de trabalho, circunscrito à esfera doméstica, vem sendo historicamente desvalorizado, chegando a permanecer por muito tempo invisível. Recente pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2004) aponta que, em 96% dos domicílios pesquisados, a principal responsável pelas tarefas domésticas era uma mulher. O conjunto de dados permitiu concluir que as mulheres permanecem responsáveis pela gestão da organização doméstica, enquanto a participação dos homens se limita à ajuda pontual (SORJ, 2004).

Saindo de casa, as atividades que os jovens gostam de fazer também têm gênero como evidenciado a seguir:

Tabela 8 – Distribuição dos jovens segundo atividade que mais gostam de fazer fora de casa, por sexo, Brasil, 2004.

Qual Atividade que mais Gosta de Fazer Fora de Casa	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Ir a bares	2.379.524 10%	1.586.207 6,6%	3.965.731 8,3%
Ir a festas	1.983.040 8,4%	2.284.228 9,5%	4.267.268 8,9%
Dançar	1.290.228 5,4%	3.077.184 12,7%	4.367.412 9,1%
Praticar esporte	5.203.773 22%	664.315 2,8%	5.868.088 12,3%
Viajar	224.577 0,9%	377.548 1,6%	602.125 1,3%
Ir ao cinema	439.567 1,9%	1.060.561 4,4%	1.500.128 3,1%
Ir a jogos de futebol	1.466.907 6,2%	124.233 0,5%	1.591.140 3,3%
Ir ao parque	291.437 1,2%	597.217 2,5%	888.654 1,9%
Fazer compras	167.219 0,7%	826.586 3,4%	993.805 2,1%

Qual Atividade que mais Gosta de Fazer Fora de Casa	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Reunião com amigos	3.211.524 13,6%	4.109.876 17%	7.321.400 15,3%
Ir a praia	558.994 2,4%	759.519 3,1%	1.318.513 2,8%
Ir a igreja	625.992 2,6%	1.968.684 8,2%	2.594.676 5,4%
Namorar	970.143 4,1%	496.927 2,1%	1.467.070 3,1%
Visitar parentes	186.363 0,8%	640.189 2,7%	826.552 1,7%
Jogar bola/futebol	449.251 1,9%	19.129 0,1%	468.380 1%
Ir ao shopping	176.776 0,7%	348.775 1,4%	525.551 1,1%
Não fazer nada/não costuma sair	783.726 3,3%	1.916.559 7,9%	2.700.285 5,6%
Qualquer coisa	243.787 1%	253.312 1%	497.099 1%
Outros	3.044.022 12,8%	3.024.773 12,5%	6.068.795 12,7%
Total	23.696.850 100%	24.135.822 100%	47.832.672 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Independente de você sair ou não sair de casa para se divertir, qual atividade que você mais gosta de fazer, quando você está fora de sua casa?”

Como é possível observar na tabela acima, a atividade que os jovens mais gostam de fazer quando estão fora de casa é se reunir com amigos, havendo uma pequena diferença entre mulheres jovens e homens jovens. As maiores diferenças podem ser notadas, no entanto, quanto ao local onde costumam se reunir.

Tabela 9 – Distribuição dos jovens segundo local em que costumam se reunir com os amigos, por sexo*, Brasil, 2004.

Em qual local costuma se reunir com os amigos	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Na rua ou no bairro	9.514.115 43,8%	5.294.518 25,9%	14.808.633 35,1%
No edifício/casa	4.205.062 19,4%	5.997.087 29,3%	10.202.149 24,2%
Área esportiva (quadras)	3.058.595 14,1%	229.412 1,1%	3.288.006 7,8%
Na escola	2.484.792 11,4%	3.344.888 16,4%	5.829.680 13,8%
Algum bar, boteco, discoteca	5.265.854 24,2%	3.746.076 18,3%	9.011.929 21,4%
Na praça	4.932.160 22,7%	3.823.613 18,7%	8.755.773 20,8%
Na igreja	1.658.096 7,6%	2.948.331 14,4%	4.606.427 10,9%
Shopping center	1.055.794 4,9%	1.600.427 7,8%	2.656.222 6,3%
Na casa de alguns de vocês	5.456.807 25,1%	7.205.562 35,2%	12.662.369 30%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Em qual ou quais locais você costuma se reunir com os(as) seus(suas) amigos(as)”

* A questão permite múltiplas respostas, o que resulta na totalização das porcentagens em um número diferente de 100%.

Entre os homens jovens, a rua/bairro, a casa de um deles, algum bar, boteco ou discoteca, a praça e o edifício/casa aparecem como locais preferidos. Já as jovens mulheres dizem se reunir com seus amigos na casa de um deles, no edifício/casa, na rua ou bairro, na praça e em algum bar, boteco ou discoteca. Apesar das proximidades, é interessante notar que espaços fechados (em exceção de bares, botecos ou discoteca), como a casa de um dos amigos, o edifício/casa, a escola, a igreja e o shopping aparecem em maior proporção na escolha das jovens. Enquanto, no caso

dos homens jovens, espaços abertos e/ou públicos aparecem em maior proporção; é o caso da rua ou bairro, das áreas esportivas e praças.

Estabelece-se nesse ponto uma espécie de dicotomia entre mulheres e homens jovens que pode se traduzir na relação entre a casa e a rua, em que o espaço da rua encontra-se associado ao perigo e ao mundo masculino (NOVAES, 2001). Locais fechados ou próximos à esfera privada aparecem em maior proporção na escolha das jovens. Em parte deles (casa dos amigos, escola, igreja, shopping) o contato com adultos é mais provável e o controle sobre a jovem é maior, sendo, inclusive, locais em que os responsáveis ficam tranquilos por seus filhos (e, sobretudo, suas filhas) estarem ali, longe de perigos (e da rua), não precisando se preocupar. Já os espaços que aparecem em maior grau na preferência dos homens, inversamente, são articulados à esfera da rua, da suposta proximidade com o perigo. É interessante notar ainda que, de acordo com essa pesquisa, os pais negam permissão para namorar, fumar, consumir bebida alcoólica, sair com os amigos e chegar tarde em casa muito mais às mulheres jovens do que aos jovens homens, ou seja, os mecanismos de controle são sempre mais acionados em relação às jovens. Dessa forma,

[...] no que se refere ao gênero, a tradicional divisão socioespacial, na qual os homens possuem maior mobilidade sociocomunitária no espaço público, enquanto as mulheres estão mais circunscritas ao espaço doméstico e têm menor mobilidade para praticar atividades extrafamiliares. (BRENNER; DAYRELL e CARRANO, 2005).

A prática de esportes, que aparece em terceiro lugar como atividade que os jovens mais gostam de fazer fora de casa, é preferida em maior grau pelos jovens homens (22%) do que pelas jovens (2,8%), seguindo tendência percebida no início desse ponto quando os programas televisivos esportivos já se destacam mais na escolha deles. As relações entre gênero e esportes são conhecidas. Os exercícios físicos e esportes foram historicamente incentivados aos homens, na medida em que ajudavam a validar a masculinidade, e apartados das mulheres, por contribuírem para “desviar o sexo feminino do papel de mãe dedicada exclusivamente ao lar” (SALLES-COSTA, 2003).

Em seguida está a preferência dos jovens por dançar (9,1%), ir a festas (8,9%) e ir a bares (8,3%), formas de ocupação do tempo livre fora de casa muito associadas pelo senso comum ao *universo juvenil*. Frequentar festas aparece de forma semelhante nas preferências de homens e mulheres jovens. Já as outras duas atividades

revelam algumas diferenças: enquanto 10% dos homens disseram ser ir a bares a atividade que mais gostam, 6,6% das mulheres afirmaram o mesmo. Em contrapartida, dançar aparece na preferência de 12,7% das jovens e de 5,4% dos jovens homens brasileiros. No entanto, como se percebe na tabela a seguir, elas nunca freqüentam shows e bailes/festas em maior proporção do que os homens jovens.

Tabela 10 – Distribuição dos jovens segundo espaço de lazer e cultura que nunca freqüentam, por sexo*, Brasil, 2004.

Espaço de lazer e cultura	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Teatro	1.773.409	1.768.098	35.415.076
	74,8%	73,3%	74%
Museu	1.676.462	1.740.890	34.173.527
	70,7%	72,1%	71,4%
Cinema	11.509.317	12.196.612	23.705.929
	48,6%	50,5%	49,6%
Shows	5.500.793	7.708.372	13.209.164
	23,2%	31,9%	27,6%
Bibliotecas	10.877.021	10.154.800	21.031.821
	45,9%	42,1%	44%
Estádios/ ginásios esportivos	7.593.600	13.742.984	21.336.584
	32%	56,9%	44,6%
Clubes	7.775.258	10.919.343	18.694.601
	32,8%	45,2%	39,1%
Bailes/festas	4.286.144	6.135.584	10.421.729
	18,1%	25,4%	21,8%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Agora, para cada um dos locais e eventos que eu citar, diga-me por favor com que freqüência você costuma ir a estes lugares.”

* Somente os jovens que nunca freqüentam

Como já foi dito nos pontos anteriores, 5,6% dos jovens declararam não fazer nada ou não costumar sair em seu tempo livre fora de casa. No entanto, entre as jovens mulheres esse percentual é de 7,9%, enquanto entre os homens jovens ele cai para 3,3%. Mais uma vez é preciso ponderar sobre a ligação social das mulheres

com o espaço da casa, o espaço doméstico, e as obrigações sociais que as levam a preferir sair menos ou não fazer nada em seu tempo livre. Fica claro, por meio dos dados, que o tempo das jovens tende a ser mais controlado pelos seus pais/responsáveis, uma vez que eles permitem menos que elas saiam com os amigos ou cheguem tarde em casa, por exemplo, o que pode contribuir para o fato delas não costumarem sair (não sabemos se elas querem ou não sair). O que está em jogo, afinal, é uma questão de gosto ou preferência (ainda levando em conta que ambos se conformam na relação com a sociedade) ou a possibilidade de escolher, dada por aspectos materiais e culturais, entre as formas socialmente apresentadas de ocupação do tempo livre fora de casa?

Ainda sobre o que os jovens gostam de fazer em seu tempo livre fora de casa, 5,4% dos entrevistados contaram ser a ida à igreja a atividade de sua preferência. Esse número não causa surpresa. Outros dados da presente investigação mostram a centralidade da religião na vida dos jovens, inclusive no que se refere a práticas de participação social: dos 27,3% que participam ou já participaram de alguma organização social, 81,1% estão ou estiveram envolvidos em associações de caráter religioso. Também reforçando dados já conhecidos, a igreja como ocupação preferida do tempo livre fora de casa aparece mais entre as jovens (8,2%) do que entre os jovens homens (2,6%), o que torna compreensível o fato de a música gospel estar mais presente na preferência de mulheres do que na de homens jovens. Além do *gospel*, o *axé*, a MPB e a música romântica aparecem mais na escolha das jovens mulheres do que dos jovens homens; enquanto o *hip hop*, o *reggae*, o *rock* e o *rap* são preferidos pelos homens jovens em maior proporção.

Considerações finais

Ao se tratar de alguns aspectos relacionados à cultura e ao lazer dos jovens pesquisados não se buscou esgotar o potencial de análise e de desvendamento de diferentes realidades juvenis presentes nas muitas tabelas geradas a partir do processamento dos dados. Ao contrário, por um lado considerou-se aqui que muitos aspectos que podem ser associados às dimensões de cultura e lazer serão encontrados nos demais artigos da presente publicação. É interessante, portanto, que este artigo possa ser lido como uma interpretação possível de um conjunto delimitado de questões presentes no questionário da pesquisa e cujos dados e análises aqui sistematizados podem ajudar a criar um panorama rico e diversificado a partir de distintos olhares sobre a situação das muitas juventudes brasileiras.

Foi possível, com esse enfoque, reconhecer as profundas desigualdades existentes entre jovens com graus de instrução distintos, apontando para o fato de ser a escolaridade conformadora de gostos e possibilitadora de acesso a diferentes oportunidades.

Deve-se destacar, entretanto, que a reprodução dos papéis tradicionais de gênero continua presente entre a juventude. Preferências e acessos são construídos de acordo com a lógica de que há assuntos e atividades para mulheres (ou femininas) e um universo dos homens, ou seja, masculino. Nesse ponto, é preciso pensar sobre o peso dos agentes socializadores dos jovens (família, escola, meios de comunicação, grupos de amizade) na (re)produção de papéis de gênero. Podemos dizer que o lazer, ou melhor, o direito ao tempo livre é masculino. Ao fazermos o recorte de gênero para a compreensão e análise da presença feminina nos espaços/tempos destinados ao lazer nos deparamos com uma questão historicamente colocada em nossa sociedade. Sabemos que o lugar de menino – e, por continuidade, o do homem jovem – é a rua. A menina – e também a mulher jovem – deve ficar em casa, seja como forma de *protegê-la*, seja para realizar as tarefas domésticas. Embora não sejam consideradas como trabalho, essas interditam o direito da mulher ao tempo livre e ao lazer.

Reconhece-se, ainda, que a riqueza das informações geradas e o potencial de análise das mesmas vão além do que pode ser olhado e analisado em um breve artigo. Espera-se, portanto, que muitas outras análises sejam produzidas e sirvam para ampliar o debate sobre práticas e representações dos jovens brasileiros em relação à cultura e ao lazer, contribuindo para fortalecê-los como sujeitos de direitos com especificidades em relação às demais faixas-etárias, sem deixar de considerar as diferenças e desigualdades presentes no que se usa chamar *juventude brasileira*.

Referências

- ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. G. *Juventude, Juventudes: o que une e o que se para*. Brasília: Unesco, 2006.
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRENNER, A. K. ; CARRANO, P. ; DAYRELL, J. Culturas do Lazer e de Tempo Livre dos Jovens Brasileiros. In: ABRAMO, H. W. ; BRANCO, P. P. M. *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.
- CARRANO, P. C. R. Juventude e Participação no Brasil – Interdições e Possibilidades. In: *Democracia Viva: especial juventude e política*. Rio de Janeiro: Ibase, 2006.
- CASTRO, M. G. Pesquisas da Unesco sobre juventudes no Brasil. In: NOVAES, R. ; PORTO, M. ; HENRIQUES, R. (Orgs). *Juventude, Cultura e Cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, 2002, edição especial.
- DAMATTA, R. *A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAYRELL, J. *A Música Entra em Cena – O Rap e o Funk na Socialização da Juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- HEILBORN, M. L.. Gênero: uma breve introdução. In: *Gênero e Desenvolvimento Institucional em ONGs*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, IBAM, 1995.
- IBASE/PÓLIS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. *Relatório Final*. Rio de Janeiro: [s.n], 2005.
- MARTINS, C. H. S. *O Charme: território urbano popular de elaboração de identidades juvenis*. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.
- MELLO, C. ; NOVAES, R. *Jovens do Rio*. Rio de Janeiro: ISER, 2002, n. 57.

NOVAES, R. R. *Hip Hop: o que há de novo?* In: *Proposta – Revista Trimestral de Debate da FASE – Novas ONGs, novos desafios*. Rio de Janeiro: FASE. Ano 30. Set./nov., 2001.

ORTIZ, R. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RUSSELL, B. *O Elogio ao Ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SALLES-COSTA, R. ; HEILBORN, M. L. ; WERNECK, G. L. et al. Gênero e prática de atividade física de lazer. In: *Caderno Saúde Pública*, v. 19, supl. 2, Rio de Janeiro: [s.n], 2003.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: *A mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Juventudes Brasileiras, Religiões e Religiosidade: uma primeira aproximação

Alexandre Brasil Fonseca*
Regina Novaes**

No Brasil, 96% dos jovens declaram possuir uma religião (Tabela 1) e uma das constatações que merece ser sublinhada é o fato de que entre os 13 milhões de jovens (27,3%) que participam/participaram de organizações sociais, o percentual dos que participaram de grupos de cunho religioso é de 81,1%; cerca de 10 milhões, 22,1% do total da juventude brasileira. Esse dado expressa a capilaridade social e a disseminada presença da religião e do religioso na sociedade brasileira contemporânea. A participação em grupos religiosos, portanto, pode ser analisada como um importante vetor para a construção de identidades juvenis, representando espaço importante de agregação social nessa fase de vida. (NOVAES e MELLO, 2002).

O foco deste capítulo são as características e especificidades relacionadas à juventude, tendo em perspectiva suas declarações em relação à filiação religiosa. Com o objetivo de explorar alguns dos resultados da pesquisa *Juventudes Brasileiras*, optou-se pela abordagem dos seguintes aspectos: características sociodemo-

* Doutor em sociologia pela USP; professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde e pesquisador do Laboratório de Estudos da Ciência do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É membro do Conselho Nacional de Juventude.

** Antropóloga, pesquisadora do CNPq, foi presidente do Conselho Nacional de Juventude.

gráficas, valores e lazer. A partir desses aspectos, e dialogando também com depoimentos de jovens recolhidos no decorrer do ano de 2006, buscaremos destacar algumas das repercussões das buscas e pertencimentos religiosos na vida social dos jovens brasileiros(as).

O cenário geral: as religiões e características sociodemográficas

Na Tabela 1 são apresentados os dados referentes à pergunta “Qual é a sua religião?”. As respostas foram espontâneas e posteriormente agrupadas em sete categorias. Os dados encontrados corroboram as recentes alterações no campo religioso brasileiro, salientando-se a diminuição do catolicismo, ao lado de uma maior presença dos evangélicos (denominados na pesquisa como protestantes¹) e dos sem religião (é religioso, mas não segue nenhuma). Entre as outras religiões destaca-se a presença dos adeptos das religiões afro-brasileiras (0,7%), como o Candomblé e a Umbanda; e os das religiões orientais (0,2%), como o budismo e o islamismo.

Tabela 1 – População jovem segundo religião, Brasil, 2004.

Religião	Nº	%
Católica	31.649.346	66,2%
Protestante	8.978.085	18,8%
Espírita	683.244	1,4%
Outras	678.482	1,4%
É religioso, mas não segue nenhuma	3.798.506	7,9%
Ateu, não tem religião	1.911.223	4%
Não sabe/não opinou	133.785	0,3%
Total	47.832.671	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Com o objetivo de caracterizar a juventude em relação à religião, observam-se, na Tabela 2, dados relacionados à condição do município de moradia dos

¹ Aqui adotaremos o padrão da pesquisa e utilizaremos protestantes para tratar dos evangélicos. Porém, é importante ressaltar que tanto nos estudos sobre religião, como na mentalidade disseminada na sociedade (FONSECA, 2000), é mais recorrente a utilização do termo evangélicos para referir-se a este grupo religioso que possui, entre outras características, quatro ênfases: conversionismo, ativismo, biblicismo e cruzcentrismo (BEBBINGTON, 1989).

jovens. Chama atenção a predominância do catolicismo na área rural, na qual 77,8% dos jovens afirmam seguir essa religião. Ao mesmo tempo, identifica-se uma quase ausência do espiritismo nesse espaço, representando apenas 0,4% das respostas ao lado da maior presença nos municípios urbanos de regiões metropolitanas, em que 2,9% dos jovens se definem como espíritas em oposição aos 1,4% existentes na sociedade.

Tabela 2 – População jovem, por religião, segundo condição do município, Brasil, 2004.

Religião	Condição do município			Total
	Urbano metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	
Católica	7.889.316	12.876.086	10.883.944	31.649.346
	54,3%	66,7%	77,8%	66,2%
Protestante	3.383.184	3.690.809	1.904.092	8.978.085
	23,3%	19,1%	13,6%	18,8%
Espírita	420.509	210.110	52.626	683.244
	2,9%	1,1%	0,4%	1,4%
Outras	415.730	186.205	76.546	678.482
	2,9%	1%	0,5%	1,4%
Sem religião	1.624.693	1.513.600	660.213	3.798.506
	11,2%	7,8%	4,7%	7,9%
Ateu	755.004	773.486	382.732	1.911.223
	5,2%	4%	2,7%	4%
Não sabe	28.671	66.841	38.273	133.785
	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%
Total	14.517.107	19.317.137	13.998.427	47.832.671
	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Nos grandes municípios brasileiros identifica-se maior pluralidade religiosa, em que as diferentes opções possuem pertencimentos maiores ao lado da menor presença do catolicismo. Situação que confirma as recentes análises que têm discutido o estabelecimento de uma situação de um recente e perceptível pluralismo religioso nas metrópoles brasileiras (FONSECA, 2002). Por outro lado, o catolicismo ainda mantém expressiva presença nos municípios da área rural, muitos dos quais

têm experimentado processos de resistência à implementação de igrejas evangélicas, especialmente no Nordeste e em cidades de tradição ítalo-católica no Sul do país.

Interessa-nos caracterizar também o perfil relacionado à renda e aos ramos de atividades desenvolvidas pela juventude no Brasil tendo a religião como interface. Ao observar-se a distribuição pela classe socioeconômica, identificam-se na Tabela 3 algumas poucas diferenciações em relação ao aspecto religioso. Entre essas, destaca-se a maior presença do espiritismo nas classes A/B, em que 4,3% se definem como seguidores dessa religião (no geral este percentual é de 1,4%) e 5,4% se definem como ateus (são 4% no geral). Num recorte ainda mais específico, observando-se apenas a classe A, encontra-se a presença de 14,6% de espíritas entre os jovens que compõem esse grupo de maior nível de renda e de riqueza.

Tabela 3 – Distribuição da população jovem segundo a religião, por classe socioeconômica, Brasil, 2004.

Religião	Classe socioeconômica			Total
	Classes A/B	Classe C	Classes D/E	
Católica	3697884 61,5%	9536729 63,1%	18414734 69%	31.649.347 66,2%
Protestante	1103638 18,3%	3072206 20,3%	4802240 18%	8.978.084 18,8%
Espírita	257994 4,3%	267557 1,8%	157693 0,6%	683.244 1,4%
Outras	114659 1,9%	324912 2,1%	238911 0,9	678.482 1,4%
Sem religião	506428 8,4%	1294765 8,6%	1997312 7,5	3.798.505 7,9%
Ateu	324907 5,4%	592395 3,9%	993921 3,7%	1.911.223 4%
Não sabe/não opinou	9553 0,2%	23884 0,2%	100348 0,4%	133.785 0,3%
Total	6015063 100%	15112448 100%	26705159 100%	47.832.671 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Dentre as outras caracterizações em relação à religião também cabe destacar as diferenciações referentes à escolaridade, conforme a Tabela 4. O catolicismo encontra maior presença entre analfabetos e pessoas com baixa escolaridade. Entre os jovens encontrou-se 1,2% de analfabetos, e entre esses – além da significativa presença católica (mais relacionada à moradia na área rural) – destaca-se, contudo, a expressiva presença de jovens analfabetos que se declaram sem religião residindo nas regiões urbanas metropolitanas. Metade desses analfabetos afirma não possuir religião, numa proporção extremamente superior nesse segmento do que a presença dos sem religião no conjunto da sociedade.

Mesmo considerando-se a distribuição no interior dos sem religião, tem-se também que metade dos analfabetos desse segmento vive em área urbana e metade em área rural, situação bem distinta entre os católicos, em que 68% dos analfabetos estão na área rural. A cada dez jovens analfabetos, dois afirmam não professar uma religião e, até onde foi possível explorar os dados para este texto, não se identificou elemento que explique esse comportamento observando relações com outras variáveis como renda, escolaridade dos pais, idade, cor/raça ou setor de moradia, por exemplo. Num outro extremo identifica-se uma maior diversidade em relação à religião entre aqueles que possuem nível superior. Destaca-se entre esses os seguidores do espiritismo, os quais são quase cinco vezes mais presentes nesse grupo, atingindo 6,5% do total dos que passaram pelo Ensino Superior. Quanto menor a escolaridade, menor a diversidade religiosa, fato que provavelmente deve estar relacionado a menores redes de relações ao lado do menor acesso a informações e oportunidades. Na Tabela 4, chama especial atenção o desempenho dos sem religião, com expressiva presença nas duas pontas, tanto entre analfabetos como entre os que passaram pelo Ensino Superior. Tema que certamente merece ser aprofundamento em outras pesquisas e análises.

Tabela 4 – Distribuição dos jovens segundo grau de instrução, por religião, Brasil, 2004.

Grau de instrução	Grau de instrução					Total
	Analfabeto	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino Médio	Ensino Superior	
Católica	387.243	7552106	10527353	11123452	2.059.192	31.649.346
	69,2%	72,6%	64,6%	65%	59,5%	66,2%
Protestante	47.797	1414394	3368710	3521310	625874	8.978.085
	8,5%	13,6%	20,7%	20,6%	18,1%	18,8%
Espírita	-	47796	114683	296213	224552	683.244
	-	0,5%	0,7%	1,7%	6,5%	1,4%
Outras	-	76462	238908	291458	71654	678.482
	-	0,7%	1,5%	1,7%	2,1%	1,4%
Sem religião	105.154	826744	1294746	1261318	310544	3.798.506
	18,8%	7,9%	8%	7,4%	9%	7,9%
Ateu	19.120	439622	702358	597242	152881	1.911.223
	3,4%	4,2%	4,3%	3,5%	4,4%	4%
Não sabe/não opinou	-	47793	38224	33433	14335	133.785
	-	0,5%	0,2%	0,2%	0,4%	0,3%
Total	559.314	10404917	16284982	17124426	3.459.032	47.832.671
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Esse predomínio dos espíritas nas classes superiores tem relação com a maior escolaridade desse grupo, o que também pode ser percebido pelas diferenças relacionadas às opções de alocação profissional, conforme indica a Tabela 5, que trata dos ramos profissionais desempenhados pelos jovens. Há completa ausência de espíritas em atividades agrícolas e o percentual desses entre os que atuam na Construção Civil é bem inferior à média geral.

Tabela 5 – Distribuição dos jovens segundo indicação do ramo da atividade principal, por religião, Brasil, 2004.

Indicação	Religião					Total
	Católica	Protestante	Espírita	Sem religião	Outras	
Agricultura/pecuária	4140623 15,9%	492492 6,5%	- -	253371 7,8%	181.676 6,4%	5.068.162 12,8%
Indústria de transformação	3077140 11,8%	903031 12%	57324 9,4%	492061 15,2%	315.309 11,2%	4.787.541 12,1%
Construção	2073690 8%	668910 8,9%	14341 2,4%	377446 11,7%	253.256 9%	3.373.302 8,5%
Comércio	4658567 17,9%	1576634 20,9%	114683 18,9%	606808 18,7%	549.471 19,5%	7.391.480 18,7%
Prestação de serviços	8577146 33%	2685076 35,7%	267.553 44,1%	1084566 33,5%	1.022.463 36,3%	13.369.251 33,8%
Atividade social	1825354 7%	611624 8,1%	86002 14,2%	162444 5%	200.653 7,1%	2.800.075 7,1%
Outras atividades	1.146.811 4,5%	434.842 5,8%	301.006 7,8%	186.347 5,7%	90.790 3,2%	1.973.445 4,9%
Não sabe/ não opinou	506433 1,9%	157662 2,1%	19117 3,2%	76433 2,4%	205.445 7,3%	831.318 2,1%
Total	26005764 100%	7530271 100%	606806 100%	3239476 100%	2.819.063 100%	39.594.574 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004

No seminário realizado em Caucaia/CE (Região Metropolitana de Fortaleza), em abril de 2006, pela Câmara Temática de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Juventude, os participantes foram divididos em pequenos grupos. Um deles discutiu a relação entre religião e juventude e contou com nove participantes de oito diferentes credos religiosos. A fala de uma das presentes, moradora de um município da área rural do Ceará, é exemplo dessa baixa presença do espiritismo e da ainda persistente dificuldade entre jovens de se adotar crenças que não sejam disseminadas em sua realidade:

No meu grupo que estuda o espiritismo nunca paramos para pensar no jovem e em como poderíamos fazer algo pelos jovens. Na minha cidade não sei se existem jovens espíritas. Na minha cidade já riram de mim. Lá a gente sofre preconceito e com isso até tenho dificuldade em assumir a minha identidade. Lá a gente sente falta disso... eu cheguei a fazer um trabalho com crianças a partir do evangelho espírita. É como se todo mundo tivesse que ser católico ou que só evangélico se salva².

Os que se definem como espíritas se destacam em outras três áreas de atuação: comunicação, prestação de serviços e atividade social, atingindo percentuais superiores à média geral. Em relação a atividades na área de comunicação há menor presença de adeptos do catolicismo e, ao lado da maior presença de espíritas, também há uma maior presença de protestantes.

Valores

Quais são as discriminações pelas quais passam os jovens? É a religião um elemento que tem contribuído para o preconceito e tem servido para discriminar as pessoas? As discussões sobre tolerância religiosa e conflitos no âmbito mundial ou mesmo as guerras religiosas têm sido citadas para sublinhar a necessidade de maior harmonia entre os participantes das diferentes religiões. Também comum é a afirmação de que no Brasil não haveria tantas disputas, porém regularmente afirma-se a necessidade de ações que visem a minimizar atitudes discriminatórias (FONSECA, 2004), especialmente contra seguidores das religiões afro-brasileiras (PEREIRA DOS SANTOS, 2000).

Uma observação das respostas dos jovens em relação à discriminação nos ajuda a pensar essa questão. Perguntou-se para aqueles que afirmaram ter sido discriminados ou em casa, ou na escola, ou no espaço público ou ao procurar emprego qual teria sido a principal razão para essa discriminação em cada um desses espaços. A casa foi o espaço com menor presença, mas mesmo assim 7,1% dos jovens afirmaram sofrer discriminação em seus lares. Nesse espaço destacaram-se aspectos relacionados à condição financeira (16,8%); à aparência (7,8%) e à gravidez (7,5%).

² Depoimento de uma jovem extraído do relatório *Roda de Diálogo: Juventude e Religiões* da Câmara Temática 3 do Conselho Nacional de Juventude.

No espaço público, 7,8% dos jovens afirmaram ter sofrido discriminação, sendo a cor/raça (24,3%), a aparência (27%) e a condição financeira (13%) os motivos mais citados. Já na escola a discriminação foi percebida por 8,7% dos jovens, destacando-se os motivos relacionados à aparência (24,4%), à cor/raça (22,7%) e à condição financeira (12,8%). Por fim, é na procura de emprego que se afirmou a maior presença de discriminação (10,6%), destacando-se a aparência (21,9%), a escolaridade (17%) e a falta de experiência (14,7%).

Em relação à religião, é na escola em que há maior referência a situações de discriminação, conforme a Tabela 6. Nesse espaço, 2,8% dos jovens afirmaram ser a religião a principal razão para que fossem discriminados. Em segundo lugar foi em casa que os jovens mais citaram esse tipo de discriminação, atingindo 1,8% dos casos. Na procura de emprego esse item não foi referido e no espaço público foi apontado como razão principal de discriminação para apenas 0,8% dos jovens.

Tabela 6 – Distribuição dos jovens segundo local em que foi discriminado pela religião, por religião, Brasil, 2004.

Local em que foi discriminado pela religião	Religião					Total
	Católica	Protestante	Sem religião	Ateu	Outros*	
Na casa de seus pais, padrastos	-	33.459	9.557	9.555	9.551	62.122
	-	53,9%	15,4%	15,4%	15,4%	1,8%
Na escola, no curso, na faculdade	9.557	90.781	-	4.779	9.560	114.677
	8,3%	79,2%	-	4,2%	8,3	2,8%
Em algum espaço público	-	28.660	-	-	-	28.660
	-	100%	-	-	-	0,8%
Total	9.557	152.900	9.557	14.334	19.111	205.459
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

* Espíritas e não sabe/não opinou não citaram a religião como razão principal de discriminação

Era de se esperar que entre os seguidores das religiões afro-brasileiras esse fosse um dos elementos mais recorrentes de discriminação; porém, ao observar separadamente esse grupo, percebe-se que na interpretação desses jovens o fato de seguirem o candomblé ou a umbanda não é a principal razão para experimentarem situações de discriminação. Entre esses se destacaram aspectos relacionados à cor/

raça (50% na escola e 44,4% no espaço público) e à homossexualidade (12,5% em casa, 11,1% no espaço público e 16,7% na escola).

Problemas de discriminação relacionados à religião parecem ser mais recorrentes entre os protestantes. Impressiona o fato de que 9,5% dos que afirmaram, entre os protestantes, ter sofrido preconceito identificarem que a razão principal de discriminação na escola foi a sua religião. Os protestantes também foram os únicos que identificaram sofrer discriminação por causa da religião no espaço público, realidade para 3,6% dos que afirmaram padecer algum tipo de discriminação nesse grupo. Mesmo em casa, 4,3% dos protestantes identificam em sua religião o principal motivo de situações de discriminação. Para 4,5% dos ateus, a ausência de religião também é motivo de situações adversas em seus lares.

Este tópico abre a possibilidade para algumas reflexões em relação à discriminação. A primeira é o peso que ainda representa ser negro na sociedade brasileira. É por causa da cor da pele que se tem percebido, entre os adeptos das religiões afro-brasileiras, os principais motivos de discriminação. Esses também afirmam enfrentar preconceito em decorrência de sua orientação sexual, demarcando um tipo de discriminação mais visível do que a sua opção religiosa. A religião não precisa ser externalizada e com isso se enfrentam de forma mais recorrente outros preconceitos oriundos de elementos mais aparentes.

Em relação aos protestantes, uma possibilidade para essa maior experiência de situações de discriminação pode estar relacionada à forma pela qual seus fiéis vivenciam sua crença. Do protestante espera-se que exerça sua fé e a proclame em todos os espaços, pregando e buscando que mais e mais pessoas se convertam a sua fé. Essa postura ativa de viver a religiosidade pode explicar parte da discriminação que esses afirmam sofrer, pois ao *pregar o evangelho* os jovens protestantes acabam se expondo e assim ficam sujeitos a ações de preconceito. É comum a afirmação de que, para evitar problemas, muitos jovens optam por serem *crentes secretos* em suas escolas e especialmente no Ensino Superior, pois ao não se expressarem como crentes evitariam associações recorrentes e preconceituosas que os protestantes com ignorância, manipulação e mais recentemente com charlatanismo e curandeirismo.

Ainda em relação à questão da discriminação, perguntou-se aos jovens quais pessoas eles gostariam de ter ou não como vizinhos. Dentre as oito opções apresentadas as que tiveram maior resistência foram a de viciados em drogas (76,9% não gostaria de tê-los como vizinhos) e membros de gangues (88,4%). Já idosos (72,3% gostariam de tê-los como vizinhos) e pessoas de outras religiões (62,1%) foram as com maior aceitação. Em relação a ter vizinhos religiosos, são os ateus que possuem

maior resistência, com 16,8% desses afirmando que não gostariam de passar por essa experiência. A Tabela 7 apresenta as respostas por religião sobre a presença ou não de vizinhos de outras religiões.

Tabela 7 – Distribuição da população jovem segundo indicação de que gostaria de ter ou não, como vizinhos, pessoas de outras religiões, por religião, Brasil – 2004

Gostaria de ter ou não, como vizinhos, pessoas de outras religiões	Religião					Total
	Católica	Protestante	Espírita	Ateu	Outras	
Gostaria	19.970.346 63,1%	5.666.815 63,1%	401.347 58,7%	1.060.672 55,5%	2.584.873 56%	2.968.4053 62,1%
Não gostaria	441.5815 13,9%	893.628 9,9%	28.680 4,2%	320.120 16,8%	544.766 11,8%	6.203.009 13%
Indiferente	7.162.806 22,6%	2.412.870 26,9%	253.217 37,1%	520.874 27,5%	1.462.022 31,7%	11.811.789 24,7%
Não sabe/ Não opinou	100.379 0,3%	4.772 0,1%	- -	9.557 0,5%	19.111 0,4%	363.218 0,3%
Total	31.649.346 100%	8.978.085 100%	683.244 100%	1.911.223 100%	4.610.772 100%	47.832.670 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004

Aos pais cabe a determinação de regras e limites. A pergunta 49 do questionário apresentou nove atividades com a seguinte questão: “Para cada hábito que eu citar, gostaria que você me dissesse se esses hábitos são ou eram permitidos ou proibidos pelos seus pais”. Na Tabela 8 são expressos os percentuais dos casos em que os pais proíbem os diferentes hábitos. É possível identificar um padrão comum a todas as respostas ao observá-las a partir das filiações religiosas. Em todas as opções é entre os espíritas que há maior permissão, enquanto é entre os evangélicos em que há a maior presença da proibição, com resultados bem similares aos católicos. O namoro é a atividade menos proibida e o dirigir sem carteira de habilitação, ação ilegal, é a mais proibida.

Tabela 8 – Percentual de proibição pelos pais de hábitos entre jovens, por religião, Brasil, 2004.

Hábitos	Religião		
	Católico	Protestante	Espírita
Namorar	18,5%	20%	11,2%
Sair de casa com amigos (para passear)	21,9%	26,5%	11,2%
Vestir-se como quiser	25,1%	33%	15,4%
Chegar tarde em casa	60,4%	68,4%	35%
Fumar	72,9%	82,5%	56,6%
Consumir bebida alcoólica	72,9%	82,5%	46,2%
Dormir com o(a) namorado(a) em casa	78,2%	83,8%	62,2%
Fazer tatuagem, colocar <i>piercings</i>	84,6%	88%	56,6%
Dirigir veículo sem carteira	85,3%	88,2%	86,7%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Em relação à caracterização dos jovens e sua inserção na família, a pesquisa oferece informações para além das proibições ao indicar os temas sobre os quais os jovens mais costumam conversar com seus pais. A religião aparece entre os temas mais recorrentes nessas conversas, em que 21,5% conversam muito com o pai e 40,8% muito com a mãe. Por outro lado, a religião é um tema ausente das conversas de 41,2% dos filhos com o seu pai e de 24,9% desses com as suas respectivas mães. Em todos os temas abordados pela pesquisa³ identifica-se uma maior presença de diálogo nas famílias praticantes do espiritismo. Pelos dados observados, parece-nos mais do que uma postura resultante do credo assumido nesses lares. Essa diferença relaciona-se mais com os fatores socioeconômicos desses para essa maior presença de diálogo nestas famílias. Aqui se identifica outra questão em que cabe uma maior exploração dos dados disponibilizados por esta pesquisa, como também a partir de outros estudos que virão a ser feitos.

Em relação às outras religiões, a única distinção expressiva identificada é a maior presença de conversa entre filhos e pais dos jovens evangélicos no que se refere ao tema religião. E aqui nesse ponto parece ser relevante o fato de ser evan-

³ Estudos, política, religião, sexo, trabalho, sentimentos, drogas e amigos.

gético para se adotar essa postura. Em todos os outros temas há distribuição semelhante à média geral, guardando-se proporções similares entre os diferentes grupos. As conversas com os pais sobre o tema da religião são expressas na Tabela 9; nela identifica-se a maior presença de conversas entre os seguidores do espiritismo e do protestantismo e, como era de se esperar, menor entre ateus e pessoas que se definem como sem religião.

Tabela 9 – Distribuição da população jovem segundo a religião, pelo hábito de conversar sobre religião com os pais, Brasil, 2004.

Religião	Conversa/conversava muito sobre religião	
	Com seu pai	Com sua mãe
Católico	6.068.672	12.051.445
	19,2%	38,1%
Protestante	2.986.256	4.940.598
	33,3%	55%
Espírita	191.089	453.894
	28%	66,4%
Sem religião	582.893	1.242.260
	15,3%	32,7%
Ateu	210.206	439.528
	11%	23%
Outras	224.582	458.648
	27,6%	56,5%
Total	10.263.698	19.509.980
	21,5%	40,8%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Nessa discussão sobre valores também é possível incluir algumas das questões relacionadas à participação e à democracia. Foi perguntado aos jovens: “Neste ano, teremos eleições para Prefeito e Vereadores. Gostaria de saber qual o seu interesse pelas eleições que ocorrerão em outubro deste ano”. Mais da metade (54,7%), conforme a Tabela 10, afirmou ter nenhum ou pouco interesse pelas eleições municipais que se realizaram em 2004, ano da pesquisa. O que deve ser sublinhado em relação a essa declaração é o fato de ela encontrar-se muito semelhante nas diferentes confissões religiosas.

Tabela 10 – Distribuição dos jovens segundo declaração de interesse nas eleições municipais de 2004, por religião, Brasil, 2004.

	Religião						Total
	Católico	Protes- tante	Espírita	Sem religião	Ateu	Outras	
Muito interesse	7651039 24,2%	2093021 23,3%	176769 25,9%	726287 19,1%	420477 22%	176.782 21,8%	11244375 23,5%
Interesse médio	6594334 20,8%	1892111 21,1%	167242 24,5%	754922 19,9%	310577 16,3%	109.895 13,5%	9829081 20,5%
Pouco interesse	8941326 28,3%	2269503 25,3%	128995 18,9%	1089355 28,7%	444359 23,2%	200.695 24,7%	13074233 27,3%
Nenhum interesse	8309749 26,3%	2670903 29,7%	210237 30,8%	1223169 32,2%	726247 38%	315.346 38,8%	13455651 28,1%
Não sabe/ Não opinou	152899 0,5%	52546 0,6%	- -	4772 0,1%	9563 0,5%	9.548 1,2%	229328 0,5%
Total	31649347 100%	8978084 100%	683243 100%	3798505 100%	1911223 100%	812.266 100%	47.832.668 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Além do interesse um pouco maior entre os espíritas (49,7% desses têm pouco ou nenhum interesse), o que demarca de fato essa questão é o maior desinteresse entre aqueles que não professam religiões, tanto ateus como os sem religião. O percentual de jovens em ambas as opções que afirmam ter nenhum ou pouco interesse é superior à média geral e atinge praticamente 61% de ambos os grupos. Ao observamos somente os jovens com pouco ou nenhum interesse, temos que 25,5% não participam de religiões, enquanto no cômputo geral esse percentual é de 11,9%.

Também se perguntou aos jovens sobre suas percepções em relação à democracia. Diante das três frases presentes na Tabela 11, eles deveriam responder se concordam ou não com elas, também sendo possível não opinar em relação à questão. Ao observamos apenas as concordâncias e discordâncias é possível identificar que para cerca de 30% dos jovens, independente da religião, há uma percepção de que a democracia não representa um elemento primordial para a vida em sociedade. Novamente aqui os seguidores do espiritismo destacam-se por adotar postura mais favorável à democracia, especialmente em relação à terceira frase. Nessa frase também chama atenção uma maior concordância do que a da média entre os ateus,

numa sinalização de que, talvez, esses possam se entender de forma mais autônoma não considerando relevante a forma como o Estado se organiza.

Tabela 11 – Distribuição dos jovens segundo declaração sobre sua concordância a frases sobre democracia, segundo religião, Brasil, 2004.

Frase	Opinião	Religião					Popu- lação jovem total
		Católica	Protes- tante	Espírita	Sem religião	Ateu	
A democracia é preferível do que qualquer outra forma de governo	Concorda	62,6%	63,3%	72,7%	62%	56,5%	62,5%
	Não Concorda	28,4%	27,7%	23,1%	26%	28,7%	27,9%
Em algumas circunstâncias, um regime autoritário pode ser preferível a um sistema democrático	Concorda	31%	29,3%	28%	27,9%	27,2%	30,1%
	Não Concorda	58,1%	59,7%	66,4%	59,5%	55,7%	58,5%
Para as pessoas como você, tanto faz o regime político do país	Concorda	34,9%	31,7%	19,6%	33,1%	36,5%	33,9%
	Não Concorda	57,1%	61%	74,8%	58,5%	50,5%	57,9%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004

No que se refere aos valores, um último tópico que nos interessa aqui é a observação sobre a confiança nas instituições. De um modo geral, a filiação às religiões não parece influenciar nessa questão, porém parece importante observar como se dá a confiança nas próprias instituições e pessoas relacionadas à religião e que foram abordadas no questionário. Nesse tema é possível observar uma pequena e interessante variação, conforme aparece na Tabela 12 a seguir.

Tabela 12 – Distribuição dos jovens segundo declaração sobre sua confiança em instituições religiosas e líderes religiosos, segundo religião, Brasil, 2004.

Tipo de Instituição	Confiança	Religião					População jovem total
		Católica	Protestante	Espírita	Sem religião	Ateu	
Igreja Católica	Confia	88,9%	31,9%	41,3%	40,8%	33,8%	70,6%
	Não confia	10,4%	65,4%	54,5%	55,5%	63%	27,8%
Igreja Evangélica	Confia	56,7%	89,2	23,8%	57,9%	45%	61,7%
	Não confia	40,7%	9,7%	72%	38,6%	51%	35,8%
Líderes religiosos	Confia	61%	62,9%	32,9%	42,6%	32,3%	57,9%
	Não confia	37,2%	35,3%	65,7%	54,8%	64,5%	40,1%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004

Inicialmente salta aos olhos a significativa confiança depositada na Igreja Católica no total da população jovem; porém, um olhar mais detido sobre essa informação revela, inicialmente, a significativa confiança por partes dos jovens que se declaram católicos – como era de se esperar – e que compõem 66,2% do total dos jovens brasileiros. Mais do que essa confiança, chama a atenção que nas outras opções religiosas esse índice é bem inferior, sendo menor que a metade entre protestantes e ateus.

O percentual de confiança da Igreja Evangélica também é elevado, primeiramente devido ao fato de que a avaliação dos católicos em relação a essa igreja não é tão ruim quanto dos protestantes em relação ao catolicismo, mas também em decorrência de uma avaliação ligeiramente melhor que essa igreja possui entre os sem religião e os ateus. Em ambos os casos há maior confiança na Igreja Evangélica do que na Igreja Católica. Essa informação pode ajudar a se pensar os movimentos de trânsito religioso em que se tem discutido (ALMEIDA e MONTERO, 2001) as passagens de católicos para a seara evangélica e tem se questionado em relação ao aumento dos sem religião e ateus, os quais poderiam ter uma experiência que incluísse o pertencimento à Igreja Evangélica antes de uma ruptura com as “religiões-de-igreja” (BERGER, 1985).

Os resultados da pesquisa não permitem ir muito além de conjecturas em relação à compreensão dos motivos que levam ateus e sem religião a confiarem mais na Igreja Evangélica, que recentemente vem sendo associada a ações pouco nobres na mídia brasileira, do que na Igreja Católica. Uma hipótese, a ser testada, é o fato de que esses romperam com o catolicismo por motivos relacionados à perda de confian-

ça ou desencanto com uma religião que tiveram algum contato, mesmo que somente oriundo da tradição brasileira ou familiar, e que para esses um maior desconhecimento em relação ao protestantismo e seu cotidiano representa uma maior aceitação em relação a algo que optaram por romper em dado momento de sua trajetória.

Lazer

As atividades religiosas ocupam lugar de destaque nas opções de lazer dos jovens. Na extensa relação de atividades citadas em resposta à pergunta de “qual é a atividade que você mais gosta de fazer quando está fora de casa”, a atividade ir à igreja foi a sexta mais citada como primeira opção, sendo a preferida de 5,4% dos jovens, ficando atrás da reunião com amigos (15,3%); praticar esporte (12,3%); dançar (9,1%); ir a festas (8,9%); e ir a bares (8,3%). A Tabela 13 apresenta como se dividem as preferências no interior das diferentes religiões em relação a essas seis atividades.

Tabela 13 – Distribuição dos jovens segundo atividade que mais gostam de fazer, fora de casa, por religião, Brasil, 2004.

Qual atividade que mais gosta de fazer fora de casa	Religião					Total
	Católica	Protestante	Espírita	Sem religião	Outras	
Ir a bares	2709209 8,6%	415639 4,6%	100338 14,7%	444318 11,7%	296.227 10,9%	3.965.731 8,3%
Ir a festas	3044169 9,6%	492092 5,5%	47782 7%	425235 11,2%	257.990 9,5%	4.267.268 8,9%
Dançar	3235062 10,2%	425223 4,7%	100345 14,7%	425219 11,2%	181.563 6,7%	4.367.412 9,1%
Praticar esporte	3966363 12,5%	1051167 11,7%	33456 4,9%	444376 11,7%	372.726 13,7%	5.868.088 12,3%
Reunião com amigos	5132846 16,2%	1251977 13,9%	57333 8,4%	492190 13%	387.054 14,2%	7.321.400 15,3%
Ir à igreja	836.354 2,6%	1.658.001 18,5%	9551 1,4%	23884 0,6%	66.885 2,5%	2.594.675 5,4%
Outros	12.725.347 40,2%	3.683.990 41%	334.442 48,9%	1.543.286 40,6%	1.161.047 42,6%	19.448.112 40,7%
Total	31.649.350 100%	8.978.089 100%	683.247 100%	3.798.508 100%	2.723.492 100%	47.832.686 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

São os protestantes aqueles que mais privilegiam ir à igreja como atividade fora de casa, representando 63,9% de todos os jovens que afirmaram essa preferência. Entre os próprios protestantes esse percentual é de 18,5%, representando uma preferência bem mais expressiva do que a encontrada nos seguidores dos outros credos religiosos, conforme se pode observar pela Tabela 13.

Já no lazer dentro de casa, os seis itens mais citados, como primeira opção, foram assistir a televisão (35%); ouvir música (17,6%); descansar, dormir (11,1%); fazer a limpeza da casa (6,3%); ler livros (7,4%); e estudar (4,1%). Fora esses itens e relacionado à religiosidade, há a opção ler a bíblia, citada por 0,3% dos jovens, com maior destaque entre os protestantes, com 1,1% desses citando essa atividade como a que mais gosta de fazer em seu tempo livre. Na Tabela 14 são apresentados os dados relacionados às principais atividades.

Tabela 14 – Distribuição dos jovens segundo atividade que mais gostam de fazer no tempo livre em casa, por religião, Brasil, 2004.

Qual atividade que mais gosta de fazer no tempo livre em casa	Faixa etária					Total
	Católica	Protestante	Espírita	Sem religião	Outras	
Assistir televisão	11693489 36,9%	2680493 29,9%	167240 24,5%	1347367 35,5%	840.888 30,9%	16.729.477 35%
Dormir, descansar	3512367 11,1%	793080 8,8%	100331 14,7%	530460 14%	363.113 13,3%	5.299.351 11,1%
Fazer a limpeza da casa	2122058 6,7%	602088 6,7%	38217 5,6%	167236 4,4%	105.134 3,9%	3.034.733 6,3%
Estudar	1233011 3,9%	454005 5,1%	19112 2,8%	162426 4,3%	95.564 3,5%	1.964.118 4,1%
Ouvir música	5686196 18%	1462055 16,3%	105101 15,4%	668885 17,6%	511.266 18,8%	8.433.503 17,6%
Ler livros	1796691 5,7%	1194542 13,3%	90778 13,3%	248466 6,5%	186.340 6,8%	3.516.817 7,4%
Outros	5.605.534 17,7%	1.791.831 20%	162.467 23,8%	673.667 17,7%	621.186 22,8%	8.854.685 18,5%
Total	31.649.346 100%	8.978.094 100%	683.246 100%	3.798.507 100%	2.723.491 100%	47.832.684 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Ao se observar os locais em que há costume de se reunir com os amigos, conforme a Tabela 15, o espaço da igreja aparece com destaque entre os protestantes. No geral, encontrar-se na igreja é a sétima opção, com 10,9% dos jovens a citando em uma lista de múltiplas respostas e ocupando a sétima colocação. Entre protestantes esse percentual atinge 29,7%, representando o local mais citado para o encontro com amigos, acima de “na rua ou no bairro”, com 26,1% e “no edifício/casa”, que teve 19,2% das citações desses. Na Tabela 15 é possível verificar o resultado geral desse item.

Tabela 15 – Distribuição dos jovens segundo local em que costumam se reunir com os amigos, por religião*, Brasil, 2004.

Em qual local costuma se reunir com os amigos	Religião					Total
	Católica	Protestante	Espírita	Sem religião	Outras	
Na rua ou no bairro	9896813	2345983	167228	1438211	960.398	14.808.633
	22,7%	19,4%	15,5%	27,2%	12,1%	35,1%
Na casa de alguns de vocês	8582117	2030670	258000	998482	5294965	12.662.369
	19,7%	16,8%	23,9%	18,9%	66,6%	30%
No edifício/casa	6914830	1724957	181555	773979	606.828	10.202.149
	15,9%	14,3%	16,8%	14,6%	7,6%	24,2%
Algum bar, boteco, discoteca	6145067	1008202	291460	869555	697.645	9.011.929
	14,1%	8,3%	27%	16,4%	8,8%	21,4%
Na praça	6309109	1252070	86015	668951	439.628	8.755.773
	14,5%	10,4%	8%	12,6%	5,5%	20,8%
Na escola	3913574	1056124	90778	477759	291.445	5.829.680
	9%	8,7%	8,4%	9%	3,7%	13,8%
Na igreja	1773040	2666156	4779	62127	100.325	4.606.427
	4,1%	22,1%	0,4%	1,2%	1,3%	10,9%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

* A questão permite múltiplas respostas, o que resulta na totalização das porcentagens em um número diferente de 100%.

Em relação aos hábitos de lazer cabe ainda ressaltar a presença do assistir televisão entre os jovens, a qual costuma ser assistida por 95,7% de todos e, entre esses, 81,1% o fazem todos os dias. As novelas são os programas preferidos para 28,2% e em seguida aparecem os filmes, com 19%, e os telejornais, com 18,1%. Em relação à religião, observa-se que o interesse pelo noticiário é maior entre protestantes (21,8%) e espíritas (20,3%), ocupando em relação à preferência a segunda posição no primeiro grupo (atrás de novelas) e a primeira no segundo (seguida de filmes e novelas).

A menor presença da televisão entre esses religiosos parece refletir numa maior presença do hábito de leitura. São exatamente os espíritas e protestantes que afirmam ler livros com maior regularidade. Entre os espíritas tem-se que 63,6% afirmaram ler livros sempre ou quase sempre e entre os protestantes esse percentual é de 43,5%. Na média geral esse percentual é de 33,5%.

A presença dos protestantes na mídia é significativa; calcula-se que, pelo menos, 10% da programação veiculada na TV aberta seja produzida pelos evangélicos na atualidade (FONSECA, 2003). Mesmo diante dessa ativa produção não há entre os jovens protestantes o hábito de assistir a esses programas, sendo costume apenas para 0,1% dos fiéis dessas igrejas, atingindo percentual ainda menor entre católicos e não sendo visto pelos fiéis das outras religiões. Se na televisão não há respaldo da audiência evangélica jovem em relação à produção das igrejas, o mesmo não pode ser dito sobre a música evangélica, mais conhecida como *gospel*. No geral, ela é a preferida por 7,6% dos jovens brasileiros, contudo o público protestante representa 90% desse percentual, representando esse tipo musical a preferência para 34,8% desses jovens.

Considerações finais

Em nossa análise, privilegiamos os cruzamentos⁴ em que foram possíveis identificar peculiaridades relacionadas às filiações religiosas. Por parte dos jovens espíritas, identificamos diferenças de opiniões e comportamentos em vários aspectos. Já entre os evangélicos é possível identificar situações em que sua opção religiosa parece contribuir mais diretamente na afirmação de que conversam muito com os pais sobre religião. Até que ponto, em um caso e outro, podemos isolar a variável filiação religiosa? No caso dos jovens espíritas, opiniões e comportamentos estão mais relacionados à diferença social desse grupo do que à religiosidade ado-

⁴ Este texto contou com a colaboração do bolsista de iniciação científica Thiago Barros (UFRJ/PIBIC) na sistematização dos dados para a composição das tabelas.

tada propriamente? No caso dos evangélicos, ao contrário, seria esse um reflexo do peso do pertencimento religioso/militância religiosa sobre outras esferas da vida social, o que explicaria também suas respostas sobre as discriminações religiosas por eles declaradas?

Contudo, em um caso e em outro, qual seria o peso da experiência particular desta geração de jovens brasileiros/as? Esta geração de jovens vive em um país em que ser brasileiro e ser católico deixaram de ser sinônimos. Nesse novo contexto, para além do crescimento evangélico e da ativa minoria espírita, destacam-se os sem religião. Eles estão entre os analfabetos e os mais instruídos e em distintos espaços sociais. Estaria nesta autoclassificação a particularidade desta geração? Hoje é socialmente possível assumir um estado (transitório ou permanente) de ausência de vínculos religiosos institucionais sem negar crenças e religiosidades difusas.

Certamente, pensar essas correlações peculiares representa importante agenda a ser aprofundada em novas pesquisas, tanto qualitativas como quantitativas. Nessa perspectiva a pesquisa *Juventudes Brasileiras* nos traz uma excelente contribuição. Seus resultados somam-se a outras recentes pesquisas (Instituto de Cidadania, 2003 e Ibase/Pólis, 2005, p. ex.) que também têm contribuído para uma maior aproximação e conhecimento da juventude brasileira e de suas opiniões. Em outras palavras, os dados desta pesquisa ampliam as hipóteses e as possibilidades analíticas sobre os temas tratados. Há muito trabalho pela frente.

Por hora, podemos dizer que, apesar de aparentemente contraditórias, duas idéias – crise das religiões e de maior visibilidade das religiões no espaço público e nas biografias individuais – convivem na experiência dos jovens de hoje. No espaço público, tanto as grandes religiões mundiais quanto as novas religiões tendem a apresentar sua mensagem em termos éticos (a paz no mundo, os direitos humanos, a defesa do ecossistema etc.). Nas trajetórias individuais, valores, opções de lazer, a linguagem da mídia, a presença da internet e outras tecnologias de informação interferem nas maneiras de *estar no mundo* e interferem, também, nas possibilidades de transferência geracional da religião.

Na emergência de um mundo religioso plural, já há um pluralismo religioso que se faz presente no seio das famílias, nas escolas, em espaços públicos. Conflitos não estão ausentes. Mas os jovens convivem hoje com velhos e novos fundamentalismos, assumidos sincretismos, crenças seculares e religiosas na sociedade e na família. Diferentes trajetórias religiosas juvenis se inscrevem em um campo de possibilidades em que se pode escolher entre vivenciar a libertação (ou re-escolha) da religião familiar de origem; fazer novas escolhas religiosas que não faziam parte da

experiência de gerações anteriores e, ainda, de ser religioso sem religião. O desafio será sempre não desconsiderar essa importante dimensão da vida dos jovens, mas também não tratá-la isoladamente como se as religiões e religiosidades não estivessem no mundo, sempre grávidas de historicidade.

Referências

- ALMEIDA, R. e MONTERO, P. *Trânsito Religioso no Brasil. São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: [s.n], v. 15, n. 3, jul/set, 2001, p. 92-101.
- BEBBINGTON, D. *Evangelicalism in Modern Britain*. Londres: Unwin Hyman, 1989.
- BERGER, P. *O Dossel Sagrado: Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BRASIL – Secretária Especial dos Direitos Humanos. *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos*. Brasília: Vida & Juventude, 2004.
- FONSECA, A. B. Reação à Palestra do Valdir Gonzales Paixão Jr. In: TEIXEIRA, L. C. G. (Org.), 2000. *Missão, Unidade e Identidade da Igreja*. Quito: CLAI, 2000, p. 114-125.
- FONSECA, A. B. *Secularização, Pluralismo Religioso e Democracia no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: FFLCH/USP, 2002.
- FONSECA, A. B. *Evangélicos e Mídia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.
- NOVAES, R. ; MELLO, C. *Jovens do Rio*. Rio de Janeiro: Comunicações do Iser, n. 57, ano 21, 2002.
- IBASE/PÓLIS. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ibase e Pólis, 2005.
- INSTITUTO DE CIDADANIA. *Projeto Juventude*. São Paulo: Instituto de Cidadania.
- PEREIRA DOS SANTOS, Erisvaldo. *Religião e Direito na Vida dos Afro-Brasileiros: a propósito do direito à diferença*. [S.l]: Veredas, n. 1, 2000, p. 21-25.

Juventude: percepções e exposição à violência

Daniel Cara*
Maitê Gauto**

Como questão social, a temática da juventude ganhou relevo especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando começou a ser compreendida como um período preparatório e de transição entre a infância e a fase adulta, marcado por uma espécie de carência ou moratória tencionada pelas necessidades relacionadas à formação da identidade individual. No decorrer dos anos, outras abordagens – ora concorrentes, ora complementares – foram cunhadas, transformando o termo juventude em uma categoria social polissêmica, de difícil apreensão analítica.

A compreensão da condição juvenil como *momento preparatório* convive e concorre com a interpretação da juventude como *etapa problemática* da vida. Em ambas as abordagens analíticas há forte impulso conservador, no sentido de que, para as duas correntes, os jovens não são os sujeitos de sua vida/história. Se para a primeira linha interpretativa a condição juvenil é um momento de aprendizado e formação, devendo os jovens serem *educados* para o enfrentamento dos desafios futuros correspondentes à vida adulta, no caso da segunda corrente a fase juvenil

* Mestre em Ciência Política e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP. É coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e membro titular do Conselho Nacional de Juventude, do qual foi Vice-presidente na gestão 2005-2007.

** Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP. É assistente executiva do Programa São Paulo em Paz (Instituto Sou da Paz).

contempla uma série de riscos, sendo os jovens as principais vítimas dos problemas sociais que ameaçam a ordem nacional, com ênfase para questões relacionadas às áreas de saúde e de segurança pública. Nesse caso, são os jovens os principais destinatários de projetos e ações governamentais e não-governamentais que procuram enfrentar questões como a gravidez na adolescência, a drogadição, as doenças sexualmente transmissíveis e Aids, o envolvimento em ações violentas, a criminalidade e o narcotráfico. De fato, em termos quantitativos e relativos, todas essas questões encontram na juventude o grupo etário mais vulnerável da população, tornando os jovens as mais comuns vítimas desses problemas sociais. Contudo, as estratégias metodológicas dos supracitados projetos e ações de saúde e segurança pública estão fundamentadas em uma concepção do comportamento juvenil como uma espécie de comportamento de risco, o que – mesmo não sendo uma perspectiva assumida – denota o caráter antiquado e equivocado dessa corrente interpretativa, que acaba por colaborar com a estigmatização da fase juvenil.

Como elemento intrínseco ao conservadorismo, as abordagens da juventude como *período preparatório* e a que defende a fase juvenil como *etapa problemática* encerram perspectivas de classe. No contexto brasileiro, a possibilidade da moratória – praticamente – só é permitida a setores juvenis pertencentes às classes média e alta, pois somente os jovens dessas clivagens econômicas têm como possibilidade uma ocupação exclusivamente educacional. Em contrapartida, a priorização de ações de saúde e segurança pública, presente na concepção da condição juvenil como momento problemático da vida, encontra entre os jovens das classes populares seus principais destinatários, em uma acepção desses como clientes e/ou usuários. Reside, nesse caso, uma perspectiva – quando muito – compensatória, calcada geralmente em uma tentativa arrogante e preconceituosa de dar oportunidade a esses grupos juvenis vulneráveis de ingressarem em uma espécie diminuta e limitada de *processo civilizatório*.

Como uma primeira resposta a essas duas correntes, especialmente a que está inserida na ótica da *juventude problema*, alguns analistas e atores sociais – fortemente apoiados por organismos multilaterais e agências internacionais – propuseram a inversão da proposição, considerando o *jovem como solução*. Articulada em torno da idéia do *jovem como ator estratégico do desenvolvimento*, essa corrente é subsidiária das tentativas de promoção e acúmulo de capital humano e social para o enfrentamento dos problemas da exclusão social aguda que ameaçam grandes contingentes de jovens.

Partindo da identificação do bônus demográfico – denominado no Brasil como Onda Jovem (MADEIRA, BERCOVICH, 1993) – essa corrente acredita que o fortalecimento das populações juvenis pode gerar ganhos presentes e futuros

aos países do Sul, especialmente no tocante à aceleração de seu desenvolvimento socioeconômico e ao estabelecimento de suas estruturas democrático-liberais¹.

Com enfoque no incentivo à participação juvenil, essa abordagem avança em relação às duas anteriores, principalmente no sentido de reconhecer os jovens como sujeitos dinâmicos das comunidades e sociedades em que vivem. No entanto, o marco dessa corrente parte de uma premissa limitadora, que é o próprio modelo de desenvolvimento vigente, caracterizado por sua incapacidade no que se refere à inclusão social. Essa limitação normalmente gera desgaste e descontentamento por parte dos jovens, denominados por essa corrente como *protagonistas juvenis*.

Como o objeto central – o modelo de desenvolvimento – não é passível de questionamento, essa linha interpretativa muitas vezes é responsável por gerar um forte incremento de participação, não correspondida por espaços de reflexão crítica e (re)formulação dos projetos e programas (governamentais ou não-governamentais) por parte dos jovens, mesmo tendo esse grupo como público-alvo. Nesse sentido, o debate estrutural do conteúdo dessas ações orientadas aos setores juvenis, critério imprescindível no horizonte de uma participação plena, acaba ficando restrito aos tomadores de decisão – diretores, consultores, coordenadores ou educadores – dos projetos ou programas em questão, estabelecendo uma modalidade restritiva de engajamento, encarcerando os jovens em atividades tarefas e voluntaristas e que perdem sentido no decorrer do tempo, tratando-os não como participantes, mas sim como beneficiários.

Como essa linha interpretativa atribui aos jovens o papel de *transformadores sociais* como *atores estratégicos do desenvolvimento*, alguns setores históricos e significativos dos movimentos juvenis, com especial destaque para alguns grupos das juventudes partidárias e do movimento estudantil, utilizam a retórica dessa corrente para reformular a função mítico-revolucionária dos jovens. Ainda que pouco influente, o resultado dessa operação discursiva no ambiente público é uma falsa polarização entre jovens e adultos – no sentido de se considerar os primeiros como agentes privilegiados da mudança social, em oposição a natureza conservadora dos grupos etários mais velhos. Além disso, essa reformulação da *missão* histórica dos jovens pode resultar em uma equivocada priorização no âmbito dos programas e projetos governamentais e não-governamentais no sentido desses objetivarem majoritariamente a oferta de espaços de participação aos jovens, obstruindo a luta pelo reconhecimento dos demais direitos da juventude.

¹ É importante ressaltar que a democracia liberal consiste em um modelo político marcadamente limitado, definido por um processo representativo constituído por disputas eleitorais que acontecem no âmbito de um mercado de votos. Com isso, queremos ressaltar a importância de outras possibilidades de democracia, como a participativa, deliberativa, associativa e direta.

Tanto no caso do reconhecimento do jovem como protagonista e promotor de desenvolvimento ou na (re)interpretação desse como agente revolucionário, o problema reside em lançar sobre a juventude o peso da transformação social, sem ouvir ou dimensionar as demandas juvenis. Assim, o risco reside no sentido de os jovens se tornarem alvo do interesse público apenas no que se refere à sua contribuição social e política e não em relação às suas necessidades reais. Nesse aspecto, a concepção de protagonismo juvenil promove uma contradição estrutural: mais fortemente no âmbito das ações comunitárias, os resultados das transformações locais, ainda que incipientes, resultam em pouquíssimos benefícios aos jovens, desanimando-os da ação de participação social. Ademais, no seio dessa corrente, há um componente exclusivista: os jovens que não têm ou tiveram oportunidades de acesso à participação ou mesmo aqueles que não querem participar ficam aliçados dos projetos, programas e políticas públicas elaborados e implementados nos marcos dessa abordagem.

Diferentemente das interpretações anteriores, a corrente que compreende a *juventude como sujeito de direitos* entende essa etapa da vida como momento singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos – tendo reconhecidas suas demandas sociais – e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios – perspectivas, respectivamente, presentes nas abordagens *preparatória* e *problemática*.

Nesse sentido, “o enfoque desta linha interpretativa muda em relação às demais, especialmente por superar a visão negativa sobre os jovens e gerar políticas centradas na noção de cidadania, abrindo a possibilidade de consideração dos jovens como sujeitos integrais” (ABRAMO, 2005)², portadores de direitos.

Como o debate sobre juventude e violência normalmente recai a uma análise influenciada pela abordagem da *fase juvenil como etapa problemática da vida*, o objetivo deste artigo é contribuir com um rápido estudo que não seja devedor da argumentação tradicional – baseada na consideração preconceituosa dos comportamentos desviantes ou de risco de setores juvenis. Diferentemente, a proposta é discurrir sobre a forma como os jovens percebem e são expostos à violência. Para tanto, é realizado um esforço de interpretação dos dados da pesquisa *Juventudes Brasileiras*³. Nesse esforço investigativo, realizado em 2004 pela Unesco em parceria com o Ibope Opinião, foram entrevistados milhares de jovens de 15 a 24 anos de todo o país.

² Parte significativa deste tópico foi elaborada com base nesse texto.

³ O estudo é resultado de um extenso *survey*, com uma amostra significativa da população de 15 a 29 anos (cerca de 10 mil jovens) e expandida para o total da população da referida faixa etária, estratificada por meio das nove regiões metropolitanas, municípios com mais de cem mil habitantes (fora da região metropolitana), municípios entre 50 e 100 mil habitantes e municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

Como um dado importante, é preciso ressaltar que as variáveis analisadas neste artigo são aquelas que ofereceram informações mais significativas à proposta do texto. Como o conjunto de variáveis oferecido pela pesquisa é extenso, a partir delas podem ser elaborados inúmeros estudos sobre violência e vitimização juvenil.

A emergência da violência como preocupação dos jovens

No conjunto das preocupações juvenis, o ingresso no mercado de trabalho sempre ocupou lugar de destaque. Durante quase toda a década de 90, a maior parte das pesquisas de opinião apontavam o receio dos jovens em vivenciarem experiências de desemprego. Conseqüentemente, as oportunidades de acesso e obtenção do primeiro emprego figuraram como a principal demanda dos diversos setores juvenis.

Amplamente debatidas, resultado da implementação do novo modelo econômico brasileiro⁴, as taxas de desemprego acumuladas nas últimas três décadas são as maiores desde a transição do regime escravista para o assalariado, no final do século XIX. Mas, diferentemente de outros momentos históricos, a peculiaridade do atual fenômeno do desemprego é a sua heterogeneidade. Em tempos passados, os desempregados caracterizavam-se pela baixa escolaridade e pouca experiência profissional. Hoje, a condição de sem-emprego atinge os diversos segmentos da força de trabalho, sendo mais dramático entre os jovens (POCHMANN, 2004). Segundo dados extraídos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Dieese e pela Fundação Seade e publicada em setembro de 2006, 45,5% do total de desempregados brasileiros têm entre 16 e 24 anos. Embora tenha havido queda nas taxas de desemprego juvenil entre 2004 e 2005, essas são marcadamente superiores às das demais faixas-etárias, comprovando a dificuldade de acesso dos jovens ao mercado de trabalho.

Em paralelo às altas taxas de desemprego, tem se observado um preocupante protagonismo juvenil no tocante aos indicadores de criminalidade e violência: os jovens são, majoritariamente, as principais vítimas e os mais comuns autores dos mais alarmantes índices de violência verificados no país, com especial ênfase às altas taxas de homicídio de jovens. Como fenômeno social, o aumento da taxa de homicídios possui

⁴ Esse novo modelo econômico brasileiro é constituído pela chamada (re)inserção econômica competitiva, caracterizada pela abertura não regularizada dos mercados nacionais a empresas estrangeiras, manutenção dos contratos estabelecidos na política de privatização criada no curso do governo do presidente FHC, arrocho no que se refere aos gastos sociais – especialmente com a utilização exacerbada do instrumento de Desvinculação das Receitas da União –, permanência dos compromissos com o capital externo – especialmente o financeiro – e ajuste nas instituições políticas e burocráticas do Estado Nacional.

expressivo paralelismo com os períodos de baixo crescimento econômico, iniciados a partir de 1982. Possui também correlação positiva com os processos de retração do investimento estatal em infra-estrutura e políticas sociais, em favor da manutenção das políticas macroeconômicas fundamentadas em programas de valorização do mercado financeiro em detrimento do produtivo. Os prejuízos decorrentes da ação desse modelo de Estado são facilmente constatados na observância da incapacidade dos governos brasileiros em garantir a efetividade dos direitos sociais e civis consagrados na Constituição de 1988. Desse modo, a Carta Magna nacional ainda não conseguiu cumprir com seu objetivo planejado, não sendo capaz de agir pelo “fortalecimento de um campo institucional de negociação de interesses e arbitragem de conflitos, nem na efetivação de políticas sociais de amplo alcance: não ocorreram processos capazes de levar à consolidação de uma condição de *empowerment* de grupos e categorias da sociedade” (KOWARICK, 2002). De acordo com o *Mapa da Violência: os jovens do Brasil IV* (WASELSELFISZ, 2004), entre os anos de 1993 e 2002 – período de aprofundamento das ações de reforma do Estado –, o número total de homicídios registrados pelo Subsistema de Informações de Mortalidade – SIM no país passou de 30.586 para 49.640, o que representa um aumento de 62,3%. Doravante, se for observado o aumento decenal de homicídios entre os jovens, verifica-se que na população juvenil esse incremento foi de 88,6%. (Conselho Nacional de Juventude, 2006).

Os dados mostram que, assim como as taxas de desemprego, os números de homicídios são mais representativos entre os jovens, caracterizando, respectivamente, maior vulnerabilidade e vitimização dessa faixa etária da população, em comparação com as faixas etárias adultas.

A experiência da violência entre os jovens – marcada pela vigência dos altos índices de homicídios juvenis – e a sensação de medo promoveram uma mudança significativa no padrão de preocupações juvenis. Segundo a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, realizada pelo Ibase e pelo Pólis (2005), jovens de cinco entre oito áreas pesquisadas (sete regiões metropolitanas – Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador – e o Distrito Federal) apontaram a violência como sua principal preocupação no país, sendo que nas três regiões restantes essa figurou no segundo lugar. Conforme essa pesquisa, a segunda preocupação mais presente entre os entrevistados está relacionada aos temas do trabalho e do desemprego, antiga preocupação prioritária.

A violência, com destaque para os índices de homicídio, constrange as possibilidades de setores significativos da população juvenil brasileira em realizar um desenvolvimento integral satisfatório, impondo limites ao exercício do direito mais

básico: o direito à vida. Em relação ao desemprego, a função tradicional do mercado de trabalho, de garantir autonomia econômica aos cidadãos, possui entre os setores juvenis um significado ampliado: permitir a realização da condição juvenil, que não se encerra em acesso a oportunidades educacionais, culturais e de lazer, mas se intensifica na realização de possibilidades no tocante à definição da identidade individual e social dos jovens, especialmente em um contexto nacional no qual não vigora uma rede satisfatória de proteção social e efetividade de direitos, capaz de amortizar os custos relativos às demandas juvenis.

Se o ingresso no mercado de trabalho se configurou como uma preocupação clássica dos jovens, as questões relativas à violência constituem suas preocupações contemporâneas, obtendo uma impressionante centralidade a partir de meados dos anos 1990. Assim, é possível dizer que o sentimento do medo é um traço característico das populações jovens atuais.

Violência e a juventude

Como dito anteriormente, o termo juventude tem sido tratado como uma categoria social e analítica indeterminada, com concepções que ora coexistem e ora disputam (ABRAMO, 2005). Em termos etários é considerado jovem no Brasil todo cidadão e cidadã com idade compreendida entre os 15 e 29 anos⁵. Entretanto, ser jovem não é só uma determinação de faixa etária; em paralelo às questões interpretativas, o debate analítico fala de juventudes e não apenas juventude, no sentido de que a condição juvenil encerra uma série de símbolos e experiências – sociais, culturais, econômicas e políticas – que influenciam o desenvolvimento individual e social dos jovens e conformam a maneira com a qual eles se relacionam com o mundo⁶.

Portanto, é possível compreender a juventude como uma construção social relacionada também a diferentes formas de ver o outro, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça etc (UNESCO, 2004).

No centro das experiências sociais relacionadas à condição juvenil, a violência tem conquistado lugar de destaque. A que mais chama a atenção é a violência letal:

⁵ Essa é a definição que consta no marco legal que criou a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude. Contudo, muitas pesquisas ainda consideram como faixa etária juvenil a idade compreendida entre os 15 e os 24 anos. Nesse caso está sendo seguido um tipo específico de parâmetro internacional, estabelecido pela Unesco. A União Européia também utiliza o padrão 15 a 29 anos.

⁶ É para apreender a diversidade e multiplicidade das condições juvenis que NOVAES (2005) emprega a simbólica expressão mosaico no sentido de sintetizar e organizar analiticamente a idéia de Juventudes e não apenas Juventude.

a taxa de homicídios no país encontra entre os jovens 39,7% de suas vítimas, segundo o *Mapa da Violência 2006 – Os jovens do Brasil* (WASELFISZ, 2006). Além disso, no período de 1994 a 2004, o número total de homicídios registrados pelo SIM aumentou em 48.4% (de 32.603 para 48.374 mortes).

Essa evidência permite afirmar que, enquanto vivemos um momento de redução nas taxas gerais de homicídios (segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em relação ao período 2000-2005), as taxas de homicídios entre os jovens resiste e permanece alta. Se considerarmos o conjunto da população no período de 1994 a 2004, o aumento da taxa de homicídios entre jovens é 32,6% maior que o aumento da taxa geral de homicídios (no período, a taxa de homicídios entre jovens aumentou em 64,2% enquanto a taxa geral de homicídios aumentou 48,4%). Porém, vale ressaltar que, em 2004, essa tendência histórica de aumento se inverte, reduzindo em 5,2% em relação a 2003 – redução essa atribuída às políticas de desarmamento que foram implementadas a partir da aprovação do Estatuto do Desarmamento, em 2003.

Nesse sentido, há uma especificidade na mortalidade juvenil no país: as mortes entre essa população são marcadamente mortes por causas externas. Os jovens brasileiros morrem em decorrência de acidentes de trânsito, de suicídio, mas, especialmente, por causa do homicídio. Em países do Norte, o número de suicídios é bem menor se comparado ao número de homicídios. O Brasil é um dos países que mais mata seus jovens, perdendo apenas para países em que há conflitos armados explícitos, como na Colômbia.

Nesse sentido, em termos estatísticos é possível afirmar que a história da violência no Brasil é a história do genocídio dos jovens. De acordo com a Unesco (2003), a taxa de homicídios entre os jovens paulistanos é, em média, três vezes maior do que a entre não-jovens. Nesse sentido, o envolvimento dos jovens com a violência tem gerado e intensificado um déficit de homens na estrutura demográfica do país, em um padrão somente verificado em países em guerra, o que pode impor outros prejuízos futuros em relação à produtividade econômica, não permitindo aos brasileiros o usufruto de seu bônus demográfico, denominado como *Onda Jovem*. No tocante às experiências juvenis, algo que tem diferenciado o Brasil de outros países é a insegurança física vivida por parte significativa dos jovens, o que permite a constatação de que não se resolverá o problema da violência no país se não for resolvido o problema da vitimização juvenil.

Segundo o *Mapa da Violência IV*, há outros recortes a serem analisados sobre esse assunto. As altas taxas de homicídios juvenil também variam bastante em re-

lação às regiões. Há Estados – como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco – em que as taxas de homicídios de jovens superam o marco dos 100 óbitos por 100 mil jovens. E, num outro extremo, em Estados como Santa Catarina, Maranhão e Rio Grande do Norte, há 15 homicídios para 100 mil jovens. Isso mostra que regiões onde se encontram grandes metrópoles há maior incidência de homicídios, especialmente pelo fato de que nesses lugares há processos massivos de desigualdade social, que criam entre os jovens inúmeros mecanismos de revolta.

Outro dado é que a taxa de homicídios da população negra é bem superior à da população branca, o que indica a existência de uma maior vulnerabilidade por parte dos jovens negros à violência física. Na população branca a taxa é de 20,6 em 100 mil habitantes, na população negra é de 34 em 100 mil, isso é, a proporção de vítima de homicídio entre a população parda ou preta é 65,3% superior à branca. E se no conjunto da população a vitimização do negro já é severa, entre os jovens de 15 a 24 anos o problema agrava-se ainda mais. A taxa de homicídio de jovens negros (68,4 em 100 mil) é 74% superior à taxa dos jovens brancos (39,3 em 100 mil), o que mostra que o problema do homicídio juvenil atinge majoritariamente os jovens homens, negros e moradores de grandes cidades, em especial de periferias.

A juventude como agente da violência

Embora a pesquisa *Juventudes Brasileiras* não aborde a questão do jovem como agressor, há que se considerar esse tema em virtude dos estigmas que recaem sobre os setores juvenis no tocante a essa questão. Dados sobre o perfil dos presos indicam que, significativamente, a população carcerária é composta por jovens. Segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, de 2005, 41% são jovens.

No tocante à violência, há questões estruturais que precisam ser analisadas. A noção conservadora de que o envolvimento com a violência e com a criminalidade – na condição de agressor – depende, centralmente, da vontade individual ou de elementos exclusivos de caráter é, no mínimo, limitada. Se não é comprovada uma causalidade unívoca, existe forte relação entre desigualdades sociais e violência. Hoje, em nossa sociedade, em especial nas metrópoles, são criadas expectativas de vida para o conjunto da população, sem bases materiais para o seu atendimento, o que, no caso dos jovens, tem especial significado, por sua exposição à mídia e a apelos de consumo não respaldados pelos recursos econômicos necessários no caso de setores majoritários da população juvenil. (CONJUVE, 2006).

O problema fundamental não está na existência e convívio de diferentes grupos, mas na maneira como a dinâmica social vivida no Brasil gerou, e permanentemente reproduz, um ciclo perverso de exclusão social que, se consideramos a questão da violência, gera preconceito e tem como consequência perigosa a negação de direitos para a população excluída – em relação à juventude, resulta no não-reconhecimento da condição de *sujeito de direitos*. A violência aparece aí não só como um sintoma da convulsão social, mas também como uma eficaz, embora triste, maneira de comunicar à sociedade essa degradação social e comunitária. Contudo, as vítimas da violência urbana têm o mesmo perfil de seus agressores, denotando o que em algumas letras de *rap* se denomina como genocídio coletivo da população negra das periferias. Além disso, como resultado da crise econômica, a consecutiva degradação da qualidade de vida (saúde, educação e moradia, entre outros) fez das favelas e periferias – estruturas primordialmente urbanas – locais propícios à violência, principalmente em pontos onde não há infra-estrutura.

Os jovens urbanos, em especial os jovens da periferia, constroem sua identidade em meio a um conflito cultural – de um lado, uma ávida cultura de consumo; de outro, a cultura da violência, *glamourizando* o crime e fazendo do tráfico de drogas não só um meio econômico, mas um meio de vida capaz de realizar as necessidades de consumo e permitir experiências significativas de poder e aventura em relação aos demais jovens.

Assim, ao mesmo tempo em que se vêem bombardeados por uma série de estímulos publicitários e midiáticos que conformam padrões éticos e estéticos a partir do consumo de produtos e serviços – sejam esses roupas e acessórios; aparelhos eletrônicos; a balada da moda etc, – os jovens vivem em uma realidade de forte retração econômica que acaba por ser incapaz de gerar uma inclusão satisfatória do grupo majoritário dessa faixa etária no mercado de trabalho, impossibilitando a realização dos padrões de consumo aos quais os jovens estão estimulados, impactando diretamente na auto-estima.

A fase de juventude está intimamente ligada à formação de identidade, à afirmação pessoal e à busca por pertencimento. Esse processo é muito mais do que ter uma roupa, é buscar ser diferente, mesmo que isso signifique ser igual a todo mundo. A forma de se vestir, de pensar e agir constitui uma linguagem simbólica, permeada e inseparável, de valores sociais e culturais. A violência aparece também como um recurso à preservação da auto-imagem: ser violento e/ou envolvido com a criminalidade confere *status* social. A vida social compartilhada em grupos é fundamental para o jovem, pois oferece apoio e proteção. A violência enquanto

afirmação de identidade necessita de uma platéia, já que comunica ao se romperem as regras e recorrerem à violência, *quem é e o lugar que quer ocupar*. Em São Paulo, uma característica fundamental e peculiar dos casos de homicídio é que estes são resultados de conflitos interpessoais, tendo como autor pessoas sem antecedentes criminais e que são, geralmente, conhecidos das vítimas. O problema dos homicídios de jovens tem muito mais a ver com a maneira como os conflitos são resolvidos do que com o envolvimento com a criminalidade. Fatores como machismo, a expressão de poder dentro de um grupo e a honra têm função de tencionar os conflitos a soluções violentas.

Além disso, a presença constante de armas de fogo na comunidade e na escola estimula não só a sensação de insegurança, mas também da legitimação do uso da arma como forma de proteção: “O fato de as armas – de fogo ou não – estarem associadas às ocorrências violentas contribui para disseminar o sentimento de insegurança e para naturalizar o seu porte, assim como para justificar a sua adoção como instrumento de defesa, até certo ponto retroalimentando a escalada das violências. No que concerne aos alunos, a maioria concebe a utilização como um recurso necessário e legítimo para a autoproteção, visando a combater a violência por medo ou temor.” (ABRAMOVAY, RUA, 2002).

O processo de degradação social guarda, além da flagrante redução da qualidade de vida, um perverso sistema de exclusão do outro pelo preconceito e pelo estigma carregado pelos moradores das regiões de periferia. Soares chama a atenção para o fato de que “uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo, tudo o que nela é singular desaparece” (SOARES, 2004). A violência e a criminalidade surgem como os instrumentos que romperão essa barreira social a partir do momento em que os jovens conseguem gerar medo e sensação de insegurança naqueles que *nunca os vêem*. Retomam a sua condição de sujeito e recompõem uma identidade – no momento do assalto, por exemplo, o jovem ser identificado como perigoso é a *capa* que garante proteção: “uma vez que a identidade se modifica de acordo com o modo como o sujeito é tratado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Isso é algumas vezes descrito como a passagem de uma política de identidade (de classe) para uma *política da diferença*” (HALL, 1998).

A juventude como vítima da violência

O debate nacional acerca das relações entre juventude e violência trata, fundamentalmente, do jovem como agressor, como o agente da violência e da criminalidade. Os dados coletados pela pesquisa *Juventudes Brasileiras*, parcialmente publicada pela Unesco no livro *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (2006), mostram a percepção e a exposição dos jovens à violência, mostrando que esses se sentem ou são alvos de assaltantes, policiais arbitrários e violentos e dos próprios membros da família.

Antes de apresentarmos a análise dos dados, vale ressaltar que a percepção da violência e das diferentes situações de violência é, muitas vezes, fortemente influenciada por fatores como escolaridade e/ou renda, ou seja, o fato de alguém se sentir desrespeitado ou não por outrem depende do repertório simbólico (valores), social e individual, que permite a percepção de ações e/ou atitudes como violentas/desrespeitosas, como veremos nos dados sobre abordagem policial, por exemplo. Em relação aos dados sobre abuso sexual, vale lembrar que a capacidade das vítimas verbalizarem tal violência é influenciada por fatores como idade, escolaridade e renda.

A percepção da violência

Um dos principais fatores que influenciam a questão da violência e da criminalidade é a sensação de segurança – ou insegurança – gerada a partir da percepção sobre a ocorrência de crimes no ambiente em que se vive. Durante a pesquisa *Juventudes Brasileiras*, os jovens foram questionados sobre quais tipos de violência ocorriam com maior frequência no bairro onde moram; homens e mulheres apresentaram visões bastante similares em relação a essa percepção. As brigas são o tipo de violência mais percebido por homens e mulheres (49,7% e 53,7%, respectivamente), seguido por consumo de drogas (42,9% para homens e 45,3% para mulheres) e por assaltos (27,4% para homens e 30,9% para mulheres). Embora o consumo de drogas seja bastante percebido nos bairros, tanto por homens quanto por mulheres, a percepção em relação ao tráfico de drogas é relativamente baixa – 19,8% para homens e 16,3% para mulheres, padrão que se mantém em relação a outras variáveis também, como veremos mais adiante. Os tiroteios também são percebidos de maneira uniforme por homens e mulheres (13,3% e 13,6%, respectivamente). A grande discrepância de percepção entre homens e mulheres é em relação aos estupros: 4,2% das mulheres, e somente 1,9% dos homens percebem o estupro como uma violência que ocorre no seu bairro. A percepção das brigas nos bairros diminui na medida em

que aumenta a faixa etária pesquisada: 58,6% para jovens de 15 a 17 anos; 53,5% para jovens de 18 a 20 anos; 49,8% para jovens de 21 a 23 anos; 48,9% para jovens de 24 a 26 anos e 46% para jovens de 27 a 29 anos. O mesmo padrão acontece em relação às ameaças: 12,5% para jovens de 15 a 17 anos; 10,4% para jovens de 18 a 20 anos; 7,4% para jovens de 21-23 anos; 6,2% para jovens de 24 a 26 anos e 5% para jovens de 27 a 29 anos. Esses dados permitem a proposição de uma hipótese de análise: a percepção das brigas e ameaças está ligada ao envolvimento dos jovens nas mesmas – quanto mais eles brigam e são ameaçados, mais sentem que essas acontecem; isso significa que a violência como instrumento de afirmação identitária perde função à medida que os jovens ficam mais velhos e começam a entrar na vida adulta, dando lugar a métodos mais pacíficos de resolução de conflitos.

Já em relação aos tiroteios, a percepção de ocorrência aumenta à medida que a faixa etária aumenta: 12,5% para jovens de 15 a 17 anos; 13,9% para jovens de 18 a 20 anos; 13,3% para jovens de 21 a 23 anos; 13,3% para jovens de 24 a 26 anos e 14,5% para jovens de 27 a 29 anos. Tanto em relação ao consumo de drogas quanto ao tráfico de drogas, ambas as percepções seguem o mesmo padrão: aumentam até a faixa etária de 24 a 26 anos e sofrem uma queda no último grupo:

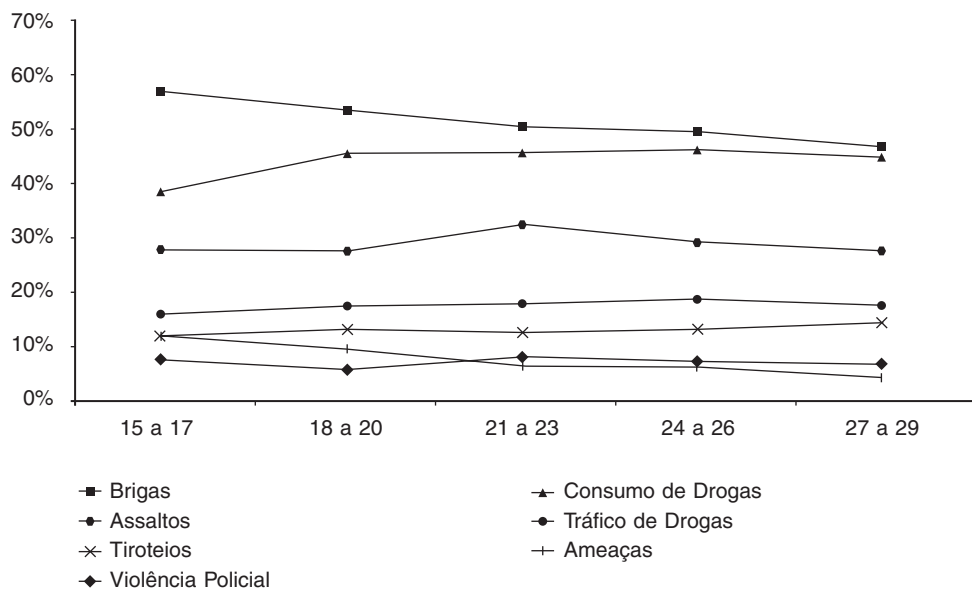
Tabela 1 – Distribuição dos jovens segundo percepção da violência no bairro, por faixa etária, Brasil, 2004.

Violência no bairro	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29
Brigas	58,6%	53,5%	49,8%	48,9%	46%
Violência policial	8,9%	7,8%	8,4%	7,9%	6,7%
Tiroteios	12,5%	13,9%	13,3%	13,3%	14,5%
Ameaças	12,5%	10,4%	7,4%	6,2%	5%
Consumo de drogas	38,7%	45,3%	46,1%	46,5%	44,6%
Tráfico de drogas	16,7%	17,8%	18,6%	19,2%	18,1%
Assaltos	28,3%	28,2%	32,1%	29,8%	27,3%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*, Unesco, 2004.

A visualização do Gráfico 1 mostra que apenas as linhas que representam as percepções sobre brigas, consumo de drogas e ameaças – especialmente no caso da primeira – apresentam mudanças representativas na variável faixas etárias. Isso pode significar que jovens de 15 a 17 anos estão mais expostos a brigas e ameaças e menos expostos ao consumo de drogas, ou têm mais dificuldade em assumir essa exposição.

Gráfico 1 – Percepção de brigas no bairro por faixas etárias, Brasil 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Há diferenças marcantes entre a percepção da violência nos meios urbano metropolitano, urbano não-metropolitano e rural. A ocorrência de brigas nos bairros é mencionada por 44,6% dos jovens do meio urbano metropolitano, enquanto esse número cresce para 53,3% entre os jovens do meio urbano não-metropolitano, chegando aos expressivos 56,9% de citação de brigas no caso dos jovens do meio rural. Conforme pode ser visto na Tabela 2, as ocorrências de violência policial, tiroteios, consumo de drogas, tráfico de drogas e assalto são apontadas como mais frequentes pelos jovens do meio urbano. Em contrapartida, tal como no caso das brigas, as ameaças também são percebidas com mais ênfase no meio rural, o que comprova a tese da importância da territorialidade no tocante ao tipo de violência vivenciada pelos jovens. Contudo, em um aspecto geral, uma rápida visualização da Tabela 2 é suficiente para mostrar que a percepção da violência é maior entre os jovens do meio urbano (metropolitano ou não), com marcantes diferenças de percepção no meio rural.

Isso reforça o entendimento da violência no Brasil como um fenômeno marcadamente mais grave no meio urbano do que no rural, considerando que os primeiros são os locais de maior concentração demográfica, mais expressiva desigualdade social e maior convívio entre diferentes grupos etários, sociais, culturais e econômicos.

Tabela 2 – Distribuição dos jovens segundo percepção da violência no bairro, por condição do município, Brasil, 2004.

Violência no bairro	Urbano 1	Urbano 2	Rural
Brigas	44,6%	53,3%	56,9%
Violência policial	11,9%	8%	3,9%
Tirroteios	25,3%	11,9%	3,3%
Ameaças	6,9%	8,4%	10,4%
Consumo de drogas	56,1%	47,5%	27%
Tráfico de drogas	27,1%	19,4%	6,8%
Assaltos	40,8%	32,9%	11,9%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*, Unesco, 2004.

1- Urbano metropolitano

2- Urbano não-metropolitano

No tocante à escolaridade, a percepção de brigas é maior entre os jovens com experiência educacional menor – 52,7% dos jovens com escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental e 54,8% dos jovens com escolaridade até a 8ª série do Ensino Fundamental. Essa percepção diminui na medida em que a escolaridade aumenta: 50,7% dos jovens cursando o Ensino Médio percebem as brigas como uma violência freqüente no seu bairro; o mesmo para os 38,9% dos jovens que estão cursando (ou já concluíram) o Ensino Superior. Isso pode significar que quanto maior é o repertório, menor é a chance de envolvimento em brigas e, conseqüentemente, menor é a percepção em relação à elas.

Em relação ao consumo de drogas, a percepção aumenta à medida que aumenta a escolaridade (30,9% dos jovens com escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental, 42,2% dos jovens com escolaridade até a 8ª série do Ensino Fundamental e 52,7% dos jovens cursando o Ensino Médio), mas apresenta uma pequena queda no grupo de jovens que estão cursando (ou já concluíram) o Ensino Superior: 52,3%. O mesmo padrão se observa em relação ao tráfico de drogas: 11,9% dos jo-

vens com escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental, 19,4% dos jovens com escolaridade até a 8ª série do Ensino Fundamental e 20,7% dos jovens cursando o Ensino Médio. Também apresenta uma pequena queda no grupo de jovens que estão cursando (ou já concluíram) o Ensino Superior: 18,1%.

Já em relação aos assaltos, a percepção aumenta na medida em que aumenta a escolaridade: 19,1% dos jovens com escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental e 26,1% dos jovens com escolaridade até a 8ª série do Ensino Fundamental, 34,5% dos jovens cursando o Ensino Médio e 49,2% no grupo de jovens que estão cursando (ou já concluíram) o Ensino Superior. Esses dados colocam que os jovens passam a ser mais vítimas de assaltos quanto mais velhos sejam, mas também quanto maior for a sua renda – partindo do pressuposto que uma formação educacional mais consistente resulta em melhores condições de vida. Pode significar também que há uma forte correlação entre anos de estudo e classe social. O mesmo pode ser dito ao considerarmos a variável classe: nota-se que enquanto as classes A/B percebem mais a ocorrência de assaltos (47,4% dos jovens das classes A/B; 33% dos jovens da classe C; 22,9% dos jovens das classes D/E), os jovens da classe D/E percebem mais a ocorrência de brigas (40% dos jovens das classes A/B; 48,9% dos jovens da classe C; 55,9% dos jovens das classes D/E); o mesmo pode se dizer em relação às ameaças (5% dos jovens das classes A/B; 7,1% dos jovens da classe C; 10,1% dos jovens das classes D/E). Dessa maneira, os dados apontam para o fato de que as classes A/B convivem mais com a violência contra o patrimônio, enquanto as classes D/E convivem mais com a violência contra a pessoa.

A percepção em relação ao consumo de drogas é maior nas classes mais altas (54,9% dos jovens das classes A/B; 51,7% dos jovens da classe C; 37,4% dos jovens das classes D/E) e o mesmo pode-se observar em relação ao tráfico de drogas (22% dos jovens das classes A/B; 22,5% dos jovens da classe C; 14,7% dos jovens das classes D/E). No aspecto racial, há forte similaridade de percepções, com exceção para a violência policial e a ocorrência de tiroteios. Para os jovens brancos, as violências que mais ocorrem no bairro onde moram são as brigas (48,4%), o consumo de drogas (46,3%) e os assaltos (31,6%). Para os jovens negros, pardos e morenos, as violências que mais ocorrem no bairro onde moram também são as brigas (52,1% para os jovens negros e 53,8% para os jovens pardos e morenos), o consumo de drogas (48,3% para os jovens negros e 41,9% para os jovens pardos e morenos) e os assaltos (29,9% para os jovens negros e 27,6% para os jovens pardos e morenos). Há uma diferença significativa dos jovens em relação a percepção de violência policial e tiroteios: dentre todas as categorias raciais elencadas pela pesquisa, os jovens brancos são os que menos percebem a violência policial como um problema no bairro (6,6%).

Tabela 3 – Distribuição dos jovens segundo percepção da violência no bairro, por cor/raça auto-atribuída, Brasil, 2004.

Violência no bairro	Branco	Negro	Pardo/moreno	Outros
Brigas	48,4%	52,1%	53,8%	46,7%
Violência policial	6,6%	12,6%	7,8%	13,1%
Tirroteios	11,7%	17,3%	13,6%	21,9%
Ameaças	7,4%	7,9%	9,4%	6,6%
Consumo de drogas	46,3%	48,3%	41,9%	46%
Tráfico de drogas	18,5%	22,5%	16,8%	21,9%
Assaltos	31,6%	29,9%	27,6%	25,5%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*, Unesco, 2004.

O consumo e tráfico de drogas aparecem como um fenômeno presente na vida dos jovens; não podem ser considerados um fenômeno predominantemente urbano, mas sua percepção no meio rural é consideravelmente menor. Um dado importante é a diferença entre a percepção do consumo de drogas e a percepção em relação ao crime de tráfico de drogas: geralmente, o consumo de drogas é quase duas vezes mais percebido pelos jovens do que o tráfico de drogas.

Abordagem policial

A questão da violência policial permanece sendo um importante tema na relação entre juventude e violência. A pesquisa questionou os jovens em relação à abordagem policial. Os homens são mais frequentemente abordados pela polícia do que as mulheres (66% dos homens e 21,8% das mulheres). Em relação ao modo como a abordagem foi feita, 30,2% dos homens disse que foi abordado de forma respeitosa e 25,6% declararam que a abordagem foi desrespeitosa, sendo que 12,3% destes disseram que foram agredidos pela polícia. O meio urbano sofre mais violência policial que o meio rural; apenas 7% dos jovens moradores do meio rural declararam ter sofrido uma abordagem policial desrespeitosa, enquanto que 37,5% dos jovens do meio urbano disseram ter sido abordados de forma desrespeitosa pela polícia, sendo que 17% disseram ter sido agredidos (apenas 2,9% dos jovens do meio rural declararam ter sido agredidos pela polícia). Ao considerarmos a variável instrução, notamos que os jovens com nível superior (incompleto ou completo) são os que mais sofrem abordagem policial desrespeitosa (47,4% do total de jovens que já foram abordados pela polícia); em seguida estão os jovens do Ensino Funda-

mental (de 5ª a 8ª série), em que 14% já sofreram abordagem policial desrespeitosa (42,4% dos jovens que já foram abordados pela polícia). Embora com menor expressão, a abordagem policial desrespeitosa em relação a jovens do Ensino Fundamental (até a 4ª série) e do Ensino Médio também é significativa: 12,3% e 14,2%, respectivamente.

Os jovens de 21 a 23 anos são os que mais sofrem abordagem policial desrespeitosa e com agressão – 17,7%. De maneira geral, mais uma vez podemos constatar que a prática policial em relação ao jovem é ainda bastante violenta, sendo que, independente da faixa etária, dentre todos os que declararam ter sido abordados pela polícia, mais de 40% dessas abordagens foram desrespeitosas. A faixa etária que mais se declarou vitimizada é a entre 21 e 23 anos (47,2% do total de jovens que já foram abordados pela polícia), seguidos por jovens de 18 a 20 anos (45,3% do total) e em seguida por jovens de 24 a 26 anos (44,3% do total). Os jovens das classes A/B são os mais abordados e os que mais sofrem abordagem desrespeitosa e agressão (43%; 20% e 8,2%, respectivamente) seguidos pelos jovens da classe C e depois pelos jovens das classes D/E. De maneira geral, os jovens brancos são os que menos sofrem abordagem policial desrespeitosa e violenta (14,3%), se compararmos com os jovens negros (21,4%). Essa diferença aumenta se somarmos os percentuais dos negros com os jovens que se declararam pardos ou morenos: 34,9% dos jovens negros, pardos ou morenos (e que já foram abordados pela polícia) foram abordados de forma desrespeitosa e/ou violenta. Em relação aos jovens que não se declararam brancos ou negros (inclui-se aí pardos e morenos), o percentual de jovens que sofreram abordagem policial desrespeitosa e/ou violenta é de 23,3%.

Crimes e vitimização

Apesar de muitos homens e mulheres declararem bastante que nunca sofreram nenhuma das agressões questionadas na pesquisa – 69,1% e 80,2%, respectivamente, o que mostra uma subscrição e é contraditório com os demais dados, os ditos crimes contra o patrimônio (roubo e furto) são os de maior incidência nesse grupo de 15 a 29 anos – 18,6% para os homens e 12,9% para as mulheres. Entretanto, 9,5% dos homens declararam já ter sido ameaçados por alguém e 7,2% declararam já ter sofrido violência policial.

Os jovens de 21 a 23 anos de idade são os que mais declararam ter sido vítimas de crimes contra o patrimônio – 19,1%. Entre 24 e 29 anos, há uma pequena queda no percentual, para 18%. Já os mais jovens (entre 15 e 20 anos) apresentam percentuais menores, sendo 10,9% para jovens de 15 a 17 anos e 13,7% para jovens

de 18 a 20 anos. Os casos de violência policial estão uniformemente distribuídos entre as faixas etárias pesquisadas, com percentuais que variam de 3% a 4,5%. O percentual de jovens que já sofreram ameaça de alguém é significativo: 7,6% para jovens de 15 a 17 anos; 9,5% para jovens de 18 a 20 anos; 7,4% para jovens de 21 a 23 anos; 7,8% para jovens de 24 a 26 anos e 6,9% para jovens de 27 a 29 anos. O meio urbano concentra o maior número de jovens que declararam já ter sido vítima de crimes contra o patrimônio: 41,5%, diferente dos 5% em meio rural. O mesmo padrão se percebe em relação às ameaças (17,5% no meio urbano; 5,9% no meio rural) e à violência policial (9,8% no meio urbano; 1,7% no meio rural).

A vitimização por assalto e furto aumenta quanto maior for a escolaridade do jovem entrevistado: 9,2% dos jovens com escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental; 12,8% dos jovens com escolaridade até a 8ª série do Ensino Fundamental; 18,5% dos jovens com escolaridade até o Ensino Médio e 36,6% dos jovens com nível superior (incompleto ou completo). Embora apenas 4,8% dos jovens com escolaridade até a 8ª série do Ensino Fundamental tenham declarado que foram vítimas de violência policial, esses são os que apresentam o maior percentual. Se considerarmos os jovens que declararam nunca ter sofrido agressão, o padrão se inverte; quanto maior a escolaridade, menor o percentual de jovens que diz nunca ter sido vítima – 79,9% dos jovens com escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental; 74,9% dos jovens com escolaridade até a 8ª série do Ensino Fundamental; 73,9% dos jovens com escolaridade até o Ensino Médio e 60,5% dos jovens com nível superior (incompleto ou completo).

Os jovens pertencentes às classes A/B são os que mais declararam terem sido vítimas de assalto e/ou furto – 33,8% – seguidos pelos jovens da classe C – 18,1%. Os jovens da classe D/E são os que menos declararam ter sido vítimas de assalto ou furto (10,3%). O padrão se inverte ao pensarmos a partir dos jovens que declararam nunca ter sido vítimas de agressão: 58,7% dos jovens da classe A/B; 72,5% dos jovens da classe C e 79,5% dos jovens das classes C/D. São também os jovens da classe A/B que mais declaram ter sofrido violência policial – 5,1%. Ao considerarmos a variável raça, notamos que os brancos sofrem menos crimes contra o patrimônio (18,2%) do que os jovens negros (29,2% – incluindo jovens pardos e morenos). Os jovens inseridos na categoria *outros* da pesquisa apresentam o percentual de 13,2% de jovens que declararam já ter sido vítima de assalto e/ou furto. Em relação à violência policial, os negros/pardos/morenos também apresentam um percentual maior em relação aos jovens brancos – 10,1% e 3,1%, respectivamente.

Abuso sexual

Os dados sobre abuso sexual chamam bastante atenção para o problema da violência doméstica e intra-familiar: em relação às mulheres, das que declararam que já sofreram abuso sexual, 42,3% foram vítimas de pais, padrastos ou outro familiar. Chama atenção também o fato de que 12,4% das mulheres declararam ter sido vítimas de amigos, o que faz com que o percentual de mulheres vitimizadas por pessoas próximas e/ou conhecidas suba para 54,7%. Somente 28,8% das mulheres que já sofreram abuso sexual declararam que o agressor era desconhecido. Em relação aos homens, a violência sexual doméstica e intra-familiar também é uma questão: 20% dos jovens homens que declararam ter sido vítimas de abuso sexual foram agredidos pelo pai, padrasto, madrasta e/ou outros familiares. Os amigos são quem mais agredem os homens, com 12%; apenas 8% dos homens declararam ter sofrido abuso sexual por pessoas desconhecidas.

Tabela 4 – Distribuição dos jovens segundo percepção da violência no bairro, por faixa etária, Brasil, 2004.

Abuso sexual	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29
Pai	13,3%	8,8%	0%	7,7%	13,3%
Padrasto	10%	8,8%	19,1%	12,8%	11,1%
Madrasta	3,3%	0%	0%	0%	0%
Outros familiares	16,7%	23,5%	19,2%	20,5%	11,1%
Amigos	13,3%	11,8%	10,6%	10,3%	15,6%
Chefe	3,3%	0%	4,3%	5,1%	8,9%
Desconhecido	30%	26,5%	25,5%	23,1%	26,7%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*, Unesco, 2004.

A violência sexual doméstica e intra-familiar atinge jovens de todas as idades de maneira uniforme (43,4% para jovens de 15 a 17 anos; 41,1% para jovens de 18 a 20 anos; 38,3% para jovens de 21 a 23 anos; 41% para jovens de 24 a 26 anos e 35,5% para jovens de 27 a 29 anos). Chama atenção o fato de que os jovens de 15 a 17 anos e de 27 a 29 anos são os que concentram os maiores percentuais de vitimização de abuso sexual por parte dos amigos: 13,3% e 15,6%, respectivamente. Chama a atenção também o número de jovens acima dos vinte anos que declarou já ter sido vítima de abuso sexual por parte do chefe (18,3%). A violência sexual doméstica e intra-familiar é mais presente no meio urbano/metropolitano (45,5%) e

no meio urbano/não-metropolitano (39,4%) do que no meio rural (31,4%); em relação às vítimas de abuso sexual por parte dos amigos, o meio urbano tem percentuais similares aos do meio rural: 19,7% e 19,6%, respectivamente. É no meio urbano que residem 52,9% dos jovens que declararam ter sido vítima de abuso sexual por parte de um desconhecido; somente 25,5% dos jovens vítimas de abuso sexual por parte de desconhecidos residem no meio rural.

Se considerarmos o nível de instrução dos jovens que declararam ter sido vítimas de abuso sexual, nos chama a atenção o fato de que os jovens com Ensino Superior (incompleto e completo), além de apresentarem 33,4% de vitimização por parte de pai, padrasto ou outro familiar, apresentam também um alto índice de vitimização por parte dos professores (33,3%), por parte do chefe (16,7%) e por parte dos amigos (16,7%). É o nível de instrução que apresenta o menor percentual de vitimização por parte de desconhecidos (16,7%). São os jovens com escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental e os com escolaridade até a 8ª série do Ensino Fundamental que apresentam os maiores percentuais de violência sexual doméstica e intra-familiar – 41,8% e 41,4%, respectivamente. Os jovens do Ensino Médio são os que apresentam os menores percentuais de vitimização doméstica e/ou intrafamiliar (32,7%) e por parte dos amigos (4,1%); mas são o grupo que apresenta o maior percentual de vitimização de abuso sexual por parte de desconhecidos (34,7%). A classe C é o grupo que mais sofre violência sexual doméstica e/ou intra-familiar (41,3%), seguida pelas classes D/E (39,7%). As classes A/B são o grupo que menos sofre violência sexual doméstica e/ou intrafamiliar (33,3%), mas são as que apresentam a maior vitimização de abuso sexual por desconhecidos (27,8%) e por amigos (22,2%) – duas vezes maior que a vitimização das classes C e D/E: 10,9% e 11,5%, respectivamente. Os jovens brancos são menos afetados pela violência sexual doméstica e intra-familiar (32,7) do que os negros/pardos/morenos (74%) e outros (63,7%). Os negros são os mais vitimizados por desconhecidos (62,2%) e pelo chefe (18,9%).

Discriminação

A pesquisa *Juventudes Brasileiras* apresentou dados interessantes sobre discriminação. Em uma análise ampliada do conceito de violência, atos discriminatórios podem ser considerados como violentos. Em termos genéricos a definição de violência está relacionada à concepção de agressão. Autores como Parke e Sawin definem que a agressão não é apenas um comportamento, mas um rótulo cultural de padrões de comportamento, sendo resultado de um julgamento social por parte do outro. Sidman, Andery e Sérgio definem a violência como sinônimo de coerção,

contemplando não apenas aspectos físicos, mas também agressões no âmbito da aniquilação e dos maus-tratos morais (CARA, 2006).

Nesse sentido, os jovens foram questionados sobre se gostariam de ter ou não como vizinhos pessoas com Aids, homossexuais, viciados em drogas e pessoas de outras regiões do país. As possibilidades de resposta se dividiam em *gostaria*, *não gostaria* e *indiferente*, além da opção de *não saber* ou *não opinar*. Grosso modo, a opção *indiferente* representa uma resposta mais imparcial, no sentido de que não deve ser indesejável ou desejável ter um vizinho segundo qualquer critério de julgamento moral.

Em termos gerais, ter como vizinhos viciados em drogas é indesejável para 76,9% dos jovens entrevistados, seguido por homossexuais (47,1%), pessoas com Aids (42,2%) e pessoas de outras regiões do país (16,5%). Para os participantes da pesquisa é mais desejável ter como vizinhos pessoas de outras regiões do país (59%), soropositivos (24,4%), homossexuais (21,4%) e viciados em drogas. É indiferente para 32,6% dos jovens ter como vizinhos pessoas com Aids, enquanto que esse percentual é de 31,2% para homossexuais, 23,8% para pessoas de outras regiões e 15,7% para viciados em drogas.

O Brasil é signatário de diversos tratados internacionais que consideram a discriminação como crime (CARA, 2006). Embora a pesquisa *Juventudes Brasileiras* não ofereça dados sobre racismo e preconceito de gênero, o caso da homofobia é emblemático e deve ser foco de políticas públicas de segurança. Pesquisa do Grupo Gay da Bahia, publicada em 2002, apontou que, no país, ocorreram uma média de 104 assassinatos de homossexuais por ano. A violência contra esse grupo encontra ressonância entre jovens, tanto como seus autores como suas vítimas.

As mulheres jovens pesquisadas apresentam uma neutralidade um pouco maior em relação aos homossexuais – ou menor grau de discriminação –; 33,3% delas são indiferentes a tê-los como vizinhos, contra 29% dos homens. Diferentemente, 54,2% dos homens não gostariam de ter homossexuais em sua vizinhança, sendo que 40,1% das mulheres têm a mesma opinião. Entre os homens jovens entrevistados, 16,5% gostariam de ter homossexuais como seus vizinhos e 26,2% das mulheres têm a mesma opinião.

A idade, a escolaridade, a renda e a territorialidade são fatores importantes e mais significativos no grau de discriminação homofóbica. Entre os jovens com 15 a 17 anos, 56,7% não gostaria de ter homossexuais como seus vizinhos; contra 47,9% dos pesquisados entre 18 a 20, 44,5% de 21 a 23, 41,5% de 24 a 26 e 42,7% em relação aos jovens de 27 a 29 anos. Em contrapartida, a indiferença ou neutralidade aumenta na medida em que avança a idade. Entre os jovens de 27 a

29 anos, 36,3% são indiferentes a ter uma vizinhança homossexual, seguidos por 36,2% dos pesquisados entre 24 e 26 anos, 31,7% daqueles com idade entre 21 e 23 anos, 28,9% dos de 18 a 20 anos e, por último, ficam os jovens adolescentes (15 a 17) com 24,7% de opções pela neutralidade. O mesmo padrão pode ser observado em relação à escolaridade. O percentual dos jovens que cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental e não querem homossexuais como seus vizinhos é de 68,3%, contra 19,1% daqueles com Ensino Superior. Da mesma forma, apenas 18,8% dos menos escolarizados são neutros, número muito inferior a indiferença dos 50,1% dos entrevistados com Ensino Superior. O mesmo padrão se coloca em relação à classe e à condição municipal (rural, urbano e metropolitano), sendo que no tocante à renda a classe A é mais neutra, ou apresenta maior grau de discriminação positiva (desejo de ter como vizinho homossexual), contra uma maior incidência homofóbica nas classes D/E. Nesse sentido, o mundo rural também é mais homofóbico, com 62,7% de homofobia. A variável cor/raça não apresenta diferenciações significativas em relação ao preconceito contra homossexuais.

O que se pode concluir é que a informação e um convívio em espaços mais diversificados (como as grandes metrópoles) influem nas questões de discriminação e preconceito homofóbico. Como a homofobia tem uma significação importante na questão da segurança pública, é importante se investir em campanhas e ações contra a discriminação e, principalmente, na promoção e reconhecimento dos direitos dos homossexuais.

Considerações finais

O problema do homicídio, embora seja o tipo de violência mais significativo para a juventude – em termos estatísticos –, não encerra todas as experiências de violência dos jovens. Os dados extraídos da pesquisa *Juventudes Brasileiras* mostram que a percepção da violência está intrinsecamente relacionada à exposição dos diferentes setores juvenis à mesma. Como foi visto no decorrer deste artigo, as mulheres percebem mais o estupro porque estão mais expostas e são mais vitimizadas por ele. O mesmo ocorre no caso da percepção de brigas e ameaças no caso dos jovens de 15 a 17 anos e da violência policial para os jovens negros.

Nesse aspecto, é importante citar a pesquisa de Ramos (2005), que investigou os mecanismos e critérios de construção da suspeita por parte dos policiais, particularmente dos policiais militares, procurando verificar a possível influência de filtros sociais e raciais na definição dos elementos suspeitos, ou seja, das pessoas com maior probabilidade de serem abordadas e revistadas pela polícia. Os resultados apontam que: a ação policial é

orientada pelo preconceito contra o/a jovem, sobretudo do sexo masculino, pelo estigma aplicado aos pobres, e pelo racismo contra os negros. Os resultados da pesquisa carioca encontram ecos em outras regiões metropolitanas do Brasil e sintetizam o porquê de negros, pardos e morenos declararem mais terem sido agredidos durante uma abordagem policial, enquanto os jovens brancos declararam mais terem sido desrespeitados.

Dessa forma, a pesquisa *Juventudes Brasileiras* oferece mais uma colaboração na constatação de que viver em áreas de muita violência aumenta a possibilidade de vitimização. A capacidade de resistir a essa violência depende do tipo de suporte que os jovens têm dentro da família e da própria comunidade. O acolhimento e proteção são fatores importantes nesse processo. O medo e a violência que convivem nessas áreas, principalmente nos meios urbanos do país, são provocados não só por membros da comunidade, mas também por policiais, sendo essa a origem da grande desconfiança da população em relação a eles. No caso específico dos jovens, há, muitas vezes, uma relação de ódio com a polícia, que se configura em um grande conflito entre autoridade e força. Contudo, no âmbito da proteção, os dados sobre abuso sexual deflagram o desamparo das jovens mulheres em relação ao risco que correm dentro de suas famílias, impondo novos esforços para a construção de políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessa questão.

Isso significa que o risco da violência não está só em relação ao outro, o estranho, mas também dentro da própria família. Muitas explicações sobre esse aspecto podem ser tentadas, mas parte do problema advém da própria incompreensão familiar em relação ao jovem. Há uma crise de autoridade nas famílias, já que as decisões não contam com um debate, há pouca interação social e a punição por comportamentos indisciplinados é dura e ameaçadora, aumentando/gerando o risco de violência entre pais e filhos. A violência familiar afeta a visão de mundo, o desenvolvimento moral e o mapa social dessas jovens – inclusive podendo a violência ficar banalizada e naturalizada, passando a ser a maneira de resolução de conflitos.

Em linhas gerais, o que pode ser extraído da análise dos dados é a constatação de que as políticas públicas de segurança orientadas aos jovens devem ir além da preocupação exclusiva com os índices de homicídio. Brigas, violência policial, os altos índices de crime patrimonial – que contraditoriamente à tradição da segurança pública, atingem majoritariamente os jovens negros – e abuso sexual, entre outros, mostram que os desafios colocados estão muito além dos programas e projetos governamentais e não-governamentais executados e implementados até agora. Se nem todos os jovens brasileiros estão expostos aos homicídios, todos percebem e receiam outras modalidades de violência, o que comprova a necessidade de um maior reconhecimento das demandas dos setores juvenis no tocante à segurança, ao mesmo tempo em que deve ser proposta uma agenda de garantia de direitos fundamentais que reconheça o jovem como ator social dinâmico e sujeito de direitos, e não como uma pessoa indisciplinada e com comportamentos irresponsáveis e desviantes.

Referências

- ABRAMO, H. W. O Uso das Noções de Adolescência e Juventude no Contexto Brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: [s.n], 2005.
- ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. G. (Coords.) *Juventude, Juventudes: o que nos une e nos separa*. [S.l]: Unesco, 2006.
- ABRAMOVAY, M. ; RUA, M. G. *Violência nas Escolas*. Brasília: Unesco, 2002.
- BRANCO, P. P. M. Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas . In: ABRAMO, H. W. ; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- CARA, D. *Violência e Crime no Brasil Debates (Im) pertinentes*. São José dos Campos: Centro Popular de Ação Política, n. 3, 2006, p. 10-33.
- CONJUVE. *Políticas Públicas de Juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília: [s.n] 2006.
- HALL, S. Quem Precisa de Identidade? In. SILVA, T. T. (Org) ; HALL, S ; WOODWARD, K. *Identidade e Diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, S. *A Questão da Identidade Cultural*. n. 18, 1998, (Textos Didáticos).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. (Relatório Final de Pesquisa).
- KOWARICK, L. *Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano*. Novos Estudos Cebap. São Paulo: [s.n], n. 63, jul. 2002, p. 9-30.
- KOWARICK, L. Espoliação Urbana, Lutas Sociais e Cidadania: fatias de nossa história recente. *Espaço e Debates*, n. 40, ano XVII, 1997, p. 105-113.
- MADEIRA, F ; BERCOVICH, A. A ‘Onda Jovem’ e seu Impacto na PEA de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, dezembro, 1993.

NOVAES, R. Juventude, Percepções e Comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, H ; BRANCO, P. P. M. *Retratos da Juventude Brasileira – análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

PINHEIRO, P. S. et al. *São Paulo Sem Medo – um diagnóstico da violência urbana*. São Paulo: Garamond, 1997.

POCHMANN, Marcio. Juventude em Busca de Novos Caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAMOS, S. *Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, L. E. Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo. In: *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. NOVAES, R ; VANNUCHI, P. (Orgs.). São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

UNESCO. Mapa da Violência de São Paulo. *Sumário Executivo*. [S.l.: s.n.], 2003.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência II*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000.

_____. *Mapa da Violência III*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

_____. *Mapa da Violência IV*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, SEDH, 2004.

_____. *Mapa da Violência 2006 – Os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, SEDH, 2006.

Juventudes e Inclusão Digital: reflexões sobre acesso e uso do computador e da internet pelos jovens

Ana Maria Alexandre Leite*
Maria Fernanda Nunes**

Este texto, fruto da análise de dados sobre o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação pelos jovens brasileiros, foi produzido a partir de uma pesquisa quantitativa realizada pela Unesco, em 2004, sobre as juventudes brasileiras – que teve a pretensão de levantar uma gama de aspectos sobre os jovens de 15 a 29 anos. Tal estudo permitiu o entrecruzamento de uma série de variáveis que interferem e circunscrevem a vida dos jovens, assim como local de moradia, cor/raça, sexo, classe social, estar estudando, trabalhando, estudando e trabalhando, ou em nenhuma dessas situações.

Tendo como foco central o acesso dos jovens ao computador e à internet e os usos e as funções desses instrumentos em suas vidas, este artigo pretende, inicialmente, tratar sobre os conceitos e significados atribuídos ao tema da inclusão e da exclusão na produção do universo desses jovens; num segundo momento, discutir sobre as possíveis decorrências da inclusão e da exclusão digital na constituição de identidade desses atores e, por fim, no último segmento do trabalho, dialogar com os achados da pesquisa, relacionando-os, particularmente, às questões referentes a acesso, proficiência, frequência e finalidades de uso dessas novas tecnologias.

* Mestre em Educação. Pesquisadora vinculada à Escola de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

** Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da PUC/RJ e Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Inclusão e exclusão: conceituando o tema na pesquisa

O tema da inclusão e o de sua contrapartida – a exclusão – tem feito parte da história da humanidade, entremeado por práticas discursivas que explicam o pertencimento ou não de determinadas instituições, associações, grupos e indivíduos nas esferas de poder e de prestígio. Conceito polissêmico, decorrente da complexidade das relações humanas, a inclusão é processual e contraditória, construída no diálogo e na necessidade de grupos sociais conviverem com as diferenças. Trata-se de uma referência de cidadania que visa garantir a todas as pessoas condições objetivas de fruição de bens naturais, sociais e culturais, frutos da produção coletiva, mas que se encontram distribuídos de forma muito desigual.

Desse modo, o conceito de inclusão pode ser identificado em diversos níveis e segmentos da sociedade, nas diferentes condições de etnia, raça, gênero, classe, região e nacionalidade. O que imprime marcas distintas ao termo são os enfoques das análises que se pretende utilizar.

Nos últimos anos, no Brasil, por exemplo, adotou-se a idéia de associar a inclusão aos processos pelos quais se garante aos alunos com necessidades educacionais especiais superar as barreiras em direção à sua escolarização. Entretanto, o conceito de necessidades educacionais especiais, de acordo com Salamanca (1994), considera a existência de outras diferenças também sob a perspectiva da diversidade sociocultural e da desigualdade econômica. Assim, passam a ser consideradas alvos das políticas de inclusão:

As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, lingüísticas ou outras. Nesse conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

O texto aponta para a necessidade de os países reverem as bases filosóficas e metodológicas de suas políticas educacionais, no sentido de garantir, efetivamente, educação para todos, sem discriminações ou privilégios. Nesse conceito, a deficiência ou a dificuldade de aprendizagem deixa de ser o foco e passa-se a privilegiar o ensino-aprendizagem dos alunos, para quem o meio deverá ser adaptado às necessidades específicas de cada um, levando em consideração seu contexto sociocultural.

Essa conferência, marco da educação inclusiva brasileira, alavancou uma série de programas, projetos e ações no âmbito governamental e da sociedade civil, cujos princípios básicos residiam no reconhecimento das diferenças e no atendimento às necessidades de cada um. Entretanto, nas práticas educativas – tanto de natureza formal quanto informal –, o conceito de inclusão sofre uma multiplicidade de compreensões, que se traduzem em diferentes possibilidades de experiências sobre aqueles que as constroem. Quaisquer que sejam os paradigmas em que estejam alicerçadas, sua marca é definitiva. Não por outro motivo tornou-se foco prioritário de uma série de políticas, cujos objetivos, direta ou indiretamente, são propiciar o resgate da cidadania, a elevação da auto-estima, a promoção da aprendizagem e a inclusão nos ambientes da ação.

Para Mantoan (1998), é preciso rever o espaço educativo, priorizando, como foco principal das escolas, a aprendizagem e não mais o ensino, porque a escola foi feita para que todos os alunos aprendam, garantindo tempo necessário, reduzindo a repetência, implementando a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o exercício crítico no contexto escolar (ou seja, envolvendo professores, administradores, funcionários e alunos), pois eles são requisitos básicos para o desenvolvimento da cidadania. Segundo a autora, a meta primordial da inclusão no ambiente escolar

[...] é a de não deixar ninguém fora do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado de acordo com essas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos e pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (1998)

Outro aspecto é o fato de tais escolas, mesmo que situadas em locais de imensas precariedades materiais internas e externas, atualizarem a possibilidade de se fazer uma educação capaz de produzir solidariedades (UNESCO, 2003).

Atualmente, ganham visibilidade debates sobre desigualdade e inclusão racial nas escolas. Nesses debates, não raramente as relações e interações raciais na escola têm sido responsabilizadas pelas diferenças no desempenho escolar dos alunos negros. Os dados do Saeb (2003) demonstraram, por exemplo, um desempenho menor em português e matemática entre os alunos negros em relação aos brancos de mesma condição

socioeconômica. Os nexos entre desempenho escolar e questões relacionadas ao pertencimento racial têm sido objeto de estudos que visam informar sobre as relações sócio-raciais nas escolas. Da mesma forma, sobre as questões relativas à juventude, várias são as análises que a remetem, como categoria social e situação de inclusão/exclusão.

Para Márcio Pochmann (2003), pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, a educação é a mais importante dimensão da exclusão social, pois funciona como vetor para as demais dimensões das desigualdades. Dentre esses vetores, há aqueles que se mantêm invisíveis nas estatísticas, mas fortemente presentes no conjunto da população, como é o caso da desconfiança com que são vistos os jovens, de maneira geral, e, em particular, o grupo de jovens negros e jovens mulheres. De fato, segundo o *Mapa da Violência IV* (2004), publicado pela Unesco, a maioria das vítimas jovens é negra (63%). E, pelo IBGE, um rapaz tem quatro vezes mais chances de morrer do que uma jovem. Numa situação ideal (ausência total de violência), ambos os sexos estariam num patamar muito mais próximo.

Nesse sentido, a exclusão é percebida em seus aspectos subjetivos pessoais, mas é ressignificada no coletivo, traduzindo-se na convivência de situações nas quais um segmento de pessoas não é incorporado ao sistema básico de relações e proteções sociais e outros, já incorporados anteriormente, no momento, encontram-se excluídos. Castel (1996, p. 20), em seus estudos, assinala que “a exclusão vem se impondo pouco a pouco com um *mot valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem-domicílio fixo à pobreza”. Henriques (2006) alerta para a naturalização do discurso da desigualdade e o fato de o Brasil ter uma das mais elevadas desigualdades de renda do mundo:

Fosse a desigualdade de renda condizente com o grau de desenvolvimento do país, haveria em torno de 60% de pobres a menos no Brasil. Não é o que se verifica, porém. Aqueles que se encontram entre os 10% mais ricos da população apropriam-se de cerca da metade do total de renda das famílias, enquanto que no outro extremo, os 50% mais pobres detêm pouco mais de 10% da renda. E isso há pelo menos 30 anos (p. 23).

Nessa mesma vertente é que Dejour (1999) explica o processo de exclusão de parcelas cada vez maiores da população, ou seja, no reconhecimento de que a exclusão e a adversidade infligidas a outrem em nossas sociedades derivam de uma

dissociação estabelecida entre adversidade e injustiça. Assim, o sentimento de resignação diante do sofrimento causado pela nova ordem mundial, em que as injustiças provocadas pelo agravamento do desemprego, misérias e violências levaram-no a classificar esse fenômeno como “banalização do mal”. Segundo Dejour, a questão da justiça ou da injustiça implica, antes de tudo, em uma responsabilidade pessoal e dos dirigentes, na medida em que todos estão sendo afetados pela situação de agravamento de situações de exclusão de diferentes matizes.

Na premência de compreender os processos de exclusão/inclusão social em que os jovens estudantes brasileiros têm sido afetados que se desenvolveu a pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* em 13 capitais do país, com jovens do Ensino Médio. A exclusão digital é ressaltada como uma exclusão de fato, que limita as possibilidades dos jovens. São principalmente os jovens da rede pública de ensino que solicitam centros de informática para suas escolas (de 86,3% em Goiânia a 47,8% em Curitiba). Mas também nas escolas privadas, tal demanda é registrada (de 66,1% em Teresina a 15,5% em Porto Alegre). Grande percentagem de jovens não aprende a usar o computador nas escolas, o que também se acentua mais no caso das escolas públicas. Essa é a situação no Rio de Janeiro (80%) e em Salvador (78%), por exemplo. Considerando que a escola é um lugar privilegiado de relações de ensino e aprendizagem, os alunos têm expectativa de que nela tenham condições mínimas de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação e que sejam instrumentalizados para usá-las (ABRAMOVAY e CASTRO, 2003).

Inclusão digital: mais um indicador de exclusão dos jovens?

No livro intitulado *A Sociedade em Rede*, Castells (1999), a partir de um extenso e rigoroso processo de pesquisa, considera que estamos vivendo a passagem de uma sociedade eminentemente industrial para a sociedade “informacional”. Tal fato se explica, segundo análise do autor, pelos múltiplos processos que atravessam as organizações sociais, constituídas por culturas específicas, que as transformam num movimento constante, dialético, de produção e reprodução. Para o autor, a sociedade da informação se caracteriza pela estruturação em redes, uma estrutura que possibilita a circulação da informação a velocidades e quantidades nunca antes imaginadas, que dentre outros aspectos compreende a obtenção de informações, bem como o armazenamento e a distribuição das mesmas por meios eletrônicos. Assim, as limitações geográficas já não se fazem presentes e uma nova conformação nas relações sociais passa a ocupar o cenário mundial.

O marco dessa mudança é, sem dúvida, pautado pelo surgimento do computador e, principalmente, do computador pessoal, ou seja, quando esse instrumento deixa de ser apenas de uso exclusivo das instituições da sociedade civil, como das grandes indústrias e das universidades, e passa a abarcar um número maior de usuários e de beneficiários. No final do século XX, já se pode observar a utilização em larga escala do computador como importante instrumento de trabalho e de lazer, e afirmar que a internet possibilitou a conexão do mundo por meio da informação.

E, nesse contexto, novas culturas passam a fazer parte do complexo mundo virtual. Fonseca (2005), por exemplo, apoiada pelo filósofo francês Pierre Lévy, indica que a internet introduz a cibercultura, caracterizada por um conjunto de técnicas que fomentam práticas, atitudes, pensamentos e valores, mas que também sofrem mudanças e são constantemente reconfiguradas e se desenvolvem, juntamente com o crescimento do ciberespaço, influenciando as trocas sociais nas cidades. Em *Cibercultura*, por exemplo, Lévy (1999), ao se reportar à democratização das informações, atenta para uma possível restituição de lugares e práticas sociais que foram se perdendo ao longo da modernidade ocidental na era da reprodutibilidade técnica, principalmente devido à fragilidade dos laços de coletividade na relação do homem com o trabalho, nas formas de ver e atuar no mundo. Tomando de empréstimo essas idéias, e à luz de uma teoria crítica da cultura e da modernidade que permita uma compreensão ampla da experiência humana na relação com a leitura e a escrita digital, perguntamo-nos: quais são os usos e as funções do computador e da internet – como um meio de conhecer, explorar e dar significado às produções acessíveis – no universo dos jovens, na construção de suas identidades? Qual tem sido a oportunidade de acesso a essas novas culturas, enfocando particularmente aquelas relacionadas à sociedade informacional?

Apenas se inicia a consciência das profundas implicações da integração dos computadores à dinâmica de nossas sociedades. Alguns autores, tais como Rodriguez (2001), por exemplo, têm ressaltado que já não damos ordens ao computador, mas que dialogamos e navegamos com ele, trilhando mundos simulados e criando realidades virtuais. O poder dos computadores já não se limita à interação pessoa-máquina, mas está incorporado a um grande número de redes por meio das quais se pode interagir, falar, intercambiar idéias e sentimentos. Enfrenta-se a influência dessas novas ferramentas informativas e de comunicação na própria identidade das pessoas e dos grupos, principalmente dos jovens – geração que mais vem se socializando e explorando possibilidades das novas tecnologias de informação e comunicação.

Em comparações a outras gerações, há uma sobre-representatividade dos jovens entre os usuários da internet, o que também se relaciona com o fato de que entre eles estão principalmente aqueles oriundos do Ensino Superior. Contudo, são muitos os jovens que não têm acesso às novas tecnologias de informação e comunicação.

Segundo dados do Ibope E-rating, havia, no Brasil, em 2002, 14 milhões de pessoas com acesso à internet em suas residências, o que representa, aproximadamente, 13% da população. Desses, 80% pertencem às classes A e B, 16%, à C e 4%, às classes D e E. O que poderia representar uma oportunidade de democratização da informação e de inclusão social, na verdade tem se constituído em mais uma barreira, criando um novo tipo de exclusão, a digital (ABRAMOVAY e CASTRO 2003). Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor desde 1996, já preconizar a necessidade da “alfabetização digital” em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior, o acesso aos computadores e à internet ainda está longe de se tornar uma realidade brasileira.

Diante dessas premissas e indagações, e trazendo-as para o território da escola, problematizamos, a partir de resultados de estudos e pesquisas, questões importantes que nos ajudam a compreender o tema da inclusão digital dos jovens na escola e pela escola, quais sejam:

1. Segundo os resultados de uma pesquisa realizada pela Unesco/IIEP, nas 27 capitais brasileiras, abarcando escolas públicas e privadas, centrada no perfil dos professores brasileiros de Ensino Fundamental e Médio (quem são esses docentes, como atuam e que percepções trazem sobre o mundo social, sua profissão e seus alunos), dentre as atividades que os professores afirmam nunca realizar, destacam-se aquelas ligadas ao uso do computador e da internet, o que sugere dificuldade de acesso às tecnologias de informação, cada vez mais valorizadas e utilizadas como ferramentas educacionais. De fato, diante das possibilidades de frequência apresentadas pelo estudo – diariamente, três ou quatro vezes por semana, uma ou duas vezes por semana, a cada quinze dias e nunca – a maioria dos professores declara que nunca usa correio eletrônico (59,6%), não navega na internet (58,4%), nem se diverte com seu computador (53,9%) e tampouco participa de listas de discussão por meio do correio eletrônico (89,3%). Essas pistas nos levam a indagar como é possível para um professor que ainda não domina e nem desvenda os múltiplos sentidos possíveis dos meios eletrônicos utilizá-los como pré-texto (ou pretexto!), como texto na sala de aula, na produção de sentido dos conhecimentos? Como é possível a esse professor, ou a essa escola, oferecer oportunidade de acesso aos jovens para que entrem nessa corrente da linguagem? E mais, como esses jovens, excluídos

da sociedade informacional, podem se sentir plenamente cidadãos? Tal fato se torna mais grave quando constatamos que os processos de mudança social têm se apoiado justamente na juventude, que traz o novo, para reconfigurar com criticidade as diferentes maneiras de ver, pensar e atuar no mundo, quando, paradoxalmente, são os jovens que vêm sendo excluídos desse processo...

Os atributos conferidos a esses atores sociais – os jovens – pela escola e pela família, legitimados por algumas teorias de cunho psicológico, são justamente aqueles que contribuem para que essa sociedade informacional se desenvolva e se configure a partir de novas culturas: a ousadia, o gosto pela liberdade, o sentimento de imortalidade, os anseios pelo novo, o ímpeto pelo diferente, pela descoberta e pela crítica, além de uma linguagem que os particulariza como categoria social. Da mesma forma, a mídia também usa como propaganda a capacidade inventiva do jovem e a possibilidade de sucesso no uso desses atributos. Assim é que grandes *sites* de busca mundialmente conhecidos e utilizados foram formulados por jovens, como, por exemplo, o Google e o Yahoo.

E, nesse sentido, o alerta de Bourdieu (1984) de que não há propriamente uma juventude, mas várias, definidas e caracterizadas segundo diferentes situações, vivências e identidades sociais, faz-se importante e, no caso deste artigo, presente principalmente no sentido em que as tornam desiguais e excludentes. Segundo Castro e Abramovay (2002), pensar as juventudes apenas como uma fase de transição e de ajustamento aos papéis da idade adulta é um dos principais obstáculos para a elaboração de políticas públicas que possam, de fato, atender às demandas dos jovens. Assim, se essa transformação por que passa a sociedade em via de mão dupla propicia uma qualidade de vida para os indivíduos, também potencializa problemas conjunturais em sua complexidade, como o analfabetismo e, no caso, o iletrismo digital.

Segundo Freitas (2005), as tecnologias digitais, de leitura e escrita, estão gerando mudanças na natureza do letramento e, de forma fundamental, no caráter da comunicação contemporânea, contribuindo, assim, para uma alteração radical da cultura. Apoiada nessas idéias, Soares (1998) levanta a insuficiência do conhecimento da leitura e da escrita para responder adequadamente às demandas contemporâneas. Ou seja, não basta descobrir ou conhecer a natureza alfabética da língua escrita, é preciso ir além da aquisição do código escrito, é preciso fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano, cultivar e exercer as práticas sociais que lançam mão da escrita. Nesse contexto, pergunta-se: os jovens têm se dedicado a atividades de leitura e de escrita, respondendo às demandas sociais, quer na forma tradicional ou por via eletrônica?

O Saeb parece dar uma pista. Um problema central reside na alfabetização, ou melhor, na falta dela. A interpretação popular, da imprensa e dos leigos é que os alunos são capazes de ler, mas não de compreender. Hoje sabemos que o problema é mais grave: os alunos não compreendem por duas razões: a primeira é porque não sabem ler bem, não possuem fluência compatível com seu nível de ensino; a segunda é que não aprenderam a desenvolver estratégias de compreensão de leitura.

Entretanto, o conceito de educação, que durante muito tempo esteve prioritariamente voltado para os processos de ensino-aprendizagem, centrado exclusivamente nas unidades escolares formais, ampliou-se. Observa-se, assim, que a educação, apoiada na escola e nos discursos embasados em correntes teóricas vigentes, abre cada vez mais seu foco para outros espaços que possam atender às exigências de um mundo globalizado. As atuais circunstâncias impõem estratégias diferentes. Não só os espaços mudaram, mas o tempo também. A rapidez nas mudanças cotidianas implica numa exigência: acompanhar os diversos e os novos saberes construídos em um tempo também diferente.

Com base na discussão anterior é que veremos, a seguir, como os jovens brasileiros fazem uso das novas tecnologias. Ou seja: de que forma a sociedade e a educação se articulam na formulação de políticas, ações e práticas sintonizadas com a democratização do acesso às informações e às novas linguagens presentes, especialmente pelo uso do computador e da internet.

Os achados da pesquisa¹

Nesse item, a análise das tabelas nos conduz a três instâncias que, conjugadas, dão forma ao que compreende, em sentido amplo, o acesso dos jovens ao uso dos computadores e da internet: a proficiência, a frequência e o local e, por fim, a finalidade de uso da informática. Em cada uma dessas instâncias, faz-se, inicialmente, um mapeamento do conhecimento e do acesso desses jovens ao computador e à internet e, posteriormente, o cruzamento com variáveis relativas a grau de instrução, cor/raça, situação de estudo e trabalho e, por vezes, local de moradia, quando relevante.

¹ Vale destacar que, nesse item do estudo, contou-se com a valiosa colaboração de Leonardo Pinheiro, da Organização dos Estados Iberoamericanos, OEI, na organização e na leitura analítica das tabelas.

Quanto à proficiência no uso da informática

Destaca-se que 58,3% dos jovens brasileiros afirmam não saber usar um computador. Entre aqueles que sabem, 24,5% possuem um conhecimento intermediário e afirmam saber usar apenas o básico, 13,9% são usuários avançados e afirmam saber utilizar diversos programas e 3,2% estão começando a aprender agora.

Tabela 1 – Uso do computador e conhecimento sobre informática, segundo grupo etário e sexo.

15 a 17		18 a 20		21 a 23		24 a 26		27 a 29		Total
Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	
Começou a aprender agora										
301.034	296.265	219.816	138.546	109.877	148.123	95.576	81.247	42.988	90.771	1.524.245
5,7%	5,7%	4,2%	2,7%	2,2%	3%	2,2%	1,8%	1,1%	2,1%	3,2%
Sabe apenas o básico										
1.333.069	1.514.541	1.352.120	1.557.632	1.103.703	1.433.380	802.641	1.161.034	664.138	783.540	11.705.800
25,2%	29,2%	25,7%	29,8%	22,3%	29,1%	18,8%	25,7%	16,8%	18,3%	24,5%
Sabe usar diversos programas										
783.485	621.161	855.187	902.974	807.424	769.221	592.406	525.536	425.204	358.319	6.640.918
14,8%	12%	16,3%	17,3%	16,3%	15,6%	13,9%	11,6%	10,8%	8,4%	13,9%
Não sabe usar computador										
2.843.778	2.748.046	2.824.542	2.628.474	2.919.959	2.561.419	2.766.998	2.752.503	2.809.904	3.039.191	27.894.816
53,9%	53%	53,7%	50,3%	59,1%	52%	64,8%	60,9%	71,1%	71%	58,3%
Não lembra/não opinou										
19.113	4.784	4.784	0	0	9.557	9.551	0	9.551	9.555	66.895
0,4%	0,1%	0,1%	0%	0%	0,2%	0,2%	0%	0,2%	0,2%	0,1%
Total										
5.280.479	5.184.797	5.256.449	5.227.626	4.940.963	4.921.700	4.267.172	4.520.320	3.951.785	4.281.376	47.832.674
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Como você definiria o seu conhecimento sobre informática? Você diria que:”

Assim, a maioria dos jovens brasileiros declara que não sabe usar computador. Se analisarmos esse dado dividindo por grupos etários, percebemos que quanto mais velho o jovem, maior o desconhecimento da informática. Por exemplo, 53,9% dos homens de 15 a 17 anos declaram não saber usar o computador, enquanto que

na faixa etária de 27 a 29 anos esse percentual atinge 71,1% dos entrevistados. O mesmo acontece com as mulheres. Na pesquisa, 53,% das entrevistadas de 15 a 17 anos declaram não saber usar o computador e na faixa etária de 27 a 29 o percentual atinge 71% das meninas.

A proficiência no uso do computador está associada ao sexo e à faixa etária. Os homens são os que mais declaram saber utilizar diversos programas (14,6%), enquanto somente 13,2% das mulheres declaram o mesmo. Por faixa etária, a variação não é abrupta, mas percebe-se que os maiores percentuais de proficiência no uso do computador abrangem o intervalo etário que vai dos 18 aos 23 anos. Por exemplo, 16,3% dos homens de 18 a 20 anos e 17,3% das mulheres nessa faixa declaram saber utilizar diversos programas e, entre jovens de 21 a 23 anos, observamos uma ligeira mudança, situação em que mais homens do que mulheres possuem uma maior proficiência (16,3% homens e 15,6% mulheres).

Quando esse dado é associado à cor/raça dos jovens, percebe-se que são os negros, pardos/morenos os que sofrem maior exclusão no conhecimento sobre informática.

Tabela 2 – Distribuição dos jovens segundo uso do computador e conhecimento sobre informática, por cor/raça auto-atribuída, Brasil, 2004.

Conhecimento sobre informática	Cor/raça auto-atribuída				Total
	Branco	Negro	Pardo/moreno	Outros	
Começou a aprender agora	602.017 3,8%	167.265 3,1%	721.515 2,8%	28.671 4,4%	1.519.468 3,2%
Sabe apenas o básico	4.515.087 28,2%	1.376.087 25,3%	5.637.846 22%	143.317 21,9%	11.672.337 24,5%
Sabe usar diversos programas	3.353.986 20,9%	630.632 11,6%	2.541.651 9,9%	100.314 15,3%	6.626.583 13,9%
Não sabe usar Computador	7.531.447 47%	3.249.430 59,7%	16.664.719 65,1%	382.303 58,4%	27.827.899 58,3%
Não lembra/ Não opinou	33.446 0,2%	19.113 0,4%	14.335 0,1%	0 0%	66.894 0,1%
Total	16.035.983 100%	5.442.527 100%	25.580.066 100%	654.605 100%	47.713.181 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Como você definiria o seu conhecimento sobre informática? Você diria que:”

Dos que afirmam saber usar diversos programas, percebe-se que os que se declaram brancos (20,9%) possuem maior proficiência do que aqueles que se declaram negros (11,6%) e pardos ou morenos (9,9%). Entre aqueles que não sabem usar computador, verifica-se também um maior percentual de pardos ou morenos (65,1%). A vantagem dos brancos sobre os negros, no que concerne à proficiência no uso dos computadores, parece estar relacionada aos fatores socioeconômicos, ou seja, os negros estão em desvantagem não por sua cor de pele, mas porque são pobres, e em grande parte estão em escolas públicas que não possuem laboratórios de informática (SAEB, 2003).

A associação entre o conhecimento sobre informática e a situação quanto ao estudo também é percebida entre aqueles que ainda permanecem no ambiente escolar. Estar estudando ou já ter estudado aumenta consideravelmente as chances do jovem possuir algum tipo de conhecimento nessa área.

Tabela 3 – Distribuição dos jovens segundo uso do computador e conhecimento sobre informática por situação quanto ao estudo, Brasil, 2004.

Conhecimento sobre informática	Situação quanto ao estudo			Total
	Está estudando	Já estudou, mas não estuda	Nunca estudou	
Começou a aprender agora	931.717 5,1%	592.528 2%	0 0%	1.524.245 3,2%
Sabe apenas o básico	5.279.493 29%	6.426.306 21,9%	0 0%	11.705.799 24,5%
Sabe usar diversos programas	3.549.734 19,5%	3.086.405 10,5%	4.779 1,4%	6.640.918 13,9%
Não sabe usar computador	8.415.856 46,3%	19.153.876 65,4%	325.083 98,6%	27.894.815 58,3%
Não lembra/ Não opinou	19.119 0,1%	47.775 0,2%	0 0%	66.894 0,1%
Total	18.195.919 100%	29.306.890 100%	329.862 100%	47.832.671 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: "Como você definiria o seu conhecimento sobre informática? Você diria que:"

Entre os jovens que estão estudando atualmente, 5,1% começaram a aprender informática há pouco tempo, 29% sabem usar apenas o básico, 19,5% utilizam diversos programas e 46,3% não sabem usar o computador. Se pensarmos que a escola deveria ser palco de aprendizagem das múltiplas linguagens que permeiam a cultura universal e local, tendo uma contribuição crítica no uso, na produção de textos, na descoberta de *softwares*, enfim, nas potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação para a formação humana, o percentual daqueles que estão na escola e não sabem usar o computador é bastante elevado. Podemos indagar que papel social vem desempenhando a escola segundo uma perspectiva inclusiva e democrática? Como vem sendo dotada a escola dos meios adequados para a satisfação das necessidades de seus alunos, viabilizando, no dia-a-dia, um ambiente de formação humana, de produção coletiva e de vivência cultural em todas as dimensões?

Para os que já estudaram, mas que não estudam atualmente, a tabela mostra que 2% começaram a aprender informática, 21,9% sabem apenas o básico, 10,5% utilizam diversos programas e 65,4% não sabem utilizar o computador. O grupo mais excluído é aquele que nunca estudou, no qual 1,4% sabem apenas o básico e impressionantes 98,6% não sabem usar o computador, alertando que existe uma enorme parcela da população para quem a informática é, quando muito, apenas uma palavra...

Considerando a classe socioeconômica em relação ao conhecimento sobre informática, verifica-se a relação existente entre a proficiência no uso do computador e o pertencimento a uma classe elevada.

Tabela 4 – Distribuição dos jovens segundo uso do computador e conhecimento sobre informática por classe socioeconômica, Brasil, 2004.

Conhecimento sobre informática	Classe socioeconômica			Total
	Classes A/B	Classe C	Classes D/E	
Começou a aprender agora	191.110 3,2%	635.471 4,2%	697.664 2,6%	1.524.245 3,2%
Sabe apenas o básico	2.250.327 37,4%	5.341.373 35,3%	4.114.099 15,4%	11.705.799 24,5%
Sabe usar diversos programas	2.818.785 46,9%	2.646.815 17,5%	1.175.318 4,4%	6.640.918 13,9%
Não sabe usar computador	754.841 12,5%	6.479.240 42,9%	20.660.734 77,4%	27.894.815 58,3%
Não lembra/não opinou	0 0%	9.549 0,1%	57.346 0,2%	66.895 0,1%
Total	6.015.063 100%	15.112.448 100%	26.705.161 100%	47.832.672 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Como você definiria o seu conhecimento sobre informática? Você diria que:”

Percebe-se, na tabela acima, que são os mais ricos os que mais sabem utilizar o computador e os que os utilizam com maior proficiência. Em contraposição, os mais pobres são aqueles que registram os maiores percentuais de exclusão digital e desconhecimento do uso de computadores, mostrando, também nesse aspecto, a situação de extrema desigualdade socioeconômica do Brasil em nossos dias.

Assim, a tabela anterior mostra que entre os jovens das classes A e B, 3,2% começaram a utilizar o computador há pouco tempo, 37,4% sabem usar apenas o básico e a maior parte (46,9%) utiliza diversos programas. Entretanto, 12,5% desses jovens afirmam que não sabem usar a máquina.

Já para os jovens das classes C, D e E, verifica-se um aumento das porcentagens relativas à não-utilização do computador e um decréscimo na proficiência em informática. Assim, 4,2% dos jovens da classe C e 2,6% dos jovens das classes D e E começaram a aprender informática há pouco tempo, 35,3% e 15,4% dos jovens da classe C e das classes D e E, respectivamente, sabem apenas o básico sobre o uso de computadores e 17,5% dos jovens da classe C e 4,4% dos jovens das classes D e E

declaram que sabem utilizar diversos programas. Porém, a maioria (42,9% da classe C e 77,4% das classes D e E) afirmam que não sabem usar o computador.

Outro fator que influencia, de forma determinante, a exclusão digital e, por outro lado, a proficiência no uso dos computadores é o grau de instrução.

São aqueles com maior instrução os mais aptos a usarem o computador entre todos os recortes analisados. Inversamente proporcional a isso, verifica-se que são aqueles com a menor instrução os que mais sofrem com a exclusão, pois não dominam o uso da informática, alertando o papel da educação também como fator de acirramento das desigualdades.

Tabela 5 – Distribuição dos jovens segundo uso do computador e conhecimento sobre informática por grau de instrução, Brasil, 2004.

Conhecimento sobre informática	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Fundamental	5ª a 8ª série do Fundamental	Ensino Médio	Superior	
Começou a aprender agora	129.053 1,2%	664.155 4,1%	678.494 4%	52.543 1,5%	1.524.245 3,2%
Sabe apenas o básico	281.950 2,6%	2.957.590 18,2%	7.200.166 42%	1.266.094 36,6%	11.705.800 24,5%
Sabe usar diversos programas	47.788 0,4%	754.820 4,6%	3.831.700 22,4%	2.006.608 58%	6.640.916 13,9%
Não sabe usar computador	10.481.536 95,6%	11.879.753 72,9%	5.404.511 31,6%	129.014 3,7%	27.894.814 58,3%
Não lembra/ Não opinou	23.903 0,2%	28.664 0,2%	9.555 0,1%	4.772 0,1%	66.894 0,1%
Total	10.964.230 100%	16.284.982 100%	17.124.426 100%	3.459.031 100%	47.832.669 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Como você definiria o seu conhecimento sobre informática? Você diria que:”

Dentre os jovens que completaram até a 4ª série do Ensino Fundamental, 95,6% não sabem usar o computador e apenas 0,4% utilizam diversos programas. Um percentual pequeno (1,2% e 2,6%) começou a aprender agora ou sabe apenas o básico.

Já os jovens que declaram possuir o segundo ciclo do Ensino Fundamental completo ou incompleto apresentam percentagens mais positivas em relação à habilidade no uso da informática. Segundo a tabela anterior, 4,1% desses jovens começaram a aprender informática há pouco tempo, 18,2% sabem apenas o básico, 4,6% utilizam diversos programas e 72,9% não sabem usar o computador.

Seguindo a mesma tendência observada entre os jovens do Ensino Fundamental (da 5ª à 8ª série), os jovens do Ensino Médio demonstram maior proficiência no uso da informática. Começaram a aprender agora 4% desses jovens, 42% sabem apenas o básico, 22,4% utilizam diversos programas e 31,6% não sabem usar o computador.

O conhecimento de informática parece ser uma condição *sine qua non* para os jovens que declaram possuir o Ensino Superior completo ou incompleto. Segundo os dados da Tabela 5, 58% sabem utilizar diversos programas, 36,6% sabem o básico, 1,5% começaram a aprender agora e apenas 3,7% não sabem usar o computador.

Por fim, a situação quanto ao estudo e ao trabalho também é um fator que determina a proficiência no uso dos computadores ou a exclusão digital. Entre os jovens que estudam e trabalharam, 5% começaram a aprender informática há pouco tempo, 27,9% sabem apenas o básico, 23,3% utilizam diversos programas e 43,8% não sabem usar o computador.

Tabela 6 – Distribuição dos jovens segundo uso do computador e conhecimento sobre informática por situação quanto a trabalho e estudo, Brasil, 2004.

Conhecimento sobre informática	Situação quanto ao trabalho e ao estudo			Total
	Estuda e trabalha	Estuda e não trabalha	Não estuda	
Começou a aprender agora	391.789 5%	535.155 5,1%	597.300 2%	1.524.244 3,2%
Sabe apenas o básico	2.202.618 27,9%	3.086.405 29,6%	6.416.777 21,7%	11.705.800 24,5%
Sabe usar diversos programas	1.834.541 23,3%	1.772.533 17%	3.033.843 10,3%	6.640.917 13,9%
Não sabe usar computador	3.455.142 43,8%	5.003.629 48,1%	19.436.044 65,8%	27.894.815 58,3%
Não lembra/não opinou	4.779 0,1%	14.341 0,1%	47.775 0,2%	66.895 0,1%
Total	7.888.869 100%	10.412.063 100%	29.531.739 100%	47.832.671 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Como você definiria o seu conhecimento sobre informática? Você diria que:”

Já entre os jovens que estudam e não trabalham, verifica-se que apenas 5,1% começaram a aprender agora, 29,6% sabem apenas o básico, 17% utilizam diversos programas e 48,1% não sabem usar o computador.

Dos que declaram não estudar atualmente somente 2% começaram a aprender informática agora, 21,7% sabem usar apenas o básico, 10,3% utilizam diversos programas e 65,8% não sabem usar o computador.

Quanto à frequência e ao local do uso de computadores

Neste bloco em que se discute as frequências e os locais de uso do computador pelos jovens brasileiros, somente os jovens que declaram saber utilizar o computador foram entrevistados. Verifica-se que dos jovens que declararam saber usar essa ferramenta, 34,5% não costumam fazê-lo com uma frequência regular, 21,5% afirmaram utilizar todos os dias, 19,6%, algumas vezes por semana, 18,5%, eventualmente e 5,9%, uma vez por semana.

Tabela 7 – Distribuição dos jovens segundo frequência do uso do computador por faixas etárias, Brasil, 2004.

Uso do computador	Faixas etárias					Total
	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29	
Todos os dias	702.325	1.027.153	1.070.150	836.040	630.692	4.266.360
	14,5%	20,4%	24,5%	25,7%	26,7%	21,5%
Algumas vezes na semana	1.137.106	993.772	802.673	616.368	353.490	3.903.409
	23,4%	19,8%	18,4%	18,9%	14,9%	19,6%
Uma vez por semana	463.474	248.471	195.912	133.785	128.996	1.170.638
	9,6%	4,9%	4,5%	4,1%	5,5%	5,9%
Eventualmente/ de vez em quando	988.965	903.040	783.548	587.697	410.846	3.674.096
	20,4%	18%	17,9%	18%	17,4%	18,5%
Não costuma utilizar	1.557.685	1.853.841	1.519.446	1.084.550	840.936	6.856.458
	32,1%	36,9%	34,8%	33,3%	35,6%	34,5%
Total	4.849.555	5.026.277	4.371.729	3.258.440	2.364.960	19.870.961
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Você costuma utilizar o computador no seu dia-a-dia? Com qual destas frequências?:”

Analisando a frequência no uso do computador segundo faixas etárias verifica-se que quanto mais velhos mais comum é o uso do computador (diariamente) e que o uso eventual é mais comum entre os mais novos. Uma hipótese explicativa para essa situação é que o uso cotidiano do computador está associado ao mercado de trabalho, no qual essa habilidade é muitas vezes exigida.

Observa-se que entre os mais novos (15 a 17 anos), 14,5% utilizam todos os dias, 23,4% utilizam algumas vezes na semana, 9,6% utilizam pelo menos uma vez por semana, 20,4% utilizam eventualmente e 32,1% não costumam utilizá-lo.

Após os dezoito anos, o uso do computador é mais frequente para um maior contingente de pessoas e a variação entre as diversas categorias etárias não é muito significativa. De acordo com a tabela anterior, observa-se que 24,5% (21 a 23), 25,7% (24 a 26) e 26,7% (27 a 29) dos jovens utilizam o computador todos os dias. Verifica-se, ainda, que quanto maior a idade, maior a frequência cotidiana de uso. De forma oposta, o uso eventual ou poucas vezes na semana se reduz conforme se aumenta a faixa etária.

Entre os que não costumam utilizar, verifica-se uma constância que varia do mínimo de 32,1% (15 a 17 anos) ao máximo de 36,9% (18 a 20 anos) dos jovens.

O grau de instrução determina a frequência de utilização do computador entre os jovens. Verifica-se que quanto maior o grau de instrução, maior é a frequência de utilização do computador e que, de forma oposta, quanto menor o grau, menor é a frequência, ratificando o caráter excludente da educação em algumas instâncias

Tabela 8 – Distribuição dos jovens segundo frequência do uso do computador, por grau de escolaridade, Brasil, 2004.

Uso do computador	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Fundamental	5ª a 8ª série do Fundamental	Ensino Médio	Superior	
Todos os dias	19.114	425.205	2.154.681	1.667.361	4.266.361
	4,2%	9,7%	18,4%	50,1%	21,5%
Algumas vezes na semana	95.579	678.473	2.226.355	903.003	3.903.410
	20,8%	15,5%	19%	27,2%	19,6%
Uma vez por semana	28.686	324.880	688.078	128.994	1.170.638
	6,3%	7,4%	5,9%	3,9%	5,9%
Eventualmente/ de vez em quando	95.559	926.904	2.355.405	296.228	3.674.096
	20,8%	21,2%	20,1%	8,9%	18,50%
Não costuma utilizar	219.853	2.021.104	4.285.841	329.660	6.856.458
	47,9%	46,2%	36,6%	9,9%	34,5%
Total	458.791	4.376.566	11.710.360	3.325.246	19.870.963
	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: "Você costuma utilizar o computador no seu dia-a-dia? Com qual destas frequências?:"

Assim, entre os jovens que possuem até a 4ª série do Ensino Fundamental, 4,2% utilizam o computador todos os dias, 20,8% algumas vezes por semana, 6,3% uma vez por semana, 20,8% eventualmente e 47,9% não costumam usá-lo.

Aqueles entre a 5ª e a 8ª séries do Ensino Fundamental passam a utilizar o computador com maior frequência se comparados com os jovens do primeiro ciclo do Ensino Fundamental: 9,7% o utilizam todos os dias, 15,5%, algumas vezes na semana, 7,4%, uma vez por semana, 21,2%, eventualmente e 46,2% não costumam utilizá-lo.

Os jovens do Ensino Médio fazem uso do computador com elevada frequência, seguindo a seguinte distribuição: 18,4% todos os dias, 19% algumas vezes por semana, 5,9% uma vez por semana, 20,1% eventualmente ou de vez em quando e 36,6% não costumam utilizar a máquina.

São os jovens que afirmam possuir Ensino Superior completo/incompleto que utilizam o computador com maior frequência entre todas as categorias pesquisadas. Segundo dados da tabela anterior, 50,1% utilizam o computador todos os dias, 27,2%, algumas vezes por semana, 3,9%, uma vez por semana, 8,9%, eventualmente e 9,9% afirmam que não costumam utilizá-lo.

Tabela 9 – Distribuição dos jovens segundo frequência do uso do computador, por condição do município, Brasil, 2004.

Uso do computador	Situação do município			Total
	Urbano metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	
Todos os dias	2.045.201 25,5%	1.785.801 20,9%	435.358 13,1%	4.266.360 21,5%
Algumas vezes na semana	1.586.465 19,8%	1.714.142 20,1%	602.803 18,2%	3.903.410 19,6%
Uma vez por semana	530.414 6,6%	453.642 5,3%	186.582 5,6%	1.170.638 5,9%
Eventualmente/ de vez em quando	1.467.002 18,3%	1.618.643 19%	588.451 17,7%	3.674.096 18,5%
Não costuma utilizar	2.394.032 29,8%	2.960.202 34,7%	1.502.224 45,3%	6.856.458 34,5%
Total	8.023.114 100%	8.532.430 100%	3.315.418 100%	19.870.962 100%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Você costuma utilizar o computador no seu dia-a-dia? Com qual destas frequências?”

São os jovens das grandes cidades e centros metropolitanos os que utilizam computadores com a maior frequência. Dos jovens de municípios urbanos metropolitanos, 25,5% afirmam utilizar todos os dias, 19,8%, algumas vezes por semana, 18,3%, eventualmente e 29,8% não costumam usar o equipamento.

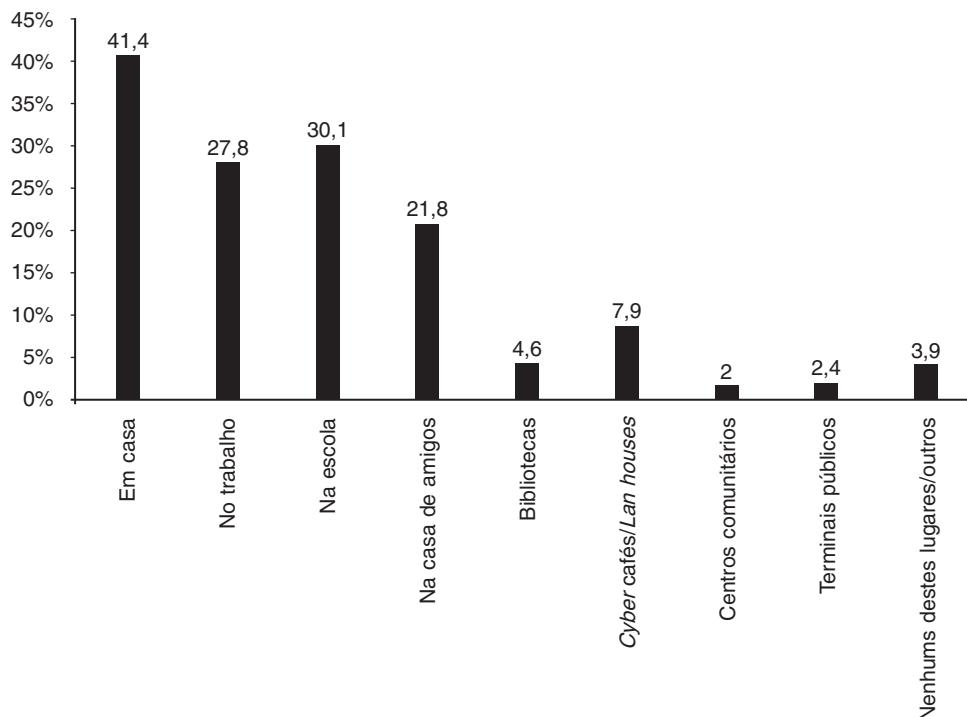
A situação de periferia ou de zonas metropolitanas mostra um alto contingente de jovens utilizando o computador com certa frequência, obedecendo a seguinte distribuição: 20,9% utilizam o computador todos os dias, 20,1% algumas vezes por semana, 5,3% somente uma vez por semana, 19% dizem que o utilizam eventualmente e 34,7% não costumam utilizar.

A situação de menor frequência de utilização ocorre nos municípios classificados como rurais. Nessas localidades, 13,1% dos jovens afirmam que utilizam o computador todos os dias, 18,2%, algumas vezes por semana, 5,6%, uma vez por semana, 17,7%, eventualmente e a maior parte (45,3%) afirma que não costuma utilizar. A competitividade de uma sociedade que não oferece as mesmas oportunidades de ascensão para todos os grupos e categorias sociais tem como consequência a exclusão daqueles que territorialmente encontram-se em zonas rurais.

A seguir, aborda-se o local onde os jovens usam o computador com mais frequência. Optou-se por se analisar o número de respondentes em cada uma das tabelas abaixo nessa seção. É comum que o jovem utilize o computador em mais de um local e, portanto, as porcentagens levam em consideração as múltiplas respostas possíveis.

Em primeiro lugar, os jovens afirmam que fazem uso do computador em casa (41,4% dos respondentes), seguido pela escola (30,1%), pelo local de trabalho (27,8%), casa de amigos (21,8%) e *cyber* cafés e *lan houses* (7,9%). Outros locais, como bibliotecas (4,6%), centros comunitários (2%) e terminais públicos (2,4%), também são mencionados.

Gráfico 1 – Local de uso do computador



FONTE – Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004

Solicitou-se ao jovem: “Em quais destes locais você costuma usar computador”? Mais algum lugar?
Algum outro?

Pode-se inferir, ainda que há escassez de terminais públicos como locais, a princípio, propícios para os jovens utilizarem o computador e, também, os centros comunitários, que atualmente desempenham uma atuação incipiente nesse aspecto. As relações de amizade desempenham um papel importante na vida do jovem, sendo que, pelos dados, representam uma possibilidade de convívio com as novas tecnologias. Esse dado ganha relevância quando associado à classe socioeconômica do jovem, conforme demonstrado na tabela seguinte. A classe social é um dos fatores importantes para determinar a utilização do computador na própria residência dos jovens: 70% dos jovens das classes A e B utilizam o computador em suas próprias casas, enquanto somente a metade dos jovens da classe C e 12,5% dos jovens das classes D e E fazem o mesmo.

Tabela 10 – Distribuição dos jovens segundo locais onde usa o computador, por classe socioeconômica, Brasil, 2004.

Local de uso do computador	Classe socioeconômica			Total
	Classes A/B	Classe C	Classes D/E	
Em casa	3.119.774	1.891.985	382.166	5.393.925
	70%	34,3%	12,5%	116,8%
No trabalho	1.275.639	1.629.113	711.915	3.616.667
	28,6%	29,6%	23,4%	81,6%
Na escola	1.380.654	1.552.803	989.091	3.922.548
	31%	28,2%	32,4%	91,6%
Na casa de amigos	740.534	1.342.453	750.089	2.833.076
	16,6%	24,4%	24,6%	65,6%
Bibliotecas	191.109	291.394	114.664	597.168
	4,3%	5,3%	3,8%	13,4%
<i>Cyber Cafés/Lan Houses</i>	363.086	425.198	238.848	1.027.131
	8,1%	7,7%	7,8%	23,6%
Centros comunitários	23.893	133.762	105.131	262.785
	0,5%	2,4%	3,4%	6,3%
Terminais públicos	62.129	138.562	114.669	315.360
	1,4%	2,5%	3,8%	7,7%
Nenhum desses lugares	71.673	234.088	205.525	511.286
	1,6%	4,2%	6,7%	12,5%
Total	4.457.542	5.508.615	3.048.346	13.014.503
	162,1%	138,6%	118,4%	419,1%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Em quais destes locais você costuma usar computador? Mais algum lugar? Algum outro?:” “Porcentagens baseadas no número de respondentes.” A questão permite múltiplas respostas, o que resulta na totalização das porcentagens em um número diferente de 100%.

Para os mais pobres, a escola é o local privilegiado para a utilização de um computador. Um total de 32,4% dos jovens das classes D e E o utilizam nesse tipo de estabelecimento.

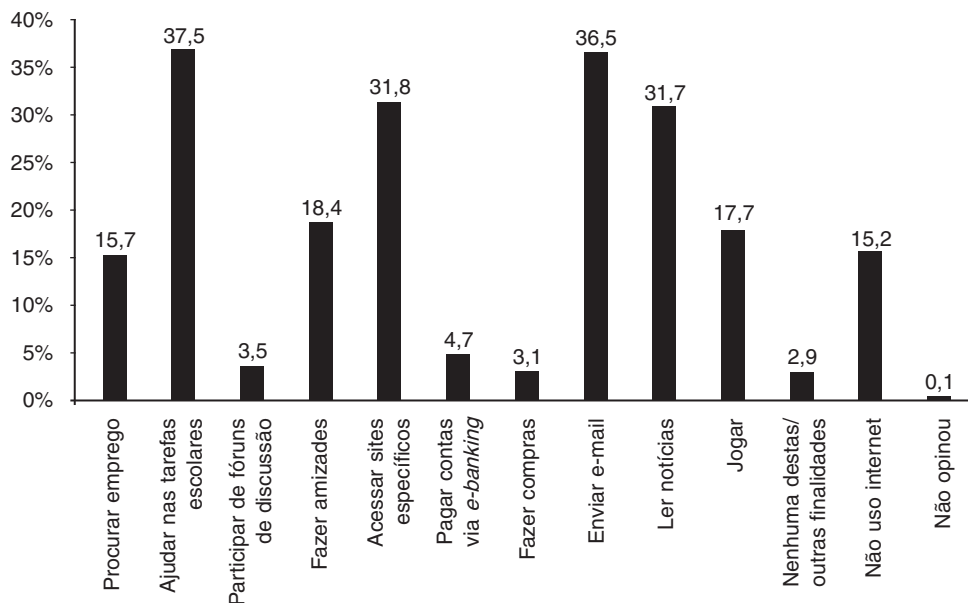
Locais públicos, como centros comunitários, bibliotecas e terminais públicos, também apresentam uma maior porcentagem de jovens das classes C, D e E do que de jovens das classes A e B. Tal fato demonstra que as políticas públicas voltadas para esse segmento da população devem oportunizar o acesso ao uso do computador pelos jovens, criando programas que permitam a inclusão digital, notadamente nas escolas e em locais públicos como bibliotecas e centros comunitários. Assim, o dado corrobora os de tantas pesquisas, que afirmam o elevado grau de exclusão da juventude dos bens culturais produzidos, acentuadamente dos jovens pobres, negros e residentes na periferia e que têm nível de escolaridade mais baixo.

A análise a partir do grau de instrução dos respondentes aponta que os jovens com maior escolaridade utilizam o computador em um número maior de locais. Além disso, permite ver que eles utilizam mais o computador em suas próprias casas do que os jovens pertencentes a outras categorias analisadas na tabela anterior. Para os jovens com menor grau de instrução, a casa dos amigos é um dos locais mais disponíveis para o uso de computadores, atestando a solidariedade verificada entre os jovens também nesse aspecto.

Quanto à finalidade do uso da internet

A seção abaixo analisa os dados relativos à finalidade do uso da internet entre os jovens brasileiros de 15 a 29 anos que declaram saber utilizar o computador. Entre as finalidades mais comuns, foram citados: ajuda nas tarefas escolares (37,5% dos respondentes), envio de e-mails (36,5%), acesso a páginas de interesse específico (31,8%), notícias (31,7%), fazer amizades (18,4%) e procura por emprego (15,7%).

Gráfico 2 – Finalidade do uso da internet



FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Pensando no uso da internet, você utiliza essa ferramenta principalmente para qual ou quais destas finalidades?”

Além disso, constatou-se que os dados mostram que o uso recreativo da internet é substituído pelo uso instrumental, conforme a mudança do grau de instrução.

Tabela 11 – Distribuição dos jovens segundo finalidade do uso da internet, por grau de instrução, Brasil, 2004.

Finalidade do uso da internet	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Fundamental	5ª a 8ª série do fundamental	Ensino Médio	Superior	
Procurar emprego	0	286.656	1.175.438	582.895	2.044.989
	0%	12,2%	15,8%	19,5%	47,5%
Ajudar nas tarefas escolares	23.890	697.552	2.388.810	1.767.704	4.877.956
	10%	29,6%	32,2%	59%	130,8%
Participar de fóruns	4.779	28.666	210.199	214.998	458.641
	2%	1,2%	2,8%	7,2%	13,2%
Fazer amizades	19.117	554.153	1.509.670	310.543	2.393.484
	8%	23,5%	20,3%	10,4%	62,2%
Acessar sites específicos	14.327	372.638	2.255.030	1.500.181	4.142.176
	6%	15,8%	30,4%	50,1%	102,3%
Pagar contas via e-banking	0	28.668	234.072	353.569	616.310
	0%	1,2%	3,2%	11,8%	16,2%
Fazer compras	0	47.785	195.908	162.456	406.149
	0%	2%	2,6%	5,4%	10%
Enviar e-mail	28.654	458.623	2.398.330	1.863.239	4.748.846
	12%	19,5%	32,3%	62,2%	126%
Ler notícias	23.892	401.291	2.345.807	1.352.098	4.123.088
	10%	17%	31,6%	45,1%	103,7%
Jogar	62.113	558.927	1.361.621	320.114	2.302.775
	26%	23,7%	18,3%	10,7%	78,7%
Nenhuma dessas/ outros	14.341	57.324	248.453	52.536	372.654
	6%	2,4%	3,3%	1,8%	13,5%
Não uso internet	100.367	635.525	1.122.886	119.452	1.978.230
	42%	27%	15,1%	4%	88,1%
Não opinou	0	9.557	4.784	4.779	19.120
	0%	0,4%	0,1%	0,2%	0,7%
Total	238.938	2.355.461	7.424.519	2.995.585	13.014.503
	122%	175,5%	208%	287,4%	792,9%

FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Pensando no uso da internet, você utiliza esta ferramenta principalmente para qual ou quais destas finalidades?” (‘Porcentagens baseadas no número de respondentes.’) A questão permite múltiplas respostas, o que resulta na totalização das porcentagens em um número diferente de 100%.

Os jovens que declararam possuir Ensino Superior são os que fazem uso mais diversificado da internet. Além do uso instrumental (pagar contas, acessar sites específicos, ler e-mails), também a utilizam para seus trabalhos acadêmicos e para participarem de fóruns.

Finalmente, os jovens com grau de instrução médio utilizam a internet em atividades ligadas ao aprendizado, como, por exemplo, o auxílio em trabalhos escolares (32,2%) e a leitura de notícias (31,6%), sinalizando o potencial de tal instrumento na formação e no aprimoramento curricular de nossas juventudes.

O quadro apresentado ilustra como as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e geográficas, dentre outras, afetam diretamente os jovens no que tange ao acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, em particular, os pobres e negros. Nas pesquisas com jovens é recorrente a referência à escola, a qual ora se critica e ora se valoriza.

A instituição de ensino, palco de mundos tão distintos e contraditórios, tem se imbuído da tarefa de trazer o novo para a sala de aula: currículos e métodos calcados na repetição e na acumulação de conteúdos, cujos objetivos não são apreendidos pelos envolvidos nessa tarefa, são atualmente rejeitados por toda a comunidade científica e escolar, que demanda um outro perfil profissional. Entretanto, a mudança de referencial, aliada ao imperativo da mídia, vem colocar novos desafios para a escola. As escolas mais *privilegiadas* vão, pouco a pouco, substituindo as velhas cartilhas por recursos midiáticos, aliando tecnologia e educação. Outras, em que os instrumentos das novas tecnologias ainda não podem ser acessados, carregam o desconforto do atraso, tentando ressaltar no discurso a importância desse trabalho. É indispensável que a formação inicial contemple a reflexão sobre o que somos e o que sabemos, reconhecendo o que nos falta, a fim de que a mídia e os recursos metodológicos se constituam como mais uma linguagem, e não um princípio educativo. O profissional da educação deve ter a capacidade de pensar para além da mídia, de métodos e técnicas como recurso, ou seja, pensar nos pressupostos do ensino e da pesquisa, pois a adoção desses meios, *per se*, não garante um trabalho transformador.

Dessa forma, fazemos nossas as palavras do filósofo Pierre Lévy, quando ele, ao referir-se à utilização das tecnologias no mundo globalizado, nos alerta que

[...] não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de tudo estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço. (p. 238).

Referências

ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. (Org). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.

_____. *Ensino Médio: múltiplas vozes*. Brasília: Unesco, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: MEC, 1988.

_____. *Declaração de Salamanca/Unesco*. Brasília: [s.n], 2003. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. (Acesso em: 06 jun.2006)

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: [s.n], 2002. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. (Acesso em: 09 jun. 2002)

_____. Plano Nacional de Educação para Todos. In: *Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)*. Brasília: MEC, 1993

_____. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: [s.n], 2002. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. (Acesso em: 06 jun. 2006)

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Fundamental*. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. Secretaria de Educação Especial. *Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: [s.n], 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. (Acesso em: 09 jun. 2006)

_____. Resultados do SAEB 2003. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/basica/saeb/2003/resultados/brasil>>.

BUENO, J. G. S. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas? *Revista Brasileira de Educação Especial*. [S.l.: s.n.], v. 3, n. 5, 2004.

BUZATO, M. E. K. Letramento Digital abre Portas para o Conhecimento. *Educar-Rede*. Disponível em: <http://www.educarede.org.br/educa/html/index_busca.cfm>. (Acesso em: 10 out. 2006)

CARVALHO, R. E. *Integração, Inclusão e Modalidades da Educação Especial-Mitos e Fatos*. Brasília: Revista Integração/SEESP, ano 7, n. 18, 1997.

CASTEL R. As Transformações das Questões Sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO, 1996. São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 1996.

CASTELLS, M. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

FONSECA, M. C. *Letramento Digital: uma possibilidade de inclusão social através da utilização de software livre e da educação a distância* [Monografia apresentada ao curso de Pós Graduação Lato Sensu da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão]. Minas Gerais: Faepe da Universidade Federal de Lavras, 2005.

FREIRE, Paulo. *A importância do Ato de Ler*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FREITAS M. T. A. F. Escrita Teclada: uma nova forma de escrever? In: 23ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. [S.l.: s.n.], 2000.

FREITAS, S.N. Introdução. In: *Capacitação de Professores e Profissionais para Educação Especial e suas Concepções sobre Inclusão*. ALMEIDA, et al. (Orgs.). Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003. (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial).

FRIGOTTO G. ; M. CIAVATA. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 24 n. 82, 2003.

HENRIQUES, R. *Desigualdade*. Disponível em: <<http://www.desigualdade.inf.br/textos/ricardo>>. (Acesso em: 4 set. 2006)

IANNI, O. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1997

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em: 27 jan. 2005)

KLEIMAN, A. Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola. In: KLEIMAN, A. (Org.). *Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KRUEGER, R. *Focus Group, a Practical Guide for Applies Research*, California: Sage, 1994.

LEITE, A. M. A. *Limites e Possibilidade de uma Escola Inclusiva* [Dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2002.

LEMONS, A. (Org.). *Cibercidade: As Cidades na Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora e-papers, 2004.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANTOAN, M. T. E. *Ensino Inclusivo: educação de qualidade para todos*. Brasília: Revista Integração/SEESP, ano 8, n. 20, 1998.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização*. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial2001.pdf>>. (Acesso em: 18 jul. 2006)

SOARES, M. Novas Práticas de Leitura e Escrita: letramento na cibercultura. *Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos de Educação e Sociedade*. Campinas: Cedes, v. 23, n. 81, p. 143, 2002.

STAINBACK, S. ; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artemed, 2004.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Construções sobre Sexualidade na Juventude

Lorena Bernadete da Silva*
Miriam Abramovay**

A adolescência e a juventude vêm ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações que assolam a comunidade mundial, tanto no campo da educação quanto no da saúde, contribuindo, em especial, a preocupação com problemas que vêm atingindo os jovens de todo o planeta, como saúde sexual e reprodutiva, gravidez na adolescência, aborto inseguro, DSTs e Aids.

Este artigo trata dos diferentes significados da saúde sexual e reprodutiva dos jovens brasileiros. O objetivo central é analisar informações coletadas com jovens, entre 15 e 29 anos, que participaram da pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (2006), sobre seus comportamentos e suas atitudes em relação à saúde sexual e reprodutiva, além de contribuir para o debate sobre as relações existentes entre sexualidade e juventudes nas seguintes dimensões: iniciação sexual, gravidez, aborto, atitudes quanto à prevenção e métodos contraceptivos.

* Economista, pesquisadora e consultora da Rede de Informação Tecnológica Latino-americana.

** Doutoranda da Universidade René Descartes-Sorbonne – Paris V – França. Atualmente é Secretária Executiva do Observatório Ibero-americano de Violências nas Escolas

Iniciação sexual dos jovens

Neste item, enfatizam-se os temas relacionados ao início da vida sexual, a quem aconteceu a primeira relação sexual e às interações afetivo-sexuais. Considera-se como se posicionam os jovens sobre a extensão e a diversidade de parceiros. Evidenciam-se diferenciais por gênero (formas de conceber individualidades no masculino e no feminino).

A juventude é o momento em que a experimentação da sexualidade vai possibilitar uma estruturação de sua identidade. Assim, preconceitos e crenças organizam as possibilidades sexuais-afetivas dos jovens. Segundo Figueiredo (1998):

Reconhecer a sexualidade como construção social assemelha-se a dizer que as práticas e desejos são também construídos culturalmente, dependendo da diversidade de povos, concepções de mundo e costumes existentes; mesmo quando integrados em um só país, como ocorre no Brasil. Isso envolve a necessidade de questionamento de idéias majoritariamente presentes na mídia, em condutas idealizadas, que são *naturalizadas*, e, assim, generalizadas para todos os grupos sociais, independentemente de suas origens e localização.

A juventude é um ciclo decisivo para demarcação de diferenças de gênero no campo de identidade. Tais diferenças podem não só potencializar a criatividade e a singularidade como também reproduzir divisões sexuais com conotação de assimetria e desigualdade.

As diferentes visões dos jovens sobre sexualidade podem variar de acordo com o tema; por exemplo, os jovens de ambos os sexos podem coincidir em alguns pontos e discordar em outros.

A iniciação sexual é destacada como um rito de passagem, envolvendo distintos trânsitos entre a infância, a adolescência (GALLAND, 1997) e a juventude (CASTRO, 2004). Em tal caminho se dá a afirmação da masculinidade (NOLASCO, 1993), modelagens sobre feminilidade e a busca por autonomia, o que no senso comum se traduz como tornar-se homem e o fazer-se mulher, perpassando, portanto, sentidos identitários diversos, como o que se entende por masculino e feminino e as realizações das trocas afetivas.

Considera-se que a criança é dependente de uma cultura arraigada na família. Mas os adolescentes/jovens, ao se iniciarem sexualmente, passam a ser vistos, pelo menos nesse aspecto, como adultos. O jovem vive a ambigüidade de ser con-

siderado sexualmente adulto, e ao mesmo tempo, em muitos casos, manter-se em situações de dependência nas dimensões econômicas e familiares, entre outras.

A sexualidade como uma construção social tem um lugar privilegiado na socialização dos jovens. Os jovens vivem em uma época em que acontecem profundas transformações econômicas e de valores na nossa sociedade, o que afeta a sua transição para a vida adulta. Nessa construção da sexualidade, o papel dos amigos e do grupo tem preponderância¹, com fortes marcas de gênero. Há os que consideram que existe uma maior pressão para que os rapazes se iniciem sexualmente o mais cedo possível. Segundo Heilborn (2006): “A iniciação masculina é assim uma obrigação social e *técnica*, que não implica que os homens tenham um compromisso com respeito às mulheres”.

Em pesquisas realizadas² sobre o tema, tal plano é destacado quando se conjugam comportamentos sexuais legitimados com a sociabilidade entre pares, conforme depoimento a seguir.

Para o homem, quanto mais meninas ele ficar, melhor. O pai até pergunta se já fez ou não. Mas a menina não pode; ela não pode porque muda tudo e pode até engravidar. Para o homem, quanto mais, melhor pra ele. Até os amigos respeitam mais a gente. (Grupo focal com alunos, Distrito Federal)

Semelhante aos discursos dos jovens, os adultos vêem grandes diferenças na iniciação sexual masculina e feminina. Conforme se observa no depoimento de uma mãe: “Realmente as moças são mais reservadas, são mais protegidas, mais vigiadas que os rapazes”.

A ideologia de gênero é reproduzida pela família, que considera que homens e mulheres lidam de maneira distinta com o desejo e que as jovens devem ser *contidas*, retardando sua iniciação sexual.

As famílias, segundo os jovens entrevistados na pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (2006), possuem regras e valores que demonstram a necessidade de colocar limites. Quando se pergunta se os mesmos têm permissão dos pais para dormir com seus (suas) namorados(as) em casa, 78,1% alegam que essa prática é proibida. No entanto, chama a atenção que 20,7% dos jovens, ou seja, quase 10 milhões, afirmam que seus pais têm uma atitude mais condescendente,

¹ Ver entre outros URREA GIRALDO et al, 2003.

² Ver entre outros CASTRO et al, 2004.

mostrando uma nova faceta das relações entre jovens e adultos. É possível que atitudes mais complacentes advenham de uma realidade na qual existe um crescente aumento da violência e da insegurança na nossa sociedade.

Quando investigamos essa questão de acordo com o sexo dos pesquisados, os percentuais apresentam marcas de gênero, pois 33,1% dos jovens do sexo masculino tinham ou têm permissão para dormir em casa com suas namoradas e apenas 8,5% das jovens gozavam do mesmo privilégio. Já a opção que indica a ausência de permissão agrega 65,3% deles, contra 90,7% delas.

Chama a atenção, no entanto, que essa prática esteja demarcada por alguns elementos: um dado importante é em relação a classe social – enquanto 32,6% dos jovens inseridos em famílias pertencentes às classes A/B têm a permissão de dormir com seus (suas) namorados(as) em casa, apenas 17% das classes D/E podem fazê-lo. Também há diferenças regionais mostrando que tanto no Sul (26%) como no Sudeste (24%) essa prática é mais aceita do que nas outras regiões do país, como, por exemplo, no Norte e no Nordeste, onde esse percentual é de 16%.

Independente da família impor limites à questão de não permitir que seus filhos durmam em casa com seus namorados, percebe-se que os indicadores sobre a primeira relação sexual desses jovens têm acontecido cada vez mais cedo. Assim, os estudos mostram que a iniciação sexual dos/das jovens tem sido cronologicamente antecipada, principalmente na última década, conforme se pode observar nas pesquisas citadas abaixo.

A Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde – PNDS, de 1996, apontou que a idade mediana para a primeira relação sexual era de 19,5 para as mulheres e de 16,7 para os homens. Também dados levantados por meio de pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap (1999), sobre Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/Aids (BERQUÓ, 2000), constata a diminuição da idade de início da vida sexual dos jovens.

Dos jovens que tinham entre 16 e 19 anos, em 1998, 61% já haviam tido relações sexuais. Também constata que os rapazes se iniciam mais cedo que as moças. Em 1984, apenas 35,2% dos rapazes nessa faixa etária já haviam se iniciado sexualmente, percentual que cresce para 46,7% em 1998. De forma mais significativa, ocorre o crescimento desse percentual entre as mulheres: de 13,6% para 32,3%.

No estudo de CASTRO et al (2004), realizado com jovens estudantes de quatorze unidades federadas, a idade média da primeira relação sexual é mais baixa entre os alunos do sexo masculino – variando de 13,9 a 14,5 anos – enquanto que entre as estudantes do sexo feminino, as idades médias da primeira relação sexual são 15,2 a 16 anos. Ainda nesse estudo, percebe-se que em quase todas as capitais, mais de 10% das crianças e adolescentes – entre 10 e 14 anos – já se iniciaram sexualmente.

No estudo agora em análise (2006), contata-se que 50% dos jovens iniciaram sua vida sexual até os quinze anos.

Os jovens do sexo masculino que tiveram a sua primeira relação sexual até os 13 anos são mais que o dobro das jovens, registrando 22,3% e 9,1%, respectivamente. Para Heilborn (2006), citando Bozon (1993) e Galland (1995): “Esse acesso mais rápido à sexualidade ajuda a configurar um quadro de precocidade geral na trajetória do indivíduo, mais cedo e mais diretamente confrontado com as realidades da vida adulta”.

A partir dos quinze anos, as diferenças entre homens e mulheres são quase imperceptíveis. Os primeiros registram 20% e as mulheres, 18,4%. O mesmo se observa na opção dezesseis anos, na qual os homens registram 17,3% e as mulheres, 17,2%.

Fazendo um *ranking* dos percentuais por classe econômico-social, constata-se que não há diferenças marcantes entre as classes. No entanto, o grau de escolaridade evidencia algumas distinções. Para os que indicam já ter tido relações sexuais, o maior percentual se concentra no nível até a 4ª série do Ensino Fundamental, com 88,9% (9.750 mil jovens) e o menor, no Ensino Médio, com 73,9%, correspondendo, em termos absolutos, a 12.652 mil jovens em relação ao total do Ensino Médio. Entretanto, o maior número de jovens que respondem afirmativamente à questão se já tiveram relações sexuais – em termos absolutos – está concentrada a partir da 5ª série do Ensino Fundamental até o final do Ensino Médio, totalizando, nesses dois graus de ensino, aproximadamente 25,6 mil jovens, representando 67,3% do total.

Em relação à idade declarada da primeira relação sexual e ao grau de instrução, observam-se diferenças relevantes. Quanto maior o grau de escolaridade, mais tarde os jovens iniciam sua vida sexual. Por exemplo, 21% do total de jovens que possuem Ensino Superior declararam ter iniciado sua vida sexual aos dezenove anos ou mais. Comportamento inverso ocorre no grupo de jovens que cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental, ou seja, 21% deles começaram sua vida sexual até os treze anos. Corroborado esse dado, Contreras e Hakkert (2001) comentam que o grau de escolaridade gera impactos diretamente proporcionais à idade em que ocorre a iniciação sexual.

Os jovens residentes nas regiões Norte e Nordeste indicam com maior frequência que sua primeira relação sexual aconteceu antes dos quinze anos, enquanto que para os jovens residentes nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a mesma situação ocorreu após os quinze anos de idade.

Sobre a primeira relação sexual, tem-se que 56% dos jovens têm a sua primeira relação com o(a) namorado(a), o que mostra que a percepção que o mundo adulto tem sobre os jovens é muitas vezes *adultocrata*, centrada em uma visão equivocada sobre a maneira de agir e pensar das juventudes.

Os dados mostram diferenças expressivas no comportamento sexual quanto à condição de sexo/gênero. Geralmente, a primeira relação sexual acontece com namorados(as) e amigos(as). A categoria namorado(a) é indicada por 68,3% das mulheres e 45,1% dos homens, evidenciando que as moças elegem os namorados como parceiros ideais para a primeira relação sexual. Já para o tipo de parceiro amigo na primeira relação sexual, os homens apresentam percentual elevado quando comparado com as mulheres, sendo de 38,8% (7.822 mil jovens) contra 5,6% para as mulheres ou 1.013 mil. Na categoria esposo(a) se observam posições opostas, sendo que, para o total de mulheres, corresponde a 24,1% (quase 4.344 mil), e, para os homens, 2,7% (535 mil). Em relação às mulheres, percebe-se que estas tiveram sua primeira relação sexual, principalmente, com namorados ou com marido, revelando o papel social previsto para a mulher na sociedade.

Com relação a garoto(a) de programa ou desconhecido(a) expressam-se algumas diferenças entre os sexos com relação à primeira relação sexual. Nos dois casos as mulheres referem não ter relações com nenhuma das duas categorias, enquanto que os homens registram 6,4% (1.300 mil) para desconhecido(a) e 2,1% (425 mil) com garotos(as) de programa, o que também evidencia o modo diferente em que se estabelecem as relações sexuais entre homens e mulheres.

Idade também contribui para diferenciar o comportamento sexual. A primeira relação sexual dos jovens acontece, preponderantemente, com o namorado ou namorada, para qualquer faixa etária. Veja-se que no que concerne à opção amigo(a), o percentual mais alto corresponde à faixa etária mais baixa, sendo de 31,9% para os jovens de 15 a 17 anos e a tendência é diminuir até alcançar seu mais baixo percentual (19,2%), na faixa etária dos 27 a 29 anos, porém em termos absolutos não há muita diferença. Entretanto, na opção esposo(a), ocorre exatamente o contrário da opção anterior (amigo), quanto maior a faixa etária, maiores são os percentuais, verificando-se 19,5% para os 27 a 29 anos em contraste com 5,7% no grupo dos 15 a 17 anos. Essa situação era de se esperar, tendo em vista que a maior parte dos jovens nessa faixa etá-

ria (15 a 17 anos) ainda estão solteiros. A primeira relação sexual de um(a) jovem com garoto(a) de programa ou desconhecido(a), apesar de apresentar percentuais pequenos (entre 5,3% e 3,8%), não pode ser menosprezada, principalmente quando comparada com a alternativa mais citada – *com o namorado(a)* –, pois significa em torno de 8% desta nas faixas de 18 a 26 anos, chegando a 10% no grupo de 27 a 29 anos.

O fator educação demonstra diferenças relevantes. A primeira relação sexual com o/a amigo(a) é mais indicada no grau de escolaridade Ensino Médio, com 24,5% e 3.096 mil jovens. Já com o(a) namorado(a) registra-se mais alta no Ensino Superior, com 65,8%, em contraste com a menor, 50,7%, correspondente ao nível de até a 4ª série do Ensino Fundamental. A preferência por garoto(a) de programa é mais elevada no nível mais baixo de escolaridade, com 1,7%, assim como também é a opção desconhecido(a).

Chama atenção que a posição quanto à classe socioeconômica não apresenta diferenças em relação à iniciação sexual. Em todas as classes sociais, os percentuais são muito próximos, ora em ter acontecido com amigos(as) ou com namorados(as). A categoria amigo(a), embora não estatisticamente diferente, é mais alta nas classes A/B, com 26,2%, que nas classes D/E, com 22%. Já na categoria namorado(a), que é a maioria, oscila entre 60,9% nas classes A/B e 54,6% na D/E. Entretanto, a categoria esposo(a) é a que mostra maiores diferenças estatísticas, pois o percentual mais alto é registrado nas classes D/E, com 15,3%, quatro vezes mais que nas classes A/B, que apontam 4,3%.

A opção garotos(as) de programa representa cerca de 1% para cada grupo de classe social, e a categoria desconhecidos(as) tem percentual em torno de 3,5% para qualquer uma das classes.

Observando as alternativas citadas em relação à pessoa com quem os jovens tiveram sua primeira relação sexual, por cada grande região, percebe-se uma leve tendência superior para a escolha amigo(a) na região Sul, com 25,9%. Na região Norte, aparece o namorado (63%) e para a região Nordeste são os esposos(as), representando 16,3% dos jovens em relação ao total da região. Percebe-se que ainda existe uma diferenciação, principalmente regional, sobre o que é próprio para o menino ou rapaz e o que seria mais adequado para meninas ou moças, no campo da sexualidade, tendendo-se a imprimir fronteira em moldes mais tradicionais em cidades do Norte e Nordeste.

Entretanto, a alternativa namorado(a) é predominante em qualquer região estudada. Vale ressaltar que 1,4% (148 mil pessoas) do total de jovens da região

Nordeste afirmam que tiveram a primeira relação sexual com garoto(a) de programa, assim como 4% (quase 421 mil) declararam ter sido com pessoa desconhecida.

Dessa forma, a primeira relação sexual dos jovens brasileiros acontece, em ordem decrescente, com o(a) namorado(a), seguido do(a) amigo(a), esposo(a), garoto(a) de programa e desconhecido(a) e, por último, com algum parente, e independe da variável analisada, ou seja, sexo, faixa etária, raça/cor auto-referida, grau de escolaridade ou situação socioeconômica.

Ao se destacar comportamentos sexuais entre jovens, sublinha-se, na literatura, o *ficar* e termos correlatos, como reelaborações, para alguns, do namorar, e para outros, como forma própria de interação sexual e afetiva.

Segundo Gonçalves (2001):

Ficar é uma experiência de estar com o outro, trocar carícias, intimidades, descobertas e sensações sobre o corpo e sobre si mesmo. Rolam beijos, abraços, e, eventualmente, pode-se chegar a uma transa. Os limites do ficar são determinados pelo próprio casal. Em geral inclui afetividade, porém não há um compromisso de continuidade ou exclusividade, mas o ficar poderá se transformar em namoro.

Messeder (1999) ressalta algumas diferenças entre o *ficar* e o namorar, citando autores como Chaves (1995) e Rieth (1998) sobre tais abordagens. Por um lado, Chaves (citado por Messeder, 1999) conclui que o *ficar com* abriga princípios fixos e, diferentemente de Gonçalves (op. cit), desassocia o *ficar* do namorar e enfatiza o *ficar* como orientado para fins próprios de satisfação de desejo, negando a conotação de interatividade/alteridade:

A falta de compromisso, a ética do desejo, a busca do prazer, o distanciamento entre norma /compromisso e prazer, a comutatividade do objeto, a negação da alteridade e a ausência da obrigatoriedade da transcendência.

Rieth (1998, citado por MESSEDER, 1999) discute o código de relacionamento *ficar* como uma díade *ficar/namorar*, usado para discriminar as experiências sentimentais e/ou sexuais em sua construção amorosa. Observa que o processo de individuação dos jovens não deve ser tratado como um processo de *destraditionalização* das relações. Deve, aliás, ser percebido como uma reorganização da rede social para que projetos de vida, e de prazer, possam ser perpetuados na lógica da atual organização social. De acordo com as reflexões sobre a temática, feitas por Rieth (citado por

MESSEDER, 1999), o *ficar* não pode ser analisado unicamente como um código de relacionamento que nada tem de romântico e que beira a anti-paixão. O *ficar* – flexibilizando projetos, tempos, apontando para o temporário e passageiro – colabora para abrir possibilidades de experimentação.

Ainda que o *ficar* seja considerado uma novidade dos tempos modernos, como se reflete acima, pode estar desestabilizando tradicionais relações hierárquicas de gênero, e mais, possibilitando que as jovens experimentem outras formas de vivenciar prazeres e afetividades, não necessariamente esgotando-se num significado único e libertário na prática do *ficar*.

O *ficar* pode, ao contrário, comportar uma contradição: a existência de conflitos advindos da permanência de valores relacionados a gênero em sua dinâmica interativa. Esses conflitos estão associados ao sistema de controle sexual presente nos imperativos que contextualizam os papéis sociais. Em princípio, o *ficar* implica no estabelecimento de interações mais igualitárias entre rapazes e moças, nas quais se pressupõe que as características de superficialidade e de descompromisso sejam percebidas e vividas como positivas para ambos os sexos. No entanto, alguns depoimentos sugerem que há uma distinta valoração moral do *ficar* para cada um dos sexos:

Se você ficar com ele de manhã e de noite achar outro você pode namorar com ele, mas é muito feio a gente pegar um agora e mais tarde pegar outro... Eu não fico com um, eu tô com cara aí tem quatro anos ficando. (Grupo Focal com alunas, Escola Pública, Salvador).

Para os rapazes, a possibilidade da variação de parceiras para *ficar* recebe um valor positivo, reeditando os princípios e respaldando o sistema de valores sociais e morais que dignificam a masculinidade. O que vale é a possibilidade de se tornar cada vez mais experiente na amorosidade e na sexualidade.

Para as moças, o *ficar* pode estabelecer limites. Alguns depoimentos demonstram que, diferentemente dos rapazes, uma variedade grande de parceiros resulta numa atribuição de valor negativo. Ainda que para ambos, o *ficar* venha se tornando uma possibilidade, de certa forma, fluida para a iniciação dos jogos amorosos e sexuais da adolescência/juventudes, persistem, com o *ficar*, códigos restritivos, preconceitos e interdições:

Agora prevalece aquele negócio da mulher, do machismo do homem: de que se a mulher ficar muito... que a mulher já não é mais moça, é uma meretriz e tal, e pega mal, então a mulher já é mais conservadora. (Grupo focal com alunos, escola particular, Maceió).

Em pesquisa realizada entre jovens de 18 a 24 anos de idade, Heilborn (2006) revela que a experiência do *ficar* ainda acontece com maior frequência entre os jovens do sexo masculino que entre as mulheres. Essa diferença é declarada por 90% dos homens e 76% das mulheres, o que confirma que o preconceito e as proibições ainda ocorrem em maior grau contra as mulheres.

Mesmo com a demanda atual de se *ficar*, a estrutura e a organização afetiva muitas vezes ainda permanecem essencialmente as mesmas, pois os próprios jovens dicotomizam e hierarquizam valorativamente o *ficar* do namorar, perpetuando assim as formas de vida e restringindo as novas possibilidades de relacionamentos. Em muitos discursos, o namoro é destacado como mais sério, como vínculo de respeito, separado da identificação do *ficar*, em que tudo é permitido. Tal pensar dicotômico sugere novas roupagens para velhos preconceitos que colaboraram nas valorações diferenciadas das mulheres – as boas para casar e aquelas, para as *outras coisas*, como para uma sexualidade descompromissada e separada do afeto.

Os adultos acabam associando esse modo de relacionamento à promiscuidade e à moral por desconhecerem os acordos que estão envolvidos no *ficar*:

Às vezes, ficar tem dois instantes: fica de ficar, mas você quer continuar com a princesa, você continua ficando assim com ela, aí você começa a conversar, não fica só no negócio de beijo e depois tchau. Aí, você continua mais um pouquinho e você começa a namorar. Tudo começa assim, do ficar, depois você vai continuar, ficar namorando... (Grupo Focal com alunos, colégio privado, Vitória).

O tema *ficar* no campo das relações sexuais e afetivas estaria mais demarcando gerações, provocando inclusive reações críticas dos mais velhos, que se sentem ameaçados, considerando que seus modelos e controles não estariam mais funcionando no sentido de evitar ou retardar a iniciação sexual.

Mas paradoxalmente, o *ficar* comporta uma plasticidade de sentidos entre os jovens que torna várias daquelas críticas sem razão de ser, não sendo inclusive nítidas as fronteiras entre o *ficar* e o namorar.

Considerando a intensidade da vida sexual por sexo na geração jovem, observa-se divisões sexuais nítidas quando se observa o número de parceiros. Para a resposta *um parceiro*, tendem as jovens a responderem com percentagens significativamente maiores que os homens.

Assim, confirmam diferenças por sexo na extensão das diversas parcerias sexuais identificadas. O percentual mais expressivo dessa resposta se observa na categoria *um parceiro* no período de doze meses que, do ponto de vista de sexo/gênero, marca diferenças importantes. Para as mulheres, 80,4% (14.488 mil jovens) tiveram somente um parceiro sexual, enquanto que 42,6% (quase 8.587 mil) dos homens encontravam-se na mesma condição. Ressalta-se que o percentual referente aos homens é quase a metade do apresentado para as mulheres.

O segundo percentual mais elevado diz respeito à opção *dois parceiros*, que registra percentuais de 12,3% para o total de jovens do sexo masculino, e de 7,8% para as mulheres. Percebe-se que à medida que aumenta o número de parceiros, a distância entre os sexos tende a ser maior. Assim, a partir da opção *três parceiros* a distância entre os homens e as mulheres tende a crescer. Nesse caso, os homens registram 10,4%, enquanto que as mulheres, 3,1%. Finaliza essa tendência com a opção *nove parceiros ou mais*, que apresenta um percentual de 7,7% (1.548 mil) entre os homens e de 0,3% (quase 53 mil) entre as mulheres.

A grande diferença, em pontos percentuais, está na passagem de um para dois parceiros sexuais, que para os homens alcança trinta pontos (passando de 42,6% para 12,3%), enquanto que para as mulheres é de 72,6 pontos de diferença (passando de 80,4% para 7,8%).

Independente da forma das relações, a vida sexual dos jovens tende a se caracterizar por contatos com apenas um parceiro, questionando-se assim a idéia de uma *promiscuidade* sexual entre as juventudes. Cerca de 60% dos jovens, em média, indicam que só tiveram relações sexuais com um parceiro nos últimos doze meses. Corroborando essa informação, de acordo com Castro et al (2004, p. 103), cerca de 70% dos jovens mantiveram relações sexuais com apenas um parceiro.

Independente da forma das relações, a vida sexual dos jovens tende a se caracterizar por contatos com apenas um parceiro, questionando-se assim a idéia de uma *promiscuidade* sexual entre os jovens.

Idade é inscrição que indica diferenças importantes. Em termos da opção *nenhum parceiro*, o percentual mais alto diz respeito à faixa etária dos 15 a 17 anos, com 9,9%, e a partir de 21 anos esse percentual está em torno de 4,5%. Na opção *um parceiro*, que concentra as mais altas taxas em todas as faixas etárias, destacam-se os grupos dos 27 a 29 anos, com 71,5%, e dos 15 a 17 anos, com 47,5%, ou seja, quase metade dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos afirmam que tiveram ape-

nas um parceiro no período de um ano. O percentual elevado na faixa etária dos 27 a 29 anos para um parceiro nos últimos doze meses pode significar a estabilidade do relacionamento. Já os 47,5% apresentados para o grupo de 15 a 17 anos corroboram os dados sobre iniciação sexual e estudos de Castro (2004) de que esses estão começando sua vida sexual cada vez mais cedo.

O que chama a atenção é que jovens nas duas primeiras faixas etárias apresentam percentuais mais elevados em relação aos que se encontram no último grupo de idade, a partir de dois parceiros durante doze meses. As exceções ficam para os grupos de 18 a 20 anos e 21 a 23 anos, nos quais há uma leve tendência de aumento para 4, 6 e 9 ou mais parceiro nesse período.

O maior ou menor grau de escolaridade, assim como a posição socioeconômica, a raça auto-atribuída e a divisão regional, não influencia e não se configura como determinante, em geral, em relação ao número de parceiros que os jovens têm durante o período de um ano. É predominante a condição de apenas um parceiro sexual, no período de doze meses, na população jovem. Consta-se que a vida sexual dos jovens tende a se caracterizar por contatos com apenas um parceiro, demonstrando que os jovens brasileiros são criteriosos na escolha de seus pares.

Gravidez juvenil

Um dos temas mais recorrentes quando se discute juventudes, e em particular sexualidade nessa fase, é a gravidez juvenil.

Espera-se que gravidez, maternidade e paternidade se alinhem a uma racionalização própria da modernidade, por planejamento, e, portanto, se ocorre entre jovens, são consideradas questões *fora de lugar*, principalmente pelos adultos.

Vários autores³ costumam discorrer sobre a ocorrência de gravidez consideradas *precoces* quando envolvem jovens. Tais discursos têm em comum a preocupação com o que é considerado um curso *natural* ou esperado do ser jovem, ou seja, um tipo ideal de juventude: um ciclo de vida orientado para a diversão, para as relações sem compromissos de ordem econômica, para estudar e se preparar para ser autônomo. Além de considerarem a gravidez na juventude uma interrupção para a trajetória de vida dos jovens, também ponderam que se torna um problema social, levando-se em conta a precariedade dos serviços de saúde, quer para o atendimento

³ Ver, entre outros, Almeida, 2002; Pirotta e Schor, 2002; Chamboim, 2003 e Arilha e Calazans, 1998.

pré e pós-natal, quer para os partos e programas de planejamento familiar; pela possibilidade de que a gravidez dê lugar a um aborto feito em condições de insegurança, além da clandestinidade que cerca o caso para as mulheres.

Outro argumento sobre a problemática do comportamento reprodutivo dos jovens é o crescimento das taxas de fecundidade, em particular com menos de 20 anos. No campo da demografia, a queda da fecundidade é um indicador de desenvolvimento e de modernidade.

De acordo com Patarra (1995), a gravidez entre jovens se torna mais visível justamente em tempos de queda da fecundidade e não necessariamente seu crescimento está restrito a países de mais baixo índice de desenvolvimento, ainda que seja comum destacar-se que as taxas de fecundidade entre as jovens que vivem em regiões consideradas mais desenvolvidas tendem a ser menores.

Porém se observa que o fenômeno da gravidez na juventude também contribui para que o jovem ou a jovem amadureçam e se façam responsáveis, o que é considerado uma qualidade positiva, de uma fase concebida de transição para o ciclo adulto.

É interessante notar que se acentua o caráter de gravidez *não planejada* para as gestações ocorridas entre jovens sem se fazer referência a que tal tipo de gravidez possa ocorrer também em mulheres adultas. Considera-se que, ao se associar gravidez na adolescência com gravidez *não planejada*, marginalizam-se análises sobre o simbólico, os significados para os jovens de suas experiências, “o quadro analítico mais amplo da aprendizagem e da experimentação da sexualidade com parceiro” (HEILBORN, 2003), deixando-se de lado os possíveis significados da gravidez para algumas jovens: idealizações sobre maternidade e relações entre sexos, a diversidade possível de subjetividades variadas, as buscas criativas de comunicação e socialização.

Importante frisar que a literatura crítica, antes comentada, não necessariamente descarta o caráter problemático que possivelmente assume um grande número de gestações ocorridas entre jovens, e sua influência e possibilidade de reprodução de relações de gênero tradicionais, assim como as vulnerabilidades sociais. O que se frisa é o cuidado com análises funcionalistas, dicotomias e associações empobrecedoras da complexidade compreensiva sobre o tema e seus múltiplos significados, inclusive de poder, mesmo que, em muitos casos, ilusórios para as jovens, como refletem Catharino e Giffin:

Grande parte das análises que abordam esse fenômeno perde de vista a contextualização da problemática, que, a nosso ver, não se reduz a ponderações maniqueístas, tais como: bom/mau; certo/errado; mas que requer

uma análise que desvele seus fundamentos históricos, sociais, políticos e psicológicos. Não se trata aqui de fazer a condenação ou o elogio da gravidez na adolescência. Trata-se, sim, de trazer à cena uma realidade que, sem negligenciar os perfis epidemiológicos, nos remete a histórias: trajetórias que contém sonhos, esperanças, dores, decepções e que permitem às meninas se apropriarem das adversidades, para transformar – mesmo que ilusoriamente – o seu cotidiano em algo que valha a pena ser vivido. Ser mãe para essas meninas talvez seja uma das poucas formas que lhes restam, no sentido de se colocarem no mundo como sujeitos sociais. (CATHARINO e GIFFIN, 2002).

Os autores que enfatizam o caráter problemático da gravidez entre jovens costumam se referir à importância de políticas públicas no campo da saúde e de programas de educação sexual nas escolas (ALMEIDA, 2002).

Na análise das informações do estudo *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (2006), o conceito de gravidez juvenil é amplo, uma vez que compreende adolescentes e jovens de 15 a 29 anos.

Nesse estudo, a maioria das mulheres contempladas na sub-amostra informa que já engravidaram, o que corresponde a 70,2% ou 12.649 mil jovens, enquanto que o total dos homens que informam que suas atuais ou ex-companheiras já ficaram grávidas registra quase a metade desse percentual (36,9% ou 7.445 mil), verificando-se importantes diferenças por sexo/gênero com relação à gravidez.

Observa-se uma tendência crescente na taxa para a opção *sim* para os jovens que já engravidaram ou engravidaram alguém, uma vez na vida, na medida em que aumenta a faixa etária, sendo de 18,6% no grupo dos 15 a 17 anos e de 78,1% no caso dos 27 a 29 anos. As maiores diferenças, em termos percentuais, ocorrem nas passagens do grupo etário de 15 a 17 (18,6%) anos para 18 a 20 anos (33,6%), com quinze pontos, e deste para 21 a 23 anos (51,5%), com quase 18 pontos.

No intuito de ilustrar, informa-se que de 1935 a 1996 a tendência foi de aumento acentuado da fecundidade para o grupo de 15 a 19 anos e uma redução progressiva para o grupo de 20 a 24 anos, mas também para esse grupo as taxas de fecundidade são superiores às das mulheres mais velhas. Segundo Camarano (1998):

No entanto essa variação não foi linear... o aumento de fecundidade do grupo de 15 a 19 anos ocorreu nos anos 40, seguido de decréscimo até os anos

sessenta, quando voltou a crescer. O crescimento foi mais intenso nos anos oitenta. No último quinquênio a fecundidade desse grupo se manteve aproximadamente estável. (CAMARANO, 1998).

Também se destaca que é comum que as taxas de fecundidade entre as jovens que têm mais alta escolaridade tendam a ser menores que entre as jovens de escolaridade mais baixa.

No Brasil, em 1996, a proporção de mulheres de quinze anos que já tinham começado sua vida reprodutiva chegava a 55% entre as que não possuíam nenhuma escolaridade; 19% entre as que tinham de 5 a 8 anos de estudos; e menos de 10% entre as que tinham de 9 a 11 anos de estudos (Bemfam, 1996).

Corroborando o mencionado acima, observam-se as informações do estudo ora em análise que 70,3% do total de jovens que têm até a 4ª série do Ensino Fundamental já engravidaram ou, no caso dos homens, já engravidaram alguém, enquanto que para quem tem nível superior, esse percentual é de 29,3%. Ressalta-se que quanto menor o grau de escolaridade, maior é a probabilidade das jovens engravidarem.

Na argumentação sobre a problemática da gravidez juvenil é comum associar-se tal fato às consequências a ela atribuídas à vida dos jovens, tais como a interrupção de trajetórias esperadas quanto a estudo e constituição de família, e a entrada, considerada prematura, no mercado de trabalho, realçando-se implicações dessa para vulnerabilidades sociais, em especial a reprodução da pobreza, no caso de jovens de famílias de menos poder aquisitivo.

A gravidez precoce de uma adolescente pode limitar sua educação, restringir suas habilidades na força de trabalho e reduzir sua qualidade de vida. Mulheres que têm filhos durante a adolescência têm uma chance maior de estarem em desvantagem econômica no futuro *vis-à-vis* aquelas que postergam sua gravidez. (MENSCH, 1998). Apesar do homem também sofrer possíveis consequências do comportamento sexual e reprodutivo, os custos de uma gravidez geralmente são arcados pela mulher. (AKERLOF, 1996) (LONGO, 2002).

A relação entre abandonar os estudos e gravidez na adolescência é questionada quanto ao sentido de causalidade que se atribui à gravidez e ao reducionismo que implica, deixando de lado as condições de vida dos atores envolvidos:

[...] existe o pressuposto de que a maternidade/paternidade nessa fase [juventude] leva ao abandono escolar e a uma precária inserção no mercado de trabalho, acarretando a transmissão intergeracional da pobreza.

Alguns trabalhos críticos assinalam que a evasão escolar de moças e dos rapazes seus parceiros antecede ao engravidamento. Já existe uma literatura que se interessa em compreender o fenômeno a partir da visão dos sujeitos implicados. Pode-se dizer que uma interpretação se delineia a partir dos resultados dessas pesquisas: é o horizonte social limitado que torna o projeto de maternidade/paternidade antecipado uma alternativa razoável para os jovens.” (HEILBORN 2003).

Fins de uso político dos discursos que atribuem a uma gravidez o abandono escolar são desconstruídos por Catharino e Giffin (2002):

Em perspectiva normativa, se insere o discurso da falta de oportunidades, um dos principais argumentos oficiais, para controle e prevenção da gravidez na adolescência. Esse remete-nos às oportunidades de estudo e trabalho que são perdidas pela jovem mãe. Vejamos: dependendo da classe social (lembramos que os estudos demográficos relacionam pobreza e gravidez precoce), existem, de fato, tais oportunidades? Se não existem, o discurso que relaciona a exclusão da adolescente da escola e do mundo do trabalho não estaria utilizando a gravidez como uma espécie de *bode expiatório* para encobrir e justificar uma situação social que de fato mantém à margem aqueles que já são historicamente excluídos sociais. (CATHARINO e GIFFIN, 2002).

Há também discordância sobre a associação linear entre gravidez e pobreza dos jovens ou sobre em que medida uma gravidez propicia jovens mães e pais a saírem da escola. Mas note-se que ainda que seja ambígua a relação causal entre deixar escola e ficar grávida ou ter filhos, esses fatores interviriam na trajetória de vida educacional, principalmente de meninas e jovens.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (2005), do IBGE, a questão da fecundidade, de um lado, está associada ao papel da mulher na reprodução humana; de outro, refere-se aos efeitos da maternidade sobre os aspectos da reprodução social. A maternidade prematura, por exemplo, tem reflexos sobre a atividade escolar, já que grande parte das meninas interrompe os estudos ou encontra dificuldades em continuar estudando.

Assim, no estudo em análise, dentre várias alternativas dadas, observa-se que 21,2% das meninas e 0,6% dos meninos abandonam a escola em função de uma gravidez.

Observando a classe socioeconômica dos respondentes, nota-se que as diferenças são muito evidentes. Assim, para quem já engravidou, os resultados apontam 60,6% para as classes D/E; 47,6% para a classe C e 28,5% para as classes A/B. Os jovens pertencentes às classes A e B tendem a postergar a maternidade. De acordo com Cabral (2002), a reprodução nos grupos populares se dá, tradicionalmente, um pouco mais precocemente se comparado ao que ocorre em grupos de outros estratos sociais. Esse fato é apontado por Luker (1996) como um padrão reprodutivo contemporâneo, encontrado em meio às classes médias e altas com a postergação da maternidade para depois dos 35 anos de idade.

De acordo com Camarano (1998), as jovens mais pobres se destacam por suas taxas de fecundidade mais elevadas. Entre as mulheres de 15 a 19 anos que estavam inseridas em grupo familiar com até um salário mínimo, em 1991, a taxa de fecundidade foi calculada em 128%, já as que estavam em grupo familiar com dez salários mínimos ou mais, em 13%.

Heilborn (2006) afirma que:

[...] entre as jovens com maior capital econômico e cultural, a ocorrência de uma gravidez na adolescência é pouco freqüente e se equivale ao que é observado em países desenvolvidos; em contrapartida, nos estratos menos privilegiados, a proporção das que engravidaram antes dos vinte anos é tão alta quanto a constatada nos países mais pobres da América Latina, da Ásia e mesmo da África.

É comum, na literatura e no senso comum, a referência à gravidez no grupo de 15 a 19 anos como *precoc* ou *não planejada*, considerando-se que essa não seria – quer social ou biologicamente – fase apropriada para a gestação e reprodução biológica, sendo considerada em estudos de corte demográfico e de saúde como uma gravidez de risco (CAMARANO 1998, MELO, 1996, Bemfam, 1997 e 1992). Segundo Camarano (1998):

Considera-se a fecundidade das mulheres com menos de vinte anos *precoc*, não apenas por razões biológicas relacionadas ao desenvolvimento humano, mas principalmente porque a gestação nessa idade antecipa os movimentos socialmente institucionalizados para a reprodução e, com isso, traz uma série de resultados indesejados para mulheres e filhos.

De acordo com pesquisa da Bemfam realizada em 1996 (cit. in MOREIRA, 2002), 17% da população masculina entre 15 e 24 anos declararam que já tinham engravidado uma parceira. Contudo, tal juízo de valor sobre o risco que representam os jovens homens de engravidarem suas parceiras, além de não considerar o estatuto de sujeito das mulheres envolvidas em tais relações, embasa-se em considerações sobre características que são atribuídas aos jovens homens.

Adolescentes e jovens apresentam comportamento sexual que os leva a se envolverem em relações sociais de risco, cujo indesejável resultado pode ser infectarem-se por uma DST, inclusive o HIV/Aids, ou engravidar uma parceira [...]. Santos e Santos (1999) referem-se a algumas características dos adolescentes que conferem risco à atividade sexual: despreparo para lidar com a sexualidade; onipotência e sentimento de invulnerabilidade; barreiras e preconceitos; dificuldades de tomar decisões; indefinições de identidade; conflito entre razão e sentimento; necessidades de afirmação grupal; e dificuldades de administrar esperas e desejos. (MOREIRA, 2002).

Nesse estudo, os dados indicam algumas diferenças importantes em termos de sexo. Do total de mulheres que confirmam ter ficado grávidas, 7,1% engravidaram até os quatorze anos, enquanto que 1,7% do total de homens declararam que engravidaram alguém dessa mesma faixa etária. Assim, a mulheres que afirmam terem engravidado até os quatorze anos chegam a seis vezes mais do que os homens que indicam que sua atual ou ex-parceira já engravidou.

O mesmo pode ser dito para a faixa seguinte, 15 a 16 anos, apresentando-se crescimento no caso dos homens, mas ainda sendo mais expressivo nas jovens, com 24,3%. Entretanto, a partir dos 17 a 18 anos, a relação entre os homens e as mulheres tende a ficar igual, com 26,8% para os jovens e 28% para as jovens.

Chama a atenção o dado da primeira gravidez. A maioria das mulheres declara que a primeira gravidez aconteceu entre 15 e 18 anos, totalizando, nessa faixa, 48,3%. Já 51,3% dos homens afirmaram que tinham entre 17 e 20 anos quando engravidaram alguém.

Como mencionado, a idade da primeira gravidez das meninas está por volta dos 15 aos 18 anos e a idade de iniciação sexual entre as jovens também ocorre com a maior probabilidade em tal faixa etária – principalmente entre 15 a 17 anos (49,9%). Desse modo, presume-se que é mais comum que a primeira gravidez esteja associada às primeiras relações sexuais.

De acordo com pesquisas realizadas, percebe-se também uma tendência de mulheres que tiveram sua primeira experiência sexual antes dos dezoito anos de idade engravidarem de homens mais velhos que elas. Segundo Heilborn (2006):

Tudo indica, além disso, que as mulheres que começaram sua vida sexual antes dos dezoito anos ficam grávidas com maior frequência quando o parceiro é bem mais velho que elas do que no caso de ter a mesma idade.

Em resumo, os dados mostram que a gravidez é um fenômeno que ocorre mais expressivamente nos primeiros anos da juventude.

Para todas as regiões estudadas, prevalece percentual mais elevado para a primeira gravidez na faixa dos 17 a 18 anos. Ressalta-se que a idade para a primeira gravidez na região Norte apresenta percentuais sempre superiores até a idade dos dezoito anos. A partir dos 21 anos, percebe-se que essa taxa é mais elevada na região Centro-Oeste.

Quando perguntado aos jovens se a gravidez teve continuidade ou não, nota-se que a maioria declara afirmativamente o prosseguimento da gestação. Entretanto, se observam algumas diferenças em termos de sexo em relação ao aborto, seja natural ou provocado. O aborto provocado é mais citado pelos homens do que pelas mulheres, em diferenças percentuais que são mais que o dobro, como indicam os 5,3% do total dos jovens do sexo masculino e 2,5% das mulheres. A explicação possível para que homens declarem mais que as mulheres o aborto provocado é devido à ilegalidade dessa prática no país⁴. No momento em que as mulheres afirmam que praticaram o aborto, estão admitindo um crime⁵.

Os dados da pesquisa⁶ realizada em três municípios do Brasil (Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre) mostram que o aborto faz parte da realidade de boa parte

⁴ Note-se que no Brasil o direito ao aborto é assegurado pelo artigo 128 do Código Penal de 1940, ou seja, quando a gravidez indesejada resulta de violência sexual (estupro) ou quando há risco de morte para a gestante. A garantia do exercício do direito de realizar o aborto, conforme previsto em lei, consta das seguintes Normas Técnicas do Ministério da Saúde: 1) Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes (1998) e 2) Gestação de alto risco – Manual Técnico. “No Brasil, o direito de realizar um aborto quando o feto é inviável – sem possibilidade de vida fora do útero – por anomalias graves, sobretudo anencefalia – ausência de crânio – é respaldado pelo Conselho Federal de Medicina e por um número expressivo de juízes integrantes do Ministério Público. Embora sem o amparo da lei em vigor, o aborto por inviabilidade fetal tem encontrado a solidariedade de juízes e promotores que autorizam a sua realização há quase uma década no Brasil, levando em conta que o Código Penal data de 1940, época em que não havia meios para realização de diagnósticos precisos sobre inviabilidade fetal” (In Rede Feminista de Saúde, 2003).

⁵ O aborto é considerado “crime contra a vida” quando é provocado (Código Penal Brasileiro, artigos 124 a 128).

⁶ *O Aprendizado da Sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*, 2006. Extraído da Folha de São Paulo de 28/08/2006. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/arquivos/clipping2008.htm#dasjo>. (Acesso em: 28 ago. 2006)

cela dos adolescentes, apontando que 16,7% das adolescentes abortaram o primeiro filho e 45,9% dos jovens homens tiveram namoradas que interromperam a primeira gravidez. Para Menezes (2006), a diferença entre as declarações dos rapazes e das moças sobre a realização do aborto deve-se, primeiro, ao fato de que as meninas têm problemas em assumir essa prática e, em segundo lugar, à possibilidade de os homens poderem ter um maior número de parceiras. A pesquisa mostrou ainda que 15,5% das moças desejaram provocar aborto ao engravidar do primeiro filho, e 11,1% tentaram realizá-lo sem sucesso. Já entre os rapazes, 20% informaram que desejavam que suas parceiras interrompessem a gravidez. Ressalta-se que a experiência de primeiro aborto, ocorrido em virtude da gravidez na adolescência, ocorre em grande parte por iniciativa das próprias mulheres; poucos são os casos em que a realização do ato é iniciativa dos homens, compartilhado entre o casal ou mesmo entre a família. (HEILBORN, 2006).

A própria condição de ilegalidade do aborto provocado faz desse tema um objeto difícil de ser pesquisado, pois está cercado pelo silêncio, pelo medo e muitas vezes pelo sofrimento das mulheres que passam por essa situação.

A IV Conferência Internacional de População e Desenvolvimento realizada em 1994 no Cairo, no Egito, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1995 em Beijing, na China, são marcos importantes. A partir dessas conferências, a comunidade internacional qualifica o aborto inseguro como grave problema de saúde pública. Na plataforma daquelas conferências, há recomendações aos governos para que invistam na reforma das leis que estabelecem medidas punitivas contra as mulheres que se submetam a abortos ilegais e garantam às mulheres o acesso a serviços de qualidade para tratar complicações derivadas de abortos⁷.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (1998), os países da América Latina e do Caribe estão no rol dos que possuem legislações mais restritivas em relação ao aborto. Apesar de alguns países do continente possuírem leis que despenalizam a interrupção voluntária da gestação em situações de risco de morte para a mulher e em casos de estupro, predominam os que nem em casos como os citados o permitem. Somente em Barbados, Cuba, Porto Rico e Guiana o aborto pode ser realizado a pedido da mulher, sem que seja considerado ilegal. De acordo com a OMS⁸, em uma investigação, comenta que 4 milhões de mulheres induzem aborto na América Latina e no Caribe todos os anos. Desse total, 1,4 milhão acontece no Brasil.

⁷ Ver PIMENTEL, PANDJIARJIAN, PIOVESAN, 2000.

⁸ Informações divulgadas pelo Jornal *Tiempos Del Mundo*, Quinta-feira, 5 de outubro de 2006. Cono Sul, página 11.

Como mencionado, a maior parte dessas gestações são levadas a termo e essa continuidade aumenta à medida que aumenta a idade.

Analizando o aborto, seja natural ou provocado, nota-se que os mais altos percentuais são registrados na faixa etária dos 15 aos 17 anos, correspondendo a 12,3% para o primeiro e 8,6% para o segundo. A partir do grupo etário entre 18 e 20 anos, se observam tendências decrescentes.

De acordo com Hakkert (2001), pesquisa sobre sexualidade conduzida no âmbito da América Latina identifica a gravidez como sendo a consequência mais temida da atividade sexual entre os jovens, sobretudo pelas dificuldades econômicas. No caso do Brasil, cerca de 75% das primeiras gestações não são planejadas; frente a uma gravidez consumada (DHS, 1994), portanto, não é estranho que o aumento na proporção de abortos/gestação tenha ocorrido nas mulheres com menos de dezoito anos de idade, de forma particularmente acentuada entre as adolescentes. Assim, existe uma tendência a uma maior propensão dos adolescentes (15 a 17 anos) provocarem abortos do que entre as jovens a partir de 21 anos de idade. Corroborando as informações de Hakkert (2001) de que há uma proporção maior de aborto na faixa etária dos 15 a 19 anos, Souza e Silva (2002) comentam o aumento de abortos assim como de gestações – cerca de 10% no decênio 1990/2000 – entre as mulheres com menos de 25 anos e particularmente entre as adolescentes. Tais informações colaboram com a assertiva de que as jovens constituem um grupo em situação de risco, pois o aborto provocado é uma das principais causa de internação de jovens por infecções sérias, além de morte materna.

O grau de escolaridade não se constitui em variável de diferenciação expressiva, a não ser ao se focalizar a opção aborto provocado. A interrupção voluntária da gravidez é mais acentuada para as pessoas que têm Ensino Superior. Assim, 7% do total de jovens do Ensino Superior praticaram o aborto, enquanto que cerca de 3% do total de pessoas que têm Ensino Fundamental ou médio o realizaram. Corroborando tal afirmativa, de acordo com Menezes, ao contrário do que o *imaginário popular* entende, quem mais faz abortos são as jovens de maior escolaridade. As mulheres que tinham nível de escolaridade médio ou superior completo relataram três vezes mais o desfecho do aborto na primeira gravidez do que as jovens de baixa escolaridade.

Na análise segundo classe socioeconômica, percebe-se que a não-continuidade da gravidez, por motivo natural ou provocado, é expressiva. Nas classes A/B, o aborto natural e o aborto provocado alcançam os maiores percentuais, com 11,2% e 8,7%, respectivamente. Nas classes C e D/E, o aborto natural é de, respectivamente,

7,4% e 6,4%, enquanto que a interrupção espontânea da gestação, nas classes C e D/E, cai significativamente em relação à classe A/B (8,7%), ficando em 3,8% e 2,8%. Ressalta-se que para aquelas em que a gravidez teve continuidade, em relação ao total de cada classe socioeconômica, 79,7% pertencem às classes socioeconômicas A/B; 88,1% são da classe média e 90,2% dizem respeito às classes D e E.

Segundo o estudo de Castro (2004), dentre vários motivos alegados pelos jovens para o aborto provocado, destaca-se a impossibilidade de ter o filho por razões econômicas.

Cerca de 7% dos jovens responderam positivamente ao aborto natural em qualquer região estudada, portanto não se observam diferenças estatísticas. Em relação à prática do aborto, realizado pela jovem ou pela namorada do jovem, os dados indicam que, para o total de cada região, 4,5% residem na região Nordeste. Em contraposição, 2% dos que moram no Centro-Oeste declaram ter tal vivência ou familiaridade com essa prática.

Quanto aos jovens que afirmaram ter continuado a gestação, o percentual variou entre 91,1% (Centro-Oeste) e 87,6% (Nordeste).

De acordo com a análise dos dados do estudo *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (2006), a média de filhos da amostra é de 1,8, sendo que 19,5% têm um filho; 11% têm dois filhos; 5% têm três filhos e quando se verificam quatro ou mais filhos o percentual cai para 2,6%.

O dado mais relevante dessa análise indica que grande parte dos jovens brasileiros não tem filhos, citados por 72,8% do total de pessoas do sexo masculino e por 51,5% do sexo feminino.

O número de filhos aparece desde a opção um até a opção cinco filhos ou mais. O percentual mais alto corresponde a um filho, apontado por 15,6% do total dos homens e 23,3% das mulheres. O número de filhos é mais expressivo para o sexo feminino, manifestando uma perspectiva de gênero importante, principalmente na faixa com dois filhos, quando o percentual do total de homens que já os tiveram é de 7,4%, enquanto para as mulheres é o dobro (14,6%).

Ao se focalizar a faixa etária percebe-se que no grupo dos 15 aos 17 anos o maior percentual corresponde a quem não tem filhos, com 94,2%. Entretanto, para os que declaram que têm filhos, o maior percentual corresponde a 5,1% para um filho, seguido de 0,4% para dois filhos. Essa taxa, para um filho, está próxima a identificada na Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2003), que informa que, entre as jovens de 15 a 17 anos, a proporção de mulheres com pelo menos um filho é de 7,3%.

Na faixa dos 18 aos 20 anos, observa-se aumento importante na taxa dos que declaram ter um filho, sendo de 15,4%, e de 1% para os que têm três filhos. A partir da faixa etária dos 21 aos 23 anos aumentam sensivelmente os percentuais dos que declaram ter filhos, oscilando entre 25% para um filho e 0,4% para cinco filhos ou mais, taxas que na última faixa etária, 27 a 29 anos, são de 27,9% para um filho e 3,4% para cinco ou mais.

A fecundidade precoce preocupa demógrafos e especialistas do campo da saúde pela sua possível influência na vida reprodutiva futura, sendo comum tal literatura considerar que “uma mulher que começa a sua vida reprodutiva mais cedo, maior é sua chance de terminá-la com uma fecundidade elevada” (CAMARANO, 1998).

Os dados de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) mostram que, entre 1993 e 1997, houve um aumento de 20% no total de partos em mulheres de 10 a 14 anos. O parto constitui a primeira causa de internação de meninas nessa faixa etária no sistema público de saúde, conforme dados do SUS/MS; FNUAP – Brasil, 1997⁹.

Matéria da Folha de São Paulo (21/07/2003) mostrou que o parto é o principal motivo de internação das jovens de 10 a 19 anos no país. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2002, foram realizados cerca de 1,7 mil partos por dia em meninas entre 10 e 19 anos. A mesma tendência foi verificada em 2003.

O Brasil figura no Relatório Mundial sobre População da ONU como um dos países que apresentam taxas acima da média mundial de gravidez na adolescência, que é de cinquenta nascimentos por mil mulheres. A taxa brasileira é maior do que a de alguns países pobres, como Sudão, Iraque e Índia.

Uma brasileira entre 10 e 14 anos dá a luz a cada quinze minutos e dos 2,7 milhões de partos do Serviço Único de Saúde, ano passado, 1,3% foram em mães dessa faixa. Ao todo, 700 mil meninas têm filhos anualmente em um país onde dois terços de adolescentes pertencem às classes baixas e uma em quatro crianças vive em miséria absoluta. (Jornal do Comércio, 5.12.2002).

As informações oriundas do Registro Civil (2004), analisadas com cautela devido ao sub-registro de nascimentos, apontam maior participação das mulheres mais jovens (20 a 24 anos) no padrão de fecundidade do país. No entanto,

⁹ Dossiê Adolescente – Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. In: http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body_ad-panorama.html. (Acesso em 14 mar. 2003)

a questão que mais chama a atenção de estudiosos, autoridades governamentais e da sociedade em geral é o aumento da proporção de nascimentos oriundos de mães com menos de vinte anos. Esse fenômeno ainda constitui motivo de preocupação para diversos segmentos sociais devido às características desse grupo. Há que se considerar a vulnerabilidade em termos biológicos e em relação à sobrevivência das crianças, uma vez ser reconhecido que a gravidez em idade muito jovem eleva os riscos de mortalidade para a mulher e seus filhos. De acordo com os dados do Registro Civil (2004), 19,9% das crianças que nasceram naquele ano originaram-se de mães adolescentes.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2005) revela em sua análise por grupos de idade que entre as adolescentes de 15 a 17 anos de idade, 6,8% tiveram pelos menos um filho, sendo que quase 11% já possuíam dois filhos. Na população jovem de 18 a 24 anos de idade, a proporção de mulheres com filhos era de 36,5%. A questão do planejamento familiar é um tema polêmico no país. A discussão decorre desde a necessidade de se ter um programa de planejamento familiar até o direito da pessoa decidir quantos filhos ter.

Outro fator comumente destacado por demógrafos como associado à fecundidade é a escolaridade da mãe:

O menor número de filhos está estreitamente associado ao maior nível de escolarização da mãe. Além de indiretamente retardar a idade de contrair o matrimônio e proporcionar à mulher mais acesso ao mercado de trabalho, a instrução assegura maior racionalidade reprodutiva, motivada pelas aspirações de criar e educar melhor os filhos e ampliar suas possibilidades de obter informações sobre métodos anticoncepcionais eficazes e de utilizá-los de forma adequada. (YAZAKI e MORELL, 1998, apud PIROTTA e SCHOR, 2002).

O estudo ora em análise observa que o grau de escolaridade se evidencia como importante marcador social no número de filhos. Quanto mais avança o grau de instrução, menos filhos os jovens têm. Considerando os que não têm filhos, observa-se que para o total de jovens com até a 4ª série do Ensino Fundamental o percentual é de 41,5%, sendo quase o dobro, 80,5%, para o total de pessoas que têm o nível superior. Para os que declaram ter filhos, percebem-se diferenças, em termos percentuais, cada vez mais expressivos entre os que têm Ensino Fundamental e os com nível superior.

A mesma situação encontrada no grau de escolaridade aparece na análise por classe socioeconômica. Nas classes A/B, 11,4% do total de jovens indicam um filho, enquanto que o percentual é de 21% nas classes D/E. Acentuam-se as diferenças entre as classes, na medida em que aumenta ou diminui o número de filhos. Para quem não tem filhos se observam algumas diferenças, ou seja, o total de jovens inseridos em famílias das classes A/B é de 82,8%, na classe C, de 66,5%, e, na classe menos favorecida, de 54,8%.

De acordo com a Pnad, em 2004, das mulheres de 15 a 49 anos de idade com um rendimento familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*¹⁰ que tiveram filhos nascidos vivos, 49,1% tinham três filhos ou mais; enquanto que entre as mulheres com um rendimento familiar de mais de dois salários mínimos *per capita*¹¹ essa proporção era de 21,6%.

De acordo com Camarano (1998), a renda qualifica o comportamento da fecundidade. As jovens mais pobres se destacam por suas taxas de fecundidade mais elevadas. Entre as mulheres de 15 a 19 anos que estavam inseridas em grupo familiar com até um salário mínimo mensal, em 1991, a taxa de fecundidade foi calculada em 128%, já entre as que estavam em grupo familiar com dez salários mínimos ou mais, foi de 13%.

Do ponto de vista regional, para quem tem um ou dois filhos, não há diferenças relevantes entre os percentuais em cada região estudada. Já para quem tem três filhos ou mais, a região Norte se destaca, apresentando percentuais mais elevados quando comparada às demais regiões.

Em termos de situação do município, para quem afirma ter um filho o percentual está em torno de 19%. Entretanto, em relação ao número absoluto, a área urbana metropolitana e a rural apresentam quase o mesmo número, ou seja, 2.814 mil e 2.703 mil jovens declararam ter apenas um filho, respectivamente, enquanto que na urbana não-metropolitana esse número é de 3.786 mil jovens. A partir de dois filhos, a área rural (12%) se sobressai em relação a urbana metropolitana (11,1%) e não-metropolitana (10,3%). Inclusive, essas duas últimas áreas apresentam praticamente as mesmas taxas.

¹⁰ O rendimento familiar de $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* corresponde a um rendimento familiar mensal de dois salários mínimos, levando em conta que cada família brasileira é composta, aproximadamente, por quatro pessoas.

¹¹ O rendimento familiar de dois salários mínimo *per capita* corresponde a um rendimento familiar mensal de oito salários mínimos, levando em conta que cada família brasileira é composta, aproximadamente, por quatro pessoas.

Métodos Contraceptivos

A sociedade aceita que existe um antagonismo entre juventude e racionalidade projetiva, própria da lógica de prevenção. Lógica que entraria em choque com simbolismos sobre a sexualidade, como o exercício do poder, do livre arbítrio sobre seu corpo e seus sentimentos, do pensamento ilusório sobre a invulnerabilidade dos que amam ou o antagonismo entre a naturalização do amor e o raciocínio que requer prevenção. (CASTRO, 2004)

Tradicionalmente, o tema da contracepção é associado às mulheres, tendo como referência a preocupação em evitar uma gravidez. Contudo, a partir da década de 90, com o aumento da epidemia da Aids entre a população feminina nos diferentes continentes, ficou evidente o grande desafio na promoção da adoção de práticas sexuais mais seguras e do lugar das mulheres como agentes/sujeitos na defesa de seus direitos sexuais, reprodutivos e pela vida. A negociação do uso do preservativo masculino esbarra em padrões sociais pautados em relações de gênero, deixando mais vulneráveis os jovens e, particularmente, as mulheres, pois muitas vezes a insegurança afetiva, noções de amor romântico e fidelidade podem contribuir para que as mulheres abram guarda em relação à administração do seu poder de fecundação e direito de se prevenir em relação a DST/Aids – o que se demonstra nas análises sobre motivos para o não-uso de preservativo.

O grau de conhecimento que os jovens têm sobre os métodos e formas de contracepção, destacando como o gênero e o ciclo de vida da população jovem, pode imprimir particularidades quanto a saberes e práticas.

Um dos pontos que comumente se discute em relação à prevenção da gravidez diz respeito ao grau de conhecimento dos métodos contraceptivos. Nessa análise, percebe-se que os jovens têm um nível de informação significativa sobre as formas de contracepção, havendo proximidade no percentual de declarações por homens (90,5%) e mulheres (95,2%).

Corroborando essa constatação, Camarano (2003) observa que “o conhecimento de métodos anticoncepcionais entre os jovens brasileiros é quase universal desde 1986”.

Observa-se também que há uma associação entre o conhecimento de métodos contraceptivos e o ciclo de vida, observando-se uma expansão do percentual na medida em que a idade aumenta. Assim, a partir dos 21 anos, é comum que cerca de quase 95% dos jovens declarem conhecer métodos contraceptivos. Mesmo na faixa etária mais jovem, entre 15 e 17 anos, é comum tal conhecimento, sendo que entre esses o percentual é de 87,3%.

O grau de escolaridade, assim como a classe socioeconômica, também é um fator de diferenciação. Enquanto oito em cada dez jovens que cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental têm conhecimento de métodos para evitar a gravidez, o Ensino Superior contempla, praticamente, o universo (99,4%).

Os dados mostram disparidades significativas entre os jovens pertencentes às classes socioeconômicas mais privilegiadas e às menos favorecidas em relação ao conhecimento dos métodos contraceptivos. O percentual de jovens inseridos em famílias de classes A/B, em relação ao total de jovens dessa classe que conhecem métodos anticoncepcionais, é de 98,3%, enquanto que entre pertencentes às classes D/E é de 89,9%.

Sobre os métodos para evitar a gravidez, observa-se que são citados o preservativo (método de barreira); a pílula anticoncepcional, o hormônio injetável e a pílula do dia seguinte (métodos hormonais); o DIU (método intra-uterino); o coito interrompido (método comportamental); a tabela (método natural); a vasectomia e a laqueadura (métodos cirúrgicos).

Quanto à extensão do tipo de método utilizado para evitar a gravidez, chama atenção a alta proporção de jovens que declararam preferir a camisinha (61,8%), seguido da pílula, com 34,9%. O hormônio injetável e o DIU apresentam percentuais de, respectivamente, 4,3% e 3,3%. A tabelinha (1,9%), a pílula do dia seguinte (1,7%), a ligadura ou vasectomia (1,3%) e o coito interrompido (0,9%) são os menos referidos. Porém, é importante ressaltar que 12,% dos jovens afirmam que não usam ou nunca usaram qualquer método contraceptivo.

Portanto, constata-se que a camisinha é, de fato, o método mais usado entre os jovens. Esses dados confirmam informações que constam do estudo de Castro (2004), que diz que a camisinha é o método mais citado pelos jovens, com o percentual variando de 70,% a 48,1%.

Quanto à condição de sexo/gênero e ao uso de métodos para evitar a gravidez, a tabela indica que 78,8% do total dos homens e 46% do total das mulheres mostraram preferência pela camisinha. O percentual declarado pelas mulheres – menos da metade do indicado pelos homens – pode ser indicativo de baixa adesão e baixa capacidade de negociação junto ao parceiro e da evidência de uma menor atividade de prevenção das DST/HIV e Aids.

Na análise das informações, a pílula anticoncepcional também se destaca, porém com taxas bem inferiores, quando comparada à utilização de preservativos. Assim 53,5% das mulheres e 15,1% dos homens optam pela pílula anticoncepcio-

nal. A preferência das mulheres por esse método provavelmente está relacionada a um melhor controle do próprio corpo; no entanto, não inclui proteção das DST e tampouco Aids.

O terceiro método contraceptivo mais utilizado é o hormônio injetável (injeção anticoncepcional), cuja percentagem, para o total dos homens, é de 1,6% (349 mil), e 6,9% (1.581 mil) para as mulheres. Notam-se taxas significativamente mais elevadas entre as meninas, quando comparado aos homens, confirmando a responsabilidade das mulheres em garantir a contracepção.

Chama a atenção que 1,3% (272 mil) do total dos homens e 2,6% (592 mil) das mulheres, ainda que apresentem percentual inferior em relação a outros métodos, recorram à tabelinha como prática contraceptiva.

O coito interrompido, o DIU (dispositivo intra-uterino) e intervenções cirúrgicas (ligadura e vasectomia) são os métodos menos utilizados.

Importante mencionar, principalmente focalizando, nos dias de hoje, o crescimento da Aids entre os jovens, que pelo menos 10,2% do total de homens, que correspondem a quase 2.294 mil pessoas, e 13,6% das meninas, ou 3.130 mil, não utilizam e nunca utilizaram nenhum método para evitar a gravidez.

O uso de contraceptivo por faixa etária também aponta a camisinha e a pílula anticoncepcional como os métodos de maior preferência. A camisinha aparece com certa regularidade na preferência dos entrevistados. A discrepância significativa surge entre aqueles de 15 a 17 anos, com 41,1%. Para as demais faixas etárias, os percentuais ficaram em 64,8% para aqueles de 18 a 20 anos; 69,3% para os que têm entre 21 e 23 anos; 68,5%, entre 24 a 26 anos; e, 66,1% para os que têm entre 27 e 29 anos.

O uso de pílula anticoncepcional representou, para o total de jovens em cada grupo de idade, 15% dos entrevistados na faixa entre 15 e 17 anos; 29,8%, entre 18 a 20; 40,5%, entre 21 a 23; 44,7%, entre 24 a 26; e 47,5%, entre 27 a 29. Constatase que há uma associação entre o uso da pílula e o ciclo de vida, percebendo-se uma expansão do uso na medida em que aumenta a idade.

Entretanto, ressalta-se que na faixa etária mais jovem, entre 15 e 17 anos, é elevado o percentual para os que afirmam que não usam e nunca usaram qualquer método contraceptivo, correspondendo a 17% do total da faixa, ou 1.553 mil jovens.

Em termos de grau de escolaridade não se apresentam diferenças percentuais significativas quanto ao uso de camisinhas, pois o percentual varia entre 68,9% (cer-

ca de 2.370 mil jovens) para quem tem Ensino Superior, chegando a cerca de 61% para quem cursou o Ensino Fundamental (5.625 mil pessoas) e Médio (9.193 mil). Também a pílula anticoncepcional é mais referida pelos jovens que têm o curso superior (42,2%, correspondendo a 1.452 mil jovens), porém em números absolutos é o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série que supera os outros graus de instrução, com 5.203 mil jovens. Para o total de jovens que têm até a 4ª série do Ensino Fundamental, o percentual é de 36,5%, não havendo grandes diferenças para os que afirmam que têm da 5ª a 8ª série (34,7%) ou para o Ensino Médio (32,7%). A diferença percentual significativa está para quem tem o Ensino Superior em relação aos demais graus de instrução, indicando uma diferença de quase dez pontos percentuais entre o grau superior e o médio (32,7% e 42,2%, respectivamente)

Porém, registra-se que no Ensino Fundamental (4ª a 8ª série), o percentual de jovens que afirmam que não usam e nunca usaram qualquer método contraceptivo é considerado elevado (14,3% até a 4ª série e de 12,4% da 5ª a 8ª série), envolvendo 1.314 mil jovens até a 4ª série e quase 1.850 mil jovens que têm da 5ª a 8ª série. Também se percebem diferenças proporcionais na utilização do DIU, método mais referido no nível de escolaridade superior, com 6,7%, e de 1,9% até 4ª série do Ensino Fundamental.

Os dados sobre a pílula do dia seguinte e o método coito interrompido indicam diferenças por grau de escolaridade. A pílula do dia seguinte é três vezes mais referida no Ensino Superior (3,5%) e o coito interrompido, quase cinco vezes mais citado (5,1%) do que no nível até a 4ª série, com respectivamente 0,7% e 0,3%.

A utilização de contraceptivos por classe socioeconômica se apresenta com predominância para a camisinha e pílula anticoncepcional. A camisinha apresenta percentual variando entre 67% para as classes A/B e 58,5% para as classes D/E. No caso da pílula anticoncepcional, os percentuais são semelhantes entre as classes, estando no patamar dos 35%. Em relação ao DIU e à tabelinha, é interessante notar que esses métodos são mais utilizados por jovens pertencentes à classe mais privilegiada, com respectivamente 4,5% e 3,6%, do que pelas classes D/E, com 2,5% e 1,3%.

Entretanto são os jovens das classes D/E que mais afirmam que não usam e nunca usaram algum método para evitar a gravidez, representando 13,6% do total dessa classe. O percentual para a classe A/B, nessa última categoria, corresponde a 9,1%.

Em termos regionais, a situação se apresenta da mesma forma, ou seja, a camisinha e a pílula anticoncepcional têm a preferência dos entrevistados. O uso da camisinha se situou em 65,8% no Sul, e, no Nordeste, apresentou uma diferença de

onze pontos percentuais a menos, com 54,7% em relação ao total de cada região. Também é no Sul do país onde há o percentual mais alto o uso da pílula, com 39,7% e, o menor, no Norte, com 27%.

Algumas informações são importantes de serem ressaltadas, mesmo aparecendo com baixos percentuais. Os jovens residentes nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste são mais adeptos ao método da tabelinha, enquanto que o hormônio injetável (6,3%) é preferido pelos jovens da região Norte, e as intervenções cirúrgicas (laqueadura e vasectomia) são mais utilizadas na região Nordeste (1,8%).

Para o total de cada região, percebe-se que a não-utilização de qualquer método para evitar a gravidez varia entre 15% no Nordeste e 9,6% no Sudeste.

Depreende-se, portanto, que em termos de métodos contraceptivos, os mais utilizados sobre todos os aspectos, e identificados em todas as formas de análise, são camisinha e pílula anticoncepcional. Eles são considerados os mais tradicionais, conhecidos e seguros, além de fáceis na sua aplicabilidade e em sua aquisição. Isso posto, qualquer política pública que se pretenda para controle da concepção deverá ser pensada tendo em vista fundamentalmente tais métodos.

Porém, alerta-se para o alto percentual detectado, em qualquer variável analisada, em relação às resposta dos jovens de que não usam e nunca usaram algum método contraceptivo. O não-uso de métodos contraceptivos pode estar relacionado ao significado cultural do ato sexual, sua comum associação à vontade, impulso avesso a uma racionalidade ou um planejamento.

Os dados ilustram as diferenças de sexo/gênero com relação à idade inicial do uso de métodos anticoncepcionais. Os jovens do sexo masculino iniciaram mais cedo o uso de métodos anticoncepcionais, sendo que grande parte deles indica que foi entre 14 anos e 17 anos. Para as mulheres o início do processo acontece um pouco mais tarde, entre 16 e 19 anos. Já na idade de até treze anos, os homens (7,2%) apresentam percentuais mais elevados do que as mulheres (2,6%), invertendo-se a situação a partir dos vinte anos, quando 23,6% das meninas afirmam o começo da utilização de métodos para evitar a gravidez, enquanto que o mesmo é válido para apenas 10,2% dos homens.

As informações analisadas confirmam que as gerações mais jovens utilizam mais cedo os métodos anticoncepcionais, indicando a tendência de iniciação sexual em idade mais jovem. Veja-se que a opção até os treze anos, para ter iniciado o uso de métodos anticoncepcionais, se concentra principalmente na faixa etária dos 15 aos 17 anos, com um percentual de 13,4%, que também é o mais alto para essa opção. Esse percentual tende a diminuir nas faixas etárias mais altas, chegando a 2,1% nos 24 a 26 anos.

Em termos gerais, os jovens, segundo o grau de instrução, iniciam o uso de métodos contraceptivos tendo como limite inferior a idade de quatorze anos e superior a de dezenove anos, o que se confirma para os jovens com Ensino Fundamental e Médio. Já para aqueles do Ensino Superior, a idade limite inferior é de 16 anos e a superior é de vinte anos ou mais.

Importa concluir que em todas as variáveis analisadas em relação ao início de uso de métodos contraceptivos, há certa coerência nas respostas dos entrevistados, em que as faixas de idade que variam entre 14 a 15 anos, 16 a 17 anos e 18 a 19 anos concentraram sempre a maior ocorrência das respostas, havendo preponderância de respostas afirmativas, como mencionado, na faixa que vai dos 16 aos 17 anos.

Os órgãos competentes da saúde no Brasil têm recomendado, desde 1987, o uso do preservativo como principal método de prevenção de DST e HIV/Aids. Entretanto, o uso da camisinha apresenta diferenças importantes na população, tanto pelo grupo etário e condição de sexo/gênero, quanto pelas classes sociais e grupos étnicos, como se verifica nos dados da pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*.

Entretanto, como já vem sendo bastante apontado na literatura especializada, os padrões de uso de preservativo não apenas estão associados às condições de gênero, raça ou faixa etária, mas também a um conjunto complexo de percepções que as pessoas e os jovens, em particular, têm das relações sexuais e afetivas, o que lhes permite classificar essas relações em diversas modalidades que obedecem a princípios e lógicas distintas e acarretam também situações e vivências com níveis diferenciados de vulnerabilidade.

Apesar dos diversos padrões do uso, autores como Wellings (2001, apud PAIVA, 2003) destacam que são os jovens os que apresentam o percentual mais expressivo para o uso dos preservativos e que, na Inglaterra, esse uso está sendo associado aos processos de educação sexual que acontecem nas escolas. No Brasil também a educação sexual no ambiente escolar é uma política pública que ganha força e vem contando com o apoio da sociedade, por meio do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, lançado em 2003.

Os debates sobre os tipos de métodos contraceptivos tendem a privilegiar um em especial – a camisinha. Tal tendência pode estar relacionada à preocupação destes tempos com a Aids, já que esse seria o único método contraceptivo também de prevenção daquela epidemia.

Porém, o uso da camisinha varia em função do significado da relação afetivo-sexual, o que relativiza o tema da prevenção e depende do tipo de relações que os jovens têm.

A pesquisa procurou saber o principal motivo para usar camisinha, associando a várias variáveis, tais como sexo, faixa etária, grau de instrução, etnia (auto-referida) e classe socioeconômica. Além da situação regional e municipal.

Por sexo/gênero, tem-se que os jovens do sexo masculino responderam usar camisinha para: a) proteger-se de outras DST, 29,3%; b) prevenir uma gravidez, 20,2%; c) proteger-se da Aids, 19,1%; e d) todas as alternativas, 30,8%. Já entre as jovens do sexo feminino, as principais respostas foram: a) prevenir uma gravidez, 35,3%; b) proteger-se de outras DST, 22%; c) proteger-se da Aids, 9,9%; e d) todas as alternativas, 31,2%. Pelas respostas apresentadas, são notadas significativas diferenças nas preocupações de cada um dos sexos, ao tempo em que se pode especular sobre a necessidade de uma maior conscientização sobre prevenção.

O principal motivo para o jovem do sexo masculino usar a camisinha, dentre o elenco de razões apresentadas, é proteger-se de outras doenças sexualmente transmissíveis, abstraindo-se a Aids. Já para o total das mulheres, o motivo mais citado é se prevenir da gravidez. Corroboram informações colhidas em depoimentos de jovens estudantes na pesquisa de Castro (2004), os quais mostram que os meninos assumem a iniciativa e a responsabilidade pelo uso da camisinha, não necessariamente para evitar a gravidez, mas pelo medo das DST/Aids.

Para proteger-se de outras DST, os homens também aparecem com percentuais mais altos, sendo de 29,3% contra 22,% para as mulheres.

Chama a atenção que os números se invertem quando trata-se de proteger-se da Aids, sendo o motivo menos citado. As mulheres somaram 9,9% e os homens, 19,1%. Esse dado é mais uma constatação da invisibilidade da percepção de risco das mulheres com relação ao HIV/Aids, como vem sendo mostrado pela literatura especializada.

Entretanto, quanto a opção é *todas as alternativas*, os percentuais são iguais entre homens e mulheres: 31%, o que pode ser lido com ressalvas, uma vez que, isoladamente, a preocupação das mulheres parece ser muito maior com a prevenção da gravidez que com a prevenção da Aids.

Considerando os percentuais para cada faixa etária em relação aos motivos (exceto todas as alternativas) do uso do preservativo masculino para prevenir-se de uma gravidez, proteger-se da Aids e proteger-se de outras doenças sexualmente transmissíveis, nota-se que o uso da camisinha para proteger-se da Aids situa-se

em terceiro lugar. Em primeiro lugar, para as faixas de 15 a 17 anos (26,2%) e de 27 a 29 anos (31,8%), aparece a razão de prevenir-se de uma gravidez, sendo que as outras faixas consideram o uso da camisinha como proteção de outras DST. As faixas etárias extremas possuem o mesmo padrão de opções, primeiro em prevenir a gravidez, em segundo lugar proteger de outras DST e por último prevenir a Aids.

As faixas intermediárias (18 a 20 anos, 21 a 23 anos e 24 a 26 anos) também apresentam um mesmo padrão, porém de forma inversa à comentada anteriormente, mantendo apenas a razão do uso da camisinha para proteger-se da Aids como última opção, excetuando-se a opção todas as alternativas.

A maior preocupação dos jovens que cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental e dos que têm Ensino Superior é usar camisinha para prevenir a gravidez, com 31,2% e 23,6%, respectivamente. Quanto aos jovens da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o principal motivo para usar o preservativo é proteger-se de outras DST (respectivamente, 27,2% e 26,7%).

A proteção em relação à Aids aparece, para cada grupo de instrução, como última opção, variando entre 17,2% (até a 4ª série do Ensino Fundamental) e 13,9% (Ensino Médio). Interessante observar que, à medida que aumentam os anos de escolaridade, diminui ou estabiliza o percentual de uso de camisinha, seja qual for o motivo e, portanto, a preocupação com a prevenção. Talvez a variável *todas as alternativas* esteja influenciando, pois é nela que aparecem os maiores percentuais, assim como o seu crescimento, com o aumento do tempo de estudo. Nessa opção, também se observam diferenças significativas em termos de grau de escolaridade: o Ensino Superior registra 38,5% e o Ensino Fundamental até a 4ª série aparece com 24,2%.

Em termos de classes socioeconômicas, as classes A/B, C e D/E usam o preservativo com a finalidade, indistintamente, de prevenir uma gravidez, proteger-se da Aids e proteger-se de outras DST. As principais diferenças que se observam na opção *todas as alternativas* é que jovens pertencentes às classes A/B assinalam o percentual de 40,6%, enquanto que 32,2% o fazem na classe C e 27,4%, na classe menos favorecida.

Quando a opção é proteção de outras doenças sexualmente transmissíveis, 28,4% dos jovens são da classe D/E; 25%, da classe C e 23,2% estão nas classes A/B. A prevenção de gravidez alcança 21,5% nas classes A/B e, respectivamente, 25,3% e 27,8% nas classes C e D/E.

Proteger-se da Aids é a menos indicada em qualquer classe socioeconômica, sendo o maior percentual, de 16,6%, na classe C, seguida das classes D/E, com 15,4%, e das classes mais privilegiadas, com 13,5%.

Em termos de uso de camisinha com a finalidade de prevenção da gravidez, as grandes regiões mostram indicadores bastante diferenciados. O maior percentual, 41,9%, corresponde ao Norte e o menor ao Centro-Oeste, com 22,3%. O Nordeste, o Sudeste e o Sul têm 27,9%, 23,7% e 23,2%, respectivamente. Para a proteção contra o HIV/Aids, as diferenças percentuais mais marcantes ocorrem na região Norte (17,5%) e no Sudeste (17%), enquanto que o Nordeste, o Sul e o Centro-Oeste estão em torno de 14%. Entretanto, a opção proteger-se contra outras doenças sexualmente transmissíveis tem percentual mais alto no Centro-Oeste, com 34%, e mais baixo no Sudeste, com 21,7%. A opção todas as alternativas encontra sua maior expressão no Sudeste, com 36,9%, e a menor no Norte, com 10,9%.

Assim, conclui-se que os motivos mais citados para o uso de preservativo diferenciam-se quando se consideram os jovens segundo o sexo, em uma clara indicação de que gênero conta no plano de organização da vida sexual e reprodutiva, e que em tais divisões, a construção da afetividade, do sentimento, ou como se concebe a relação, pode ser um prognóstico de comportamentos preventivos. Reafirma-se que para as jovens mulheres, o principal motivo para o uso da camisinha é evitar a gravidez e para os homens é prevenir-se de doenças sexualmente transmissíveis.

Porém, alertamos que seja qual for a variável analisada, sexo, faixa etária, situação socioeconômica, raça/cor, região ou situação do município, percebe-se a predominância para o uso da camisinha para prevenir a gravidez, seguida de proteger-se de outras DST e, por último, a prevenção da Aids. Não considerando a opção *todas as alternativas*, pois essa, na verdade, apresenta os maiores percentuais.

Constatou-se neste artigo que sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência em abordagens teóricas de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano, como também ao prazer. Envolve, além do corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura¹².

¹² In: CASTRO, Mary; ARAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena. A introdução que segue é um resumo de textos do livro *Juventudes e Sexualidade*, 2004.

Síntese das dimensões analisadas

O quadro abaixo mostra a síntese das dimensões analisadas como componentes do tema sexualidade e indica variações e diversidade de posturas por gênero.

Quadro 1 – Distribuição dos jovens, por sexo e percentuais extremos nos temas pesquisados¹³, segundo síntese das respostas sobre assuntos relacionados à sexualidade, Brasil, 2004

Temas relacionados à sexualidade ¹⁴	Masculino		Feminino	
	% inferior	% superior	% inferior	% superior
Iniciação sexual				
Jovens (15 a 29 anos) que já tiveram relações sexuais	14,5 (não)	85,1 (sim)	24,9 (não)	74,7 (sim)
Idade da primeira relação sexual	5,9 (19 anos ou mais)	22,3 (até 13 anos)	9,1 (até 13 anos)	18,4 (15 anos)
Com quem foi a primeira relação sexual	2,1 (garota de programa)	45,1 (namorada)	0 (garoto de programa)	68,3 (namorado)
Quantos parceiros sexuais, no período de um ano	1,3 (7 parceiros)	42,6 (1 parceiro)	0,1 (7 parceiros)	80,4 (1 parceiro)
Gravidez Juvenil				
Já engravidou ou engravidou alguém (casos dos homens) alguma vez na vida	36,9 (sim)	62,8 (não)	29,8 (não)	70,2 (sim)
Idade da primeira gestação	1,7 (até 14 anos)	26,8 (17 a 18 anos)	7,1 (até 14 anos)	28 (17 a 18 anos)
Temas relacionados à sexualidade	Masculino		Feminino	
	% inferior	% superior	% inferior	% superior
A gravidez teve continuidade		85,8 (sim)		90,7 (sim)
Quantos filhos tem	0,5 (5 filhos ou mais)	15,6 (1 filho)	1,2 (5 filhos ou mais)	23,3 (1 filho)
Não tem filhos		72,8%		51,5
Contracepção				

¹³ Percentuais extremos encontrados nos temas pesquisados sobre sexualidade.

¹⁴ Questões apresentadas aos alunos no *survey*.

Temas relaciona- dos à sexualidade ¹⁴	Masculino		Feminino	
	% inferior	% superior	% inferior	% superior
Conhecimento sobre métodos contraceptivos	9,3 (não)	90,5 (sim)	4,7 (não)	95,2 (sim)
Para evitar a gravidez, você ou seu parceiro(a) utiliza algum método contraceptivo	0,6 (intervenção cirúrgica)	78,8 (camisinha)	2,1 (pílula do dia seguinte e intervenção cirúrgica)	53,5 (pílula anticoncepcional)
Não usa e nunca usou algum método anticoncepcional		10,2		13,6
Com quantos anos começou a usar algum método contraceptivo	7,2 (até 13 anos)	32,3 (16 a 17 anos)	2,6 (até 13 anos)	28,7 (16 a 17 anos)
Motivo para usar camisinha	19,1 (proteger-se da Aids)	29,3 (proteger-se de outras DST)	9,9 (proteger-se da Aids)	35,3 (prevenir gravidez)
Aborto				
Aborto natural		8		6,5
Aborto provocado		5,3		2,5
Comportamento de risco				
Comportamento que evita a contaminação pelo HIV	4 (não usar banheiros públicos)	80,1 (só transar se estiver usando camisinha)	5,9 (não usar banheiros públicos)	82,6 (só transar se estiver usando camisinha)

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2006.

Referências

- AKERLOF, G. A.; YELLEN, J. L.; KATZ, M. L. Analysis of Out-of-Wedlock Childbearing in the United States. In: *Quarterly Journal of Economics*, v. 111, n. 2, 1996.
- ALMEIDA, M. A. S. Treze Meninas e suas Histórias: um estudo sobre gravidez adolescente. In: *Décimo Terceiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: [s.n], 2002.
- ARILHA, M.; CALAZANS, G. Sexualidade na Adolescência: o que há de novo? In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNPD, v. 2, 1998.
- BERQUÓ, E.; BARBOSA, R. M.; KALCKMANN, S. *Aceitabilidade do Condom Feminino em Contextos Sociais Diversos: relatório final*. Brasília: Cebap; Nepo/Unicamp; CN DST/Aids/MS; Unaid, 1999.
- BEMFAM. *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde – PNDS*. Rio de Janeiro: Bemfam, 1996.
- _____; _____. Rio de Janeiro: Bemfam, 1997.
- _____. *Pesquisa Nacional sobre Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Jovem 1989-1990*. Rio de Janeiro: Bemfam, 1992.
- BRASIL. *Código Penal Brasileiro*. Artigos 124 a 128. Decreto Lei n. 2848, de 07 de dezembro de 1940.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>>. (Acesso em: 25 set. 2006)
- _____; _____. Registro Civil 2004. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2004/default.shtm>>. Acesso em: 21/09/2006.
- _____; _____. *Síntese de Indicadores Sociais 2005*. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 17, 2005. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicoesdevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2005>>. (Acesso em: 12 abr. 2006)

_____; _____. Síntese dos Indicadores Sociais 2003. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em: 13 jun. 2004)

_____. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. SUS/MS; FNUAP – Brasil, 1997. Disponível em <<http://www.redesaude.org.br/dossies/html/bodyad-panorama.html>>. (Acesso em: 14 mar. 2003)

_____; _____. PN DST e Aids. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. *Relatório da Pesquisa Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/Aids*. São Paulo: Cebrap, 2000.

CABRAL, C. S. Gravidez na Adolescência nas Camadas Populares do Rio de Janeiro: um ‘problema’ de classe ou de geração?. In: Décimo Terceiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

CAMARANO, A. A. Fecundidade e Anticoncepção da População Jovem. In: BERQUÓ, E. (Org.). *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. v. 1. Brasília: CNPD, Ipea, 1998.

_____. et al. *Jovens Brasileiros: sexualidade, gravidez e Aids*. 2003.

CASTRO, M. et al. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: Unesco, 2004.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. *Drogas nas Escolas*. Brasília: Unesco, Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAids, Fundação Ford, Consede, Undime, 2002.

CATHARINO, T. R.; GIFFIN, K. Gravidez e Adolescência: investigação de um problema moderno. In: Décimo Terceiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

CHAMBOIM DE ALMEIDA, P. Gravidez na Adolescência em Grupos Populares Urbanos: concepções de idade e maternidade. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H. et al. (Orgs.). *Gênero em Matizes*. São Paulo: Universidade São Francisco, 2003.

CONTRERAS, J. M.; HAKKERT, R. La Sexualidad y la Formación de Uniones. In: GUZMÁN, J. M. et al. (Orgs.). *Diagnóstico Sobre Salud Sexual y Reproductiva de Adolescentes en América Latina y Caribe*. México, D.F.: UNFPA, 2001.

CRUZ, E.; BRITO, N. *Fios da Vida: tecendo o feminino em tempos de Aids*. Brasília: Grupo de Incentivo à Vida – GIV, Coordenação Nacional de DST e Aids/Ministério da Saúde, 2000, p. 10.

DUARTE, L. F. D. O Império dos Sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. *Síntese dos Indicadores Sociais*, 2003. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em: 13 jun. 2003)

FIGUEIREDO, R. M. D. (Org.). *Prevenção às DST/Aids em Ações de Saúde e Educação*. São Paulo: NEPAids, 1998.

GALLAND, O. *Sociologie de la Jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1997.

GIDDENS, A. *A transformação da Intimidade: sexo, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GONÇALVES, E. Amar, Namorar, Ficar. In: *Sexualidade: prazer em conhecer*. Livro do Professor. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2001, p. 150.

GONZÁLEZ REY, F. *La Epistemología Cualitativa y Subjetividad*. São Paulo: Educ, 1997.

GUIMARÃES, C. D. O Comunicante e a Comunicada: a transmissão sexual do HIV. In: VERA, P. (Org.). *Em tempos de Aids*. São Paulo: Summus, 1992.

HAKKERT, R. Preferências Reprodutivas em Adolescentes. In: GUZMÁN, J. M. et al. (Orgs.). *Diagnóstico sobre Salud Sexual y Reproductiva de Adolescentes en América Latina y el Caribe*. México, D.F.: UNFPA, 2001.

HEILBORN, M. L. e Equipe Gravada. Uniões Precoces, Juventude e Experimentação da Sexualidade. In: HEILBORN, M. L. et al. *Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

HEILBORN, M. L. Estranha no Ninho: sexualidade e trajetória de pesquisa. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Orgs.). *Pesquisas Urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

HEILBORN, M. L. et al. *O Aprendizado da Sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

HEILBORN, M. L. Sexualidade no Plural: o direito à diferença. In: Articulação de Mulheres Brasileiras. O que diz a Plataforma Política Feminista. Bocas no Mundo. *Revista da Articulação de Mulheres Brasileiras*, n. 1-2, 2003.

LONGO, L. A. F. Juventude e Contracepção: um estudo dos fatores que influenciam o comportamento contraceptivo das jovens brasileiras de 15 a 24 anos. In: Décimo Terceiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

LUKER, K. *Dubious Conceptions. The politics of Teenager Pregnancy*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

MELO, A. V. Gravidez na Adolescência: nova tendência na transição da fecundidade no Brasil. In: Décimo Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1996, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, v. 3, 1996.

MENEZES, Greice. Comentário sobre a Pesquisa O Aprendizado da Sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros, 2006. In Folha de São Paulo de 28/08/2006. Disponível em <<http://www.unfpa.org.br/arquivos/clipping2008.htm#dasjo>>. (Acesso em: 28 ago. 2006)

MENSCH, B. S. BRUCE, J.; GREENE, M. E. *The Uncharted Passage: girls' adolescence in the developing world*. New York: Population Council, 1998.

MESSEDER, S. A. Namorei não, Peguei: o pegar como uma forma de relacionamento amoroso-sexual entre os jovens. In: Décimo Terceiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

MOREIRA, M. de M. Adolescentes e Jovens do Sexo Masculino: riscos de contrair HIV/Aids ou DST ou engravidar uma parceira. In: Décimo Terceiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

NEUBERN, M. da S. O Reconhecimento das Emoções no Cenário da Psicologia: implicações epistemológicas e reflexões críticas. In: *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 21, n. 2, p. 62-73, 1999.

NOLASCO, S. A. *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PAIVA, V. et al. *Uso de Preservativos*. Pesquisa MS/Ibope 2003. Brasília: Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST/Aids. Disponível em <http://www.Aids.gov.br/final/biblioteca_ibope/artigo_preservativo>. (Acesso em: 22 set. 2006)

PATARRA, N. Mudanças na Dinâmica Demográfica. In: MONTEIRO C. A. (Org.). *Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: a evolução do país em suas doenças*. São Paulo: Hucitec, 1995.

PIMENTEL, S.; PANDJIARJIAN, V.; PIOVESAN, F. Aborto: descriminar para não discriminar. *Jornal da Rede Saúde*, n. 21, 2000.

PIROTTA, K.; SCHOR, N. Juventude e Saúde Reprodutiva: valores e condutas relacionados com a contracepção entre universitários. In: Décimo Terceiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

SIMÕES BARBOSA R. Aids e Saúde Reprodutiva: novos desafios. In: GIFFIN, K.; COSTA, S. H. (Orgs.). *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p. 291.

SANTOS, V.; SANTOS C. E. *Adolescentes, Jovens e Aids no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde – Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.

SOUSA e SILVA, R. Especulações sobre o Papel do Aborto Provocado no Comportamento Reprodutivo das Jovens Brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, jul./dez., 2002.

URREA GIRALDO, F.; CONGOLINO, M. L.; HERRERA, H. D. Sociabilidades y Sexualidad entre Jóvenes de Sectores Populares de Cali. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE, 2003, Angra dos Reis.

RIETH, Flávia. A Iniciação Sexual na Juventude de Mulheres e Homens. In: *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 8, n. 17., 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100004>. (Acesso em: 10 out. 2006)

Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira

Alessandro Lutfy Ponce
de Leon*

O mundo do trabalho vem passando por transformações em velocidade nunca antes vista. A internacionalização do comércio mundial e do mercado financeiro tem causado mudanças contundentes na estrutura de produção, as quais foram sendo continuamente adaptadas ao macroprocesso de globalização e localização em curso.

O impacto do desenvolvimento e da ampliação do acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação nas relações sociais e na criação, produção, distribuição e no *marketing* das empresas, somado à utilização de modelos de gestão e/ou de administração desenvolvidos para a otimização dos custos das empresas e dos governos, vêm levando a uma demanda por trabalhadores cada vez mais específica: com maior escolaridade e conectividade, em uma ponta, e com menor custo possível, em outra. O que vem causando uma série de mudanças nos processos culturais, econômicos e sociais.

Na prática, as novas tecnologias vêm substituindo os trabalhos manuais. Cresce o número de fábricas automatizadas, com poucos operários, e de empresas virtuais, além dos setores da indústria e da agricultura, que se tornam cada vez mais

* Mestre em Estudos Políticos Aplicados pela Fundação Internacional e para Iberoamérica de Administração e Políticas Públicas, Madrid, Espanha. Coordenador Geral/Reitor da Universidade da Juventude.

intensivos em capital e menos em mão-de-obra, e são exemplos desse processo em que surgirão, e desaparecerão, campos profissionais inteiros. Esse processo, cada vez mais, exige dos trabalhadores habilidades e conhecimentos que, em pouco tempo, se tornarão obsoletos; e das sociedades e de seus governantes, o desenvolvimento de ambiências que possam vir a gerar decisões políticas e jurídicas que busquem equilibrar e superar os impactos negativos desses processos, além de fortalecer as identidades regionais e garantir os direitos básicos das populações.

Os jovens, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade, historicamente são considerados um grupo com grande dificuldade de inserção na atividade econômica. E, no atual contexto, se deparam com um mercado de trabalho fortemente impactado pelas mudanças da estrutura da produção. No entanto – e paradoxalmente –, são também considerados como um dos segmentos com melhor qualificação média e grande flexibilidade para adaptarem-se ao surgimento de novas oportunidades. Portanto, podem ser considerados como um grupo potencialmente mais preparado a uma inserção positiva no mundo do trabalho e a uma interação sustentável nos processos de desenvolvimento.

É durante essa fase da vida que o indivíduo se constitui como ser autônomo pelo processo de relação com suas redes sociais: com suas famílias, seus grupos e suas comunidades; e pela interação que emerge nos campos da educação e do trabalho. Tudo indica que as experiências adquiridas nesse período podem influenciar toda a trajetória futura do jovem e de forma ainda mais determinante do que em outras faixas etárias.

De acordo com a legislação brasileira, o trabalho é um direito básico que deve permitir o acesso não apenas aos bens de subsistência – alimentação, água, moradia, saneamento, cuidados médicos, vestuário, educação, transporte e energia –, mas também aos recursos tecnológicos e aos bens culturais e simbólicos de uma sociedade.

Na literatura, o trabalho é entendido como uma das principais vias de realização pessoal e de construção de identidades, criador de relevantes vínculos sociais. Além de poder ser percebido também como fonte de criatividade e de inovação pela sua capacidade de produção de conhecimento, ciência e tecnologia, possibilitando às sociedades contínuas modificações sociais, políticas, econômicas e culturais.

As questões do trabalho e da renda da juventude refletem o difícil processo de inserção e permanência do jovem no mundo do trabalho. Assim, a análise do emprego e do desemprego juvenil ganha importância, tendo em vista seu impacto e sua relevância social, e demonstra que o mesmo vem sendo considerado como fenômeno com peculiaridades universais, decorrente da interpretação de que os jovens estão em um momento de seu ciclo vital caracterizado pela experimentação e pela

transição para a vida adulta, assumindo novas responsabilidades sociais, em que se exigiria a passagem de sua condição de inatividade para a de atividade econômica. Em outras palavras: os jovens poderiam estar em processo contínuo de passagem: experimentando o mercado de trabalho e sendo experimentado por ele, buscando adaptarem-se às demandas das empresas, dos governos e da sociedade.

Cabe ressaltar, ainda, que no Brasil, além de diferenças relativas à localização geográfica, o fenômeno do desemprego não atinge de maneira homogênea a totalidade da força de trabalho. Quando se analisa a composição dos mais atingidos pelo desemprego, segundo atributos individuais, nota-se claramente a presença de setores mais frágeis no interior da força de trabalho, entre eles expressivos setores da juventude, que vêm sendo efetivamente atingidos por diferentes fatores em seu processo de inserção e permanência no mercado, como: a progressão da idade; o seu rendimento e de sua família; a escolaridade de seus pais; a sua classe social; e a falta de escolaridade adequada da maioria dos jovens.

E essa é uma das questões mais relevantes na pauta dos países em desenvolvimento: o ingresso prematuro e precário dos jovens mais vulneráveis na condição de atividade econômica, com o conseqüente abandono dos bancos escolares. O que acaba por comprometer o desenvolvimento da capacidade desses jovens para toda vida, perpetuando e ampliando o ciclo de pobreza em que grande parte de suas famílias encontra-se imerso. De acordo com Madeira (2003, p. 9)

Em última instância, e de forma bem sucinta, os índices de desemprego representam a falta de capacidade da economia de um país em oferecer todo o trabalho produtivo que a sua população deseja. Diferentes segmentos da sociedade apresentam dificuldades diferenciadas de acesso ao trabalho produtivo, por um conjunto diversificado de situações. Entretanto, os indicadores de desemprego juvenil sempre foram os mais elevados, não só no Brasil, como em todo mundo. O mais instigante é que essa situação persiste mesmo nos períodos de expansão econômica.

São diversos os motivos que explicam esse comportamento diferenciado do desemprego juvenil. Porém, a partir da análise da literatura especializada, nos orientamos em torno das seguintes hipóteses:

1. A insuficiência de demanda (com várias possíveis causas: baixo crescimento econômico, reestruturação produtiva com a conseqüente busca por trabalhadores de maior experiência, qualificação e escolaridade);

2. No caso do Brasil, a importância da questão demográfica da maior população de jovens da história, em números absolutos;
3. A alta transição do emprego para o desemprego e para a inatividade inerente à condição, principalmente, dos jovens adolescentes (de experimentação, inadequação e insatisfação com o mercado de trabalho que se apresenta a eles);
4. O nível extensivo de pobreza: “[...] a diminuição dos salários reais e o aumento ou a manutenção dos elevados níveis de pobreza, por um lado, e o aumento da insegurança laboral, por outro, impulsionam a entrada de jovens no mercado de trabalho” (CACCIAMALI, 2004);
5. E as dificuldades de transição do mundo escolar para o mundo do trabalho (sistema escolar deficitário ou de má qualidade, pouca ou nenhuma articulação entre as políticas educacionais, de capacitação e de mercado do trabalho).

Vários autores abordam as principais causas e conseqüências do desemprego juvenil e apontam para possibilidades similares e complementares de diagnóstico, a partir de diferentes pontos de vista:

Tokman (2002) considera que o problema do desemprego juvenil decorre de uma série de fatores, que incluem o baixo crescimento econômico, o desencontro entre aspirações dos jovens e realidade do mercado de trabalho, a escassez de “capital humano” no segmento populacional e a regulação inadequada do mercado de trabalho.

Já Pochmann (2000) discorre que é um problema inerente ao modelo econômico adotado e considera a conseqüente redução do nível de atividade econômica como a causa principal do agravamento do desemprego entre os jovens.

Madeira (2003) prospecta sobre as explicações mais recorrentes na literatura, como as grandes mudanças ocorridas na estrutura do emprego ao longo das últimas décadas, a importância da questão demográfica desse corte etário, e a crença de que o jovem não tem oportunidade no mercado de trabalho por não ter experiência ou habilidades demandadas pelo mercado.

Há um consenso entre os especialistas de que a educação de qualidade é a melhor política de prevenção para o desemprego juvenil. Não obstante, grande parte dos pesquisadores reconhece a necessidade e a relevância do desenvolvimento

de políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda específicas para a juventude, uma vez que os jovens, como vimos, são impactados pelo processo de globalização e atingidos pelo desemprego, por diversas razões, de uma forma mais peculiar e ainda mais intensa do que as outras faixas etárias.

Este artigo está dividido em cinco seções, incluindo essa breve introdução. Na segunda seção busca-se traçar um perfil dos jovens que trabalham ou que já trabalharam. A terceira seção aborda a constituição da desocupação e da inatividade econômica entre os jovens brasileiros. A quarta seção acerca-se de alguns aspectos a respeito da renda e da autonomia dos jovens brasileiros. Nessa seção analisa-se a composição da renda familiar dos jovens e em que medida o jovem colabora nessa composição.

Na quinta seção se revisam alguns dos principais achados da pesquisa, ressaltando algumas tendências observadas segundo a idade, a classe socioeconômica e a escolaridade dos jovens. Ao fim dessa seção, apresenta-se um breve sumário com algumas das principais informações do capítulo sintetizadas.

O trabalho entre os jovens

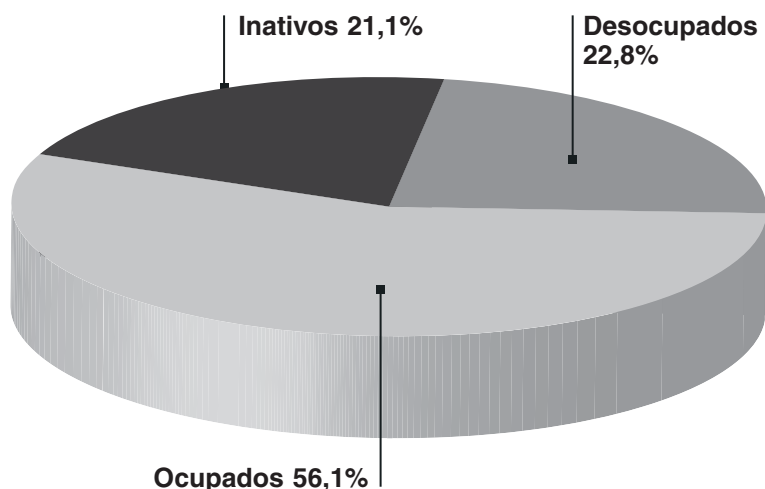
Do total de 142,980 milhões de pessoas com mais de dez anos de idade, os jovens, na faixa etária entre 15 e 29 anos, constituíam 33,58% do total da população em idade ativa (PIA), perfazendo 48,019 milhões de jovens.

Apesar de representarem pouco mais de 33% da população brasileira em idade ativa, e 34,6% do total da população ocupada, os jovens desempregados entre 15 e 29 anos somavam, pela mesma pesquisa, mais de 61% do total do desemprego nacional. (PNAD/IBGE, 2003)

De acordo com a pesquisa, dos quase 48 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, 56,1% (26.821.746) estavam ocupados, 22,8%, desocupados (10.894.107) e 21,1%, inativos¹ (10.097.718).

¹ Entende-se por desocupado o jovem que declarou não trabalhar ou nunca ter trabalhado e estar atualmente procurando emprego. Já por inativo, compreende-se o jovem que declarou não trabalhar ou nunca ter trabalhado e não estar atualmente procurando emprego.

Gráfico 1 – Distribuição dos jovens segundo ocupação, desocupação e inatividade, Brasil, 2004.



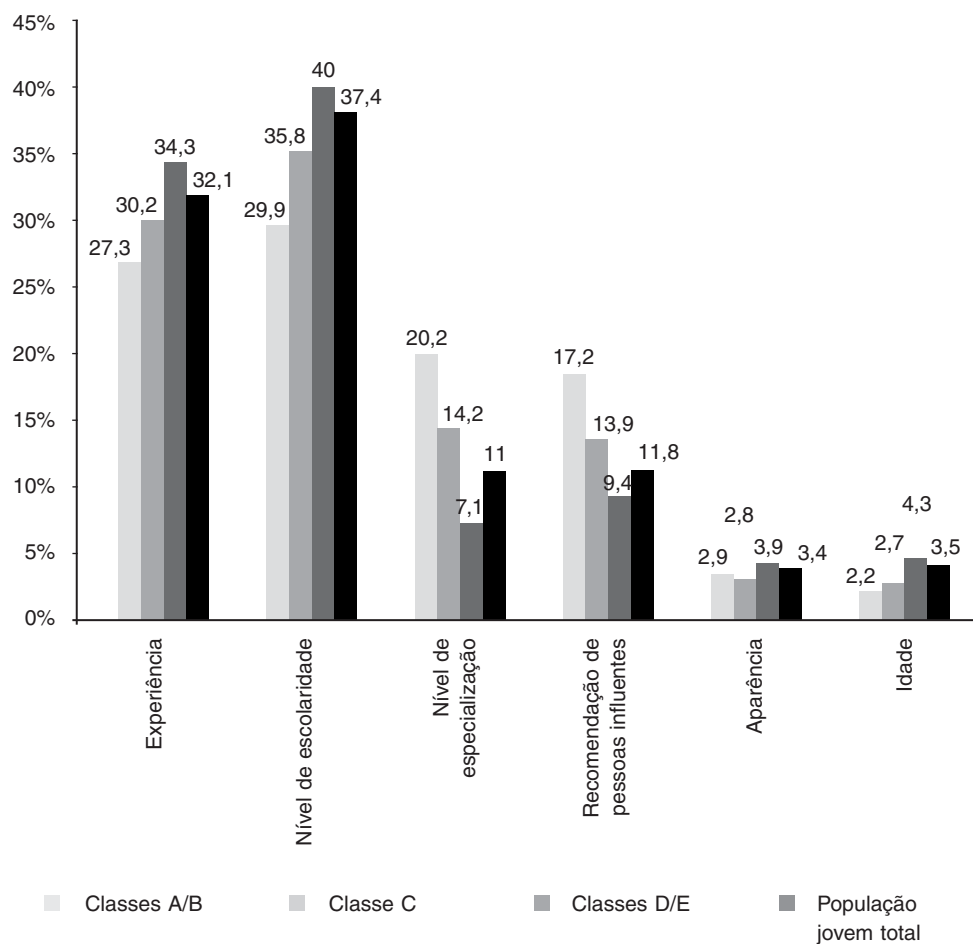
FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Para 37,4% dos jovens brasileiros, o nível de escolaridade é a qualidade mais importante que uma pessoa deve ter para conseguir trabalho. Para 32,1%, a principal qualidade é a experiência, para 11,8%, é o contato com pessoas influentes e para 11%, é o nível de especialização.

Nesse contexto, em que mais de um terço dos jovens valorizam a escolaridade como o principal atributo para conseguir trabalho, cabe ressaltar que, segundo dados da pesquisa, do total de jovens brasileiros, 22,9%, o que representa 10.964.230 indivíduos, possuem até a 4ª série do Ensino Fundamental como grau de instrução; 34% (16.284.982) possuem grau de instrução entre a 5ª e a 8ª séries do Ensino Fundamental, 35,8% (17.124.426), o Ensino Médio; e 7,2% (3.459.032), o Ensino Superior.

Entre os jovens das classes A/B, 29,9% (1.801.131) acreditam que a qualidade mais importante para uma pessoa conseguir emprego é o nível de escolaridade. Um total de 27,3% (1.643.569) acredita que é a experiência e 20,2% (1.213.511) acreditam que é o nível de especialização. Entre os jovens das classes D/E, 40% (10.681.521) afirmaram que a principal qualidade para conseguir emprego é o nível de escolaridade. Um percentual de 34,3% (9.166.195) afirmou ser a experiência e 9,4% (2.508.617) afirmaram ser o contato com pessoas influentes.

Gráfico 2 – Distribuição dos jovens segundo indicação da qualidade mais importante para uma pessoa conseguir trabalho, por classe socioeconômica, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventude*, *Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Quase a metade dos jovens brasileiros (46,9%), o que representa 22.433.951 indivíduos, está buscando trabalho.

A porcentagem de jovens que procuram trabalho é maior entre os jovens de 18 a 20 anos, 54%, principalmente se compararmos aos jovens entre 27 e 29 anos, 39,8%. Entre os jovens de 21 a 23 anos essa porcentagem é igual a 50,3%.

É na região Sudeste que há uma maior proporção de jovens que procuram trabalho. Estão atualmente procurando trabalho 50,9% dos jovens do Sudeste. No Norte são 42,1% e no Centro-Oeste, 41,2%.

Tabela 1 – Distribuição dos jovens segundo indicação de procura de emprego, por grande região, Brasil, 2004.

Procura por algum trabalho	Grande Região					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Sim, está	1.605.180 42,1%	6.513.177 46,8%	10.172.657 50,9%	2.709.378 40,9%	1.433.559 41,2%	22.433.951 46,9%
Não está	2.203.025 57,8%	7.388.512 53,1%	9.804.891 49%	3.908.962 59%	2.040.767 58,7%	25.346.159 53%
Não opinou	4.772 0,1%	14.345 0,1%	23884 0,1%	4.784 0,1%	4.776 0,1%	52.560 0,1%
Total	3.812.977 100%	13.916.034 100%	20.001.432 100%	6.623.124 100%	3.479.102 100%	47.832.670 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: "Independente de você estar trabalhando ou não, você, atualmente, está ou não está procurando algum trabalho?"

Entre os negros há mais jovens procurando trabalho do que entre os jovens das demais etnias: 54,7% dos jovens negros estão procurando trabalho. Entre os jovens pardos/morenos a porcentagem é igual a 47,1% e entre os jovens brancos, é de 43,8%.

Nos municípios metropolitanos há uma maior proporção de jovens procurando trabalho quando comparado aos municípios urbanos não-metropolitanos e rurais. Nos municípios urbanos metropolitanos, 53,1% (7.702.955) dos jovens estão procurando trabalho. Nos municípios urbanos não-metropolitanos essa porcentagem cai para 47,3% (9.143.108) e a grande variação está nos municípios rurais, nos quais a procura chega a 39,9% (5.587.889).

Considerando o grau de instrução, a maior proporção de jovens que procuram trabalho está entre aqueles que cursaram ou cursam o Ensino Médio. Enquanto entre os jovens que cursam ou cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental a porcentagem dos que estão procurando emprego é de 42% (4.602.252), entre os jovens que cursaram ou cursam o Ensino Médio é de 51,4% (8.810.480).

Tabela 2 – Distribuição dos jovens segundo indicação de procura de emprego, por grau de instrução, Brasil, 2004.

Procura por algum trabalho	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Sim, está	4.602.252	7.506.763	8.810.480	1.514.456	22.433.951
	42%	46,1%	51,4%	43,8%	46,9%
Não está	6.357.194	8.744.771	8.304.401	1.939.792	25.346.159
	58%	53,7%	48,5%	56,1%	53%
Não opinou	4.784	33.448	9.545	4.784	52.560
	0%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	10.964.230	16.284.982	17.124.426	3.459.032	47.832.670
	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Independente de você estar trabalhando ou não, você, atualmente, está ou não está procurando algum trabalho?”

Entre os jovens com grau de instrução até a 4ª série do Ensino Fundamental, 40,4% (4.425.938) afirmaram que a qualidade mais importante para uma pessoa conseguir trabalho é o nível de escolaridade. Para 37% (4.057.831) é a experiência e para 7,9% (869.747) é o contato com pessoas influentes. Entre os jovens com o Ensino Médio, 32% (5.480.591) afirmaram que a mais importante qualidade é a experiência. Para 30,3% (5.193.814), é o nível de escolaridade e para 18,3% (3.134.279), é o nível de especialização. Já entre os jovens com Ensino Superior, 26,4% (912.545) afirmaram que a qualidade mais importante para conseguir trabalho é o contato com pessoas influentes, 24,7% (855.221) afirmaram que é o nível de escolaridade, 24,2% (836.085), que é a experiência e 22,9% (793.077), que é o nível de especialização.

Constituição da ocupação juvenil

Segundo os dados da pesquisa, 56,1% (26.821.746) dos jovens estão trabalhando. Entre os jovens homens essa porcentagem é de 67,5% (15.998.989). Já entre as jovens mulheres a porcentagem cai para 44,8% (10.822.757).

Tabela 3 – Distribuição dos jovens segundo indicação da situação em relação ao trabalho, por sexo, Brasil, 2004.

Indicação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Está trabalhando	15.998.989 67,5%	10.822.757 44,8%	26.821.746 56,1%
Não está trabalhando, mas já trabalhou	4.955.171 20,9%	7.817.657 32,4%	12.772.828 26,7%
Não está e nunca trabalhou	2.742.689 11,6%	5.495.407 22,8%	8.238.096 17,2%
Total	23.696.849 100%	24.135.821 100%	47.832.670 100%

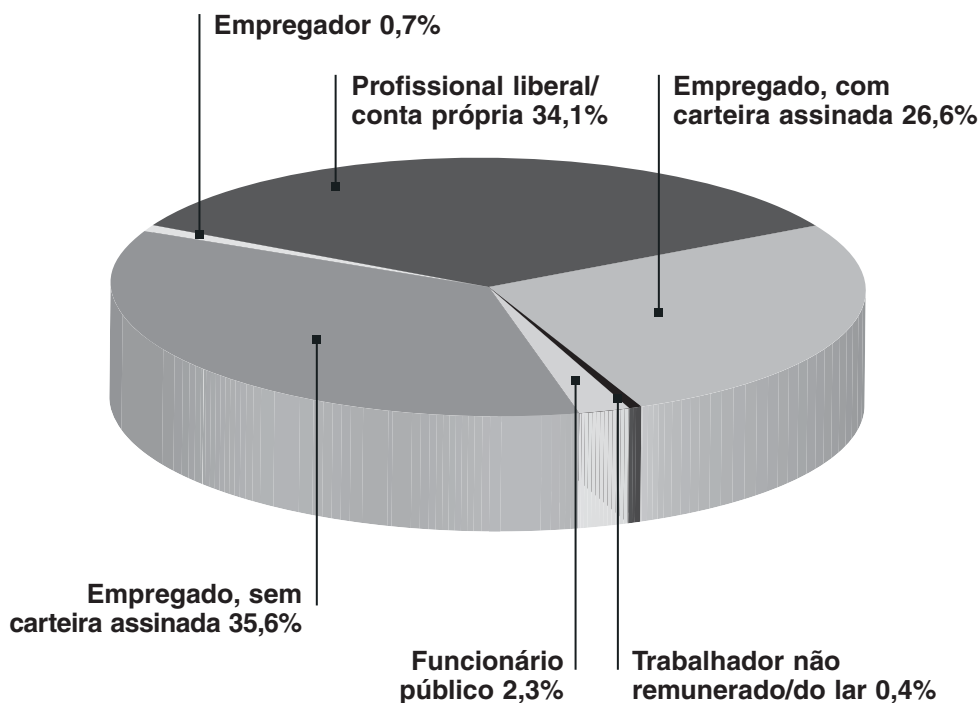
FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Você, atualmente, está ou não está trabalhando?”

A análise por grau de instrução evidencia que entre os jovens com até a 4ª série do Ensino Fundamental, 60,4% (6.624.581) declaram estar trabalhando; porcentagem menor apenas do que a registrada entre os jovens com Ensino Superior, em que 68,1% (6.624.581) declaram estar trabalhando no momento da realização da pesquisa. As porcentagens daqueles que estão trabalhando entre os jovens com Ensino Médio e entre os jovens de Ensino Superior são, respectivamente, 55,2% (9.455.612) e 51,5% (8.386.135).

Dos jovens que declaram estar trabalhando no momento da realização da pesquisa, 35,6% (9.557.255) afirmaram ser empregados sem carteira assinada, 34,1% (9.151.469) identificaram-se como profissionais liberais/conta própria e 26,6% (7.123.758) responderam estar na formalidade como empregados com carteira assinada.

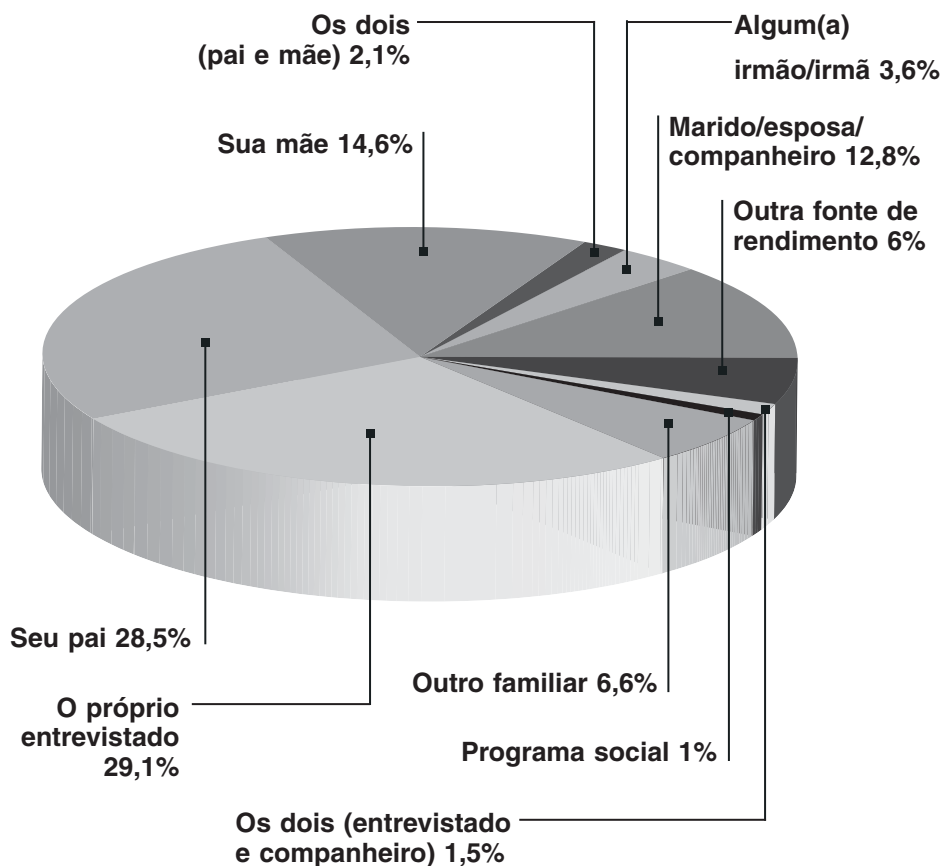
Gráfico 3 – Distribuição dos jovens que declararam estar trabalhando no momento da pesquisa, segundo indicação da posição que ocupa na atividade principal, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Dos jovens que declararam estar trabalhando no momento da realização da pesquisa, 29,1% (7.813.093) afirmaram serem eles próprios os que mais contribuem para a renda familiar de suas casas. Outros 28,5% (7.645.661) indicaram ser o pai, 14,6% (3.923.008), a mãe e 12,8% (3.426.010) apontaram ser o companheiro(a) o principal responsável pela renda familiar da casa.

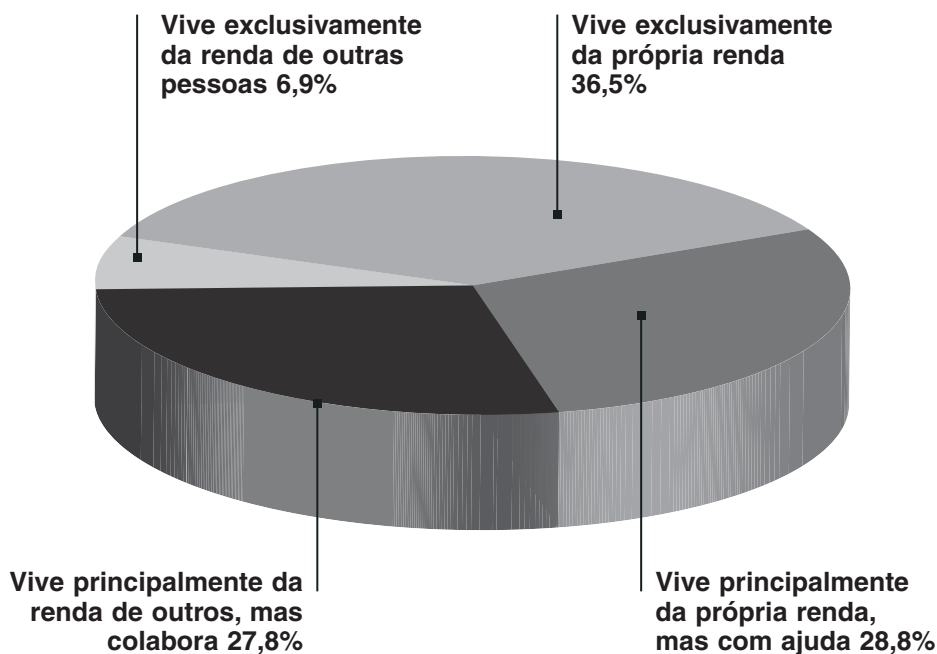
Gráfico 4 – Distribuição dos jovens que declararam estar trabalhando no momento da pesquisa, segundo indicação da pessoa que mais contribui para a renda familiar, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

É importante salientar ainda que 36,5% (9.776.980) dos jovens ocupados vivem exclusivamente da própria renda; 28,8% (7.716.999) vivem principalmente da própria renda, mas com a ajuda de outros. Outros 27,8% (7.468.863) vivem principalmente da renda de outros, mas colaboram; e 6,9% (1.844.571) vivem exclusivamente da renda de outras pessoas.

Gráfico 5 – Distribuição dos jovens que declararam estar trabalhando no momento da pesquisa, segundo indicação da pessoa que mais contribui para a renda familiar, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa Juventude, *Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004

Relação trabalho e estudo

Para 61,3% (16.428.451) dos jovens brasileiros que trabalham, as atividades que desempenham no trabalho não têm relação com aquilo que eles estudam ou estudaram. Para 27,8% (7.463.911), existe alguma relação entre o que estudam ou estudaram e a atividade que desempenham no trabalho e 10,4% (2.800.384), apesar de trabalharem, não estudam.

Tabela 4 – Distribuição dos jovens segundo indicação se a atividade que desempenha no trabalho tem alguma relação com os estudos, Brasil, 2004.

Indicação	Nº	%
Sim	7.463.911	27,8
Não	16.428.451	61,3
Trabalha, mas não estuda*	2.800.384	10,4
Não opinou	129.001	0,5
Total	26.821.746	100

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você acha que a sua atividade tem alguma relação com os seus estudos?”

Foi perguntado ao jovem: Somente para quem está trabalhando, “você acha que a sua atividade tem alguma relação com os seus estudos?”

A maioria dos jovens que trabalham e que possuem como grau de instrução o Ensino Superior (63,9%) acreditam que há uma relação entre os estudos e as atividades que desempenham no trabalho, 33,7% acreditam que não há essa relação e somente 2% (47.795) trabalham, mas não estudam. Já entre os jovens que possuem até a 4ª série do Ensino Fundamental, 14,6% (970.338) trabalham, mas não estudam, 63% (1.504.978) acham que não há relação entre os estudos e o trabalho que realizam e 21,9% (1.453.035) acham que há essa relação.

Tabela 5 – Distribuição dos jovens segundo indicação se a atividade que desempenha no trabalho tem alguma relação com os estudos, por grau de instrução, Brasil, 2004.

Indicação	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª Série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª Série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Sim	1.453.035 21,9%	1.753.740 20,9%	2.752.158 29,1%	1.504.978 63,9%	7.463.910 27,8%
Não	4.172.552 63%	5.628.927 67,1%	5.833.883 61,7%	793.089 33,7%	16.428.450 61,3%
Trabalha, mas não estuda*	970.338 14,6%	936.567 11,2%	845.683 8,9%	47.795 2%	2.800.384 10,4%
Não opinou	28.656 0,4%	66.902 0,8%	23.888 0,3%	9.555 0,4%	129.001 0,5%
Total	6.624.581 100%	8.386.136 100%	9.455.612 100%	2.355.417 100%	26.821.745 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: somente para quem está trabalhando, “você acha que a sua atividade tem alguma relação com os seus estudos?”

*Essa categoria é tratada a parte, para evitar que a percepção dos jovens que não estudam interfira quando se analisa a relação entre estudo e trabalho.

Considerando a classe socioeconômica, 42,6% (1.452.342) dos jovens das classes A/B afirmam que a atividade que desempenham no trabalho tem alguma relação com os estudos e 51,6% (1.758.207) afirmam que essa relação não existe. Já entre os jovens das classes D/E, 24% (3.508.012) acham que existe alguma relação entre os estudos e o trabalho que desempenham e 63,9% (9.333.397) acham que não existe essa relação.

Ramo de atividade principal

A prestação de serviços é o ramo da atividade principal de 33,8% (13.369.251) dos jovens brasileiros. Com a atividade comercial trabalham 18,7% (7.391.480), na agricultura/pecuária, 12,8% (5.068.163) e na indústria de transformação, 12,1% (4.787.541).

Tabela 6 – Distribuição dos jovens segundo indicação do ramo da atividade principal, Brasil, 2004.

Qual o ramo da atividade principal	Nº	%
Prestação de serviços	13.369.251	33,8
Comércio	7.391.480	18,7
Agricultura/Pecuária	5.068.163	12,8
Indústria de transformação	4.787.541	12,1
Construção	3.373.302	8,5
Atividade social	2.800.075	7,1
Transporte	812.250	2,1
Administração pública	635.617	1,6
Comunicação	315.331	0,8
Outras atividades	210.246	0,5
Não sabe/ Não opinou	831.318	2,1
Total	39.594.574	100

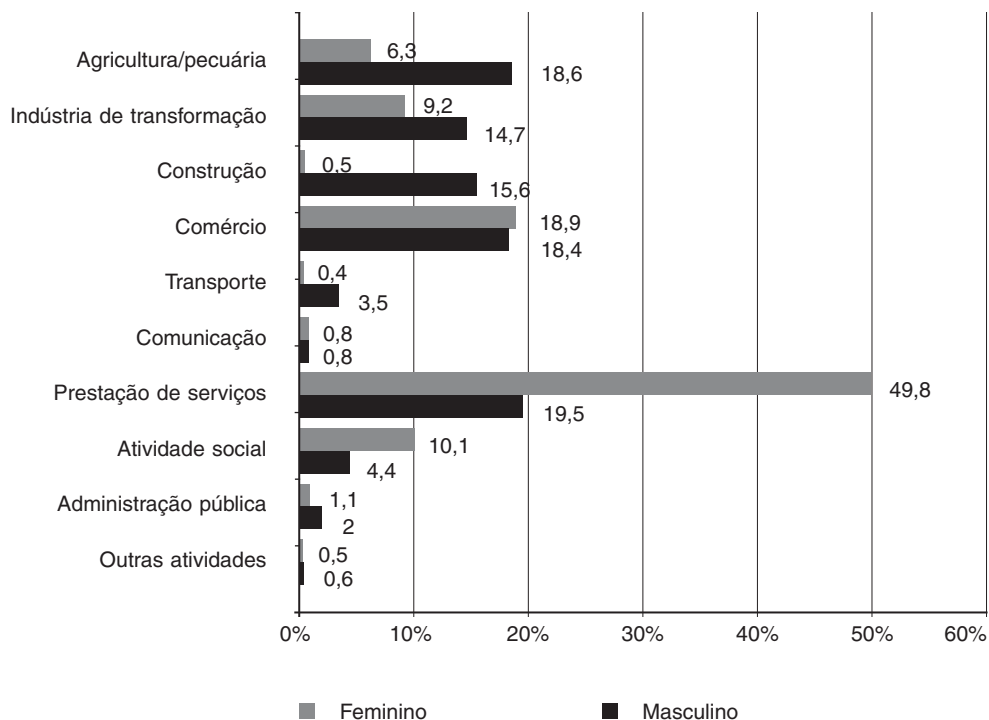
FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Independente de você estar ou não estar trabalhando atualmente, qual o ramo de sua atividade principal?”

Se considerarmos somente os jovens ocupados, a prestação de serviços continua sendo o ramo principal de atividade, abarcando 29,3% (7.859.572) do total dos jovens brasileiros. Dos demais, 19% (5.102.915) trabalham com a atividade comercial, 14,7% (3.954.208), na agricultura/pecuária, 13% (3.487.986), na indústria de transformação, 9% (2.412.892), na construção e 8%, em atividades sociais.

Essa estrutura de atividades apresenta modificações consideráveis quando analisada a diferença de ocupações entre homens e mulheres. Entre os jovens homens, 19,5% trabalham com a prestação de serviços, 18,6%, na agricultura/pecuária e 18,4%, com o comércio. Já entre as jovens mulheres, quase a metade (49,8%) trabalha com a prestação de serviços, 18,9% trabalham com o comércio e 10,1%, com atividade social.

Gráfico 6 – Distribuição dos jovens segundo indicação do ramo da atividade principal, por sexo, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Seja em qual for a região, o ramo da atividade principal dos jovens com maior incidência é a prestação de serviços. Na região Centro-Oeste a porcentagem de jovens que trabalham nesse ramo é de 42,4% (1.261.523) e na região Sul e região Nordeste é de, em ambos os casos, 29,4%, (respectivamente representando 1.710.611 e 3.110.719 indivíduos). Nas regiões Norte e Nordeste, o segundo ramo com maior incidência é a atividade rural, com 20,4% (612.035) e 23,5% (2.485.871), respectivamente. Nas demais regiões brasileiras, o segundo ramo com maior número de ocorrências é o comércio. E nas regiões Sul e Sudeste, o terceiro ramo com maior incidência é a indústria de transformação, com 17,2% (998.632) e 14,5% (2.498.771), respectivamente.

Entre os jovens que vivem nos municípios urbanos metropolitanos e não-metropolitanos, o ramo da atividade principal com maior número de casos é a prestação de serviços. Nesses, respectivamente 39,1% (4.754.615) e 34,6% (5.514.505) indicaram trabalhar nesse ramo de atividade. A segunda maior indicação percentual nesses municípios é o comércio: atividade indicada por 22% (2.666.407) dos jovens metropolitanos e 20,5% (3.256.338) dos jovens urbanos não-metropolitanos. O terceiro ramo de atividade entre os jovens urbanos é a indústria de transformação, indicada por 13,2% (1.605.579) dos metropolitanos e 13,% (2.062.471) dos jovens urbanos não-metropolitanos.

Já entre os jovens que vivem nos municípios rurais, o ramo da atividade principal com maior incidência é a agricultura/pecuária, com 32,2% (3.707.717) dos casos, seguido pela prestação de serviços, com 26,9% (3.100.130) dos casos, e o comércio, com 12,7% (1.468.734). Vale destacar que nos municípios urbanos não-metropolitanos, 8% (1.269.654) dos jovens têm como ramo da atividade principal a agricultura/pecuária, e nos municípios urbanos metropolitanos essa porcentagem é de apenas 0,7% (90.792).

A análise dos dados aponta que para os jovens de menor escolaridade e das classes D/E a prestação de serviços e a agricultura são os ramos que podem ser considerados como portas de entrada desses setores, apresentando uma maior participação juvenil no mercado de trabalho.

Entre os jovens com grau de instrução até a 4ª série do Ensino Fundamental, o ramo da atividade principal para 31,1% (3.025.000) é a prestação de serviços, e para 30,6% (2.978.750), a agricultura/pecuária.

Entre os jovens que afirmaram ter grau de instrução compreendido entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, o ramo com maior número de casos é a prestação de serviços, com 39,2% (5.093.460) e 32% (4.400.375), respectivamente. Em seguida aparece o comércio, indicado por 18,6% (2.412.989) daqueles com grau de instrução compreendido entre a 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e 25,3% (3.468.574) entre os jovens com Ensino Médio. A indústria é o terceiro ramo de atividade mais indicado por esses jovens, apresentando 12,3% (1.595.850) e 14,7% (2.016.138), respectivamente.

Já entre os jovens com Ensino Superior, o ramo com maior incidência é a atividade social, com 30,7% (965.134) dos casos, seguido pela prestação de serviços, com 27,1% (850.415) dos casos, e o comércio, com 15,5% (487.289) dos casos.

Para 19,8% dos jovens pertencentes às classes D/E, o ramo da atividade principal é a agricultura/pecuária. Entre os jovens das classes A/B, apenas 2,1% trabalham

nesse ramo. Entre os jovens das classes mais ricas, 31,4% trabalham com a prestação de serviços, 24,3% com o comércio e 14,3% com atividade social. Vale destacar que 4,4% dos jovens das classes mais baixas trabalham com atividade social.

Posição ocupada na atividade principal

Em relação à posição que ocupa ou ocupou em sua atividade principal, somente 25,8% (10.200.584) dos jovens brasileiros afirmaram serem empregados formais, com carteira assinada. A informalidade atinge 43% (17.045.346) dos jovens que declararam estar empregados, sem carteira assinada, e 27,9% (11.058.305) dos jovens consideravam-se profissionais liberais/conta própria.

Tabela 7 – Distribuição dos jovens segundo indicação da posição que ocupam ou ocuparam na atividade principal, por sexo, Brasil, 2004.

Posição ocupada	Nº	%
Empregado, sem carteira assinada	17.045.346	43
Profissional liberal/conta própria	11.058.305	27,9
Empregado, com carteira assinada	10.200.584	25,8
Funcionário público federal/estadual/municipal	673.900	1,7
Trabalhador não-remunerado/do lar	262.824	0,7
Empregador	195.927	0,5
Não opinou	157.689	0,4
Total	39.594.574	100

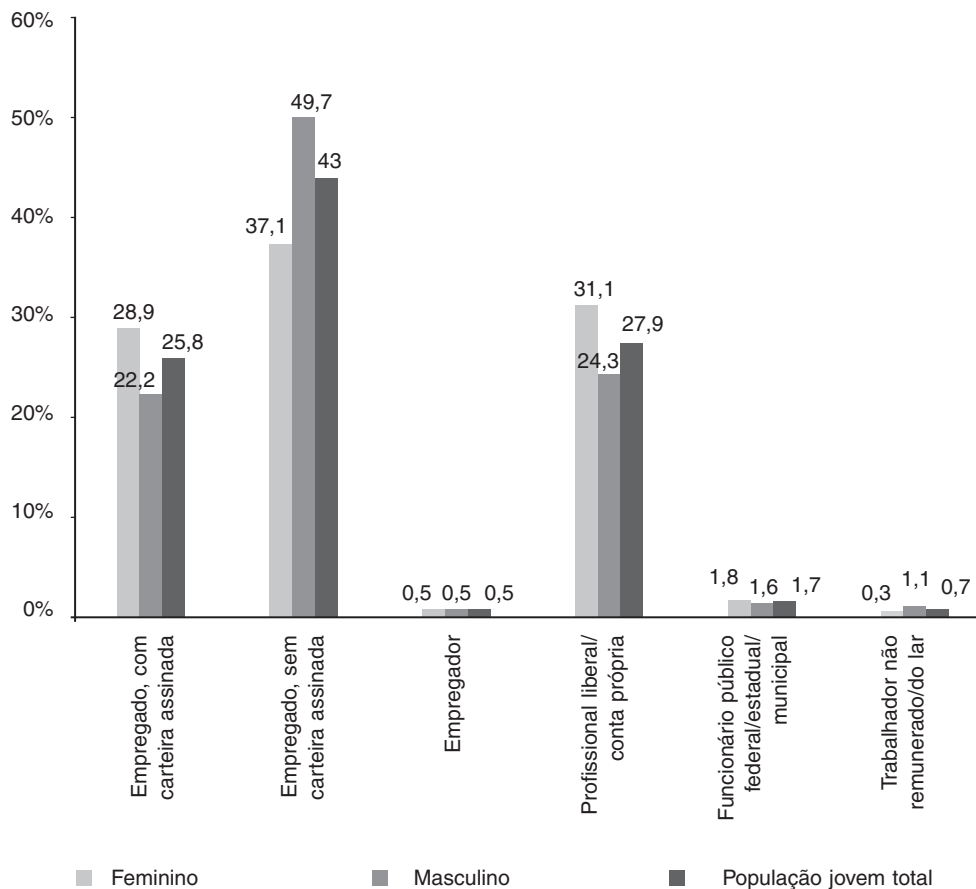
FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Dentre estas, qual a posição você ocupa/ocupou em sua atividade principal?”

Os dados da pesquisa indicam que há mais mulheres que trabalham sem carteira assinada do que homens. Entre as jovens mulheres, 49,7% (9.265.648), e, entre os jovens homens, 37,1% (7.779.698) declaram trabalhar sem carteira assinada.

Dos jovens homens, 28,9% (6.053.546) declaram trabalhar com carteira assinada e outros 31,1% (6.523.481) declaram ser profissionais liberais. Entre as mulheres, 22,2% (4.147.037) declaram trabalhar com carteira assinada e 24,3% (296.360) são profissionais liberais.

Gráfico 7 – Distribuição dos jovens segundo indicação da posição que ocupa ou ocupou na atividade principal, por sexo, Brasil, 2004.



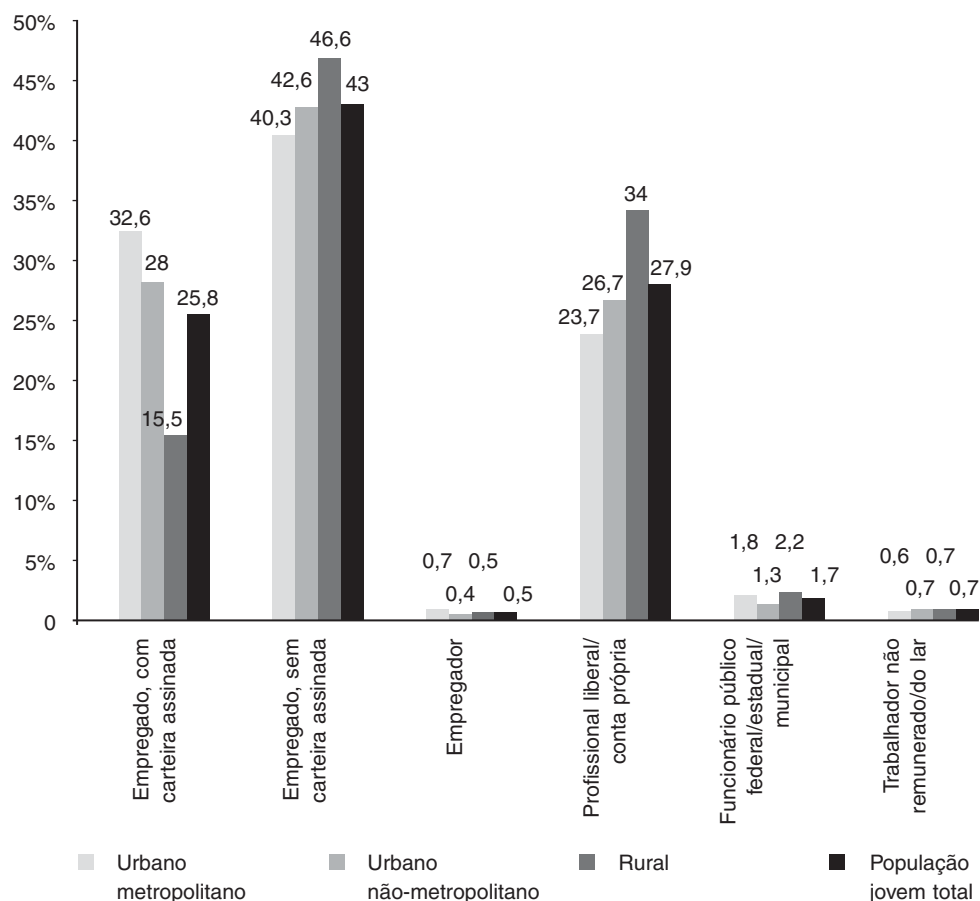
FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Mais de 60% (3.598.465) dos jovens entre 15 e 17 anos que trabalham ou já trabalharam são ou eram empregados sem carteira assinada. Com o aumento da faixa etária, a porcentagem de jovens que trabalham ou trabalharam sem carteira assinada diminui, chegando a 31% (2.422.779) para os jovens entre 27 e 29 anos. Nessa faixa etária, 33,7% (2.637.292) dos jovens trabalham ou trabalharam com carteira assinada e entre os jovens de 15 a 17 anos essa porcentagem cai para 6,6% (377.435).

A porcentagem de jovens empregados com carteira assinada nas regiões Norte e Nordeste é bem inferior à das demais regiões. Na região Norte é de 13,7% (410.758), na região Nordeste é de 11,6% (1.227.812), na região Centro-Oeste, de 27% (802.703), na região Sudeste, de 33% (5.680.789) e na região Sul, de 35,8% (2.078.521). É nessa última região onde há a menor porcentagem de jovens que trabalham empregados e sem carteira assinada (34,9% – 2.026.199). Na região Norte quase 50% (1.495.656) dos jovens trabalham sem carteira assinada. Na região Nordeste, 41,2% (4.358.959) dos jovens são profissionais liberais, e na região Sudeste essa porcentagem é igual a 20,9% (3.597.884).

Nos municípios urbanos, a proporção de jovens que trabalham empregados com carteira assinada é superior à dos municípios rurais. Dos jovens que vivem nos municípios urbanos metropolitanos, 32,6% (3.961.383) afirmam trabalhar empregados com carteira assinada e 23,7% (2.876.662), como profissionais liberais. Já entre os jovens que vivem nos municípios rurais, 15,5% (1.784.488) indicam trabalhar com carteira assinada e 34% (3.923.004), como profissionais liberais.

Gráfico 8 – Distribuição dos jovens segundo indicação da posição que ocupa ou ocupou na atividade principal, por condição do município, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Quanto maior o grau de instrução, maior a porcentagem de jovens que trabalham empregados com carteira assinada. Entre aqueles com até a 4ª série do Ensino Fundamental, 14,4% (1.400.145) trabalham com carteira assinada, e entre os com Ensino Superior, 44% (1.380.664).

A porcentagem de jovens que trabalham por conta própria é maior entre os jovens com menor escolaridade. Entre os jovens com até a 4ª série do Ensino Fun-

damental, 40,2% (3.919.495) declaram ser profissionais liberais/conta própria. Já entre os jovens com Ensino Superior, essa porcentagem é de 15,4% (482.550). Vale ressaltar que, dos jovens com Ensino Superior, 8,8% (277.168) afirmam ser funcionários públicos, enquanto somente 0,2% (23.915) dos jovens com até a 4ª série do Ensino Fundamental dizem o mesmo.

Considerando a classe socioeconômica, há uma maior proporção de jovens pertencentes às classes A/B que trabalham empregados com carteira assinada do que nas demais classes. Dos jovens das classes A/B, 38,5% (1.815.474) trabalham com carteira assinada; da classe C, 34,4% (4.366.758); e das classes D/E, 18,1% (4.018.352). Ocorre o inverso quando se trata da porcentagem de jovens que trabalham empregados sem carteira assinada. Dos jovens das classes A/B, 32,8% (1.547.946) trabalham sem carteira assinada; da classe C, 39% (4.950.000); e das classes D/E, 47,6% (10.547.400).

Tabela 8 – Distribuição dos jovens segundo indicação da posição que ocupam ou ocuparam na atividade principal, por classe socioeconômica, Brasil, 2004.

Posição ocupada	Classe socioeconômica			Total
	Classes A/B	Classe C	Classes D/E	
Empregado, com carteira assinada	1.815.474 38,5%	4.366.758 34,4%	4.018.352 18,1%	10.200.583 25,8%
Empregado, sem carteira assinada	1.547.946 32,8%	4.950.000 39%	10.547.400 47,6%	17.045.346 43%
Empregador	100.347 2,1%	62.099 0,5%	33.481 0,2%	195.927 0,5%
Profissional liberal/ conta própria	1.008.085 21,4%	2.895.482 22,8%	7.154.739 32,3%	11.058.305 27,9%
Funcionário público federal/ estadual/municipal	219.807 4,7%	286.729 2,3%	167.364 0,8%	673.899 1,7%
Trabalhador não remunerado/do lar	23.888 0,5%	90.783 0,7%	148.153 0,7%	262.823 0,7%
Não opinou	4.779 0,1%	42.999 0,3%	109.911 0,5%	157.689 0,4%
Total	4.720.326 100%	12.694.850 100%	22.179.400 100%	39.594.572 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: "Dentre estas, qual a posição você ocupa/ocupou em sua atividade principal?"

Benefícios do trabalho

A maioria dos jovens pesquisados responde não usufruir os direitos sociais previstos em lei. Os benefícios mais recebidos são a carteira assinada, o vale-transporte, o auxílio-alimentação e o plano de saúde/seguro-desemprego, respectivamente, com 17,5% (9.287.989), 13,3% (7.075.536), 6,7% (3.578.563) e 6,5% (3.454.230) das respostas. Afirmaram não receber benefícios de seus trabalhos 38,4% (20.391.414) dos jovens.

A pesquisa ainda aponta que as desigualdades regionais refletem-se de forma efetiva na percepção de benefícios recebidos: 65,6% (1.968.805) dos jovens da região Norte, 64,5% (6.815.066) dos jovens do Nordeste e 53,7% (1.596.272) dos jovens da região Centro-Oeste afirmaram não receber benefícios do trabalho. Já na região Sudeste e Sul, 44,6% (7.688.692) e 40% (2.322.578), respectivamente, consideravam não receber benefícios.

Percebe-se, ainda, em relação à classe socioeconômica, uma grande variação dos jovens que declararam não receber nenhum benefício do atual ou do último trabalho: dos jovens das classes A/B, 35,1% (1.657.903); dos jovens da classe C, 40,8% (5.184.117); e dos jovens das classes D/E, 61,1% (13.549.394).

Entre os jovens das classes D/E, 16,5% (3.655.204) indicam a carteira assinada como benefício recebido, 10,8% (2.398.324), o vale-transporte e 5% (1.113.302), o auxílio-alimentação. Já entre os jovens das classes A/B a carteira assinada é indicada por 35,5% (1.676.928) dos indivíduos; o vale transporte, por 32,6% (1.538.416); e o auxílio alimentação, por 20% (945.988).

Jornada de trabalho

A questão da análise da jornada de trabalho dos jovens brasileiros deve refletir a preocupação das peculiaridades existentes nessa fase da vida e seus impactos na vida futura dos mesmos. Isso é a possibilidade de compatibilização das atividades de trabalho com a continuidade dos estudos. No entanto, constatou-se que cerca de 45% (17.952.792) dos jovens que trabalham ou já trabalharam cumprem jornada de trabalho superior a oito horas diárias e 68,6% (27.175.076) dos jovens trabalham mais de seis horas diárias.

Dessa forma, 29,6% (11.725.974) dos jovens no Brasil que trabalham ou já trabalharam enfrentam uma jornada de trabalho de 41 a 50 horas semanais. Outros 23,3% (9.222.284) trabalham por semana de 31 a 40 horas, 15,7% (6.226.818)

trabalham mais de 60 horas, 13,8% (5.447.598) trabalham de 6 a 20 horas e 11,6% (4.606.524), de 21 a 30 horas.

A pesquisa registra uma jornada de trabalho masculina semanal maior do que a das mulheres, e que os jovens das faixas etárias mais elevadas trabalham mais horas por semana do que os jovens das faixas etárias menos elevadas. Percebe-se, ainda, que os jovens com menor escolaridade, assim como os oriundos das classes mais desfavorecidas, trabalham mais horas por semana do que os jovens mais escolarizados e os das classes A e B.

Em geral, os homens enfrentam uma jornada semanal de trabalho bem maior do que as mulheres. Um terço deles (6.985.964) trabalha semanalmente de 41 a 50 horas, 24,6% (5.146.449) trabalham de 31 a 40 horas por semana e 16,5% (3.464.826) trabalham mais de 60 horas. Entre as mulheres, 25,4% (4.740.010) trabalham de 41 a 50 horas semanais, 21,9% (4.075.835) trabalham de 31 a 40 horas e 17,4% (3.235.033) trabalham de 6 a 20 horas. Cabe ressaltar que a indicação por parte das jovens mulheres pode omitir as horas de trabalho dedicadas ao cuidado com a casa e a família, atividade ainda predominantemente feminina no Brasil.

Dentre os jovens com grau de instrução até a 4ª série do Ensino Fundamental, 18,9% (1.840.207) trabalham mais de sessenta horas por semana. Já entre os jovens com Ensino Superior, a porcentagem para esta indicação é de 7% (219.776).

Similarmente, observa-se que entre os jovens das classes D/E, 7,5% (3.880.614) trabalham mais de sessenta horas semanais, enquanto que entre os jovens das classes A/B, a porcentagem para essa indicação é igual a 9,8% (463.474).

Participação sindical

O nível de filiação sindical entre os jovens brasileiros entre 15 e 29 anos que afirmam trabalhar ou já terem trabalhado é de cerca de 10% (4.228.545), muito baixo, principalmente quando comparado com estimativas que apontam que cerca de 18% do total de trabalhadores (incluindo os jovens) são filiados a algum sindicato, isto é, quase o dobro do número de jovens sindicalizados. A maioria dos jovens que trabalham ou já trabalharam, quase 89% (35.251.342), afirmaram que nunca foram filiados a algum sindicato.

Tabela 9 – Distribuição dos jovens segundo indicação de ser ou ter sido filiado a algum sindicato, Brasil, 2004.

É ou já foi filiado a algum sindicato	Nº	%
Sim	4.228.545	10,7
Não	35.251.342	89
Não opinou	114.687	0,3
Total	39.594.574	100

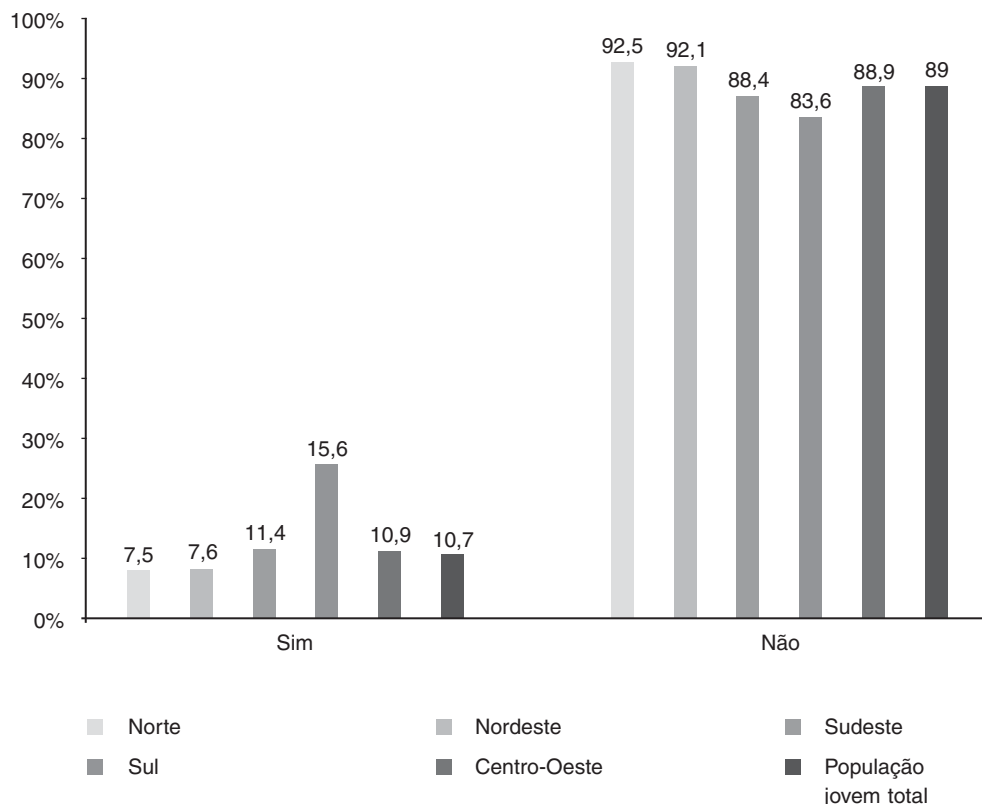
FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Você é ou já foi filiado a algum sindicato?”

Verificou-se que com o aumento da faixa etária, é maior a porcentagem de jovens que são ou já foram filiados a algum sindicato. Entre os jovens de 15 a 17 anos, apenas 1,7% (95.557) são ou já foram filiados a algum sindicato e entre os jovens de 27 a 29 anos essa porcentagem sobe para 17,3% (1.352.192).

As regiões com as menores porcentagens de jovens que afirmam trabalhar ou já terem trabalhado e que são ou já foram filiados a algum sindicato são as Regiões Norte, com 7,5% (224.616), e Nordeste, com 7,6% (807.691). Na região Centro-Oeste, a porcentagem sobe para 10,9% (324.875), na região Sudeste, para 11,4% (1.963.597) e na região Sul, para 15,6% (907.767).

Gráfico 9 – Distribuição dos jovens segundo indicação de ser ou ter sido filiado a algum sindicato, por grande região, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Os jovens que afirmam trabalhar ou já terem trabalhado e possuem maiores graus de instrução são também os mais sindicalizados. Entre os jovens com o Ensino Superior, 21,8% (683.186) são ou já foram filiados a algum sindicato. A porcentagem decresce conforme diminui o grau de instrução dos jovens. Entre aqueles com o Ensino Médio, a porcentagem de filiados a sindicatos é de 12,7% (1.743.770) e entre os com grau de instrução até a 4ª série do Ensino Fundamental, é de 6,8% (659.580).

Tabela 10 – Distribuição dos jovens segundo indicação de ser ou ter sido filiado a algum sindicato, por grau de instrução, Brasil, 2004.

É ou já foi filiado	Grau de instrução				Total
	Até a 4ª série do Ensino Fundamental	5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Sim	659.580	1.142.010	1.743.770	683.186	4.228.545
	6,8%	8,8%	12,7%	21,8%	10,7%
Não	9.023.725	11.812.383	11.959.487	2.455.748	35.251.342
	92,6%	91%	87,1%	78,2%	89%
Não opinou	57.350	23.888	33.449	0	114.686
	0,6%	0,2%	0,2%	0%	0,3%
Total	9.740.655	12.978.281	13.736.706	3.138.934	39.594.573
	100%	100%	100%	100%	100%

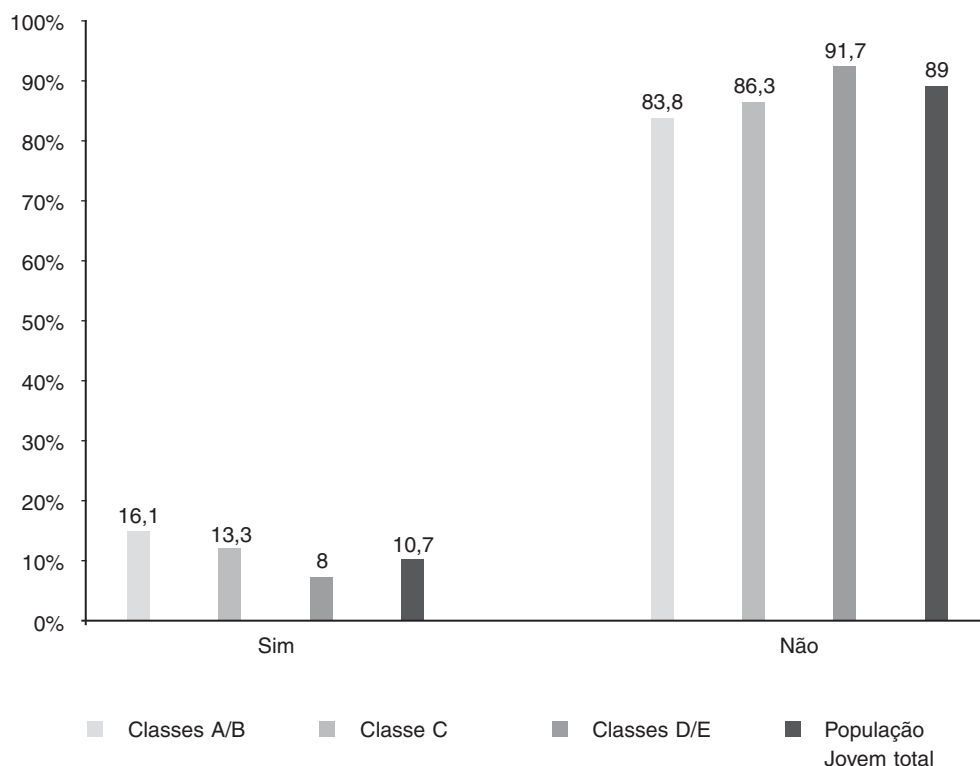
FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004

Foi Perguntado ao jovem: “Você é ou já foi filiado a algum sindicato?”

Em relação à cor/raça auto-atribuída, 9,5% (2.011.707) dos que se declaram pardos/morenos, 11,3% (520.829) dos que se declaram negros, e 12,3% (1.629.143) dos que se declaram brancos afirmam ser ou já terem sido filiados a algum sindicato.

Da mesma forma, a filiação a sindicatos é maior entre os jovens das classes mais altas do que entre os jovens das demais classes. Dos jovens das classes A/B que afirmam trabalhar ou já terem trabalhado, 16,1% (59.576) são ou já foram filiados a algum sindicato, ao passo que entre os jovens da classe C essa porcentagem é igual a 13,3% (1.691.207) e entre os jovens das classes D/E, é igual a 8% (1.777.762).

Gráfico 10 – Distribuição dos jovens segundo indicação de ser ou ter sido filiado a algum sindicato, por classe socioeconômica, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Constituição da desocupação e da inatividade do jovem

Os jovens que não trabalham ou nunca trabalharam e estão procurando emprego representam 22,8% (10.894.107) dos jovens brasileiros. Quando analisados por sexo, verifica-se que as mulheres representam muito mais da metade desses jovens, pois entre os desocupados 7.053.767 são do sexo feminino e 3.043.951 são do sexo masculino.

Tabela 11 – Distribuição dos jovens segundo ocupação, desocupação e inatividade, por sexo, Brasil, 2004.

Indicação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Ocupados	15.998.989 67,5%	10.822.757 44,9%	26.821.746 56,1%
Desocupados	4.644.360 19,6%	6.249.747 25,9%	10.894.107 22,8%
Inativos	3.043.951 12,9%	7.053.767 29,2%	10.097.718 21,1%
Total	23.687.300 100%	24.126.271 100%	47.813.571 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Você, atualmente, está ou não está trabalhando?” e “Independente de você estar trabalhando ou não você, atualmente, está ou não está procurando algum trabalho?”

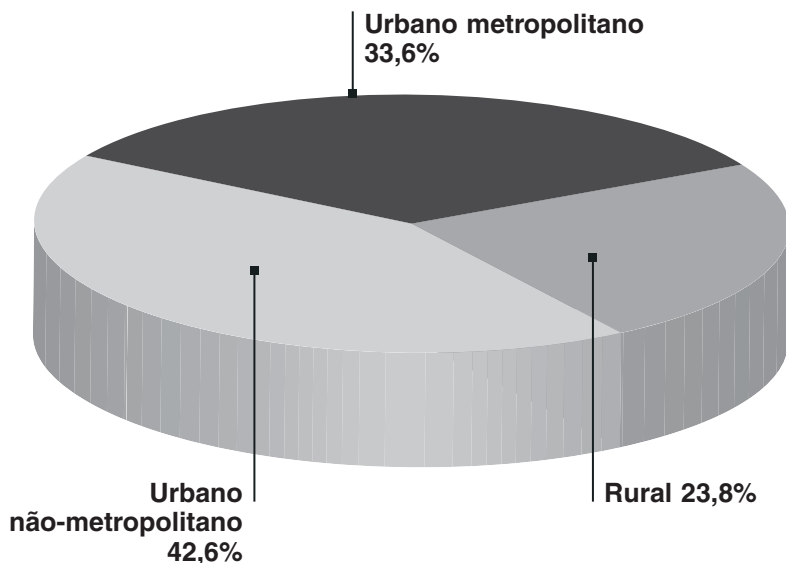
Jovens desocupados

Dentre os jovens desocupados, 57,5% (4.611.127) já tiveram emprego sem carteira assinada, e outros 26,6% (2.130.757) trabalharam na formalidade, com carteira assinada. Ainda sobre esses jovens, observa-se que a prestação de serviço é a atividade principal das posições que já ocuparam, com 39,3% (3.153.684), seguido por comércio, com 19,7% (1.581.449), indústria de transformação, com 11,1% (893.411), construção, com 9,2% (735.796), e agricultura/pecuária, com 7,8% (626.169).

Os dados da pesquisa apontam que a busca pelo emprego juvenil, mesmo desconsiderando as questões da qualidade da inserção, da jornada de trabalho e da remuneração, incide mais entre os jovens dos municípios urbanos, metropolitanos e não-metropolitanos, que contabilizam, respectivamente, 53,1% (7.702.955) e 47,3% (9.143.108) dos jovens que estão procurando algum trabalho. Já nos municípios rurais, o percentual é de 39,9% (5.587.889).

Destaca-se os jovens desocupados, em que se verifica tendência inversa na ordem dos municípios. Nesse caso, os jovens desocupados nos municípios urbanos não-metropolitanos somam 42,6% (4.645.544), enquanto os residentes em municípios urbanos metropolitanos somam 33,6% (3.660.337) e os residentes em municípios rurais, 23,8% (2.588.226).

Gráfico 11 – Distribuição dos jovens desocupados, por condição do município, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventude*, *Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Dos jovens desocupados, 29,7% (3.230.155) tinham entre 15 e 17 anos, 27,4% (2.981.549) estavam entre 18 e 20 anos e 19% (2.073.630), entre 21 e 23 anos. Já o grupo de 24 a 26 anos e o de 27 a 29 anos apresentavam uma proporção de 12,9% (1.409.535) e 11% (1.199.238) entre os desocupados jovens, respectivamente.

Entre os desocupados em questão, quem mais contribui para a renda da casa são seus pais: o pai, com 37,4% (4.075.651), e a mãe, com 22,7% (2.470.327). O companheiro(a) e outro familiar aparecem com 14,5% (1.581.656) e 11,1% (1.204.051), respectivamente.

Do total de jovens desocupados (10.894.107), 26,4% (2.871.623) estão procurando emprego e nunca trabalharam (em busca do primeiro emprego) e 73,6% (8.022.484) já trabalharam. Além disso, 86% (9.365.082) vivem exclusivamente da renda de outras pessoas, 6% (654.593) vivem principalmente da renda dos outros, mas colaboram, e apenas 3,6% (391.811) vivem exclusivamente da própria renda.

Jovens em inatividade econômica

Os jovens em inatividade, isto é, aqueles que não trabalham e não buscam emprego, representam 21,1% (10.097.718) do total de jovens brasileiros de 15 a 29 anos. Desses, 30,1% (3.043.951) são homens e 69,9% (7.053.767), mulheres.

Entre os inativos, 53% (5.352.152) nunca trabalharam e 47% (4.745.566) já trabalharam. Quase a metade dos jovens inativos que já trabalharam, 49,5% (2.351.217), afirmam ter como principal atividade a prestação de serviços. Outros 14,9% (707.117) indicam o comércio, seguidos por 10,3% (487.786) que apontam a agricultura/pecuária, e 8,6% (406.143) que afirmam ter como principal atividade a indústria de transformação.

Quanto ao grau de instrução, os dados da pesquisa revelam que 24,5% (2.475.999) possuíam grau de instrução até a 4ª série do Ensino Fundamental e 39,8% (4.018.864), da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental. Outros 31% (3.129.862) indicaram ter Ensino Médio e 4,7% (472.993), o Ensino Superior.

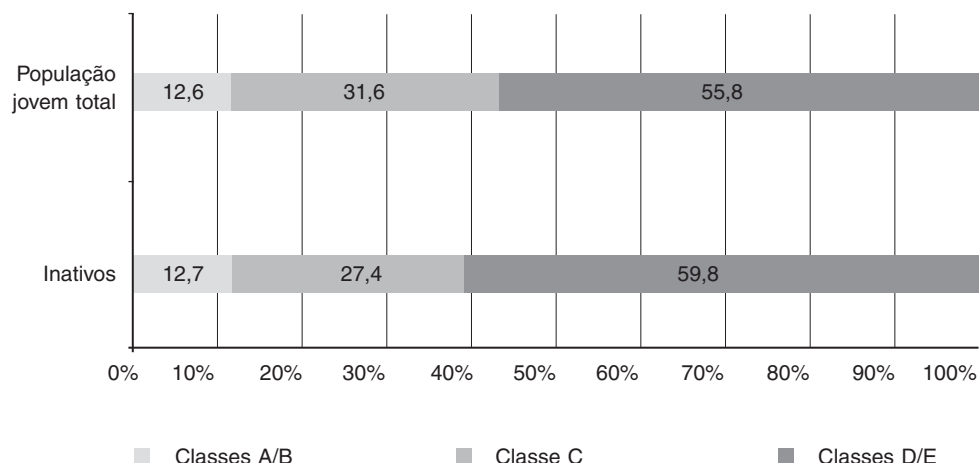
Tabela 12 – Distribuição dos jovens desocupados por grau de instrução, Brasil, 2004

Faixa Etária	Nº	%
Até a 4ª série do Ensino Fundamental	2.475.999	24,5
5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	4.018.864	39,8
Ensino Médio	3.129.862	31
Ensino Superior	472.993	4,7
Total	10.097.718	100

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Com relação à classe socioeconômica, verifica-se que 12,7% (1.285.181) dos inativos pertencem às classes A/B, 27,4% (2.771.392), à classe C, e 59,8%, à classe D/E (6.041.144), o que significa uma distribuição muito semelhante ao verificado para o total da população.

Gráfico 12 – Distribuição dos jovens e dos jovens inativos segundo classe socioeconômica, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventudes Brasileiras*. Unesco, 2004.

A distribuição segundo a raça/cor auto-atribuída pelos jovens entre os inativos é também muito semelhante à observada para o total da população jovem. Dos jovens inativos, 32,3% (3.249.336) se autodeclararam brancos, 9,3% (936.700), negros e 57,1% (5.739.650), pardos/morenos.

Dos jovens inativos entre 15 a 29 anos, 90,9% (9.180.164) afirmam viver exclusivamente da renda de outra pessoa, 3,5% (353.650), principalmente da renda de outra pessoa, mas colaboram. Esses declaram que quem mais contribui para a renda familiar da casa é o pai, com 33,6% (3.388.154), seguido do companheiro(a) e de sua mãe, com 29,9% (3.015.679) e 17,4% (1.758.544), respectivamente. Dentre os jovens inativos apenas 5,3% (291.497) vivem exclusivamente da própria renda.

Tempo de busca por trabalho

Considerando apenas os jovens que estão procurando trabalho, 48,2% (10.803.344) estão procurando trabalho há até seis meses, 20,8% (4.663.555) procuram trabalho entre seis meses e um ano e 20,1% (4.506.109), de um ano e meio a três anos.

Tabela 13 – Distribuição dos jovens segundo indicação de tempo em que procura trabalho, Brasil, 2004.

Quantidade de tempo	Nº	%
Até 6 meses	10.803.344	48,2
6 meses a 1 ano	4.663.555	20,8
1 ano a 1 ano e 6 meses	1.003.469	4,5
1 ano e 6 meses a 3 anos	4.506.109	20,1
Mais de 3 anos	1.457.473	6,5
Total	22.433.951	100

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Há quanto tempo você está procurando trabalho?”

Entre os jovens que estão atualmente procurando trabalho no Brasil, os jovens das regiões Norte e Nordeste são os que estão há mais tempo procurando trabalho. Um total de 9,6% (625.979) dos jovens da região Nordeste está procurando trabalho há mais de três anos e 27,1% (1.763.322) estão procurando entre um ano e meio e três anos. Na região Sul, apenas 3,4% (90.808) dos jovens estão procurando trabalho há mais de três anos e 61,4% (1.662.868) procuram trabalho há menos de seis meses.

Em geral, os jovens das classes mais baixas estão há mais tempo procurando algum trabalho do que os jovens das classes mais altas. Dos jovens das classes D/E, 45% (5.657.755) estão procurando trabalho há até seis meses e 22,7% (2.857.731) estão procurando entre um ano e meio e três anos. Já entre os jovens das classes A/B, 58,3% (1.514.539) procuram trabalho há até seis meses e 11,2% (291.418) procuram entre um ano e meio e três anos.

Os dados apontam para uma busca de trabalho estrutural quando analisamos a classe social do entrevistado. Aparecendo fortemente entre um ano e meio e três anos: variando de 22,7% (2.857.731) nas classes D/E para quase a metade na classe A/B (291.418).

De acordo com os dados da pesquisa, os jovens que se autodeclararam brancos, em geral, procuram emprego há menos tempo do que os jovens negros e pardos/morenos. Entre os jovens brancos, 51,7% (3.631.270) procuram emprego por um período de até seis meses. Entre os jovens que se declaram negros essa porcentagem é de 44,1% (1.313.968) e entre os pardos/morenos, de 47% (5.652.696).

A busca por trabalho por um período superior a três anos é indicada por 4,9% (344.058) dos jovens brancos, 7% (845.838) dos jovens pardos/morenos, e 8,5% (253.247) dos jovens que se declaram negros.

Meios para encontrar trabalho

Em relação ao meio usado para encontrar o atual ou último trabalho, quase a metade dos jovens, 49,7% (19.663.258), conseguiu encontrar o atual ou último trabalho por meio de amigos ou conhecidos e 30,6% (12.133.233) conseguiram por meio de familiares. Os números apontam para a relevância da utilização da rede pessoal dos jovens para encontrar trabalho, variando por idade, classe, região de moradia, grau de instrução e tipo de município.

Tabela 14 – Distribuição dos jovens segundo indicação de meio utilizado para encontrar o atual ou último trabalho, Brasil, 2004.

Indicação	Nº	%
Amigos ou conhecidos	19.663.258	49,7
Familiares	12.133.233	30,6
Agência de empregos	1.146.582	2,9
Escola/Faculdade	807.473	2
Classificados de jornais	587.632	1,5
Outros	5.050.905	12,8
Não sabe/Não opinou	205.491	0,5
Total	39.594.574	100

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Solicitou-se ao jovem: “Qual foi o meio usado por você para encontrar o seu atual/último trabalho?”

Os dados chamam atenção para a baixa utilização das agências de emprego entre as populações de menor grau de instrução e colocação socioeconômica, apontando a necessidade de reflexão pela sociedade das estratégias utilizadas pelo sistema público de emprego que, até o presente momento, não vem atingindo seus objetivos de chegar até as populações pior situadas na escala de distribuição de oportunidades e de renda.

Para responder a essa demanda, vários países da Europa e América Latina têm desenhado políticas voltadas para a descentralização de informações sobre oportunidades e o mercado de trabalho, guias, manuais, metodologias de oficinas

para as comunidades locais. A disseminação de ações desse tipo pode vir a potencializar o papel que jogam as relações pessoais dos jovens para a obtenção de trabalho, que, como vimos, não vêm tendo acesso aos benefícios do sistema público de emprego.

A contribuição do núcleo familiar para encontrar emprego se dá de forma contundente num perfil específico: nos jovens adolescentes, com mais baixo grau de instrução, nas classes C/D/E, nas Regiões Norte e Nordeste, e nos municípios rurais. De outra forma o contato com amigos e conhecidos parece contribuir mais nos jovens das Regiões Sul e Sudeste, naqueles com mais altos graus de instrução, pertencentes às classes A/B e residentes nos municípios urbanos metropolitanos.

Assim, dos jovens de 15 a 17 anos, 46,1% (2.618.829) conseguiram encontrar o atual ou último trabalho por meio de familiares, e 43,5% (2.475.481) por meio de amigos ou conhecidos. Entre os jovens de 27 a 29 anos essas porcentagens são de 24,8% (1.935.352) e 50,7% (3.961.156), respectivamente.

A análise do grau de instrução dos jovens indica uma menor influência de familiares, amigos ou conhecidos na hora de encontrar trabalho entre os jovens com maior grau de instrução.

Assim, verifica-se que entre os jovens com até a 4ª série do Ensino Fundamental, 85,9% (8.364.144) encontraram, principalmente, trabalho por meio de familiares (33,4% – 3.250.447) e amigos ou conhecidos (52,5% – 5.113.697). Já entre os jovens com o Ensino Superior essa porcentagem é de 56,3% (1.767.669). Entre os jovens com alto grau de instrução, a escola/faculdade foi o meio que 14,9% (468.257) dos jovens com maior escolaridade utilizaram para encontrar trabalho, porcentagem pelo menos sete vezes maior do que a encontrada entre os demais jovens.

Os jovens das classes mais baixas dependem mais de amigos ou conhecidos para encontrarem trabalho do que os jovens das demais classes. Dos jovens das classes D/E, 52,8% (11.717.671) encontraram o atual ou último trabalho por meio de amigos ou conhecidos. Entre os jovens da classe C essa porcentagem é de 48,6% (6.173.057) e entre os jovens das classes A/B, de 37,6% (1.772.530).

Tabela 15 – Distribuição dos jovens segundo indicação de meio utilizado para encontrar o atual ou último trabalho, por classe socioeconômica, Brasil, 2004.

Indicação	Classe socioeconômica			Total
	Classes A/B	Classe C	Classes D/E	
Classificados de jornais	114.668 2,4%	248.424 2%	224.540 1%	587.633 1,5%
Agências de empregos	305.769 6,5%	544.608 4,3%	296.205 1,3%	1.146.581 2,9%
Amigos ou conhecidos	1.772.530 37,6%	6.173.057 48,6%	11.717.671 52,8%	19.663.258 49,7%
Familiares	1.490.614 31,6%	3.573.840 28,2%	7.068.779 31,9%	12.133.234 30,6%
Escola/faculdade	339.214 7,2%	272.385 2,1%	195.874 0,9%	807.473 2%
Outros	678.424 14,4%	1.829.959 14,4%	2.542.522 11,5%	5.050.905 12,8%
Não sabe/não opinou	19.106 0,4%	52.576 0,4%	133.809 0,6%	205.492 0,5%
Total	4.720.325 100%	12.694.849 100%	22.179.400 100%	39.594.576 100%

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Qual foi o meio usado por você para encontrar o seu atual/último trabalho?”

Renda e autonomia

A emancipação econômica é um importante componente para a consolidação da plena autonomia do jovem e da jovem. Ter sua própria renda pode significar ao jovem a possibilidade de viver sobre suas próprias regras, alcançando a tão almejada liberdade. Porém, além dessa possibilidade, obter renda também significa, em muitos casos, a possibilidade de colaborar para aumentar as condições de manutenção de seu lar.

Nessa seção, observar-se-á que existe um crescente e relevante papel econômico dos jovens brasileiros para as suas famílias; porém, a maioria dos jovens brasileiros, mesmo quando possuem um trabalho, ainda estão distantes de obter sua

verdadeira emancipação econômica, dependendo ainda em grande medida da renda de seus pais, parentes ou outros.

Composição da renda familiar

Os dados sugerem que a participação econômica dos jovens na vida familiar é relevante, ficando atrás apenas da de seus pais. Essa participação diminui muito quando consideramos a condição de gênero. Veja-se que quando se analisa a opção o próprio entrevistado, o percentual é de 27,5% (6.527.685) para o sexo masculino e três vezes menos no caso das mulheres, que registram 8,9% (2.145.477). Entretanto, a maior contribuição registrada é do pai, com 36,3% (8.606.131), no caso dos homens, e de 26,9% (6.503.335), no caso das mulheres.

A importância da participação econômica juvenil se amplia se considerarmos principalmente os jovens ocupados e as famílias das classes D/E, além dos jovens com baixo grau de instrução.

Entre o total de jovens ocupados, 29,1% (7.813.093) contribuíam para a renda familiar, seguidos pelo pai, com 28,5% (7.645.661). No caso dos jovens desocupados, 5,1% (558.983) contribuíam para a renda familiar, enquanto o pai contribuía com 37,4% (4.075.651). Já entre os jovens inativos, 3% (301.086) contribuíam para a renda familiar, enquanto o pai contribuía com 33,6% (3.388.154).

Nos jovens com até a 4ª série do Ensino Fundamental, 25,9% (2.834.349) indicam serem eles próprios o principal provedor econômico de suas residências e outros 20,4% (2.232.191) indicam ser o pai. Entre os jovens com Ensino Superior, tais indicações têm suas porcentagens alteradas para 16,4% (568.616) e 43,5% (1.504.888), respectivamente.

Pelo que parece, os jovens deixam o estudo em segundo plano quando precisam ser responsáveis financeiramente por si mesmos e/ou por sua família. Quando é o pai o principal responsável pela renda da família se observa uma inversão nas cifras. A mesma tendência se observa na modalidade marido e esposa, que registra 25,2% (2.762.604) no nível de escolaridade de até a 4ª série e 8,3% (286.652) no Ensino Superior.

Os dados das grandes regiões mostram algumas diferenças entre eles. É no Centro-Oeste onde se localiza o percentual mais alto para a opção o próprio entrevistado, com 24,6% (855.443). No nordeste, esse percentual é de 13,7% (1.901.993), o que se corresponde ao menor registrado no Nordeste. A opção pai é mais alta

no Norte, com 35,5% (1.352.312) e a menor corresponde ao Nordeste, com 28,9% (4.028.580). A opção mãe é mais expressiva no Nordeste, com 20,9% (2.910.325), e o menor índice ocorre no Sul, com 12,3% (817.129). Essas diferenças podem também ser um reflexo dos distintos arranjos familiares das diversas regiões do país.

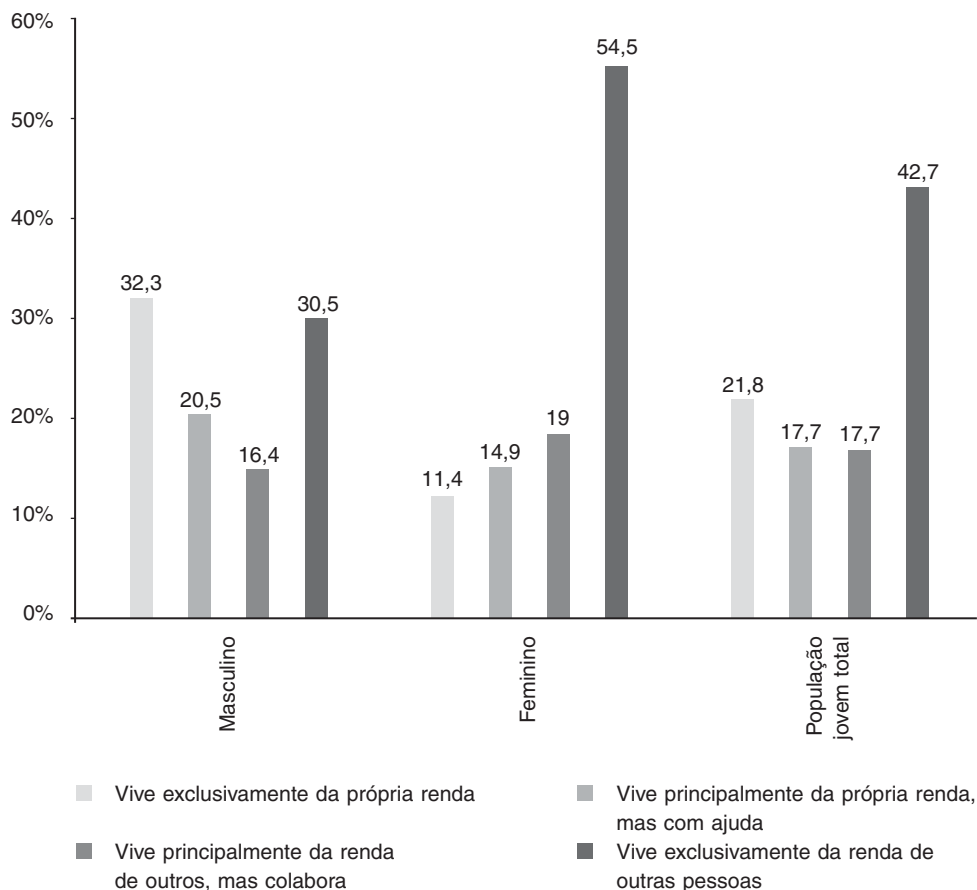
A situação econômica evidencia relevantes diferenças entre as classes. Com relação à opção o próprio entrevistado: corresponde a 8,8% (530.327) entre os jovens das classes A/B e 21,5% (5.730.092) entre os jovens das classes D/E, ao passo que a opção seu pai é completamente inversa, sendo 51% (3.067.213) nas classes A/B e 25,1% (6.695.839) nas classes D/E, o que pode estar associado a um maior capital das camadas altas, que permite uma prolongação maior da dependência dos filhos e uma saída mais demorada ao mercado de trabalho por parte desses segmentos.

Situação de autonomia em relação à renda

Mais de 40% (20.404.138) dos jovens brasileiros vivem exclusivamente da renda de outras pessoas, 21,8% (10.417.318) vivem exclusivamente da própria renda, 17,7% (8.471.991) vivem principalmente da própria renda, mas com a ajuda de outras pessoas, e outros 17,7% (8.477.105) vivem principalmente da renda de outros, apesar de colaborarem.

A situação de autonomia em relação à renda ainda é maior entre os homens: 32,3% (7.664.967) vivem exclusivamente da própria renda e 30,5% (7.239.169) vivem exclusivamente da renda de outras pessoas. Já entre as mulheres, constatou-se que a maior parte está em situação de dependência em relação à renda, 54,5% (13.164.970) vivem exclusivamente da renda de outras pessoas, enquanto 11,4% (2.752.351) vivem exclusivamente da própria renda.

Gráfico 13 – Distribuição dos jovens segundo indicação sobre autonomia em relação à renda, por sexo, Brasil, 2004.



FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Percebe-se ainda que quanto maior a faixa etária, maior a proporção de jovens que vivem exclusivamente da própria renda, e menor a dos que vivem exclusivamente da renda de outras pessoas: 37,4% (3.077.321) dos jovens entre 27 e 29 anos vivem da própria renda, enquanto apenas 4,5% (468.332) dos jovens entre 15 e 17 estão na mesma condição. De forma inversa, 73% (7.636.283) dos que têm entre 15 e 17 anos vivem somente com a renda de outras pessoas, e entre os que têm de 27 a 29 anos essa porcentagem diminui para 25,2% (2.078.531). Apesar dessa dimi-

nuição, é importante destacar a elevada proporção de jovens com mais de vinte anos no Brasil que dependem exclusivamente da renda de outros para viverem (29,2%).

Na região Nordeste é onde proporcionalmente há uma porcentagem menor de jovens que vivem exclusivamente da própria renda (14,4% – 2.007.197) e ao mesmo tempo onde há uma porcentagem mais elevada de jovens que vivem apenas da renda de outros (51,6% – 7.182.611). Por outro lado, a região onde há uma maior porcentagem de jovens que vivem da própria renda é a região Centro-Oeste, com 30,6% (1.065.935) de indicações. E a região onde há uma menor porcentagem de jovens que vivem exclusivamente da renda de outras pessoas é a região Sul, com 34,4% (2.279.354) de indicações.

Fontes de renda dos jovens

Dos jovens de 15 a 29 anos, 36,2% (17.336.413) afirmam não ter renda pessoal. Os jovens que têm renda estão divididos entre os que têm como principal fonte de renda a realização de trabalhos esporádicos, 20% (9.566.710), e os que têm como principal fonte de renda pessoal o trabalho regular, com 36,9% (17.646.919).

Tabela 16 – Distribuição dos jovens segundo indicação da principal fonte de renda pessoal, Brasil, 2004.

Principal fonte de renda pessoal	Nº	%
Trabalho regular	17.646.919	36,9
Não tem renda pessoal	17.336.413	36,2
Trabalhos esporádicos/ <i>bicos</i>	9.566.710	20
Mesada	1.184.902	2,5
Pensão	802.738	1,7
Outra fonte de rendimento	568.707	1,2
Seguro-desemprego	300.977	0,6
Crédito estudantil	181.566	0,4
Investimentos	119.460	0,2
Herança	52.574	0,1
Não opinou	71.705	0,1
Total	47.832.671	100

FONTE: Pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Unesco, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E qual destas é a sua principal fonte de renda pessoal?”

É grande a desigualdade entre os homens e as mulheres, 45,6% (10.794.887) deles têm como principal fonte de renda o trabalho regular, e entre as mulheres essa porcentagem cai para 28,4% (6.852.031). O quadro de falta de renda pessoal das mulheres jovens pode ser verificado com a constatação de que quase a metade das jovens brasileiras não têm renda pessoal (47,6% – 11.487.704) e 16,1% (3.875.198) delas vivem de trabalhos esporádicos (*bicos*). A porcentagem de homens que não têm renda pessoal é de 24,7% (5.848.709) e de que vivem de trabalhos esporádicos é de 24% (5.691.512).

O trabalho regular é a principal fonte de renda para 50% (4.118.950) dos jovens brasileiros entre 27 e 29 anos. Essa porcentagem decresce sistematicamente com a diminuição da faixa etária, chegando a 16,2% (1.691.633) para os jovens entre 15 e 17 anos. De maneira inversa, a porcentagem de jovens que não têm renda pessoal aumenta progressivamente com a diminuição da faixa etária, saindo de 22,2% (1.825.279) para os jovens entre 27 e 29 anos e chegando a 62,8% (6.570.710) para os jovens entre 15 e 17 anos.

A região em que há uma maior proporção de jovens que têm como principal fonte de renda o trabalho regular é a região Sul (47,3% – 3.130.059), e a que têm uma menor proporção é a região Nordeste (27,9% – 3.885.317). No Sudeste, 37,4% (7.482.295) dos jovens vivem do trabalho regular, no Norte, 40,2% (1.533.773), e no Centro-Oeste, 46,4% (1.615.474).

A região Sudeste é aquela em que há uma maior proporção de jovens que vivem de trabalhos esporádicos (23,8% – 4.764.154). No Nordeste são 20,2% (2.805.198) os que vivem nessa condição, no Sul, 16% (1.060.840), no Centro-Oeste, 14,3% (496.882) e no Norte, 11,5% (439.636).

A região Norte é a região em que há uma maior porcentagem de jovens que não têm renda pessoal, 44,5% (1.696.241) dos casos. No Nordeste essa porcentagem é igual a 43,9% (6.102.545), no Centro-Oeste, a 36,3% (1.261.616), e no Sudeste, a 31,3% (6.269.009). A região Sul é aquela que apresenta a menor porcentagem para esses casos, 30,3% (2.007.002).

Entre os jovens que pertencem às classes mais altas (A e B), 43,8% (2.632.405) têm o trabalho regular como principal fonte de renda. Outros 32,6% (1.963.623) não têm renda pessoal e 11,8% (707.137) realizam trabalhos esporádicos. Já entre os jovens que pertencem às classes mais baixas (D e E) a porcentagem dos que vivem de trabalhos esporádicos aumenta para 22,5% (6.002.352) e o número dos que extraem sua principal fonte de renda por meio do trabalho regular diminui para 33,4% (8.922.763).

Algumas considerações a respeito do trabalho e da renda dos jovens brasileiros

A análise da publicação da Unesco – *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa 2006* – traz à luz informações relevantes sobre a situação dos jovens brasileiros frente ao mundo do trabalho e coloca em questão esse grande desafio para a sociedade. Os dados apresentados expressam as desigualdades, vulnerabilidades e potencialidades dos jovens, que, se por um lado, podem ser considerados como um enorme problema social, por outro se apresentam como uma grande oportunidade para o desenvolvimento do país. Dessa forma, percebe-se a necessidade de uma intervenção pública efetiva, tanto na área da educação (formal e informal) quanto em áreas de geração de renda e desenvolvimento específicas para esse segmento.

Mesmo com os dados globais apresentando grande consistência, nos chama atenção a grande heterogeneidade de juventudes dentro desse mesmo segmento da população entre 15 a 29 anos. Assim, percebe-se que, para uma maior efetividade das análises, podemos observar os dados a partir de referenciais diferenciados separados, pelo menos, em grupos de faixa etária.

Os dados sugerem tendências que se apresentam em toda a pesquisa, principalmente quando analisadas em blocos de idade separados: de 15 a 17, de 18 a 20, de 21 a 23; já os grupos de 24 a 26 e de 27 a 29 anos, em grande parte, apresentam características similares.

Por exemplo, confirmou-se a hipótese (aparentemente óbvia) de que quanto maior a faixa etária, maior a porcentagem de jovens que estavam trabalhando. No entanto, ela varia fortemente de 28,4% (2.967.577) entre os jovens de 15 a 17 anos para 71,8% (5.910.941) entre os jovens de 27 a 29 anos. Já entre os jovens de 24 a 26 anos, 68,4% (6.011.188) estavam trabalhando. De 18 a 20 anos e de 21 a 23, respectivamente, 54% (5.657.890) e 63,6% (6.274.150) dos jovens estavam trabalhando.

Da mesma forma, além das diferenças apontadas de faixa etária, especial atenção deve ser dada a algumas tendências que apontam para uma juventude brasileira cindida, principalmente quando relacionamos os dados diretamente com as diferenças de classe, de gênero, de escolaridade e da localidade de origem dos jovens pesquisados.

Ressalte-se que, se 56% (26.821.746) dos jovens entre 15 e 29 anos no Brasil estavam trabalhando em 2004, no período da coleta dos dados, a porcentagem de homens jovens que trabalhavam representava 67,5% (15.998.989), enquanto a de mulheres era igual a 44,8% (10.822.757).

A pesquisa ainda indica que as mulheres jovens seguem registrando condições desfavoráveis de inserção, autonomia e renda em relação aos homens jovens; maior proporção de emprego em setores de baixa produtividade e os ingressos mais baixos, ainda que com os mesmos níveis de educação. Somente 28,4% (6.852.031) das mulheres jovens apontaram como principal fonte de renda o trabalho regular; já entre os jovens, 45,6% (10.794.887) têm como principal fonte de renda o trabalho regular, que aponta uma grande variação por faixa etária: de 16,2% (1.691.633), entre 15 e 17 anos, a 50% (4.118.950), entre 27 e 29.

Dos 17.336.413 jovens que declararam não ter renda pessoal, as mulheres somam 11.487.704 (66,3%), o que aponta para um alto grau de dependência das mulheres jovens brasileiras. Ainda sobre os jovens que declararam não ter renda pessoal, há uma grande variação por idade, indo de 62,8% (6.570.710), entre os 15 e 17 anos, a 22,2% (1.825.279), entre 27 e 29 anos.

Quanto às distinções por grau de instrução, verificou-se que quanto maior o grau de instrução, maior a porcentagem de jovens que trabalham empregados com carteira assinada.

Entre aqueles com até a 4ª série do Ensino Fundamental, somente 14,4% (1.400.145) trabalham com carteira assinada, enquanto que entre os com o Ensino Superior, a porcentagem é de 44% (1.380.664).

Da mesma forma a porcentagem de jovens que trabalham por conta própria é maior entre os jovens com menor grau de instrução, visto que são 40,2% (3.919.495) entre os jovens com até a 4ª série do Ensino Fundamental e 15,4% (482.550) entre os que indicam como grau de instrução o Ensino Superior. Isso aponta para um empreendedorismo por necessidade, e reforça a tese de que a qualidade do emprego do jovem é diretamente proporcional à sua escolaridade.

Considerando a classe socioeconômica, há uma maior proporção de jovens pertencentes às classes A/B que trabalham empregados com carteira assinada do que nas demais classes. Dos jovens das classes A/B, 38,5% (1.815.474) trabalham com carteira assinada, enquanto que os mesmos são 34,4% (4.366.758) na classe C e 18,1% (4.018.352) nas classes D/E. Ocorre o inverso quando se trata da porcentagem de jovens que trabalham empregados sem carteira assinada. Esses somam 32,8% (1.547.946) entre os jovens das classes A/B, 39% (4.950.000), da classe C e 47,6%, (10.547.400) das classes D/E.

A pesquisa aponta o crescente e relevante papel dos jovens brasileiros tanto para a suas famílias, como para a sociedade, além de participarem significativa-

mente da construção de valores e de novas formas e direções de socialização, e por consequência da criação de novos espaços sociais e nichos econômicos – cooperativos ou competitivos. Quando se pergunta qual a pessoa que em primeiro lugar contribui para a renda familiar por sexo, a opção o próprio entrevistado (jovem) é assinalada para 27,5% (6.527.685), para o sexo masculino, e três vezes menos no caso das mulheres, que registram 8,9% (2.145.477). A maior contribuição registrada é a do pai, com 36,3% (8.606.131) no caso dos homens, e 26,9% (6.503.335), no caso das mulheres.

Percebe-se que a importância da participação juvenil no mundo do trabalho se amplia, se considerarmos especificamente os jovens que estão trabalhando, já ocupados, e os de famílias das classes D/E, além dos jovens com baixa escolaridade, já que esses jovens aparecem como principais responsáveis pela composição da renda familiar global. Entre o total de jovens ocupados, 29,1% (7.813.093) contribuíam para a renda familiar em primeiro lugar, seguidos pelo pai, com 28,5% (7.645.661). Entre os jovens com até a 4ª série do Ensino Fundamental, os próprios entrevistados se consideravam como principal provedor econômico de suas residências em 25,9% (2.834.349) dos casos, com o pai ficando com 20,4% (2.232.191).

É latente que a situação de desemprego juvenil tende a incidir mais sobre os grupos sociais mais vulneráveis que, provavelmente, por extrema necessidade, se lançam ao mercado de trabalho de forma precária e prematura. Assim verifica-se que a incorporação desses ao mercado parece levar à interrupção de seus estudos, o que acaba por comprometer o desenvolvimento da capacidade desses jovens para toda vida, contribuindo de forma decisiva para a transmissão intergeracional da pobreza, perpetuando e ampliando com isso o ciclo de pobreza em que grande parte de suas famílias encontra-se imerso.

Por outro lado, a participação de jovens mais desfavorecidos no mercado e na renda nacional, como vimos, pode vir a ter um componente relevante para a geração de autonomia e socialização, além de se demonstrar fortemente distributivo, principalmente quando se verifica o nível extensivo de pobreza de grande parte dos jovens brasileiros: deles 54,4 % (26.705.160) encontram-se nas classes D/E, 32,9% (15.112.448), na classe C e 12,7% (6.015.063), nas classes A/B.

No entanto, para o real enfrentamento dessas questões, devemos buscar superar a visão estereotipada da juventude como grupo homogêneo: tanto como um segmento problemático, quanto como a de um grupo em eterna transição para a vida adulta, e que por isso mesmo deve ser apenas preparada para um dia vir a assumir as suas funções sociais em um mundo já construído.

Todas as gerações estão em permanente transição e devem ter os mesmos direitos e as mesmas oportunidades que se expressam para as políticas públicas, em última instância, pelo tratamento desigual dos desiguais.

Historicamente, mesmo com maior crescimento econômico e com o consequente aumento das ocupações, os jovens são absorvidos pelo mercado de trabalho (por razões já abordadas) com velocidade e intensidade bem inferiores ao da população adulta.

Por isso mesmo, as políticas educacionais e as políticas macroeconômicas tradicionais demonstram-se insuficientes e podem ser consideradas, no máximo, como um ponto de partida, e não como únicos instrumentos de intervenção do Estado nessa questão, pois não são, e não serão, suficientes para responder às necessidades da sociedade frente a esse grande contingente que hora se apresenta.

Os governos e a sociedade civil organizada devem mobilizar esforços para a utilização sistêmica de distintos instrumentos alicerçados na melhora contínua de uma educação de qualidade, como por exemplo: a incorporação de políticas macro e microeconômicas favoráveis aos jovens visando a ampliar as oportunidades existentes; acesso ao crédito e ao microcrédito com qualificação adequada; uma política setorial de incentivos que tenha em conta a presença dos e das jovens por ramos de atividade, assim como nos setores com maior crescimento e considerados mais atrativos para os jovens.

Não menos importante será a utilização de instrumentos – por diversos níveis de governança – que promovam a diminuição da assimetria de informações e acesso entre os jovens (principalmente entre os jovens mais vulneráveis); programas de intermediação entre as escolas e as empresas; ampliação dos programas de transferência de renda que visem ao aumento de escolaridade ou apontem para outras condicionalidades positivas.

Assim como o impulso de programas e metodologias nos quais os jovens sejam os protagonistas do processo de diálogo educativo, ou mesmo político; programas que tornem a escola mais atraente para os jovens, os de saúde do jovem, além dos de segundas oportunidades que afetam diretamente os jovens de setores mais vulneráveis, entre outros.

Para o financiamento desse novo grupo de programas voltados à juventude brasileira – emergenciais e estruturantes – surgem propostas relevantes, como a da criação de um Fundo Nacional de Juventude, a partir de percentuais dos grandes fundos nacionais, como o FAT (para empregos e renda da juventude), os do Minis-

tério da Ciência e Tecnologia (para pesquisa, diagnóstico, gestão e prospecção na área de juventude), e os do BNDES (para os programas que ampliem as oportunidades existentes, também para os jovens, nas áreas estratégicas e que contem com aporte contínuo de fluxos financeiros).

Uma abordagem integral voltada para fortalecer o potencial das novas gerações, inserida numa perspectiva de ciclo de vida, deve pautar-se pela garantia dos direitos do jovem enquanto cidadão e das juventudes, em cada uma de suas diversidades e expressões, assim como os direitos da juventude enquanto manifestação histórica de uma geração em sua relação com o mundo adulto na busca por igualdade de oportunidades e condições básicas para contribuir para a construção de um país mais humano e com coesão social.

Além de desenvolver uma estratégia efetivamente ampla e plural (provavelmente, a grande dificuldade a ser superada) para promover continuamente a integração da juventude nos processos de tomada de decisão, principalmente nas áreas que visem à ampliação e à melhoria de uma educação continuada; de geração de trabalho e renda.

Ênfase especial deve ser dada à utilização racional dos fluxos financeiros das grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do país como instrumentos concretos para inclusão, promoção da autonomia e bem-estar da juventude brasileira. Será necessário, portanto, promover a ampliação da participação de novos atores dentro de um enfoque geracional a partir das grandes linhas de desenvolvimento, assim como ampliar a participação juvenil no desenho e no controle social das políticas públicas oferecidas pelo Estado, e demandadas pelas jovens e pelos jovens de todo Brasil.

As realidades, as necessidades e as oportunidades à disposição dos jovens brasileiros se apresentam de formas tão diversas e complexas que, seguramente, não haverá respostas fáceis ou pontuais. Os dados apresentados convocam a todos para uma reflexão atenta e profunda sobre quais as condições existentes para o exercício pleno da cidadania juvenil.

E quais os caminhos, as instituições e os direitos que a sociedade e as juventudes emergentes pretendem oferecer, pactuar e garantir a grande parte da juventude excluída, e aos potenciais agentes estratégicos de desenvolvimento de nossa sociedade.

Sumário da pesquisa:

- De acordo com os dados da pesquisa, dos quase 48 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, 56,1% (26.821.746) estavam ocupados, 22,8% (10.894.107) desocupados e 21,1%, (10.097.718) inativos.
- Dos jovens ocupados, 29,1% (7.813.093) afirmam serem eles próprios os que mais contribuem para a renda familiar de suas casas. Outros 28,5% (7.645.661) indicam ser o pai, 14,6% (3.923.008), a mãe e 12,8% (3.426.010) apontaram ser o companheiro(a).
- Para 61,3% (16.428.451) dos jovens brasileiros que trabalham, as atividades que desempenham no trabalho não têm relação com aquilo que eles estudam ou estudaram. Para 27,8% (7.463.911), existe alguma relação entre o que estudam ou estudaram e a atividade que desempenham no trabalho, e 10,4% (2.800.384), apesar de trabalharem, não estudam.
- A prestação de serviços é o ramo da atividade principal de 33,8% (13.369.251) dos jovens brasileiros. Dos demais, 18,7% (7.391.480) trabalham com a atividade comercial, 12,8% (5.068.163) na agricultura/pecuária e 12,1% (4.787.541) na indústria de transformação.
- Em relação à posição que ocupam ou ocuparam em sua atividade principal, somente 25,8% (10.200.584) dos jovens brasileiros afirmaram ser empregados formais, com carteira assinada. A informalidade atinge 43% (17.045.346) dos jovens que declararam estar empregados, sem carteira assinada, e 27,9% (11.058.305) dos jovens consideravam-se profissionais liberais/conta própria.
- Os jovens que não trabalham ou nunca trabalharam e estão procurando emprego representam 22,8% (10.894.107) dos jovens brasileiros. Quando analisados por sexo, verifica-se que as mulheres representam mais da metade desses jovens, pois entre os desocupados 7.053.767 são do sexo feminino e 3.043.951 são do sexo masculino.
- Os jovens em inatividade, isto é, aqueles que não trabalham e não buscam emprego, representam 21,1% (10.097.718) do total de jovens brasileiros de 15 a 29 anos (não trabalham e não buscam emprego). Desses, 30,1% (3.043.951) são homens e 69,9% (7.053.767), mulheres. Entre os inativos, 53% (5.352.152) nunca trabalharam e 47% (4.745.566) já trabalharam.

- Para 14,3% (3.014.944) dos jovens brasileiros, que não estavam trabalhando ou que nunca trabalharam, a principal razão para estarem sem trabalho ou nunca ter trabalhado é a falta de experiência. Outros 13,8% (2.900.422) afirmaram que não trabalham ou nunca trabalharam porque apenas estudam; 11,8% (2.489.564) atribuíram à atual situação do país a razão por não trabalharem, 10,5% (2.202.816), à idade e 9%, (1.892.301) ao fato de não terem estudado o suficiente.
- Em relação ao meio usado para encontrar o atual ou último trabalho, quase a metade dos jovens, 49,7% (19.663.258), conseguiu encontrar o atual ou último trabalho por meio de amigos ou conhecidos e 30,6% (12.133.233) conseguiram por meio de familiares. Os números apontam para a relevância da utilização da rede pessoal dos jovens para encontrar trabalho.
- Para 37,4% (17.896.158) dos jovens brasileiros, o nível de escolaridade é a qualidade mais importante que uma pessoa deve ter para conseguir trabalho. Para outros 32,1% (15.377.536), a principal qualidade é a experiência, para 11,8% (5.637.973) é a recomendação de pessoas influentes e para 11% (5.255.788) é o nível de especialização.
- Os dados sugerem que a participação econômica dos jovens na vida familiar é relevante, ficando atrás apenas da de seus pais. Essa participação diminui muito quando consideramos a condição de gênero. Veja-se que quando se analisa a opção o próprio entrevistado o percentual é de 27,5% (6.527.685) para o sexo masculino e três vezes menor no caso das mulheres, que registram 8,9% (2.145.477). Entretanto, a maior contribuição registrada é do pai, com 36,3% (8.606.131), no caso dos homens, 26,9% (6.503.335), no caso das mulheres.
- Nos jovens com até a 4ª série do Ensino Fundamental, 25,9% (2.834.349) indicam serem eles próprios o principal provedor econômico de suas residências e outros 20,4% (2.232.191) indicam ser o pai. Entre os jovens com Ensino Superior, tais indicações têm suas porcentagens alteradas para 16,4% (568.616) e 43,5% (1.504.888), respectivamente.
- Mais de 40% (20.404.138) dos jovens brasileiros vivem exclusivamente da renda de outras pessoas. Dos demais, 21,8% (10.417.318) vivem exclusivamente da própria renda, 17,7% (8.471.991) vivem principalmente da própria renda, mas com a ajuda de outras pessoas, e outros 17,7% (8.477.105) vivem principalmente da renda de outros, apesar de colaborarem.

- Dos jovens de 15 a 29 anos, 36,2% (17.336.413) afirmam não ter renda pessoal. Os jovens que têm renda estão divididos entre os que têm como principal fonte de renda a realização de trabalhos esporádicos, 20% (9.566.710), e os que têm como principal fonte de renda pessoal o trabalho regular, com 36,9% (17.646.919).
- O trabalho regular é a principal fonte de renda para 50% (4.118.950) dos jovens brasileiros entre 27 e 29 anos. Essa porcentagem decresce sistematicamente com a diminuição da faixa etária, chegando a 16,2% (1.691.633) para os jovens entre 15 e 17 anos. De maneira inversa, a porcentagem de jovens que não têm renda pessoal aumenta progressivamente com a diminuição da faixa etária, saindo de 22,2% (1.825.279) para os jovens entre 27 e 29 anos e chegando a 62,8% (6.570.710) para os jovens entre 15 e 17 anos.
- Entre os jovens que pertencem às classes mais altas (A e B), 43,8% (2.632.405) têm o trabalho regular como principal fonte de renda. Outros 32,6% (1.963.623) não têm renda pessoal e 11,8% (707.137) realizam trabalhos esporádicos. Já entre os jovens que pertencem às classes mais baixas (D e E) a porcentagem dos que vivem de trabalhos esporádicos aumenta para 22,5% (6.002.352) e o número dos que extraem sua principal fonte de renda do trabalho regular diminui para 33,4% (8.922.763).

Referências

- 1ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE MINISTROS DE JUVENTUDE. RECOMENDAÇÕES DA DECLARAÇÃO DE LISBOA SOBRE PROGRAMAS E POLÍTICAS DE JUVENTUDE, 1998, *Anais*. [S.l.: s.n.], 1998.
- CACCIAMALI, M. C. *Mercado de Trabalho Juvenil*. Argentina, Brasil e México, 2004.
- CEPAL. *Informe e Declaração Final do Encontro Melhores Práticas e Projetos com Jovens do Cone Sul*. [S.l.]: CEPAL, 2000.
- COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CNPD. *Os jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*, v. 1 e 2, Brasília: CNPD, 1998.
- FUNDACIÓN KELLOG. *A juventude e a Liderança Transformadora: conceitos e estratégias em mundos incertos e turbulentos*. [S.l.]: OPS, 1998.
- IBGE/PNAD. *Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar*, [S.l.: s.n.], 2003.
- KLIKSBERG, B. *Capital Social, Cultura e Desenvolvimento*. [S.l.]: Unesco, Cortez Editora, 2002.
- MADEIRA, F. R. *Jovem Cidadão: meu primeiro trabalho*, [S.l.: s.n.], 2004.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Elaboração de Dados sobre Emprego Juvenil*, [S.l.]: SPPE, 2003.
- SILVA, A. N. *Capacitación y Formación Profesional para Jovenes em Uruguay*, [S.l.: s.n.], 2002.
- QUÉBEC, J. *Plan d'Action Gouvernemental 1998-2001*, [S.l.: s.n.].
- Políticas Públicas de Juventude em Medellín*.
- PONCE DE LEON, A. *Relatório da Consulta do World Development Report/NE – Brasil. Relatório de Desenvolvimento Mundial 2007. O Desenvolvimento das Próximas Gerações*. Recife: Banco Mundial, 2006.

- _____. *Políticas Públicas de Juventude – uma proposta para a sociedade*. [S.l.]: Instituto Teotônio Vilela – ITV, 2001.
- RODRIGUEZ, E. Políticas Públicas de Juventud en Perú: Avances Recientes y Desafios a Encarar. *Informe Comissão Nacional de Juventude*. Lima: [s.n], 2004.
- PERALVA, A. ; SPOSITO, M. P. (Orgs.). Juventude e Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. [S.l.]: ANPED, 1987.
- UNESCO. *Manifesto da Juventude para o Século XXI*. [S.l.: s.n.], 2000.
- UNESCO, *Políticas Públicas de/para/com as Juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.
- X CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DE JUVENTUDE. Declaração final. Panamá: [s.n] 2000.
- ZANETI, H. *Juventude e Revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionaria juvenil no Brasil*, [S.l.: s.n.], 2001.

Sobre Autores e Autoras

Alexandre Brasil Fonseca é sociólogo, doutor em sociologia pela USP e professor do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde do NUTES-UFRJ. É autor, entre outros, de “Evangélicos e Mídia no Brasil” (Edusf, 2003); organizador de “Educação e Justiça na América Latina” (ABU, 2006); e co-autor de “Les nouveaux conquérants de la foi” (Kartala, 2003); e “Evangelical Christianity and Democracy in Latin America” (OUP, 2006).

Alessandro Lutfy Ponce de Leon é professor; Coordenador Geral – Reitor da Universidade da Juventude; Bacharel em Direito pela Faculdade Candido Mendes; Máster em Estudos Políticos Aplicados pela Fundação Internacional e para Ibero – América de Administração e Políticas Públicas; consultor de organismos nacionais e internacionais no desenvolvimento de projetos relacionados com as Políticas Públicas de Juventude (Banco Mundial, OIT, PNUD, UNESCO); foi Coordenador Executivo da Organização Brasileira de Juventude e Coordenador-chefe de Políticas Públicas de Juventude do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Ana Maria Alexandre Leite é mestre em Educação Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica-Rio. Psicóloga, tem Pós-graduação em Psicologia Médica e Psicossomática pela Universidade Estácio de Sá. Exerceu, por vários anos, a função de Técnico em Assuntos Educacionais no MEC. Atualmente, é pesquisadora vinculada à Escola de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. É co-autora do livro *Escolas Inovadoras Experiências Bem-Sucedidas em Escolas Públicas/UNESCO*. Coordenou a Equipe/RJ da Pesquisa: Cotidiano das escolas: entre violências, 2004 (UNESCO/UNIRIO).

Augusto Sergio Vasconcelos de Oliveira é advogado, membro do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), pós-graduado em Direito do Estado pela UFBA, mestrando em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSal, Professor titular da Faculdade de Ciências Jurídicas da UNIME, integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura (NPEJI/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais e Questão Social, titular da Executiva Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal.

Carlos Henrique dos Santos Martins é doutorando em educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF – no campo de diversidades, desigualdades sociais e educação. Pesquisador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro e membro da equipe nacional de pesquisa sobre juventude, escolarização e poder local, tem como focos de pesquisa as juventudes, culturas populares, culturas da participação juvenil, educação física e lazer. Ainda na UFF, cursou o mestrado, assim como a especialização em educação física escolar. Possui licenciatura plena em educação física e desportos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É bacharel em artes cênicas pela Universidade do Rio de Janeiro – UNI RIO. Atualmente é docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ, lecionando na unidade descentralizada de Nova Iguaçu – UnED-NI. Foi, durante 21 anos, professor da rede municipal de educação do Rio de Janeiro e por 23 anos, professor da rede estadual, tendo atuado na rede escolar de ensino médio da Fundação de Amparo ao Ensino Técnico – FAETEC.

Daniel Cara é Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (www.campanhaeducacao.org.br) e representa, como Vice-presidente, os membros da sociedade civil na mesa-diretora do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Mestre em Ciência Política e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), participa desde 1999 – no âmbito do Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP – de uma série de pesquisas sobre as condições de vida e o associativismo em regiões vulneráveis da cidade de São Paulo. Participou da fundação de diversos fóruns juvenis nas esferas nacional, estadual e municipal e foi delegado brasileiro na Cúpula de Juventude das Américas (BID – New Orleans/2000), no Parlamento Internacional da Juventude (OXFAM International – Sydney/2000) e no Encontro Latino-americano e Caribenho de Lideranças Juvenis (ONU – Belo Horizonte/2005).

Eliane Ribeiro Andrade é Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, na área de Estudos de Educação Inclusiva e Continuada. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas – IESAE e pós-graduada em Avaliação de Programas Sociais e Educativos pelo Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA.

Lorena Bernadete da Silva é economista e pesquisadora. Foi pesquisadora da área social do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. Possui pós-gra-

duação em Análise de Projetos pelos CENDEC; participou de cursos de especialização pela Organização Internacional do Trabalho em Santiago/Chile e pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe e Organización Internacional Del Trabajo no México. É funcionária aposentada do IPEA, desde 1997 e, desde então até 2002 participou, como consultora, de trabalhos no UNICEF e PNUD. Nos últimos 4 anos desenvolveu estudos na Unidade de Pesquisa e Avaliação da UNESCO-Brasil. É co-autora de várias publicações no tema de sexualidade, drogas e aids. Na UNESCO, participou da elaboração dos seguintes trabalhos: *Drogas nas Escolas* (2002); *Ensino Médio: múltiplas vozes* (2003). Como co-autora participou dos estudos: *Juventudes e Sexualidade* (2004); *Respostas aos Desafios da Aids no Brasil: limites e possibilidades* (2005) e coordena o estudo *Saúde e Educação: cenários para a cultura de prevenção nas escolas* (2006), que avalia o Programa Federal Saúde e Educação nas Escolas.

Luiz Carlos Gil Esteves é doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF, com graduação em Ciências Sociais e Comunicação Social. É professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Professor Adjunto do Departamento de Estudos de Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – DEPAQ/UERJ e da Universidade Estácio de Sá – UNESA. Trabalhou no Ministério da Educação – MEC, colaborando na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais.

Maitê Gauto, é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. É assistente executiva do Projeto São Paulo em Paz do Instituto Sou da Paz e integrante do grupo de estudos “Direitos Humanos e Direito à Memória”, do Núcleo de Estudos da Violência (USP), onde se dedica aos temas de direitos humanos, segurança pública, violência e juventude. Trabalhou no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na assessoria técnica e monitoramento de projetos voltados para adolescentes. É ativista de direitos humanos e de crianças, adolescentes e jovens, contribuindo na discussão de ações e políticas públicas voltadas para esse público.

Maria Fernanda Rezende Nunes é doutora em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pós-graduada em Educação pelo IESAE – FGV. Trabalhou no Ministério da Educação e na Universidade Federal Fluminense. Atualmente, é professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e do Departamento de Educação da Pontifi-

cia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Compõe a Coordenação do Fórum Permanente de Educação Infantil do Estado do Rio de Janeiro.

Mary Castro é Ph.D em Sociologia pela Universidade da Flórida, Estados Unidos; mestre em Planejamento Urbano pela UFRJ e em Sociologia da Cultura pela UFBA. É professora da Universidade Católica de Salvador; professora aposentada da UFBA; Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura – NPEJI/UCSAL/CNPq e membro do Grupo de Pesquisa Questão Social e Políticas Sociais/UCSAL/CNPq.

Miguel Farah Neto é mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 1980, vem desenvolvendo trabalhos nas áreas de educação de jovens e adultos, formação de professores e políticas públicas para a educação, na Universidade Federal Fluminense e no Ministério da Educação, dentre outras instituições. É pesquisador vinculado à Escola de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, atuando também como consultor da Escola Nacional de Saúde – ENSP, da FIOCRUZ.

Miriam Abramovay é socióloga pesquisadora e assessora para pesquisa e avaliação da Organização dos Estados Iberoamericanos, especializada em pesquisa e avaliações de programas sociais. É conselheira do Conselho Nacional de Juventude. É Secretária executiva do Observatório Ibero-americano de Violências nas Escolas. Diretora de pesquisa do Instituto de Estudios Avanzados para las Américas – INEAM, da OEA. Formou-se em Sociologia e Ciências da Educação pela Universidade de Paris, França (Paris VIII – Vincennes) e possui mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é doutoranda da Universidade René Descartes-Sorbonne – Paris V – França. Foi durante os últimos 4 anos professora da Universidade Católica de Brasília e coordenadora do Observatório de Violências nas Escolas- Brasil e coordenou diversas pesquisas da UNESCO. É autora e co-autora de várias publicações no tema de Violências nas Escolas e Juventudes.

Patrícia Lânes Araújo de Souza é jornalista, especialista em Sociologia Urbana pela UERJ e mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo PPGSA/ IFCS/ UFRJ, onde defendeu a dissertação “Em busca da auto-estima: interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina”. É pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) desde 1998, atuando nas linhas de pesquisa “Juventude, Participação e Democracia” e “Direito à

Cidade”. Fez parte da Equipe Técnica Nacional da pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, coordenada por Ibase e Pólis, entre os anos de 2003 e 2005. Desde agosto de 2005, representa o Ibase no Conselho Nacional de Juventude.

Regina Novaes é Antropóloga, doutora em antropologia pela USP e professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS-UFRJ. É autora, entre outros, de “De corpo e alma” (Graphia, 1997); organizadora de “Juventude e Sociedade” (Perseu Abramo, 2004); “Juventude, Cultura e Cidadania” (Iser, 2002); “Jovens do Rio” (Iser, 2002); “Direitos Humanos Temas e Perspectivas” (Mauad, 2001); e “Antropologia e Direitos Humanos” (Eduff, 2001).

Coleção Educação para Todos

- Volume 01: Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004
- Volume 02: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03
- Volume 03: Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos
- Volume 04: Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas
- Volume 05: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas
- Volume 06: História da Educação do Negro e Outras Histórias
- Volume 07: Educação como Exercício de Diversidade
- Volume 08: Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias
- Volume 09: Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola
- Volume 10: Olhares Feministas
- Volume 11: Trajetória e Políticas para o Ensino das Artes no Brasil: anais da XV CONFAEB
- Volume 12: O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Série Vias dos Saberes n. 1
- Volume 13: A Presença Indígena na Formação do Brasil. Série Vias dos Saberes n. 2
- Volume 14: Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Série Vias dos Saberes n. 3
- Volume 15: Manual de Lingüística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Série Vias dos Saberes n. 4
- Volume 16: Juventude e Contemporaneidade
- Volume 17: Católicos Radicais no Brasil
- Volume 18: Brasil Alfabetizado: caminhos da avaliação. Série Avaliação n. 1
- Volume 19: Brasil Alfabetizado: a experiência de campo de 2004. Série Avaliação n. 2
- Volume 20: Brasil Alfabetizado: marco referencial para avaliação cognitiva. Série Avaliação n. 3
- Volume 21: Brasil Alfabetizado: como entrevistamos em 2006. Série Avaliação n. 4
- Volume 22: Brasil Alfabetizado: experiências de avaliação dos parceiros. Série Avaliação n. 5
- Volume 23: O que Fazem as Escolas que Dizem que Fazem Educação Ambiental? Série Avaliação n. 6
- Volume 24: Diversidade na Educação: experiências de formação continuada de professores. Série Avaliação n. 7

- Volume 25: Diversidade na Educação: como indicar as diferenças? Série Avaliação n. 8
- Volume 26: Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental
- Volume 27: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade
- Volume 28: Educação na Diversidade: experiências e desafios na Educação Intercultural Bilingüe
- Volume 29: O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-racista
- Volume 30: Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior
- Volume 31: Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes

Este livro foi composto em
Adobe Caslon Pro e Helvética.

Papel miolo *offset* 90g.

Para MEC/Unesco.

que separa, realizada pela Unesco no ano de 2004, que inaugurou, no Brasil, a incorporação da faixa etária de 25 a 29 anos nos estudos sobre a juventude.

Os artigos aqui reunidos buscam, em sua grande maioria, interpretar os dados disponibilizados a partir da exploração de nuances diferenciadas dos chamados “temas clássicos” – tais como a educação, o trabalho, a sexualidade e a participação juvenis –, desvelando matizes capazes de imprimir-lhes novos tons. Lançando mão da maior multiplicidade de informações possível, procurou-se avançar na construção de um saber mais abrangente sobre nossos jovens, o qual permitisse, no limite de suas possibilidades, dar conta, entre outros aspectos, de seus diferentes contextos e configurações, bem como de sua pluralidade.

Espera-se que a leitura dos trabalhos reunidos neste livro represente a descoberta de uma série de aspectos relacionados aos nossos jovens que, apesar de sua proximidade com a nossa própria vida – uma vez que todos nós ou estamos vivendo ou já vivenciamos a condição juvenil –, ainda permanecem longe de nossa percepção mais imediata. Com isso, buscamos contribuir para encurtar distâncias, criar atalhos, construir pontes sobre espaços (hiatos) que jamais deveriam ter sido abertos.

ISBN 85-98171-71-9



9 788598 171715



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Secretaria-Geral da
Presidência da República

Secretaria Nacional
de Juventude

Ministério
da Educação